

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL
GRUPO DE PESQUISA ESTUDOS EM POLÍTICAS E TECNOLOGIAS
CONTEMPORÂNEAS DE SUBJETIVAÇÃO

FRANCISCA MAGALHÃES DE SOUZA

ESTADO DE XEQUE:
O RISCO DE UMA PESQUISA OU A PESQUISA DE UM RISCO
Modernidade, Colonialidade, Relações Globais e Contexto Brasileiro

PORTO ALEGRE

2021

FRANCISCA MAGALHÃES DE SOUZA

ESTADO DE XEQUE

O RISCO DE UMA PESQUISA OU A PESQUISA DE UM RISCO

Modernidade, Colonialidade, Relações Globais e Contexto Brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi.

PORTO ALEGRE

2021

Banca Examinadora

Prof. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi (Presidente – Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dra. Érika Cecília Soares Oliveira
Universidade Federal de Fluminense - UFF

Prof. Dra. Jaileila de Araújo Menezes
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dra. Paula Sandrine Machado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte desse processo intenso que foi realizar o mestrado e finalizar essa dissertação. Vocês sabem quem são. Obrigada por tudo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Eu não sou besta pra tirar onda de herói

Sou vacinado...

(Raul Seixas - Cowboy fora da Lei)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a produção de pesquisas que possam colocar seus autores e autoras em situação de risco. Em um primeiro momento, trata de discutir sobre como o paradigma de mundo moderno/colonial implicou na legitimação do que é tomado como um saber verdadeiro e, conseqüentemente, daquilo que é passível de ser silenciado. Em seguida, foram selecionados três documentos que discutem o tema da liberdade e da censura no meio acadêmico: o *Free to Think 2019*, o *Academic Freedom in Brazil* e a audiência pública intitulada *Denúncias de perseguições a pesquisadores no Brasil*. Assim, parte-se de uma análise que toma estrategicamente os movimentos do jogo de xadrez como um mecanismo capaz de indicar quais situações forjam um contexto de maior ou menor risco às pesquisas e aos pesquisadores. Como aporte teórico, epistemológico e metodológico, utiliza-se as perspectivas decolonial e descolonial, que abrangem tanto os conceitos trazidos pelos autores e autoras do grupo Modernidade/Colonialidade, quanto as perspectivas lesbofeministas antirracistas que compõem essa abordagem. Dessa forma, se buscou compreender de que maneira temas como os de gênero, raça, sexualidade e aqueles ligados a pautas ambientais vêm se tornando alvos de ameaças, especialmente no contexto brasileiro. O conceito de “Estado de Xequê” é apresentado como forma de apreender o estado ocasionado por uma ameaça, operado pelo medo e materializado na produção de um risco, que coloca em suspensão os movimentos possíveis e que produz um lugar específico entre a impossibilidade de ação e a potência do agir. Ainda, os conceitos de Colonialidade do Ser, do Poder, de Gênero, da Sexualidade e da Natureza aparecem como importantes ferramentas para a discussão das condições de possibilidade que forjaram o cenário apresentado. Por fim, aponta-se que apesar das estratégias de silenciamento que foram imputadas historicamente a determinados saberes, eles continuam sendo produzidos e proferidos e, assim, seguem como alvos das engrenagens coloniais que estão em jogo na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Free to Think 2019, Scholars At Risk, Academic Freedom in Brazil, Censura a pesquisas, Perseguição a pesquisadores.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the production of research that may place its authors at risk. In a first moment, it discusses how the modern/colonial world paradigm has led to the legitimization of what is taken as correct knowledge and, consequently, what is acceptable to be silenced. Afterwards, three documents that discuss the theme of freedom and censorship in academia were selected: the *Free to Think 2019*, the *Academic Freedom in Brazil* and the public hearing called *Denúncias de perseguições a pesquisadores no Brasil*. Thus, it comes from an analysis that strategically uses chess moves as a mechanism capable of indicating which situations create a context of greater or lesser risk to research and researchers. As theoretical, epistemological and methodological contribution, it utilizes the decolonial and descolonial perspectives that include both the concepts brought by Modernity/Coloniality authors and the lesbofeminist antiracist perspectives that make up that approach. Thus, it tried to comprehend in which ways themes such as gender, race, sexuality and those related to environmentalism have become targets of threats, especially in the Brazilian context. The concept of “Estado de Xequê, or “In Check Status”, is introduced as a way to apprehend the state created by a threat, operated by fear and materialized in the production of risk, that puts possible moves in suspension and produces a specific place between the impossibility of action and the strength of acting. The concepts of Coloniality of Being, of Power, of Gender, of Sexuality and of Nature appeared as important tools to the discussion of the conditions of possibility that forged the presented scenery. Finally, it shows that despite the silencing strategies that have been historically charged at certain knowledges, these keep being produced and proclaimed and, thus, keep being set as targets of the colonial gears that are at play in present times.

KEYWORDS: Free to Think 2019, Scholars At Risk, Academic Freedom in Brazil, Research censorship, Researcher persecution

RESUMEN

Este estudio plantea reflexionar sobre investigaciones científicas que de algún modo pongan a sus autores y autoras en riesgo. En un primer momento, trata de discutir cómo el paradigma del mundo moderno/colonial involucró la legitimación de lo que se trata por un saber verdadero y, en consecuencia, de lo que es silenciado. En seguida, fueron seleccionados tres documentos que discuten el tema de libertad y censura en el medio académico: el Free to Think 2019, el Academic Freedom in Brazil y una audiencia pública llamada Denuncias de persecuciones a investigadores en Brasil. Partiendo del juego de ajedrez, sus movimientos y estrategias, para indicar cuáles situaciones construyen mayor o menor riesgo a las investigaciones y sus autores en este análisis. Como aporte teórico, epistemológico y metodológico, hemos utilizado las perspectivas decoloniales y descoloniales, que toman tanto los conceptos hechos por investigadores e investigadoras del grupo Modernidad/Colonialidad, como las perspectivas lesbofeministas antirracistas de estas abordagens. De esta manera, hemos buscado comprender de qué formas temas como los de género, raza, sexualidad y aquellos conectados con el medio ambiente se han tornado centro de amenazas, en especial a la experiencia brasileña. El concepto de “Estado en Jaque” es presentado como una forma de agarrar la condición de una amenaza, conducida por el miedo y materializada en la producción de riesgos, poniendo en suspensión los posibles movimientos hechos en un sitio específico entre la imposibilidad de acción y la potencia de moverse. Asimismo, los conceptos de Colonialidad del Ser, del Poder, del Género, de Sexualidad y de la Naturaleza aparecen como importantes herramientas para la discusión de las condiciones de posibilidad que construyeron el escenario presentado. Por fin, apuntamos que a pesar de las estrategias de silencio que han sido impuestas históricamente a algunos saberes, permanecen siendo producidos y proferidos y, asimismo, siguen como centros de las cadenas coloniales que disputan la actualidad.

PALABRAS-CLAVES: Free to Think 2019, Scholars At Risk, Academic Freedom in Brazil, Censura a las investigaciones, Persecución a investigadores.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o risco de se fazer determinadas pesquisas e sobre a situação dos pesquisadores em risco. A pesquisadora, porém, está em Estado de Xeque. É uma peça-pessoa de um jogo no qual só se percebe inserida ao receber uma ameaça por conta de uma produção acadêmica que desenvolveu. Agora, ela tenta entender que jogo é esse – ou, mais do que isso: o que está em jogo? Percebe também que está envolvida nas dimensões de Modernidade e Colonialidade, as quais incidem sobre os saberes e sobre os conhecimentos considerados científicos. Ela tem medo de falar algumas coisas (observe as palavras com tarjas que censuram). Como em um jogo de xadrez, ela caminha pelas casas pretas e brancas do tabuleiro. É guiada pelo seu próprio desinteresse. Em um primeiro momento, trata de discutir sobre como o paradigma de mundo moderno/colonial implicou na legitimação do que é tomado como um saber verdadeiro. No percurso do jogo, descobre alguns documentos aos quais se deter: o Free to Think 2019, o Academic Freedom in Brazil e a Audiência Pública intitulada "Denúncias de perseguições a pesquisadores no Brasil". Se dá conta de que não é só ela que está em "Estado de Xeque". Há muitas(os) pesquisadoras(es) que estão sendo ameaçadas por conta de suas produções e posicionamentos. Dessa forma, a partir da análise destes materiais, busca compreender de que maneira determinados temas vêm se tornando alvos de ameaças, especialmente no contexto brasileiro. O mecanismo da Colonialidade do Saber é percebido como uma estratégia de fazer-calar e se articula com os marcadores de raça, gênero e sexualidade. As Colonialidades do Ser, do Poder, de Gênero, da Sexualidade e da Natureza aparecem como forças que se atravessam sobre este campo. Percebe que apesar das estratégias de silenciamento que foram imputadas historicamente a determinados saberes, eles seguem sendo produzidos e proferidos. Mas... o que significa, de fato, escrever essa dissertação? Isso implica em sair do Estado de Xeque? O que é este "estado", afinal? Vale a pena seguir falando mesmo sob o risco de ser ameaçada(o)? Qual o risco de se fazer uma pesquisa? E o que é uma pesquisa de risco? A pesquisadora te convida para acompanhar esse jogo junto com ela. Especialmente se você for alguém que já se sentiu impelido(a) a silenciar-se. Depois do resumo, ela passa a falar em primeira pessoa.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisadores em risco, Colonialidade do Saber, Gênero e Sexualidade, Raça e Etnia.

ABSTRACT

This paper reflects on the risk of conducting certain researches and the situation of researchers at risk. The researcher, however, is In Check. It is a piece-person of a game in which one can only realize it's inserted when it receives a threat due to an academic production one has developed. Now, she tries to understand what game this is – or, more than that: what is at stake? She also notices that she's involved in the dimensions of Modernity and Coloniality, which incide on the knowledge considered scientific. She is afraid of saying certain things (notice the words with censor bars). Like in a chess game, she traverses through the black and white squares on the board. She is guided by her own disinterest. In a first moment, she discusses how the modern/colonial world paradigm entails the legitimation of what is considered true knowledge. Throughout the game, she discovers some documents on which to dwell: the Free to Think 2019, the Academic Freedom in Brazil, and the Public Hearing called “Denunciation of harassment towards researchers in Brazil”. She notices she's not the only one “In Check Status”. There are many researchers that are being threatened due to their productions and stances. Thus, through analyzing these materials, she tries to understand how certain topics have become targets of threats, especially in the Brazilian context. The Coloniality of Knowledge mechanism is noticed as a strategy of silencing and articulates itself with markers of race, gender and sexuality. The Colonialities of Being, Power, Gender, Sexuality and Nature emerge as forces that *cross this field*. She notices that in spite of silencing strategies that were historically imposed on certain knowledge, they keep being produced and uttered. But... what does it mean, in fact, to write this dissertation? Does this imply leaving this “In Check Status”? What is this status, anyhow? Is it worth it to keep talking about the risk of being threatened? What is the risk of doing research? And what is risk research? The researcher invites you to follow this game with her. Especially if you are someone who has felt compelled to silence. After the abstract, she starts to speak in first person.

KEYWORDS: Researchers at risk, Coloniality of Knowledge, Gender and Sexuality, Race and Ethnicity

RESUMEN

Este trabajo tiene el objetivo de reflexionar sobre los riesgos de hacer tipos de investigaciones y cómo quedan los investigadores en riesgo. La autora, está en Estado de Jaque. Es una pieza-persona de un juego, en el cual, solo se percibió adentro al recibir una amenaza por haber escrito un trabajo académico. Ahora, intenta comprender qué juego está jugando - o más que eso: lo que está en juego? Percibe, también, que está involucrada con las dimensiones de la Modernidad y de la Colonialidad, las cuales componen saberes y conocimientos dichos científicos. Ella tiene miedo de hablar algunas cosas (mira las palabras con rayas negras censuradas). Al igual que un juego de ajedrez, ella camina por las casillas negras y blancas del tablero. Es movida por su propio desinterés. En un primer momento, trata de discutir sobre el paradigma del mundo moderno/colonial y como está en relación con la legitimidad de un saber dicho verdadero. En el juego, descubre documentos y miralos: el Free to Think 2019, el Academic Freedom in Brazil y una audiencia pública llamada Denuncias de persecuciones a investigadores en Brasil. Entonces se da cuenta que no es solamente ella que está en Estado de Jaque. Hay muchos investigadores que estan siendo amenazados por sus producciones y posiciones. Desta manera, empieza el análisis de estos documentos, intentando comprender de qué formas algunos temas son amenazados, sobre todo en Brasil. La Colonialidad del saber muestrase como una herramienta de hacer-callar y está relacionada con las marcas de raza, género y sexualidad. Las colonialidades del Ser, del Poder, del Género, de la sexualidad y de la Naturaleza asoman como fuerzas que se atraviesan esa herramienta. Percibo que a pesar de las estrategias de hacer-callar que han sido impuestas históricamente a dichos saberes, siguen siendo producidos y proferidos. Pero... ¿Qué significa, en realidad, escribir este máster? ¿Esto me haría salir del Estado de Jaque? ¿Qué es este “estado” al fin? ¿Vale la pena hablar mismo con riesgos de amenazas? ¿Cuáles son los riesgos de hacer investigación? ¿Y qué es una investigación de riesgos? La autora te invita a acompañarla en este juego. En especial si eres alguien que fuiste conducido a callar. Después del resumen, ella empieza a hablar en primera persona.

PALABRAS-CLAVES: Investigadores en riesgos, Colonialidades del Saber, Género y Sexualidad, Raza e Etnia.

LISTA DE ABREVIACOES

ADUnB	Associação dos Docentes da Universidade de Brasília
Afipea – Sindical	Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea
ASCEMA Nacional	Associação Nacional dos Servidores de Carreiras Especialistas em Meio Ambiente
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econmico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODI	Centro de Operações e Defesa Interna
DSO	Democratic Students’ Organization
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GPPI	Global Public Policy Institute
GU	Universidade de Golestan (Golestan University)
GZU	Universidade de Guizhou (Guizhou University)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOC	Instituto Oswaldo Cruz
IPEA	Instituto de Pesquisa Econmica Aplicada
LAUT	Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo

ME	Movimentos Estudantis
MEC	Ministério da Educação
METU	Middle East Technical University
MNU	Movimento Negro Unificado
NEPEM/UFMG	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais
PCC	Partido Comunista Chinês
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PU	Universidade de Punjabi (Punjabi University)
SAR	Scholars at Risk
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
STF	Supremo Tribunal Federal
SU	Sharda University
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TER	Tribunal Regional Eleitoral
UDF	Universidade do Distrito Federal
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFF	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGD	Universidade da Grande Dourados
UFPA	Universidade Federal do Pará

UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UKC	Universidade de Kent (University of Kent at Canterbury)
UNB	Universidade de Brasília
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UPE	Universidade Estadual de Pernambuco
USP	Universidade de São Paulo
USU	University of Sumatera Utara/North Sumatra University
UT	Universidade de Teerã (University of Tehran)
XJASS	Academia de Ciências Sociais de Xinjiang (Xinjiang Academy of Social Sciences)

SUMÁRIO A

1.	Armando o jogo.....	15
2.	O risco de uma Pesquisa.....	29
3.	Pesquisa e Modernidade.....	33
4.	Pesquisa e Colonialidade.....	44
5.	O Estado de Xeque.....	56
6.	Estratégia.....	58
7.	Free to Think 2019: Global.....	64
8.	Free to Think 2019: Brasil.....	95
9.	A Audiência Pública.....	110
10.	Academic Freedom in Brazil.....	118
11.	Colonialidade do Saber.....	127
12.	Colonialidade do Saber: Gênero e Sexualidade.....	132
13.	Colonialidade do Saber: Raça e Etnia.....	150
14.	Colonialidade do Saber: Natureza.....	166
15.	Partidas.....	172
	15.1. Sobre as partidas anteriores.....	172
	15.2. Sobre as partidas atuais.....	176
	15.3. Entre as velhas e as novas partidas.....	179
16.	Fontes.....	185
17.	Referências Bibliográficas.....	185

SUMÁRIO B

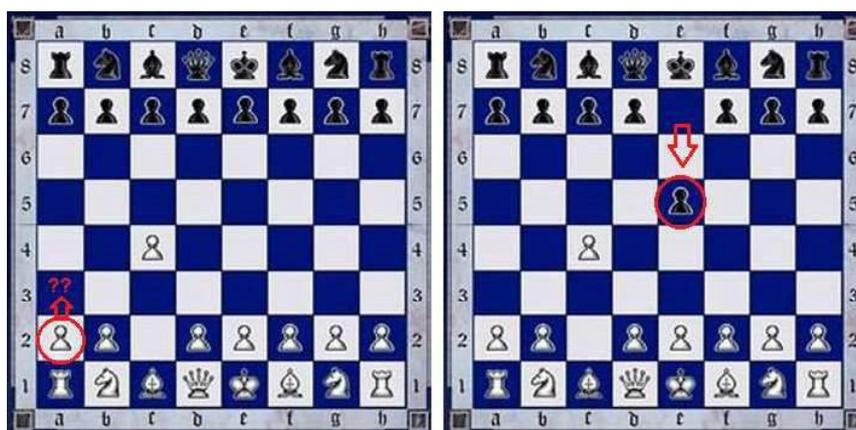
PARTE I.....	25
PARTE II.....	35
PARTE III.....	77
PARTE IV.....	83
PARTE V.....	87
PARTE VI.....	90
PARTE VII.....	105
PARTE VIII.....	108
PARTE IX.....	126
PARTE X.....	181

1. Armando o jogo

O percurso deste trabalho se constituiu a partir da ideia de uma pesquisa-movimento que é guiada pelo desinteresse. Se isso é um jogo, não é possível que os movimentos idealizados não se modifiquem diante dos cenários sempre reinventados que se colocam no tabuleiro. No jogo de xadrez tradicional, cada jogadora(r) possui 16 peças de 6 tipos. Cada tipo de peça se move de uma maneira diferente pelas 64 casas disponíveis. O objetivo do jogo é colocar o rei adversário na posição de xeque-mate, ou seja, ameaçá-lo de maneira que sua captura seja inevitável.

Os peões, por exemplo, podem andar apenas na direção vertical, passando uma casa por vez, e atacam somente as peças adversárias situadas nas casas adjacentes à sua posição em um movimento diagonal¹. Os bispos, por sua vez, andam e atacam na mesma direção: em diagonal; mas podendo se locomover pela quantidade de casas desejadas. Com exceção do cavalo, em seus movimentos básicos nenhuma peça pode pular por cima das outras, sendo necessário que se tenham casas vazias disponíveis entre o ponto de partida e o de destino para a execução dos movimentos. A vitória do jogo será garantida pela efetividade da estratégia adotada pela(o) jogadora(r) em questão.

Agora, suponhamos que estejamos em um jogo de xadrez. Se em um primeiro momento minha ideia era mover o peão da casa A2 para a casa A3, isso irá se modificar se, na jogada seguinte, o adversário posicionar o seu peão da casa E7 para a casa E5, abrindo espaço para o bispo da F8. Diante da mudança de cenário, a estratégia deverá ser recalculada, uma vez que a jogada anterior passa a não ser mais interessante.



¹Exceto no primeiro movimento de cada peão, onde é possível se deslocar duas casas por vez. Embora haja certas condições que permitam a algumas peças movimentos excepcionais, nessa dissertação tratarei apenas dos movimentos considerados 'básicos' no jogo".



Essa dissertação pretende seguir o mesmo princípio: Busco iniciar esse jogo a partir da estratégia inicial de perseguir um primeiro objeto. Entretanto, no momento que os obstáculos aparecerem, não me parecerá custoso optar por reformular a jogada e elaborar um novo rumo, entendendo ao mesmo tempo que não é necessário, ou sequer possível, que se esconda os movimentos anteriores ao seguinte. Cada casa do tabuleiro pode levar a um novo movimento. Quando esse movimento parecer desinteressante, quando aquilo eleito para ser analisado já parecer insuficiente ou pouco estratégico... é hora de mudar o plano! Dessa forma, o desinteresse é o termômetro que guia a partida. Por outro lado, as estratégias serão forjadas mediante preocupações ético-políticas que me acompanham a cada rodada.

Assim, essa pesquisa-movimento escancara o próprio trajeto. A todo momento aparecem impasses, dúvidas e anseios que questionam a jogada anterior. São as peças do adversário se locomovendo. Esses movimentos estão registrados e podem ser acompanhados nas casas pretas do tabuleiro. Acredito, inclusive, que este método seja próprio de muitos processos de pesquisa. Porém, algumas vezes, se escolhe por esconder este percurso e apresentar um estudo pronto, consistente e coerente em sua forma de produto final, como se assim ele sempre tivesse sido.

Aqui, opto por convidar as leitoras e leitores a se perderem junto comigo e conhecerem as diversas vezes em que o jogo parecia estar perdido. Aliás, sequer se trata de perder ou ganhar, mas sim da possibilidade de tornar esse jogo interminável. Até que o que o interrompa seja simplesmente o ansiar por uma nova partida. E nada mais.

Dito isso, não há problema nenhum em eu revelar para vocês que escrevo essa metodologia após já ter produzido cerca de 100 páginas dessa dissertação. A verdade é que o método também foi se modificando, até que virou isso aqui que vocês estão lendo

agora. Como boa parte da escrita já aconteceu, para ajudar as(os) leitoras(es) a jogarem esse jogo comigo, compartilharei o que acabou virando o mapa das minhas estratégias.

A partir de uma experiência pessoal, comecei a pensar se aquilo que eu havia vivido também não era compartilhado por outras pessoas. Por falta de formas para nomear, chamei o estado em que me encontrava de “Estado de Xeque”. Assim, ficava imaginando se outras pessoas também passavam por esse estado-situação-sentimento. Foram muitas as discussões teóricas e sensíveis que tive com minha namorada, Carla de Moura², para a compreensão do problema em suas instâncias teóricas, conceituais, metodológicas e afetivas. Naquele momento, ela estava muito implicada com as discussões acerca dos estudos decoloniais. Resolvemos então realizar um curso de Feminismo Decolonial ministrado pela professora Helena Vieira³. Diante disso, certas perguntas passaram a me ocorrer: será que é possível realizar uma análise sobre pesquisadoras(es) em risco a partir de teorias que denunciam os poderes coloniais em engrenagem na atualidade?; as histórias dos casos destas universitárias(os) que experimentaram o risco têm relação com algum tema específico que ameaça as várias formas de colonialidade – do poder, do ser, do saber, do gênero, da natureza, da sexualidade?

Buscando isso, encontrei algumas notícias que retratavam casos de pesquisadoras(es) ameaçadas(os) no Brasil. Foi quando me deparei com um material que me chamou atenção. Assim, inicialmente, eu pretendia analisar a publicação *Free to Think 2019* (FONTE 1)⁴, elaborada pela rede internacional *Scholars At Risk* que tem como objetivo refletir e propor ações em relação à situação de perseguição a acadêmicas(os) no mundo inteiro, e cujo cenário brasileiro fora eleito para estampar a capa. Meu objetivo era, a partir da compreensão de que “fazer Psicologia pode ser buscar os modos de subjetivação contemporâneos” (HENNIGEN, 2006, p. 52), compreender que elementos compõem e constroem as situações de risco em uma pesquisa, bem como refletir sobre as denúncias de violências e possibilidades de proteção de acadêmicos em risco no mundo.

Ao me deparar com o material, começou a surgir mais uma série de perguntas que passaram a guiar as minhas estratégias iniciais, forjando os primeiros movimentos. Quais

²Carla de Moura é historiadora, mestra em Ensino de História, doutoranda e professora exonerada da rede básica de ensino. Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/0969509890649732>

³Helena Vieira é pesquisadora, transfeminista e escritora. Ver mais em: <https://kope.org/professores/helena-vieira/>

⁴Irei me referir aos materiais analisados como FONTE 1, FONTE 2 e FONTE 3, respectivamente à ordem da análise. Isso inclui referências às citações diretas e indiretas.

são as pesquisas ou posicionamentos que têm sido alvos de ameaça no contexto do ensino superior? Há alguma relação possível de ser traçada entre as características dos temas pesquisados, o posicionamento de suas(seus) autoras(es) e a incidência de uma ameaça? E que ameaças são essas? De onde emergem e do que estão a favor? Quais relações de conexões e rupturas entre estes casos poderíamos traçar? Como são distribuídas geopoliticamente as pesquisas consideradas de risco? Com tantas pessoas ameaçadas por diferentes razões nos cantos do mundo, por que interessa salvaguardar a(o) pesquisadora(r)?

Se continuarmos pensando em um jogo de xadrez, eu poderia dizer que cada questão me levava a uma nova casa e modificava o cenário do tabuleiro. A partir do movimento, outras perguntas iam surgindo e, aos poucos, o jogo ia acontecendo de maneira que as estratégias passavam por reformulações. À medida que eu ia analisando o relatório *Free to Think 2019*, acabava encontrando uma série de obstáculos, os quais, ao invés de desviar, tentei enfrentar à medida que os exponho ao longo do texto.

Quando este relatório foi esmiuçado a ponto de se tornar desinteressante, um novo caminho se atravessou: uma série de episódios sobre pesquisadoras(es) em risco no Brasil começou a ganhar destaque na imprensa. Este fato me levou a recalculer a estratégia de pensar em um sistema-mundo para dirigir minhas análises ao cenário local. Por conta disso, interessou aqui analisar teoricamente como os aspectos localizados a partir do problema das pesquisas em risco desde um contexto global também podem ser encontrados localmente. A necessidade de abordar essa questão é apontada por Cusicanqui (2010) ao considerar que discutir sobre modernidade e descolonização sem prestar atenção às dinâmicas internas dos subalternos é um ato neutralizador das práticas descolonizantes. É a partir dessa reflexão que a autora propõe o uso do conceito de “economia política do conhecimento” em contraposição ao de “geopolítica do conhecimento” para uma análise que não se limite ao prisma das superestruturas.

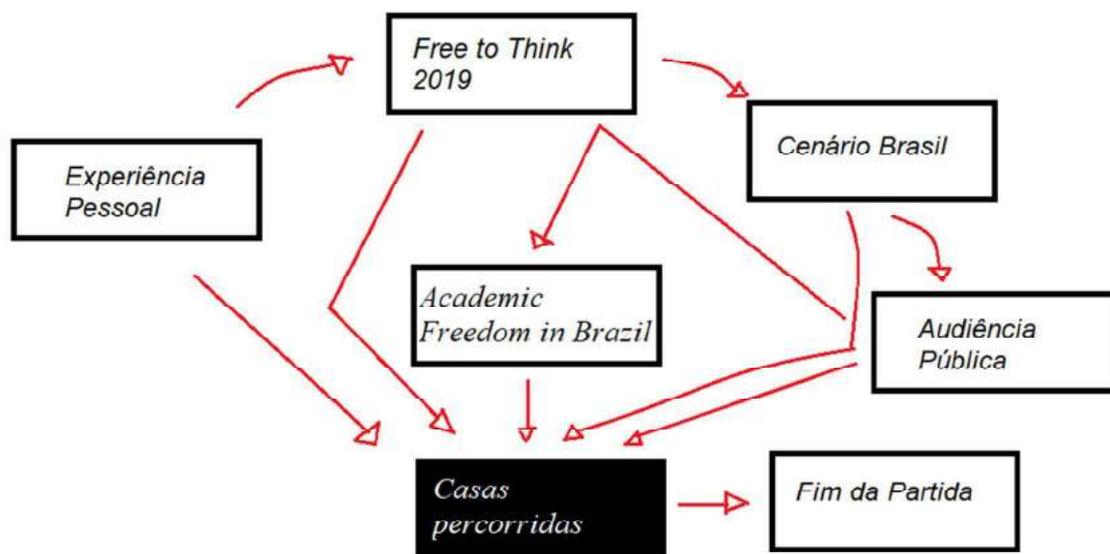
As informações pareciam vastas e difíceis de organizar. Em meio a tanto material, a Câmara dos Deputados organizou uma Audiência Pública Extraordinária dirigida pela Comissão de Ciência e Tecnologia cujo título era “Denúncias de perseguições a pesquisadores no Brasil” (FONTE 2). A análise das informações apresentadas pelas(os) palestrantes trouxe novas peças para o jogo, reformulando mais uma vez o problema anterior.

Nessa audiência, entre diversas questões, foi mencionado o fato de o Brasil ter aparecido no relatório de 2019 da *Scholars At Risk*, o que parecia um indício de que eu

deveria retornar àquela posição inicial: ao Free to Think 2019. Só que o que ocorre é que foi informado neste mesmo evento que a publicação do relatório foi seguida por um pedido de uma outra instituição, a *Global Public Policy Institute (GPPi)*, para que se realizasse um estudo de caso em nosso país das limitações sofridas às liberdades acadêmicas. A partir de então, o Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT) realizou – e ainda está realizando - uma série de estudos sobre o tema, entre eles o relatório de pesquisa *Academic Freedom in Brazil - A Case Study on Recent Developments* (FONTE 3), publicado em setembro de 2020, que apresenta um panorama das diferentes dimensões da liberdade acadêmica ameaçadas no país. Era evidente que agora era esse material que deveria ser perseguido.

Entretanto, quando o processo teórico-analítico já parecia incapaz de dar conta da complexidade das discussões trazidas, ele próprio se mostrou insuficiente. A estratégia fora então mais uma vez reformulada, a partir do momento em que entendi que só restava à literatura dar conta de determinadas sensibilidades. Diante disso, a jogada mais eficaz se apresentou na escolha pela exposição dos movimentos percorridos pelas casas pretas no corpo deste texto. Uma forma de, enfim, esmiuçar aquilo que parecia até então indigerível.

Sendo assim, o jogo assumiu a seguinte forma:



Todos esses movimentos são acompanhados de reflexões teóricas, que servem como ferramentas para enfrentar os obstáculos que estão em jogo. É importante dizer que utilizo como aporte teórico-epistemológico as perspectivas decolonial e descolonial, que abrangem tanto os conceitos trazidos pelos autores e autoras do grupo

Modernidade/Colonialidade, quanto as perspectivas lesbofeministas antirracistas que compõem essa abordagem. Como aponta Nunes, o feminismo decolonial é:

um movimento teórico-metodológico de ação política, contra-hegemônico, abrangente, ramificado e em plena formação, amadurecimento e crescimento. Composto por pensadoras da América Latina e Caribe, ou preferencialmente, de Abya Yala, propõe-se antirracista e descolonizador. (...) As propostas centrais do feminismo decolonial baseiam-se em: revisitar, problematizar e expandir as teorizações e as propostas políticas feministas hegemônicas, inseridas dentro do pressuposto universal branco, burguês, heterossexual, norte-global, a partir da emergência do legado intelectual das feministas negras, chicanas e sul-mundistas; visibilizar os processos de colonialidade/modernidade (...) e o epistemicídio, imposto desde o norte, sobre os conhecimentos, saberes e práticas do sulglobal, expandindo conceitos chave das teorias da decolonialidade produzidas anteriormente; e principalmente, visibilizar e produzir outras linguagens, epistemologias e ontologias feministas sobre os sujeitos e suas práticas a partir de corporalidades sulificadas, evidenciando que as racializações e generificações são parte intrínseca da formação do projeto colonial, ou colonialidade/modernidade. (NUNES, 2019, p. 43-44).

Entretanto, embora não catalogadas(os) desde esta perspectiva, utilizo-me também das propostas de algumas(uns) autoras(es) que acredito dialogarem com as discussões propostas pelas teóricas e teóricos considerados decoloniais e descoloniais, embora não necessariamente se enquadrem nessa perspectiva do pensamento.

Como já dito anteriormente, junto às análises teóricas, busco trazer para o tabuleiro preocupações éticas que me acompanham ao longo das discussões. Este trabalho se debruça sobre os aspectos das pesquisas de risco, inicialmente, a partir das concepções de Modernidade e Colonialidade. Entretanto, a abordagem desses temas por uma pesquisadora branca implica, necessariamente, na realização de uma autoanálise enquanto pressuposto ético e teórico para a operacionalidade dessa pesquisa. Ao menos, é isso que compreendo ao ler Grada Kilomba dizendo que:

Quando os acadêmicos/as brancos/as afirmam ter um discurso neutro e objetivo, eles/as não estão reconhecendo que também escrevem a partir de um lugar específico, que, naturalmente, não é neutro nem objetivo, tampouco universal, mas dominante. Eles/as escrevem a partir de um lugar de poder. (KILOMBA, 2016a, p. 7-8).

Dessa forma, enquanto pressuposto ético torna-se imprescindível afirmar o lugar desde onde falo: de mulher, cis, branca, lésbica, classe média, universitária e militante. Isso se faz importante para que se possa apontar que essa escrita não é - e nem se pretende ser - neutra ou dotada de uma objetividade supostamente universal. Ela é localizada e atravessada, como toda produção científica, por valores, experiências e emoções

(COLLINS, 2019), dos quais, contrariando os pressupostos modernos, não pretendo me desimplicar.

Segundo Cardoso (2010), branquitude se refere à identidade racial branca, que não é homogênea e nem estável, já que se modifica através do tempo e a partir de influências locais e globais, mas que, sobretudo, “é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo” (CARDOSO, 2010, p. 611). Assim, se a colonialidade é aquilo que funda e se sustenta a partir da ideia de raça, apontar o lugar da branquitude dentro desse sistema se faz fundamental.

Nesse sentido, tomo minha vivência, desde o meu corpo enquanto branca e universitária, como objeto de análise para refletir sobre a maneira como certas relações de poder são reproduzidas em um contexto local e em função da colonialidade. Trata-se da investigação, partindo da hipótese de que o risco de se fazer uma pesquisa tenha alguma conexão com os pressupostos de organização do sistema-mundo moderno/colonial. É diante disso que consigo identificar, desde a minha inserção enquanto branca em uma universidade do sul-global, que as relações de poder com base nas classificações étnicas-raciais - e na própria colonialidade em si - atravessam este ato de realizar uma pesquisa.

Para além de ser branca, também sou uma mulher; uma mulher cis e uma mulher cis lésbica. Por conta disso, há ainda uma preocupação ética atravessada neste trabalho ao que se refere às questões de gênero e sexualidade. Essa preocupação está presente na maneira como as palavras encontram a escrita dessa dissertação. Para ser sincera, foi somente após o processo de qualificação desse projeto de pesquisa que me dei conta do quanto era importante que não se fizesse uso de uma linguagem sexista neste trabalho. A maneira como flexionamos os substantivos e adjetivos, por exemplo, refletem uma posição ética, estética e política que não pode ser ignorada.

Assim, sempre que houver generalizações referentes a uma categoria que compreenda homens e mulheres, opto pelo uso de flexões, artigos e pronomes no gênero feminino, como forma de buscar uma linguagem menos sexista ao longo da dissertação. Embora acredite que o ideal seria utilizar flexões de gênero neutro como forma de respeito às identidades que não se limitam ao binômio homem x mulher, ainda não encontrei uma maneira de realizar isso dentro do ambiente acadêmico – ou, talvez, só me falte a coragem. De toda forma, as preocupações com questões de gênero não se limitam ao uso da linguagem. De maneira similar ao que proponho realizar com as questões de

raça/branquitude, busco estar atenta aos atravessamentos, silenciosos ou não, que implicam em posições específicas que pessoas não-homens, não-heterossexuais e não-cisgêneras possam vir a ocupar.

Todas essas preocupações, porém, não são possíveis de serem segmentadas, pois estão, a todo momento, articulando-se umas às outras. É aquilo que Kimberley Crenshaw (2002) dá o nome de interseccionalidade, e que Jurema Werneck explica de forma precisa quando fala que:

(...) ser mulher, não ser branca, habitar países do sul, ser pobre, etc., são fatores que, num contexto marcado por ideologias produtoras de iniquidade como racismo, sexismo e outras, produzem as vulnerabilidades a que milhões de pessoas estão expostas. A ocorrência destes fatores e suas intensidades sobre pessoas e grupos populacionais vai impactar de forma simultânea, sincrônica, não sendo possível separá-los ao longo da experiência concreta de cada indivíduo ou povo. É a isto que chamamos de interseccionalidade. (WERNECK, 2015, p. 3).

A interseccionalidade, como explica Carla Akotirene (2018), deve também permitir a localização dos contextos geopolíticos:

Com efeito, a interseccionalidade exige orientação geopolítica. Ori rege cabeças negras em diálogo com as epistemologias do Sul. Do ponto de vista feminista negro, intelectuais estadunidenses são consideradas como tais – saberes periféricos do lado sul-nortista: norte porque, dos Estados Unidos, vivem sob a batuta supremacista-imperialista de publicação, difusão e tradução de conhecimento ao resto do mundo, e sul, pois sofrem racismo e sexismo epistêmicos impostos pela geografia do saber do Norte Global. Antes de serem estadunidenses, as feministas são negras e refletem experiências. (AKOTIRENE, 2018, p. 21).

Apesar de Crenshaw (2002), desde tal perspectiva, estar situada ao lado sul-nortista, teóricas do sul-global vem reivindicando que o sentido atribuído a esta palavra já vinha sendo discutido por teóricas do sul global e, em especial, por intelectuais negras brasileiras, na década de 70 – enquanto a sistematização do conceito pela autora estadunidense data o ano de 1989. Lélia Gonzalez, por exemplo, seria uma dessas intelectuais que revela o “arranjo ancestral” da ideia, configurando algo como uma “antecipação conceitual de interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2018, p. 22). Em todo caso, Carla Akotirene, em seu livro “O que é Interseccionalidade?” a define da seguinte forma:

(...) [o conceito de interseccionalidade] é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros. Surge da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal (...)

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado (...). (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

Partindo desse pressuposto, minha intenção é de que esses temas – racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - apareçam de maneira transversal nessa escrita, na forma de uma preocupação e de uma tentativa. Preocupação, no sentido de estar atenta à análise dos marcadores e de apontar para sua relevância sempre que isso se parecer necessário. Tentativa, porque não tenho a pretensão de conseguir dar conta da totalidade de como as diversas opressões e privilégios incidem sobre os corpos, tendo em vista a maneira como naturalizamos e reproduzimos as estruturas sociais.

Contudo, o conceito e, sobretudo, o uso da interseccionalidade enquanto uma ferramenta de análise está em disputa. São várias as críticas, considerações e denúncias sobre o “mal-uso” do conceito que vêm sendo apontadas. Entre elas, resalto aqui a constatação de que o termo vem sofrendo uma apropriação neoliberal que desemboca em um desvio por parte de organizações internacionais, que utilizam o termo para reafirmar a superioridade dos países do Norte. A interseccionalidade parece estar sendo apropriada para servir a tal papel, à medida que é usada de forma a desconsiderar os atravessamentos de raça e os pressupostos da colonialidade.

A matriz de opressão europeia tem procurado retirar os racismos ocidentais do foco usando a interseccionalidade para cruzar gênero-nação-sexualidade, de modo a expor quão desempoderadas são as mulheres terceiro-mundistas. As categorias gênero e sexualidade, racializadas, permitem nomear os africanos de homófobos, cultos de orixás de amaldiçoados, de perversos os sacrifícios animais, homens negros de feminicidas, normativos e incivilizados, opostos à Europa e aos Estados Unidos. (AKOTIRENE, 2018, p. 25).

Outra crítica ao conceito importante de ser considerada é o seu uso desmedido e descuidado realizado por pessoas brancas e aparentemente bem-intencionadas (como eu) ou, em outras palavras, pela “branquitude crítica”. Esse descuido se refere especificamente ao uso da ferramenta analítica de forma a transversalizar diversos marcadores sociais sem, no entanto, considerar o atravessamentos étnico-raciais - tal qual tem sido realizado na situação anteriormente mencionada. Akotirene, mais uma vez, dá conta de contextualizar a crítica, orientando inclusive a identidade branca, sobre o uso ético do conceito:

Mesmo a branquitude crítica, definida categoricamente por Lourenço Cardoso como aquela reflexiva sobre a respectiva condição antirracista e privilegiada por ser branca, não deveria empregar interseccionalidade em benefício analítico próprio, quiçá, usar da gramática racial para reconhecer esse lugar, quando contextos forem neutralizados raça por classe, geração, escolaridade, religião, território, profissão dentre outros marcadores sociais, erroneamente agregados no lugar de raça. Cabe à identidade branca usar interseccionalidade

para desconstruir a falsa vulnerabilidade uniformizada, demonstrar o contexto das branquitudes. (AKOTIRENE, 2018, p. 30).

Embora acredite que tais considerações sejam imprescindíveis no que diz respeito aos marcadores de raça e etnia, é importante ressaltar que não considero que exista uma hierarquia entre as categorias de opressão, uma vez que parecem, no final das contas, estarem fundadas nos mesmos pressupostos. Sendo assim, e a partir de todos estes lugares que ocupo, busco escutar as palavras de Audrey Lorde:

Eu aprendi que sexismo (a crença na superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros e, assim, seu direito de dominar) e heterossexismo (a crença na superioridade inerente de uma forma de amar sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar) vêm, os dois, do mesmo lugar que o racismo – a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar. Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as pessoas negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão. (LORDE, 2019, p. 244).

Tais considerações são reafirmadas por Carla Akotirene e nos levam à terceira crítica sobre o conceito de interseccionalidade que é importante de ser ressaltada. Para a autora, além da afirmação de que não é possível hierarquizar opressões, a interseccionalidade precisa ser afirmada em sua função. Após a localização das identidades subalternizadas, é imprescindível que se identifique como reagir a tais estruturas. Nesse sentido, um olhar para as resistências se torna fundamental. Nas palavras da autora:

Recomenda-se, pela interseccionalidade, a articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes reposicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, para finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista. (...) Portanto, na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento está interceptado pelas estruturas. (...) Não existe hierarquia de opressão, já aprendemos. Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. (AKOTIRENE, 2018, p. 28).

Dito isso, informo que as peças já estão prontas no tabuleiro.

Que o jogo comece!

PARTE I A PESQUISA DE UM RISCO

Sem ter para onde fugir, me rendo ao refúgio da escrita. Que se impõe agora mais como exposição do que abrigo. Algo cindiu em mim. Desde a chave de braço, a visão entre as grades, o contragolpe do processo. As palavras não fogem, me perseguem. Resisto a elas como uma presa aniquilada por ser sua própria caça. O que querem de mim, se não as vísceras? E se por todos os lugares da cidade habita a ameaça sobre a vida, não há como me esconder do meu olhar na minha própria toca. Encurralamento de si. Estado de Xeque. A peça do soberano que perde o poder sobre os seus movimentos é a representação da exceção na metáfora do jogo. O espírito ritualizando para sempre a sua passagem, enquanto o corpo, imóvel, simula vida no tabuleiro. Quem ficou na prisão não fui eu, foram as minhas palavras. Aqui, um plano de resgate. Não se trata do desespero: é a angústia que vem. Escrever, escrever, escrever. Forjar um movimento. Empurrar o pensamento que perdeu a coragem de saber. Outra ameaça, mais uma suspensão. Quantas virão? A linha do possível se fragmenta sob os corpos marcados pela história.

A minha pesquisa emerge de um encadeamento de experiências que vão operando desde uma trajetória pessoal, onde cada evento parece reformular o problema em questão. Desta forma, me proponho a persegui-lo, sem a presunção, ao menos ainda, de prever os caminhos futuros de tal trajetória. Cabe ressaltar, porém, que essa empreitada não se resume a uma questão pessoal. Parto do pressuposto de que a escrita de si constitui um exercício diferente da escrita sobre si, na medida em que o primeiro ato diz não só de uma experiência singular, mas de como seus atravessamentos implicam em experiências compartilhadas por demais sujeitos a partir de processos de subjetivação vigentes¹. Assim, torna-se imprescindível traçar os percursos que me trouxeram a esta pesquisa, na forma que agora ela se encontra.

Definir um ponto de origem já constitui, por si só, um desafio. Entretanto, recorro a um evento marcante em minha vida que redirecionou abruptamente a minha maneira de

¹ Pensamento elaborado a partir de reflexões contidas na obra “Relatar a si mesmo” de Judith Butler e do texto “O que é um Autor” de Michel Foucault.

entender determinadas questões, bem como a forma na qual eu me coloco enquanto ação neste mundo. Começo essa narrativa no dia em que fui presa. Esse acontecimento diz de um tempo presente, em que os movimentos sociais têm sido constantemente criminalizados – se bem que, afinal, quando não foram? Fala das lutas do nosso tempo e suas táticas. Diz da estratégia de ocupação utilizada pelos estudantes secundaristas na luta pela educação pública. Fala também dos atravessamentos do corpo. Da diferença com que cada ação incide sobre os marcadores, em especial os de raça e classe.

Essa experiência que aqui começo a narrar, incide sobre um corpo de mulher, cis, lésbica, branca, classe média, universitária e militante. Que por tais especificidades, dentre outras tantas condições e agenciamentos, virou réu em um processo judicial pelo fato de ter se colocado como apoiadora da ação de um grupo de estudantes que ocupou a Secretaria da Fazenda do estado. Que, por conta de seus privilégios, permaneceu não mais que uma noite no presídio. E que por orientação de seus advogados assinou um Termo de Ajuste de Conduta, no qual, desde então, lhe impôs certas limitações.

Impedida de ir a protestos e manifestações, forjei minha linha de fuga na pesquisa de um lugar que julgava seguro me inserir. Aquele que parecia ser o polo oposto ao qual eu me colocava até então. Em um contexto de avanço do conservadorismo e do surgimento de uma série de movimentos totalitários – racistas, elitistas, sexistas, e homo-lesbo-transfóbicos –, que foram se intensificando desde a campanha eleitoral do atual governo, ficar omissa não era uma opção. Assim, ao invés de marchar ao lado daquelas(es) que se manifestavam contra as práticas de suspensão de direitos e o desmonte de políticas públicas, quis entender como se davam certos processos por aqueles que as apoiavam.

Depois de circular por alguns destes espaços, resolvi realizar uma pesquisa sobre os discursos presentes em [REDACTED] que se autocalizavam no espectro político da direita e no que denominavam ser “terceiros posicionamentos” - nazismos, fascismos e ultranacionalismos. A partir de uma imersão neste campo, constatei a forte presença de discursos de ódio machistas/misóginos e racistas nas discussões em um [REDACTED] de ódio chamado [REDACTED]. Me interessava saber quais eram as condições de possibilidades para a emergência desses discursos, bem como que noções de branquitude e masculinidades ali habitavam. Entender estes processos me parecia importante para ajudar na elaboração de estratégias de combate às opressões de raça e gênero na atualidade.

Entretanto, mais uma vez, meu percurso foi atravessado por uma significativa ruptura. Após a divulgação da minha pesquisa, recebi uma série de ameaças vindas deste [REDACTED] que eu estudava. Estas ameaças colocavam em risco não só a minha integridade física, como também intimidavam a universidade a qual eu estou vinculada. Esse acontecimento diz de um acirramento político. Coloca em questão o anonimato, a liberdade de expressão e a autoria. Desloca o suposto lugar seguro da pesquisa. Faz questionar se qualquer tema é passível de investigação no meio acadêmico. Indaga se existem “temas proibidos” sobre os quais é necessário silenciar.

Fato é que, no lugar de ré em um processo judicial, virei vítima em uma ocorrência policial e estas fronteiras começaram a se embaralhar. Diante da impossibilidade de estar presente em meio aos movimentos sociais investigando a suas práticas de modo a produzir com e, por outro lado, do impedimento de estudar os movimentos de ódio que compõem o nosso cenário político, me deparei com um novo problema: o que fazer diante de tal silenciamento? Este novo problema se desdobra em outros tantos, colocando em jogo as sensações que estes eventos produziram, as condições de possibilidade para a sua emergência e, ainda, o modo em que narrá-los se faz ou não possível. Questiono agora, se esta seria uma política do medo na forma de censura, sobre a qual, entretanto, não é possível delimitar em termos legais. Em tese, não há nada no Termo de Ajuste de Conduta que explicita a impossibilidade de exercer o direito à livre manifestação presente no Art. 5º da Constituição. Do mesmo modo, não há nada nas cláusulas dos regulamentos da universidade que proíbam a pesquisa sobre determinados temas. Porém, nas entrelinhas das configurações forjadas pela determinação de tais acontecimentos produz-se um silenciamento que se sustenta em outras condições.

Talvez menos um silenciamento, mais uma paralisia. Um lugar específico entre a impossibilidade de ação e a potência do agir, intrincados por uma ameaça sem nome ou rosto, a produção de um medo. É o olhar cinicamente cego da representação da justiça, a face plana do anonimato nos [REDACTED] de ódio. A este estado produzido por uma ameaça invisível, operado pelo medo e materializado na produção de um risco, que coloca em suspensão os movimentos possíveis, dou o nome de *Estado de Xeque*.

Como em um tabuleiro de xadrez, o Estado de Xeque diz de um momento específico, que não necessariamente antecede ao xeque-mate, mas que impreterivelmente se diferencia dele, e que limita as possibilidades de deslocamento das peças do jogo. O rei encontra-se sob ameaça. Não há movimento, se não o de escape. Isso pode significar o deslocamento de uma outra peça, uma jogada de contra-ataque, uma fuga. O modo como

o resto do jogo se desenrola não é delimitado por um enredo fixo, e aqui, tampouco importa. Interessa mesmo é analisar este momento específico, em que a jogadora(r) adversária(o) se vê inclinada(o) a anunciar: “xeque!” e passar a sua vez. Este estado de suspensão frente ao risco.

O Estado de Xeque incide sobre a pesquisa. A experiência que se coloca no momento que se é impedido de publicar certo estudo evidencia que a escrita não está livre deste jogo. E, de qualquer forma, tampouco teria razões para estar. Dessa maneira, não seria possível empreender uma pesquisa sobre o Estado de Xeque sem pressupor o Estado de Xeque na pesquisa. Em outras palavras: a pesquisa de um risco diz do risco de uma pesquisa e, sendo assim, realizar esta pesquisa é possível?

2. O risco de uma Pesquisa

A questão do risco de se fazer uma pesquisa tem ganhado bastante destaque no contexto global. É diante da relevância que esta questão alcançou que, em 1999, foi fundada a rede internacional de instituições acadêmicas *Scholars at Risk*, que tem por objetivo defender o princípio da liberdade acadêmica e os direitos humanos fundamentais de acadêmicas(os) de todo o mundo (SAR, 2017).

Sediada nos Estados Unidos, a rede tem como propósito oferecer asilo em universidades parceiras para pesquisadoras(es), estudantes, professoras(es) e demais profissionais universitárias(os) que foram ameaçadas(os) por conta de sua atuação acadêmica em seus países de origem. Além disso, desde 2012, a SAR produz um relatório que documenta ataques ao ensino superior em todo o mundo, denominado *Academic Freedom Monitoring Project* – “Projeto de Monitoramento da Liberdade Acadêmica”. Ainda, em 2015, a SAR lançou o *Free to Think* – “Livre para Pensar” - (FONTE 1), uma revista que desde então é publicada anualmente, servindo para divulgar os dados coletados pelo Projeto de Monitoramento, além de conter matérias que dissertam sobre a situação da liberdade acadêmica em contextos específicos e apontamentos sobre as tendências atuais e emergentes em relação às estratégias usadas para ameaçar a educação superior.

Embora nem todos os casos registrados pelo projeto de monitoramento, e publicados na *Free to Think*, digam respeito a pesquisas ameaçadas – como, por exemplo, os casos em que graduandas(os) são perseguidas(os) por protestarem dentro da universidade ou, ainda, os relatos de ameaças sofridas por professoras(es) que assinaram alguma petição em desacordo com o posicionamento do governo local – a revista é precisa ao apontar que “todos esses ataques compartilham uma motivação comum: controlar ou silenciar pessoas e instituições do ensino superior” (FONTE 1, 2019, p. 3).

Por conta do conteúdo que se propõe a apresentar, escolhi os dados produzidos pela SAR como um dos materiais a serem explorados nesta pesquisa. Mais especificamente, tomo como objeto de análise o último relatório publicado na revista *Free to Think 2019*, no qual uma foto de um protesto realizado no Brasil aparece estampada em sua capa como forma de ilustrar o contexto dos acadêmicos em risco no país.

Atualmente, no Brasil, pesquisadoras(es) reconhecidas(os) acabaram por se tornar grandes expoentes dessa discussão, levando o assunto para as manchetes de diversos meios de comunicação. Temos como emblemáticos os casos de Marcia Tiburi e Débora

Diniz, acadêmicas que, após receberem diversas ameaças de morte direcionadas às suas pessoas e familiares, optaram pelo – como denominam - autoexílio, deixando o país. Segundo Diniz (2020) “a democracia e a ciência estão em risco no Brasil”. Ela afirma:

Não é à toa que uma das instâncias de perseguição e de desqualificação do governo que está hoje no país, do presidente [REDACTED], esteja nas universidades (...). É claro que essa é uma mensagem política do atual governo, mas é também uma concepção de uma perseguição às universidades como forma de estabelecimento de uma ordem política, de uma ordem moral. (DINIZ, 2020, s/p.).

Sensibilizada com o ocorrido, Erika Oliveira questiona e descreve o que aconteceu com Débora Diniz:

Qual é a condição dela se somente pode existir, no Brasil, com escolta policial? Tendo sofrido inúmeras ameaças por defender os direitos reprodutivos das mulheres – o direito de abortar –, Débora exilou-se porque os ataques se intensificaram, se amplificaram, espalharam-se para outros alvos: família, estudantes, todas(os) aquelas(es) que estivessem próximas(os), que fizessem parte de sua constelação político-afetiva. Pior que isso, ela passou a figurar na lista das personas non gratas de figuras públicas, como o ex-ministro da Educação, que a bloqueou de suas redes sociais, impedindo-a de realizar o exercício democrático de participação política. (OLIVEIRA, 2020, p. 4).

Ainda temos o caso de Marielle Franco, vereadora assassinada em 2018 que, para além do fato de ser uma mulher, negra, lésbica e com uma atuação política partidária crítica aos posicionamentos do governo atual e ativa na denúncia de abusos cometidos por policiais militares, havia realizado uma pesquisa de mestrado em que analisava a política de segurança pública adotada no estado do Rio de Janeiro (FRANCO, 2014). O fato de sua dissertação abordar este tema não pode ser ignorado enquanto uma condição relevante ao contexto de sua morte, uma vez que há a suspeita de que autoria do crime esteja vinculada às milícias cariocas (BBC, 2018; VEJA, 2019; EL PAÍS, 2019; IG, 2019).

Cabe questionarmos o porquê do caso de Marielle raramente ser incluído junto às situações de pesquisadoras perseguidas, como é o caso de Débora Diniz e Márcia Tiburi, por exemplo. É verdade que sua atuação transbordava os corredores acadêmicos, dado seu envolvimento com a política, partidária ou não. Ao mesmo tempo, são várias as pessoas que ocupam cargos políticos, inclusive do mesmo partido da então vereadora, e que se posicionam de forma enfática em relação a questões polêmicas, como é a da política de segurança carioca. O trágico em Marielle não pode ser reduzido aos seus marcadores, porém, é certo que eles a colocam em uma posição diferente da de outras(os) políticas(os) e pesquisadoras(es) ameaçadas(os). O risco deixa de ser um risco e é levado a cabo. O xeque se transforma em xeque-mate, embora sua força ainda persista – e é por

isso que gritamos que Marielle Vive. Mas é justamente pelo fato de ser uma mulher, preta e lésbica que a política de morte incidira tão fortemente sobre seu corpo. Recordar de Marielle também como uma pesquisadora, e uma pesquisadora que se ocupou de um tema de risco, é honrar sua trajetória intelectual e questionar o porquê não considerar sua pesquisa tão relevante quanto a de acadêmicas brancas que sofrem ameaças.

Embora estes se configurem como casos recentes, a prática de disseminação de ameaças diante à publicização de determinados posicionamentos por parte de acadêmicas(os) não é uma novidade. A professora universitária Dolores Aronovich Agüero, mais conhecida como Lola, tem sido alvo de ameaças desde 2012. Como leciona disciplinas ligadas à literatura e ao cinema, e tem sua pesquisa voltada à temas que, além destes eixos, englobam questões feministas e de gênero, resolveu criar um blog para escrever sobre estes assuntos em 2008. Desde então já registrou onze boletins de ocorrência contra grupos de ódio que a elegeram como alvo para suas perseguições.

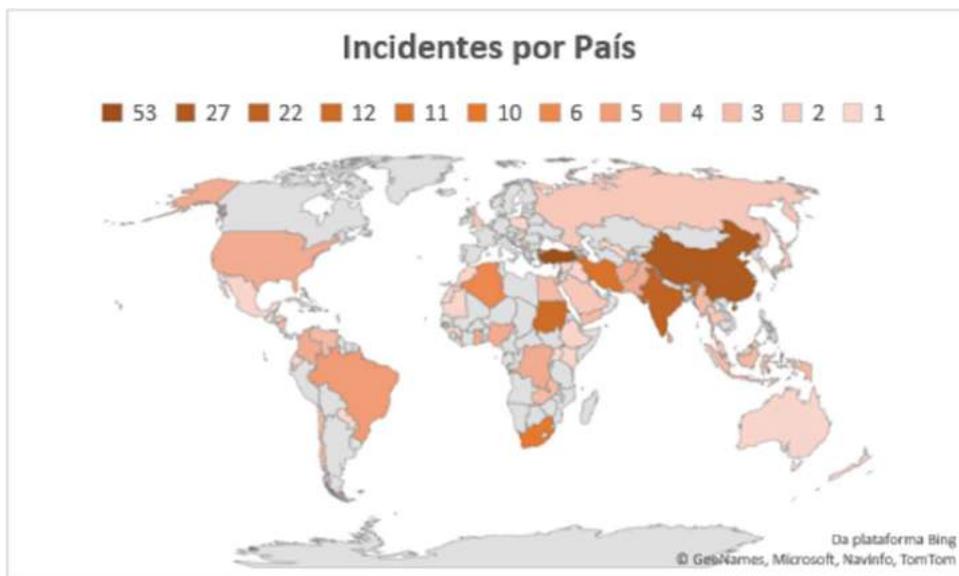
Ainda que estes casos tenham ganhado bastante repercussão por conta da notoriedade de suas vítimas, o número de estudantes e professoras(es) universitárias(os) que têm sido ameaçadas(os) nestas condições cresceu exponencialmente no país nos últimos anos. É o que aponta o *Free to Think* 2019. Segundo o relatório:

Pressões significativas no ensino superior brasileiro aumentaram no período que antecedeu e após as eleições presidenciais de 2018. Isso incluiu ações coercitivas de motivação política no campus pela polícia e outros, bem como propostas de políticas que podem ameaçar significativamente a autonomia da universidade. Além disso, autoridades públicas sugeriram limitar o financiamento para disciplinas acadêmicas aparentemente desfavorecidas ou para o ensino superior em geral, levantando uma preocupação significativa entre acadêmicos, estudantes e advogados. (FONTE 1, 2019, p. 54)⁶.

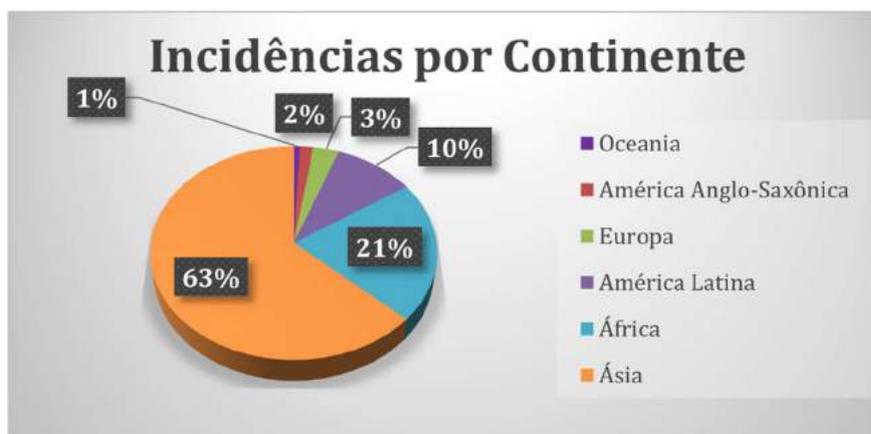
Mas, ainda segundo este documento, acadêmicas(os) em risco não são uma exclusividade do contexto brasileiro. Na revista *Free to Think* de 2019, a Índia, a Turquia, o Sudão e a China também foram destaques, tendo cada um de seus contextos recebido uma matéria exclusiva na publicação. Somente no período compreendido pelo relatório – de 1 de setembro de 2018 a 31 de agosto de 2019 – foram contabilizados 5 incidentes no

⁶ Tradução livre. No original: “Significant pressures on Brazilian higher education increased in the period leading up to and following the 2018 presidential election.⁷⁷ These included politically motivated, coercive actions on campus by police and others, as well as policy proposals that may significantly threaten university autonomy. In addition, public officials have suggested limiting funding for apparently disfavored academic disciplines, or for higher education in general, raising significant concern among scholars, students, and advocates.”

Brasil, 12 no Sudão, 22 na Índia, 27 na China e 53 na Turquia. Os dados presentes no documento estão distribuídos de acordo com o mapa⁷:



Diante destes dados, chama atenção a pouca quantidade de perseguições a acadêmicas(os) no Norte-Global ou, mais especificamente, no continente europeu. Pelo contrário, são os países da Europa que têm servido de asilo para continuidade das pesquisas relacionadas ao SAR. Precisamente, podemos afirmar que a Oceania – com 2 incidências, 1 na Austrália e 1 na Nova Zelândia -, a América Anglo-Saxônica – com 4 incidências nos Estados Unidos - e a Europa – com 6 incidências, distribuídas igualmente entre Rússia, Sérvia e Reino Unido, somadas à 1 incidência na Hungria e 1 na Polônia – somam, juntas, apenas 6% dos casos apresentados pelo relatório exposto na *Free to Think* 2019, como demonstra o gráfico⁸ abaixo:



⁷ Mapa autoral elaborado para esta pesquisa.

⁸ Gráfico autoral elaborado para esta pesquisa.

Assim, as informações apresentadas pela *Scholars At Risk* trazem à tona algumas indagações sobre o Estado de Xequê na pesquisa e sobre a maneira com que o risco incide sobre determinadas(os) acadêmicas(os) em situações específicas. Cabe questionar por que há uma grande incidência de casos relatados no Sul Global em contraponto aos poucos números registrados por países do norte. Nesse sentido, poderíamos afirmar que há uma maior possibilidade de produzir conhecimento sobre certos assuntos no Norte-Global, diante das ameaças presentes no Sul? E, sendo assim, como foi forjando tal contexto? Quais seriam as condições de possibilidade para a sua emergência? Ou, ao contrário, poderíamos afirmar que estes dados indicariam que em determinados países são produzidas mais pesquisas de risco do que em outros?

Mais do que isso, aqui interessa saber quais pesquisas, ou quais posicionamentos, são alvos de ameaças. Em outras palavras: o que é uma pesquisa de risco? Quais são as pesquisas ou posicionamentos que têm sido alvos de ameaça no contexto do ensino superior? Há alguma relação possível de ser traçada entre as características dos temas pesquisados, do posicionamento de suas(eus) autoras(es) e da incidência de uma ameaça? E que ameaças são essas? De onde emergem e do que estão a favor? Quais relações de conexões e rupturas entre estes casos poderíamos traçar?

3. Pesquisa e Modernidade

*“Roma, a cardinalícia,
Da delícia e do bom vinho,
Festeja o sábio Galileu.
Faz-lhe um convite,
Dá-lhe um palpite... zinho.”
(BRECHT, 1977, p.113)*

Para compreendermos como é produzida a situação de risco na pesquisa e no espaço universitário, talvez seja necessário empreendermos uma pequena análise de inspiração genealógica do nascimento da pesquisa científica e da emergência do paradigma epistêmico considerado hegemônico nas universidades. Segundo Castro-Gómez (2007) este paradigma emergiria a partir da maneira como as ciências começaram a pensar a si mesmas entre 1492 e 1700.

Desta forma, poderíamos destacar como ponto de partida o nascimento da ciência moderna, que estaria intrinsecamente vinculado à emergência da Modernidade enquanto tal. O próprio modelo de universidade que temos hoje se constituiu a partir dessa

racionalidade, iniciada pela Revolução Científica, oficialmente datada no século XVI (PEREIRA, 2014). De acordo com a concepção do que se convencionou chamar de “Modernidade”, este paradigma:

(...) apresentou uma nova visão de mundo que se confrontava com a do espírito medieval. Seus princípios, em comparação com os da Idade Média, foram radicalmente novos. Rompeu por completo com o passado medieval obscurantista, assentado na magia, na alquimia, no misticismo e no império da religiosidade. A modernidade começa por negar a legitimidade dessas questões e das relações dos homens daquele tempo com seu mundo, seu cosmo e seu corpo. (PEREIRA, 2014, s/p).

Ancorada em um suposto lugar neutro do saber, a ciência moderna se ocupou em estabelecer o domínio sobre a verdade, reservando a si o direito de catalogar o que se poderia apreender como conhecimento verdadeiro. Mais do que isso, viria a modificar a relação do “homem” com a natureza e a sua maneira de se colocar no mundo de forma geral. Assim:

A natureza começou a ser pensada como composta por leis acessíveis ao homem por meio de métodos racionais. O ponto central de interesse da ciência moderna era a sua crença e ambição na capacidade humana de compreender, construir e manipular o mundo. O domínio científico da natureza prometia ausência de escassez, de necessidades e domínio das calamidades naturais.

As raízes dessa nova forma de pensar o mundo e de construir o conhecimento sobre ele consolidou-se no método experimental que, tomado como o método científico, foi sendo construído com a contribuição de importantes pensadores. (PEREIRA, 2014, s/p).

PARTE II O HOMEM

Utilizo o termo “homem” entre aspas para evidenciar o sentido de humano atribuído ao sujeito homem enquanto ser dotado de masculinidade. Embora, de fato, os efeitos de tal acontecimento não estejam restritos a este âmbito – já que influenciam a trama geral das relações humanas – é importante atentarmos para os sentidos que a construção deste discurso coloca em análise.

Em outras palavras, quando se diz que a relação do “homem” com a natureza foi modificada, se está querendo dizer, de fato, que aqueles considerados homens dentro do estatuto da Modernidade são os que passaram a assumir esta nova posição. E “homem” aqui não se refere a todas as pessoas do sexo masculino, mas apenas aqueles que alcançavam tal estatuto – homens brancos e europeus. Uma vez que aqueles pertencentes ao sexo masculino que escapavam dessa categoria – como as pessoas negras e as pertencentes aos povos originários da América – sequer eram considerados humanos e, portanto, não se assemelhavam aos ideais de masculinidade providos pela Modernidade. Eram, no máximo, considerados “machos” e, sendo assim, estavam incluídos dentro do âmbito da natureza e não da racionalidade.

Do mesmo modo é que “homem” aqui não está sendo colocado de acordo com a tradicional generalização utilizada pela língua portuguesa em que, se referindo a um grupo de gênero misto, opta-se por utilizar os artigos e pronomes masculinos como maneira de nomear todo o coletivo. As mulheres não estão incluídas neste grupo e, tampouco, estavam aptas a ocuparem este lugar nos âmbitos do pensamento moderno. Nem a “mulher em si” - europeia, branca e burguesa – e muitas menos aquelas que sequer alcançavam tal estatuto de humanidade – mulheres negras ou pertencentes aos povos originários da América –, que eram consideradas apenas como fêmeas e enquadradas no âmbito da animalidade.

É o que explica Lugones (2014; 2019) e que será discutido neste trabalho mais adiante. Entretanto, essa pausa aqui se faz necessária para que se entenda que, sempre que a palavra “homem”, bem como qualquer generalização no masculino, for colocada ao longo dessa escrita, é propriamente deste lugar que se pretende universal – mas que não é! – a que me refiro, preservando o sentido do discurso que produziu tais categorias. Em contraponto, quando eu estiver me referindo a qualquer coletividade que abranja pessoas

de diferentes gêneros (que não se limitam ao binômio de homem e mulher), optei por utilizar enquanto generalização as flexões, artigos e pronomes femininos, seguidos dos seus correspondentes masculinos entre parênteses.

Um destes pensadores, o qual podemos tomar como mito fundador da ciência moderna, é o filósofo, astrônomo, físico e matemático florentino Galileu Galilei (1564-1642). Teórico do método científico, Galileu não só contribuiu para consolidar uma mudança de paradigma subjetivo no que tange a produção do conhecimento, como também conseguiu provar a inconsistência do modelo ptolomaico que afirmava que a Terra era o centro do universo. Entretanto, ao sugerir que a teoria de Copérnico estaria correta, a pesquisa de Galileu foi alvo de perseguições por parte do Tribunal do Santo Ofício. A Igreja Católica, porém, não condenou seus estudos de maneira direta, uma vez que afirmava que ele poderia dar continuidade à sua pesquisa, desde que tomada enquanto uma hipótese matemática, e não como uma verdade concreta sobre o lugar de fato em que a Terra ocupava no universo.

O dramaturgo Bertold Brecht resolve explorar este episódio com a criação da peça *A Vida de Galileu*, que teve sua primeira versão apresentada em 1943. Brecht escreve esta obra a partir da necessidade de retornar a um fato do passado diante da situação que se encontrava no presente. Escrita no momento que o autor se encontrava em exílio na Dinamarca diante da ascensão do regime nazista – o qual Brecht criticava arduamente em suas peças, além de denunciar a traição da pequena burguesia que expressava apoio aos valores nazistas – o objetivo da obra estava centrado no problema do intelectual em conflito com a sociedade em que vive e na “própria transformação da história por intermédio da ação dos homens” (SCHWARZ, 1977, p. XXI). Composta em três versões diferentes, a peça contou também com três estreias, todas marcadas pelos lugares nos quais Brecht primeiramente se exilava e, em seguida, acabava tendo que fugir outra vez. A segunda estreia, por exemplo, ocorreu em sua passagem pelos Estados Unidos, país o qual, dois anos depois, é pressionado a abandonar devido a suas concepções políticas pautadas em acusações pela Unamerican Activities Committee do Senado dos EUA. (SCHWARZ, 1977).

Enfim, Brecht discute diversos elementos da trajetória de Galileu em sua obra. A condenação “indireta” proclamada pela Igreja Católica ao pesquisador é ilustrada em um diálogo fictício entre o personagem principal e o Cardeal Bellarmino:

GALILEU: Isto quer dizer que o futuro da pesquisa científica...

BELLARMINO [Cardeal]: Está em perfeita segurança, Senhor Galileu. E isto em conformidade com o pensamento da Igreja (...). Mesmo a mencionada doutrina, o senhor é livre de lidar em forma de hipótese matemática. A ciência é filha legítima e muito amada da Igreja, Senhor Galileu. Nenhum de nós

acredita seriamente que o senhor queira solapar a confiança da Igreja. (BRECHT, 1991, p.123-124).

Em outros termos, poderíamos afirmar que não existia, nas cláusulas de seus processos, nada que impedisse Galileu de dar continuidade às suas pesquisas – que, inclusive, eram tidas como úteis pela Igreja Católica, na medida em que seus estudos simplificavam os cálculos das órbitas dos astros e auxiliavam as navegações, tornando mais precisas as rotas marítimas. Ao mesmo tempo, isso não o livrou de ser condenado a abjurar de suas ideias, de ter seus livros incluídos no *Índex*, e, enfim, de ter sido mantido em prisão domiciliar até o dia da sua morte.

Uma noite bastou para que o universo perdesse o seu ponto central; na manhã seguinte, tinha uma infinidade deles. De modo que agora o centro pode ser qualquer um, ou nenhum. Subitamente há muito lugar. Nossos navios viajam longe. As nossas estrelas giram no espaço longínquo, e mesmo no jogo de xadrez, a torre agora atravessa o tabuleiro de lado a lado. (BRECHT, 1991, p. 16).

De fato, o pai da ciência moderna também é um filho da censura. A Modernidade, de todo modo, se estabelece em meio a este conflito. Mas há algo suspenso nessa história que ainda necessita ser explorado: a condenação de Galileu nos revela o cerne da Modernidade, para além dos pilares do conhecimento científico. Afinal de contas, o que provocava temor à Igreja Católica não era em si o método utilizado na pesquisa, mas o que ela sustentava – a Terra, enfim, não é o centro do universo.

Esta afirmação é proferida no momento chave em que a Europa expandia suas colônias pela América. E era em nome da doutrina católica que se fazia possível a separação entre escravos e senhores. Segundo Abdias do Nascimento (1978, p. 52) “o papel exercido pela igreja católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em toda sua brutalidade”. A sentença de Galileu ocorreu em Roma e data no exato ano de 1633, o mesmo referido por Nascimento à pregação de Padre Antônio Vieira na Bahia:

O papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfaz com a conversão dos "infíeis", mas prosseguiu, efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo à crueldade, ao terror do desumano tráfico negreiro. Um famoso jesuíta, o Padre Antônio Vieira, célebre orador sacro, na Bahia de 1633 pregava aos escravos nestes termos:

“Escravos, estais sujeitos e obedientes em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos ... porque nesse estado em que Deus vos pôs, é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo que haveis de imitar.”

Vieira, tido e havido como exemplo da piedade e caridade cristãs entre os católicos, aconselhava aos cativos:

“Deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazido a esta, onde, instruídos na fé, vivais como cristãos e vos salveis.” (NASCIMENTO, 1978, p. 52).

Segundo Nascimento, a ideologia pregada pelo padre estava à serviço do opressor no sentido de justificar e elogiar a instituição escravocrata. Diante da doutrina, qualquer abuso deveria ser aceito já que era, senão, parte do plano divino. Mais do que isso, as águas do batismo cristão teriam o poder de “desraçar” o negro africano, tornando-o limpo e branco, erradicando sua própria raça. (NASCIMENTO, 1978, p. 53). Esse discurso não estaria restrito apenas à Igreja Católica, podendo ser encontrado também proferido por pastores protestantes e estaria enfim difundido pelo Cristianismo em qualquer de suas formas, tal como demonstra a fala do pastor inglês Morgan Goldwin, no mesmo período:

O Cristianismo estabeleceu a autoridade dos senhores sobre seus servos e escravos em tão grande medida como a que os próprios senhores poderiam havê-la prescrito... exigindo a mais estrita fidelidade... exigindo que se os sirva com o coração puro como se servissem a Deus e não a homens... E está tão longe de fomentar a resistência que não permite aos escravos a liberdade de contradizer ou a de replicar de forma indevida a seus senhores. E lhes promete a recompensa futura no céu, pelos leais serviços que tenham prestado na terra. (GOLDWIN, 1968, p.14 *apud* OLIVEIRA, 1969, p. 12).

A Terra, ao estar situada no centro do universo, não dizia só de um paradigma astrofísico, mas de uma metafísica do mundo, fruto da obra maravilhosa do divino e que tinha em seu Senhor as justificativas que sustentavam os princípios da organização da vida. Discurso similar ao de Padre Antônio Vieira também está presente na fala do Pequeno Monge em Brecht, na qual a razão da hierarquia é apresentada nestes mesmos termos.

Mas quero lembrar outras razões. O senhor permita que eu lhe fale de mim. Nasci no campo, sou filho de camponeses. São gente simples. (...) A vida deles não é boa, mas até a sua desgraça manifesta uma certa ordem. São os vários ciclos, desde os dias de lavar o chão, até as estações no olival, até o pagamento dos impostos. Há regularidade nos desastres que eles sofrem. As costas de meu pai vergam, mas não é de uma vez, é um pouco mais em cada primavera, trabalhando nas oliveiras; e os partos, é a mesma coisa, vinham regularmente, até deixar a minha mãe acabada. Para subir por esses caminhos desgraçados, arrastando um cesto e pingando suor, para parir os filhos, e até para comer, é preciso ter força, e essa força de onde é que eles tiram, se não do sentimento da constância e da necessidade, que lhes vem olhando os campos, olhando as árvores, que reverdecem todos os anos, vendo a igreja pequena, ouvindo a Bíblia aos domingos. Eles estão seguros — foram ensinados assim — de que o olho de Deus está posto neles, atento, quase ansioso, de que o espetáculo do mundo foi construído em tomo deles, para que eles, os atores, pudessem desempenhar os seus papéis grandes ou pequenos. Que diria a minha gente se ouvisse de mim que moram num pedaço pequeno de rocha que gira ininterruptamente no espaço vazio, à volta de outra estrela, um pedaço entre muitos, sem maior expressão? Para que tanta paciência e resignação diante da miséria? Elas não ficariam sem cabimento? Qual é o cabimento da Sagrada

Escritura que explicou tudo e que disse que tudo é necessário, o suor, a paciência, a fome, a submissão, se ela agora está toda errada? Não, eu vejo os olhos deles ficando ariscos, vejo como descansam a colher, vejo como eles se sentem traídos e esbulhados. (BRECHT, 1991, 132-134).

Mais do que isso, a missão civilizatória – a qual incluía a conversão ao cristianismo – estava sustentada naquilo que Maria Lugones (2014) considera a dicotomia central da modernidade colonial: a cisão essencial entre humano e não humano. Essa divisão somente é tornada possível a partir da separação anterior entre homem/natureza, ao mesmo tempo em que vai permitir a constituição de outros pares binários essenciais ao fundamento moderno.

Entretanto, antes de avançarmos sobre estes termos, talvez seja necessário aqui delimitar a que estou me referindo ao falar de “Modernidade”. Se por um lado a tomamos enquanto ruptura de um pensamento medieval, centrado no paradigma cristão, ao nascimento da ciência moderna a partir da racionalidade científica, por outro parece ser possível apontar determinadas continuidades no que tange a produção de discursos ainda muito pautados em uma doutrina religiosa. Como se não bastasse, emaranha-se com a chamada “modernidade colonial”, fazendo com que o sentido da palavra nos escape mais uma vez.

Essa confusão não pode ser concebida como mero efeito de um equívoco sobre o uso do termo, tampouco se restringe à impressão dada pelo uso de uma abordagem sobre uma sequência de fatos aparentemente desconexos. Ao contrário, é este desarranjo que faz evocar a questão fundamental que consolida o paradigma epistêmico hegemônico presente nas universidades até o momento atual. De fato, para Enrique Dussel existem dois conceitos de “Modernidade”. O primeiro é este do qual partimos e que assinalamos enquanto uma mudança de paradigma. Segundo o autor, este conceito:

(...) é eurocêntrico, provinciano, regional. [Nele] A modernidade é uma emancipação, uma “saída” da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano. Este processo ocorreria na Europa, essencialmente no século XVIII. O tempo e o espaço deste fenômeno são descritos por Hegel e comentados por Habermas (1988: 27) em sua conhecida obra sobre o tema e são unanimemente aceitos por toda a tradição européia atual (...) Chamamos a esta visão de eurocêntrica porque indica como pontos de partida da “Modernidade” fenômenos intra-europeus, e seu desenvolvimento posterior necessita unicamente da Europa para explicar o processo. Esta é aproximadamente a visão provinciana e regional desde Max Weber com sua análise sobre a “racionalização” e o “desencantamento” até Habermas. Para muitos, Galileu (condenado em 1616), Bacon (Novum Organum, 1620) ou Descartes (O Discurso do Método, 1636) seriam os iniciadores do processo moderno no século XVII. (DUSSEL, 2005, p. 27).

Entretanto, o segundo conceito proposto por Dussel diz de uma perspectiva que não pode ser explicada desde um contexto europeu cindido do mundo. De maneira oposta, só pode ser compreendido a partir da relação da Europa para além de si mesma. Mas não é à toa que estas ideias se confundem, já que a etapa da história referida por essa noção é justamente a condição de possibilidade de existência da primeira, na medida em que torna possível fixar a Europa como centro da História Mundial. Essa Modernidade teria seu início marcado pelo ano de 1492 – o mesmo referido por Castro-Gómez (2007) –, a Espanha como sua protagonista, e se fundaria na emergência do mercantilismo mundial. Sem mais delongas: inicia-se com o processo de colonização das Américas.

Se no sistema ptolomaico a Terra é o centro do universo e todos os outros planetas e astros a circundam, a Europa torna-se Moderna – e se impõe como central – ao constituir, “pela primeira vez na história, a todas as outras culturas como sua periferia” (DUSSEL, 2005, p. 27). Tardiamente, quando as ideias de Galileu passariam a ser aceitas diante da supremacia da racionalidade científica, o sol já estaria iluminando um novo centro do mundo, que denega o nosso planeta como centro do universo para se tornar ele mesmo o saber universal. Se para Dussel (2005, p. 28) “o *ego cogito* moderno foi antecedido em mais de um século pelo *ego conquiro* (eu conquisto) prático do luso-hispano que impôs sua vontade (a primeira “Vontade-de-poder” moderna) sobre o índio americano”, acrescento, inclusive, que tal enunciado só se torna possível a partir da transição de centralidade Terra-Europa que a conquista supõe (uma vez que o que a legitima é o ideal de centralidade europeia). Com o posto de centralidade ocupado, a ordem, enfim, não precisará ser destituída.

A pesquisa científica emerge, então, desde essa dupla-modernidade que a constitui. Nesse sentido, René Descartes é tido como seu precursor, atribuição essa pautada em uma linearidade histórica e tomada como equivocada segundo Castro-Gómez⁹, mas que de todo modo:

Descartes afirma que a certeza do conhecimento só é possível na medida que se produz uma distância entre o sujeito conhecedor e o objeto conhecido. Quanto maior for a distância entre o sujeito frente ao objeto, maior será a objetividade. Descartes pensava que os sentidos constituem um obstáculo epistemológico para a certeza do conhecimento e que, portanto, essa certeza somente poderia ser obtida na medida em que a ciência pudesse se fundamentar

⁹ Em nota de rodapé, o autor ressalva que: “La verdad es que la actitud objetivante frente a la naturaleza (lo que Hardt y Negri denominan el “plano de trascendencia”) venía gestándose ya desde los siglos XII y XIII en Europa, pero sólo a nivel local (Castro-Gómez, 2005b). La mundialización de este patrón ontológico se dio apenas en el siglo XVI con la conquista de América. En el siglo XVII Descartes reflexiona entonces sobre un terreno que se encuentra ya ontológicamente constituido y empíricamente mundializado. Descartes no “inaugura” nada, pero sí lo formula filosóficamente.” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 82)

em um âmbito não contaminado pelo empírico e situado fora de toda dúvida (...) O conhecimento verdadeiro (episteme) deve se fundamentar em um âmbito incorpóreo, que não poder ser outro senão o *cogito*. E o pensamento, na opinião de Descartes, é um campo meta-empírico que funciona com um modelo que nada tem a ver com a sabedoria prática e cotidiana dos homens. (...) Portanto, a certeza do conhecimento só é possível na medida em que se assenta em um ponto de observação inobservado, anterior à experiência, que devido a sua estrutura matemática não pode ser posto em dúvida sob nenhuma circunstância. (...) Descartes privilegia o método do raciocínio analítico como o único adequada para entender a natureza. (...) Não apenas a natureza física, como também o homem, as plantas, os animais, são vistos como meros autômatos, regidos por uma lógica maquínica. (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 82-83).¹⁰

A esse modelo epistemológico do conhecimento baseado em um saber supostamente neutro e que presume, necessariamente, uma distância do “sujeito conhecedor” em relação a um objeto a ser investigado, é o que Castro-Gómez vai chamar de a *hybris del punto cero*. (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 83) Partindo da metáfora do *Deus Absconditus*, *Hybris* é o pecado da desmesura, aquele que incorre quando um mortal tem a pretensão de ser passar por um ser divino.

Como Deus, o observador observa o mundo a partir de uma plataforma de observação não observada, a fim de gerar uma observação que seja verdadeira e além de qualquer dúvida. Como o Deus da metáfora, a ciência ocidental moderna fica fora do mundo (no ponto zero) para observar o mundo, mas, ao contrário de Deus, não consegue obter uma visão orgânica do mundo, apenas uma visão analítica. A ciência moderna tenta localizar-se no ponto zero de observação para ser como Deus, mas falha em observar como Deus. (...) De fato, a arrogância é o grande pecado do Ocidente: pretender ter um ponto de vista sobre todos os outros pontos de vista, mas sem que desse ponto de vista se possa ter um ponto de vista. (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 83).¹¹

¹⁰ Tradução livre. No original: “Descartes afirma que la certeza del conocimiento sólo es posible en la medida en que se produce una distancia entre el sujeto conocedor y el objeto conocido. Entre mayor sea la distancia del sujeto frente al objeto, mayor será la objetividad. Descartes pensaba que los sentidos constituyen un obstáculo epistemológico para la certeza del conocimiento y que, por tanto, esa certeza solamente podía obtenerse en la medida en que la ciencia pudiera fundamentarse en un ámbito incontaminado por lo empírico y situado fuera de toda duda. (...) El conocimiento verdadero (episteme) debe fundamentarse en un ámbito incorpóreo, que no puede ser otro sino el cogito. Y el pensamiento, en opinión de Descartes, es un ámbito meta-empírico que funciona con un modelo que nada tiene que ver con la sabiduría práctica y cotidiana de los hombres. (...) Por ello, la certeza del conocimiento sólo es posible en la medida en que se asienta en un punto de observación inobservado, previo a la experiencia, que debido a su estructura matemática no puede ser puesto en duda bajo ninguna circunstancia. (...) Descartes privilegia el método de razonamiento analítico como el único adecuado para entender la naturaleza. (...) No sólo la naturaleza física, sino también el hombre, las plantas, los animales, son vistos como meros autómatas, regidos por una lógica maquínica.”

¹¹ Tradução livre. No original: “Como Dios, el observador observa el mundo desde una plataforma inobservada de observación, con el fin de generar una observación veraz y fuera de toda duda. Como el Dios de la metáfora, la ciencia moderna occidental se sitúa fuera del mundo (en el punto cero) para observar al mundo, pero a diferencia de Dios, no consigue obtener una mirada orgánica sobre el mundo sino tan sólo una mirada analítica. La ciencia moderna pretende ubicarse en el punto cero de observación para ser como Dios, pero no logra observar como Dios. (...) De hecho, la hybris es el gran pecado de Occidente: pretender hacerse un punto de vista sobre todos los demás puntos de vista, pero sin que de ese punto de vista pueda tenerse un punto de vista.”

Essa mesma constatação já havia sido apontada por diversas(os) autoras(es) que se utilizarem de diferentes conceitos para explicar o paradigma epistêmico da ciência moderna. As teóricas feministas, em especial, têm produzido uma vasta obra sobre o tema que, para além de conceituar tal epistemologia, também se preocupam em propor outras concepções epistemológicas. Donna Haraway (2009), embora afirme que este modelo de conhecimento é fabuloso e restrito aos manuais, toma-o como um *saber descorporificado*. Patrícia Hill Collins (2019) chama a atenção para a exigência das abordagens positivistas de um distanciamento, não só do objeto a ser pesquisado, como também de valores, experiências, interesses e emoções gerados pela classe, raça, sexo e demais situações específicas da(o) pesquisadora(r). Para ambas as teóricas tais demandas estão situadas mais no nível do ideal do que do praticado, uma vez que o conhecimento científico não é realmente fabricado segundo este molde (HARAWAY, 2009) e que esse distanciamento só pode ser alcançado se “todas as características humanas, exceto a racionalidade, sejam eliminadas do processo de pesquisa” (COLLINS, 2019, p. 408).

Segundo Góes (2019), as críticas e proposições a este paradigma, por parte das teóricas feministas, podem ser divididas em três correntes epistemológicas: a empiricista, a do *standpoint* e a pós-moderna. A primeira se concentraria em denunciar o viés sexista presentes nas pesquisas científicas, contrariando a pretensão de neutralidade que o próprio empirismo impõe, sem, no entanto, deslegitimá-lo. Já o feminismo *standpoint*¹², de pressupostos marxistas, defende que a ciência não pode ser neutra e propõe a reconstrução “[d]a ideia de objetividade, que ao invés de ser entendida como a separação da subjetividade, passa a ser definida como um processo crítico desta” (GÓES, 2019 p. 3). Enfim, a corrente pós-moderna aponta que todo conhecimento é construído e, nesse sentido, seria impossível firmar um conhecimento “real” (GÓES, 2019). A estas correntes, eu acrescentaria ainda as críticas oriundas do feminismo decolonial, que podem ou não se entrecruzarem a alguns destes eixos. Estas críticas estariam fundadas na denúncia do eurocentrismo presente no paradigma científico moderno, o qual desconsidera, de sua história e de seus métodos, a relação de dominação forjada pelos países do norte-global sobre os países do sul.

Mas retornemos à Castro-Gómez (2007, p. 83), que, após dissertar sobre o conceito de *hybris del punto cero*, indaga: “Mas o que isso tudo tem a ver com o tema da

¹² *Feminismo Standpoint*, em sua tradução literal “Feminismo Ponto de Vista” é a corrente do feminismo que também pode ser referida pela expressão de “conhecimento situado”. Diz respeito à abordagem das teorias perspectivistas.

universidade?”¹³ E, apontando para a questão da qual nos propomos a perseguir neste capítulo, o autor prossegue respondendo à sua própria colocação:

Pois bem, minha tese é que a universidade moderna encarna perfeitamente a “hybris do ponto zero”, e que esse modelo epistêmico se reflete não apenas na estrutura disciplinar de suas epistemes, mas também na estrutura departamental de seus programas. (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 83).¹⁴

Desta maneira, o paradigma epistêmico considerado hegemônico nas universidades não seria outro, se não o da ciência moderna, sustentado em tudo aquilo que aqui chamamos de Modernidade. Entretanto, esta ideia, fundada desde um contexto europeu, esconde uma outra face, na qual se ampara e que faz tornar possível sua supremacia diante de outras formas de adquirir conhecimento. Mais do que isso, de outras formas consideradas legítimas da própria existência. É complementar àquilo que forja seu duplo-sistema. O outro lado da mesma moeda: a Colonialidade.

4. Pesquisa e Colonialidade

Como colocado anteriormente, a Modernidade só se fez possível a partir da conquista das Américas, evento que fez eclodir uma série de questões-chaves que foram condições de sua emergência. A colonização não só possibilitou sua existência, como também revela a outra engrenagem deste mesmo sistema. A Colonialidade, como diria Mignolo (2003, p. 30), “é o lado obscuro e necessário da Modernidade”.

É a partir do conceito de Sistema-Mundo desenvolvido por Immanuel Wallerstein, que os autores e autoras do grupo Modernidade/Colonialidade acrescentam à proposta as noções que lhe dão o nome. A teoria de Wallerstein propõe uma análise macrossociológica de compreensão das relações políticas e econômicas globais, a partir da divisão do mundo em centro, periferia e semiperiferia. Aníbal Quijano é o autor que vai trazer o conceito de *colonialidade do poder*, que pode ser resumido na ideia de que “as relações de colonialidade nas esferas econômicas e políticas não findaram com a destruição de colonialismo” (BALLESTRIN, 2013, p. 99-100). Desta forma, a teoria de Wallerstein é complexificada, e o sistema por ele desenvolvido passa a ser compreendido como Sistema-Mundo Moderno/Colonial.

13 Tradução livre. No original: “Pero, ¿qué tiene que ver todo esto con el tema de la universidad?”

14 Tradução livre. No original: “Pues bien, mi tesis es que la universidad moderna encarna perfectamente la “hybris del punto cero”, y que este modelo epistêmico se refleja no sólo en la estructura disciplinaria de sus epistemes, sino también en la estructura departamental de sus programas.”

Segundo Quijano (1992, p. 11), colonialismo é o nome da dominação “direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes”.¹⁵ Na maioria dos casos, esta dominação, em seus termos formais e explícitos, teria sido derrotada, primeiramente na América e, posteriormente, na África e na Ásia. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que as estruturas do colonialismo chegaram ao fim, deixando como seu sucessor o imperialismo. Entretanto, os produtos da estrutura colonial seguem ativos, atualizando-se quando necessário, mas conservando o seu cerne: a discriminação étnico-racial. Como aponta o autor:

Essas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram, inclusive, assumidas como categorias (de pretensão "científica" e "objetiva") de significação a-histórica, ou seja, como fenômenos naturais e não da história do poder. Essa estrutura de poder foi, e ainda é, o marco dentro do qual operam as demais relações sociais, do tipo de classe ou estamental. De fato, se observarmos as principais linhas de exploração e dominação social em escala global, as matrizes do atual poder mundial, sua distribuição de recursos e trabalho entre a população mundial, é impossível não ver que a grande maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados, são exatamente os membros das "raças", dos "grupos étnicos", ou das "nações" em que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, desde a conquista da América em diante. (QUIJANO, 1992, p. 11).¹⁶

Entretanto, ao denominar colonialismo de tal forma, Quijano, em 1992, estava se referindo a eventos coloniais específicos. Mais tarde, com o conceito já explorado em diversas tramas, o autor pontua melhor o seu significado para tornar mais explícita a sua diferenciação em relação à noção de colonialidade:

[Colonialismo] (...) refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro

¹⁵ Tradução livre. No original: “[una relación de dominación] directa, política, social y cultural de los europeos sobre los conquistados de todos los continentes.”

¹⁶ Tradução livre. No original: “Esas construcciones intersubjetivas, producto de la dominación colonial por parte de los europeos, fueron inclusive asumidas como categorías (de pretensión "científica" y "objetiva") de significación ahistórica, es decir como fenomenos naturales y no de la historia del poder. Dicha estructura de poder, fue y todavía es el marco dentro del cual operan las otras relaciones sociales, de tipo clasista o estamental. En efecto, si se observan las líneas principales de la explotación y de la dominación social a escala global, las líneas matrices del poder mundial actual, su distribución de recursos y de trabajo entre la población del mundo, es imposible no ver que la vasta mayoría de los explotados, de los dominados, de los discriminados, son exactamente los miembros de las "razas", de las "etnias", o de las "naciones" en que fueron categorizadas las poblaciones colonizadas, en el proceso de formación de ese poder mundial, desde la conquista de America en adelante.”

daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjectividade do mundo tão enraizado e prolongado. (QUIJANO, 2009, p. 73).

Para as autoras e autores do grupo Modernidade/Colonialidade, o conceito de raça é o lugar onde a colonialidade se funda. Para além disso, é a própria colonialidade que funda a ideia de raça e “opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal” (QUIJANO, 2009, p. 73). Nesse sentido, para que a racionalidade moderna pudesse ser estabelecida enquanto tal, foi necessária a produção de uma separação específica entre razão/desrazão, sujeito/objeto, “homem”/natureza, e, conseqüentemente, a diferenciação entre aquilo que considerava humano e não-humano ou humano e animal. A racionalidade só se torna possível a partir da invenção de seus duplos-opostos. As categorizações binárias, transpassadas do cristianismo ao cientificismo, conquistaram com a colonização das Américas aquilo que seria fundamental para a consolidação da Modernidade (necessariamente) Colonial: a classificação racial entre o branco (europeu) e a(o) não-branca(o) (não-europeia(eu)) - “indígena” ou “negro”. Como todas essas divisões pressupunham uma expressão valorativa entre norma e abjeto, superior e inferior, nesta categoria a relação de supremacia não se fazia menos presente.

De acordo com Quijano (2009), nas relações de poder anteriores ao capitalismo mundial também estavam implicadas classificações sociais, baseadas, porém, em atributos da espécie. O autor traz como exemplo as categorias de sexo, idade e força de trabalho. Estes, para Quijano (2009), seriam classificações baseadas em aspectos biológicos diferenciais. A ideia de raça, por sua vez, estaria amparada em aspectos meramente fenotípicos (cor da pele, forma do cabelo etc.) que “não têm nenhuma consequência na estrutura biológica do indivíduo.” (QUIJANO, 2009, p. 106). Enquanto:

a produção social da categoria ‘género’ a partir do sexo é, sem dúvida, a mais antiga na história social, a produção da categoria ‘raça’ a partir do fenótipo é relativamente recente e a sua plena incorporação na classificação dos indivíduos nas relações de poder tem apenas 500 anos, começa com a América e a mundialização do padrão de poder capitalista. (...) A ‘racialização’ das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do carácter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjectivo. Ou seja, da sua colonialidade. (QUIJANO, 2009, p. 106-107).

Embora Quijano articule a noção de colonialidade à invenção da raça, não foi o primeiro, e tampouco o único autor, a apontar a ficcionalidade do seu fundamento, bem como a operacionalização de tal categoria e sua relação com o paradigma moderno.

Paul Gilroy em obra intitulada *Entre Campos: nações, cultura e o fascínio da raça* realiza uma complexa análise sobre a raciologia, demonstrando o como o conceito de raça é construído e o quanto é instável e flutuante entre os tempos. O autor também problematiza a concepção do Moderno centrado na Europa, utilizando-se da expressão “modernidade colonial” e demonstrando o quanto a ideia de raça foi produzida neste contexto. Segundo Gilroy (2007, p. 78), “a modernidade pode também servir para introduzir os problemas colocados pela relação do capitalismo, da industrialização e da democracia com a emergência e consolidação do pensamento sistemático de raça”. Ele ainda afirma que “embora o pensamento de "raça" certamente tenha existido em períodos anteriores, a modernidade transformou o modo como a "raça" era compreendida” (GILROY, 2007, p. 80).

Stuart Hall é outro autor que muito se debruçou sobre este tema. Para ele, “raça é uma construção discursiva, um significante flutuante” (HALL, 2013, p.1). Localizar este conceito de tal forma significa denunciar que esta noção, central para os sistemas de classificação das diferenças humanas, é uma construção sociocultural, em detrimento de sua concepção biológica ou genética. Se “raça” é um conceito construído, então também pode ser datado: “[é] quando o Velho Mundo encontrou os povos do Novo Mundo (...) [e] o que disseram foi: ‘São homens verdadeiros?’ Isto é, pertencem à mesma espécie que nós ou nasceram de outra criação?” (HALL, 2013, p. 3).

Kabengele Munanga (2003) realiza uma abordagem conceitual da noção de raça, desde a etimologia do termo, passando pelo uso na Zoologia e na Botânica, até seu caráter classificatório nas relações sociais. Embora o autor dê ênfase à incidência do conceito no contexto francês, devido ao emprego do termo em seu sentido moderno por François Bernier, não deixe de apontar o impacto das invasões do século XV na constituição de tal sentido. Munanga também chama a atenção para o deslocamento que este evento provocou no conceito de humanidade e sinaliza a passagem da autoridade sobre este assunto detida pela Teologia e pela Escritura à verdade sobre a raça da racionalidade científica.

Enfim, são muitas as autoras e autores que fazem essa relação. O que interessa aqui é nos debruçarmos um pouco mais sobre o conceito de colonialidade e sua inserção dentro da perspectiva do Sistema-Mundo Colonial/Moderno. Já destacamos que o grande cerne da colonialidade estaria localizado na invenção da ideia de raça a partir da invasão dos europeus ao que chamaram de “América”. A relação entre colonialidade e modernidade – a qual já definimos que, desde uma perspectiva não-eurocêntrica, inicia-

se no século XV – é o fato de pertencerem a um sistema integrado. De modo que aquilo que o ideal moderno trouxe para a Europa só foi possível às custas do que extraíra das periferias globais. Isso significa dizer que se no centro do planeta se constituía a ideia de um humano – integralmente humano, dotado de razão e, mais tarde, de direitos – no outro se construía a ideia de desumanidade, que viria a ser pautada por classificações sociais, sobretudo, a de raça. Raça entendida aqui como uma ficção essencial para o funcionamento deste sistema. Esta relação se inicia a mais de 500 anos, mas, segundo as teorias sustentadas pelo grupo Modernidade/Colonialidade, estaria vigente até hoje, enquanto o mundo ainda não abandonou o ideal moderno-colonial. Da mesma forma que a modernidade, colonialidade não diz respeito apenas a aspectos político-econômicos, como também, nos termos do grupo, à produção de noções “intersubjetivas”.

A ideia deste sistema interdependente de duas faces possibilita a realização de uma relação desta noção de mundo com aquela proposta por Achille Mbembe no que diz respeito às suas concepções sobre os corpos noturnos e diurnos da democracia. De forma similar à teoria do grupo Modernidade/Colonialidade, a teoria de Mbembe concebe o mundo colonial como o duplo da democracia moderna que se fecha na Europa. Nesse sentido, a democracia operaria também a partir de um duplo sistema, sendo intrínsecos a ela um corpo noturno e um corpo solar. Nas palavras do autor:

O triunfo da democracia moderna no Ocidente coincide com o período da sua história no curso do qual esta região do mundo está empenhada num duplo movimento de consolidação interna e de expansão além-mar. A história da democracia moderna é, no fundo, uma história com duas faces e, até, com dois corpos - o corpo solar, por um lado, e o corpo noturno, por outro. (MBEMBE, 2017, p. 42).

O corpo solar seria aquele pautado sobre uma história intra-europeia, que Pereira (2019, p. 21), ao se debruçar sobre a obra do autor, define precisamente como “aquele iluminado pela benevolência democrática, aquele que encarou a faceta inspiradora e por vezes revolucionária da democracia, que conquistou direitos e que foi valorizado enquanto ser humano”. Já o corpo noturno diz do repositório amargo da democracia. Concentra todo o horror praticado desde o século XV e que, atualizando-se, perpetua-se até os dias de hoje. Tem como seus principais símbolos o “império colonial e o Estado escravagista - e, mais especificamente, a plantação e a prisão” (MBEMBE, 2017, p. 42). Para Mbembe:

Não há democracia sem o seu duplo - a colônia, pouco importa o seu nome e estrutura. Esta não é exterior à democracia nem está necessariamente situada fora de portas. A democracia contém em si a colônia, tal como a colônia contém a

democracia, muitas vezes mascarada. (...) Paradoxalmente, a ordem política democrática da metrópole precisa deste duplo vazio, primeiro, para fazer valer a existência de um contraste irreduzível entre si e o seu avesso aparente; depois, para alimentar os recursos mitológicos e para melhor esconder o seu interior, tanto por dentro como por fora. Por outras palavras, as lógicas mitológicas necessárias ao funcionamento e à sobrevivência das democracias modernas pagam-se com a exteriorização da sua violência originária noutros lugares, os não-lugares, onde a plantação, a colónia ou, hoje em dia, o campo e a prisão são figuras emblemáticas. (MBEMBE, 2017, p. 49-50).

Retornando às teorias propostas pelo grupo Modernidade/Colonialidade é importante compreendermos que a colonialidade pode ser dividida através de ramificações que demonstram os pontos de incidência de suas produções subjetivas. Essas divisões são úteis em termos de análise; entretanto, não podem ser compreendidas separadamente, na medida em que uma incide sobre a outra, de maneira interseccional e ramificada. Tradicionalmente, são entendidas como a estrutura triangular da colonialidade, que compreende a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser (CASTRO-GÓMEZ, 2007).

A colonialidade do poder foi a primeira a ser conceitualizada dentro dessa trama teórica. Como já abordamos anteriormente, ela diz respeito às relações econômicas e políticas que se conservam desde o colonialismo. Seu aspecto principal está na divisão internacional do trabalho. Em seu centro, está “o padrão de poder colonial que constitui a complexidade dos processos de acumulação capitalista articulados em uma hierarquia racial/étnica global e suas classificações derivativas”¹⁷ (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007, p. 18-19).

A colonialidade do saber abarca a discussão anteriormente apresentada sobre a *hybris del punto cero*. É a dimensão epistemológica da colonialidade. Aquela que denuncia o epistemicídio, o racismo epistêmico e a perspectiva de conhecimento eurocentrada. Se relaciona com os conceitos formulados por Mignolo sobre “diferença colonial e geopolítica do conhecimento” (BALLESTRIN, 2013). Indica quais conhecimentos são considerados válidos, tanto no sentido da forma como eles são constituídos, quanto em seu aspecto enunciativo – desde onde é possível produzir conhecimento e quem pode produzi-lo.

A colonialidade do ser é proposta a partir do engendramento da colonialidade do poder e do saber. Diz respeito à experiência vivida da colonização e o seu impacto na

¹⁷ Tradução livre. No original: “[Al centro de la ‘colonialidad del poder’ está] el patrón de poder colonial que constituye la complejidad de los procesos de acumulación capitalista articulados en una jerarquía racial/étnica global y sus clasificaciones derivativas”

linguagem (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 129). Este conceito é construído a partir da compreensão do ser heideggeriano articulada às teorizações de Fanon sobre as expressões existenciais da colonialidade. Está imbricada na máxima de Descartes de “penso, logo sou”. Desde onde a pressuposição condicionada de “ser” indica que, se alguém o é, logo outro alguém não o pode ser. Desse modo, suas expressões primárias são a invisibilidade e a desumanização. Diz, enfim, da violação de sentido da alteridade humana (MALDONADO-TORRES, 2007).

A essas divisões, Catherine Walsh (2007; 2009) adicionará a dimensão de Colonialidade da Natureza, em que fará referência à separação entre natureza e sociedade ou entre natureza e homem, a qual “descarta por completo a relação milenar entre seres, plantas e animais, como também entre os mundos espirituais e os ancestrais (como seres também vivos)”¹⁸ (WALSH, 2007, p. 106). Mais tarde, Hector Alimonda (2011) aprofundará este conceito, argumentando que, embora seja um ponto importante, a Colonialidade da Natureza não se resume a essa relação expressa por Walsh (2007; 2009), dado que seu impacto transcende o humano. Para além disso, ela altera também a própria realidade biofísica da natureza, um espaço que é considerado subalterno para o pensamento hegemônico global e pelas elites dominantes, e que pode ser “explorado, arrasado, reconfigurado, de acordo com as necessidades dos regimes de acumulação vigentes.”¹⁹ (ALIMONDA, 2011, p. 22).

Como mais uma esfera, Maria Lugones (2014) vai propor também o conceito de colonialidade de gênero. Em uma crítica às argumentações de Quijano (2009), a autora aponta a dimensão patriarcal de suas análises, na medida em que ele considera a divisão de gênero como uma classificação baseada em atributos biológicos do sexo, naturalizando-a e tomando como anterior aos processos coloniais. Para Lugones (2014;2019), o gênero, tanto como a raça, é compreendido como uma poderosa ficção produzida a partir do colonialismo. Segundo a autora, “este sistema de gênero se consolidou com o avanço do(s) projeto(s) colonial(ais) da Europa. Tomou forma durante o período das aventuras coloniais da Espanha e de Portugal e se consolidou na modernidade tardia.”²⁰ (LUGONES, 2014, p. 70).

¹⁸ Tradução livre. No original: “descarta por completo la relación milenaria entre seres, plantas y animales como también entre ellos, los mundos espirituales y los ancestros (como seres también vivos)”.

¹⁹ Tradução livre. No original: “explotado, arrasado, reconfigurado, según las necesidades de los regímenes de acumulación vigentes.”

²⁰ Tradução livre. No original: “este sistema de género se consolidó con el avance del(los) proyecto(s) colonial(es) de Europa. Tomó forma durante el período de las aventuras coloniales de España y Portugal y se consolidó en la modernidad tardía.”

Para sustentar este argumento, Lugones (2014; 2019) demonstra a construção histórica da categoria de gênero no período colonial dado que, na chegada dos conquistadores, as mulheres negras e indígenas não eram consideradas “mulheres” já que sequer podiam alcançar o estatuto de humano aos olhos do colonizador. Antes disso, vistas de forma animalizadas e, portanto, não-gendradas, eram consideradas “fêmeas”, desprovidas então das características da feminilidade. A classificação de “mulher” era restrita às brancas-europeias, caracterizadas como sexualmente passivas e mentalmente frágeis. Expandido suas análises, a autora também aponta para o caráter heterossexista destes processos, imbricado nesta mesma engrenagem do poder, que denomina como sistema de gênero moderno/colonial. Para Lugones:

Problematizar o dimorfismo biológico e considerar a relação entre dimorfismo biológico e a construção dicotômica de gênero é central para entender o alcance, a profundidade, e as características do sistema de gênero colonial/moderno. A redução do gênero ao privado, ao controle sobre o sexo e seus recursos e produtos é uma questão ideológica apresentada ideologicamente como biológica, parte da produção cognitiva da modernidade que tem conceituado a raça como generificada e o gênero como racializado, de maneiras particularmente diferentes entre os europeus-as/ brancos-as e as pessoas colonizadas/não-brancas. A raça não é nem mais mítica nem mais fictícia que o gênero – ambos são ficções poderosas.²¹ (LUGONES, 2014, p. 68).

De maneira similar à Mbembe (2017), Lugones (2014) também apontará para um lado oculto/escuro e um lado visível/claro neste sistema. O lado claro seria aquele imposto às mulheres e homens brancos europeus, que pressupõe uma supremacia masculina na medida em que reduz a figura feminina a um objeto frágil e impotente. Define, nos termos modernos, o que enfim significa ser “homem” e ser “mulher”. O lado escuro, por sua vez, diz de um outro nível de violência que reduziu as mulheres não-brancas ao estatuto de animalidade, marcado pelo estupro e pelo trabalho forçado até a morte.

Essa diferenciação pode ser encontrada de maneira explícita no discurso de Sojourner Truth (2012) intitulado "Ain't I A Woman?" (em português: "Eu não sou uma mulher?"), e proferido na Convenção de Mulheres em Akron, Ohio, em 1851. A criação do conceito proposto por Lugones, no entanto, só se torna possível a partir de teorizações

²¹ Tradução livre. No original: “Problematizar el dimorfismo biológico y considerar la relación entre el dimorfismo biológico y la construcción dicotómica de género es central para entender el alcance, la profundidad, y las características del sistema de género colonial/moderno. La reducción del género a lo privado, al control sobre el sexo y sus recursos y productos es una cuestión ideológica presentada ideologicamente como biológica, parte de la producción cognitiva de la modernidad que ha conceptualizado la raza como engenerizada y al género como racializado de maneras particularmente diferenciadas entre los europeos-as/ blancos-as y las gentes colonizadas/no-blancas. La raza no es ni más mítica ni más ficticia que el género —ambas son ficciones poderosas.”

anteriores realizadas por mulheres negras e indígenas as quais a autora cita diversas vezes em sua obra. Oyéronké Oyewùmi (2004), a partir de sua extensa pesquisa sobre a sociedade tradicional Iorubá do sudoeste da Nigéria, desnaturaliza a classificação de gênero, na medida em que apresenta a organização não-generificada da família neste contexto. Para a teórica, gênero e raça também são compreendidos como inventados e impostos pela modernidade. Como um de seus efeitos está “a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores (...) [e] o privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do ethos europeu está consagrado na cultura da modernidade.” (OYEWÙMI, 2004, p. 1).

Ainda, Ochy Curiel (2013), em trabalho intitulado *Lá Nación Heterossexual*, realiza uma análise crítica do discurso do texto da Constituição Política Colombiana de 1991 para demonstrar como se expressa o regime heterossexual de uma nação. É com a proposta de compreender questões relativas às violências em relações lésbicas que Ana Claudia Beserra Macedo (2020) vai aprofundar algumas das reflexões tecidas por Ochy Curiel, e propor assim o conceito de Colonialidade da Sexualidade. Macedo demonstra, então, como a sexualidade não pode ser esquecida como um dos pilares fundamentais e estruturantes do sistema-mundo capitalista moderno/colonial do Norte Global. A autora argumenta que:

(...) a instrumentalização da construção de uma sexualidade normativa (heterossexualidade), reinventada ao longo do tempo e permanente até os dias atuais, é tão essencial quanto as outras categorias construídas e se dá de forma imbricada com elas: raça, gênero e classe. Ou seja, não é possível compreender a complexidade da formação e manutenção do sistema-mundo capitalista moderno colonial sem levar em consideração a colonialidade da sexualidade. (MACEDO, 2020, p. 48).

De fato, embora fosse necessária a explicitação das divisões úteis para análise, o que nos interessa aqui é debruçarmos sobre a questão do conhecimento. Essa que Boaventura de Sousa Santos compreende a partir de uma divisão entre linhas abissais que a estruturam e que “são constitutivas das relações e interações políticas e culturais que o Ocidente protagoniza no interior do sistema-mundo” (SANTOS, 2007, p. 77). Dado que “(...) a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal das linhas que separavam o Velho do Novo Mundo. A injustiça social global está assim intimamente ligada à injustiça cognitiva global” (SANTOS, 2007 p. 77).

Imprescindivelmente atravessada pelas demais formas de colonialidade, como bem explicita Oyewùmi (2004), a colonialidade do saber e a geopolítica do conhecimento é um aspecto chave para entendermos o problema do risco na pesquisa e a maneira como

essa situação parece se distribuir de maneira desigual pelo mundo. Mas, talvez mais do que aquilo que o conceito em si consegue explicar, a crítica a ele elaborada por Silvia Rivera Cusicanqui (2010) pode revelar mais sobre a colonialidade do saber do que o próprio termo pretende.

Cusicanqui (2010) em seu livro *Ch'ixinakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores* narra um episódio que aconteceu em sua trajetória acadêmica. A autora, socióloga e professora universitária que reside em La Paz, conta que havia submetido um artigo para um seminário que organiza uma fundação acadêmica no México. Seu trabalho era uma crítica a certas práticas das elites marxistas na Bolívia e se debruçava em analisar o complexo de superioridade dos intelectuais em relação aos seus pares indígenas. Para a análise, Cusicanqui se utilizava do conceito de colonialismo interno elaborado por Pablo Gonzales Casanova. Eis que ao submeter o artigo a uma revista de língua inglesa, ele foi retornado com uma nota do editor, apontando que a autora deveria citar a ideia de colonialidade do saber e seu respectivo autor, Aníbal Quijano, ao longo de seu trabalho. Sem hesitar, a resposta de Cusicanqui foi a seguinte:

Os respondi que eu não tinha culpa se em 1983 Quijano não havia nos lido - nós não líamos ele - e que minhas ideias sobre colonialismo interno no plano do conhecimento-poder haviam surgido de uma trajetória inteiramente própria, iluminada por outras leituras - como a de Maurice Halbwachs, sobre a memória coletiva, Franz Fanon sobre a internalização do inimigo e Franco Ferraroti sobre as histórias de vida - e sobretudo pela experiência de ter vivido e participada da reorganização do movimento aymara e da insurgência indígena dos anos setenta e oitenta.²² (CUSICANQUI, 2010, p. 67).

A autora ilustra com este episódio particular uma das questões mais caras de sua pesquisa: “a estrutura ramificada do colonialismo interno-externo [que] tem centros e subcentros, nós e subnós, que conectam certas universidades, correntes disciplinares e tendências acadêmicas do norte, com os seus equivalentes no sul”²³ (CUSICANQUI, 2010, p. 63). Essa estrutura funcionaria na articulação das universidades, fundações e organismos internacionais, tidas como centros de poder ou “palácios” – em uma referência de Cusicanqui à Spivak -, criando um novo cânone acadêmico que captura

²² Tradução livre. No original: “Les respondí que yo no tenía la culpa si en 1983 Quijano no nos había leído - nosotros lo leímos a él - y que mis ideas sobre colonialismo interno en el plano del conocimiento-poder habían surgido de una trayectoria enteramente propia, iluminada por otras lecturas - como la de Maurice Halbwachs sobre la memoria colectiva, Franz Fanon sobre la internalización del enemigo y Franco Ferraroti sobre las historias de vida- y sobre todo por la experiencia de haber vivido y participado en la reorganización del movimiento aymara y en la insurgencia indígena de los años setenta y ochenta.”

²³ Tradução livre. No original: “La estructura ramificada del colonialismo interno-externo tiene centros y subcentros, nodos y subnodos, que conectan a ciertas universidades, corrientes disciplinares y modas académicas del norte, con sus equivalentes en el sur”

ideias do sul como matéria-prima, regurgitando-as, e as transforma em produto final com o selo do norte – seja ele da Europa ou dos Estados Unidos – que acabamos tendo que engolir. É o que teria acontecido com as teorias decoloniais, a partir do fluxo de autoras(es) latinas(os) como Quijano, Mignolo e Walsh que, ao migrarem para centros acadêmicos estadunidenses, levaram algumas ideias produzidas nos seus locais de origem ao mesmo tempo em que deixaram temas adjacentes a estas próprias noções para trás. Segundo a autora, esse mecanismo pode ser entendido ao modo de um exercício de clientelismo como forma de dominação colonial. Assim:

Através do jogo de quem cita quem, se estruturam hierarquias e acabamos tendo que comer, regurgitado, o pensamento descolonizador que as populações e intelectuais indígenas da Bolívia, Peru e Equador produziram de forma independente. E esse processo começou na década de 1970 – a obra quase nunca citada de Pablo González Casanovas sobre “colonialismo interno” foi publicada em 1969 – quando Mignolo e Quijano ainda militam no marxismo positivista e na visão linear da história. (...) Assim, Quijano formula nos anos noventa a ideia da colonialidade do poder, e Mignolo por sua vez formula a noção de “diferença colonial” (...) Assim surgem as noções de “colonialidade do saber” e de “geopolítica do conhecimento”. (CUSICANQUI, 2010, p. 65-67).²⁴

É a partir dessas críticas que Silvia Rivera Cusicanqui (2010) vai propor a ideia de “economia política do conhecimento” em detrimento ao conceito geopolítico de Mignolo. Essa noção estaria preocupada em analisar não só as formas como as violências sobre o conhecimento se produzem desde uma perspectiva global, mas também, e ao mesmo tempo, as maneiras como esses circuitos acabam se reproduzindo nos contextos locais.

Estes movimentos podem ser, inclusive, observados aqui. Nessa escrita aqui. Na medida em que ao longo das páginas acima fomos explorando as teorias de certas(os) autoras(es) e, em seguida, fazendo o exercício de apontar que essas ideias não surgiram, seja de forma mítica-divina ou mítica-racional, da mente de grandes cientistas ilustrados em seus trabalhos investigativos e solitários. As ideias percorrem o mundo e criam fluxos de transmissão. Entretanto, sob a lógica que hoje a produção de saber se organiza hegemonicamente, criam-se hierarquias, de modo que é mais fácil reconhecemos o pensamento de um autor homem-branco-cis-hetero-do-norte, do que de homens do sul,

²⁴ Tradução livre. No original: A través del juego del quién cita a quién, se estructuran jerarquías y acabamos teniendo que comer, regurgitado, el pensamiento descolonizador que las poblaciones e intelectuales indígenas de Bolivia, Perú y Ecuador habíamos producido independientemente. Y este proceso se inició en los años 1970 –el trabajo de Pablo González Casanovas, casi nunca citado, sobre “el colonialismo interno” se publicó en 1969– cuando Mignolo y Quijano estaban todavía militando en el marxismo positivista y en la visión lineal de la historia. (...) Así, Quijano formula en los años noventa la idea de la colonialidad del poder, y Mignolo a su vez formula la noción de “diferencia colonial” (...) Así surgen las nociones de “colonialidad del saber” y “geopolítica del conocimiento”.

ainda que brancos; do que de pretos, ainda que estadunidenses e europeus; de forma que a linha se apresenta cada vez mais violenta e excludente, até chegar às mulheres pretas africanas ou àquelas dos povos originários de Abya-Yala²⁵. Essa linha, entretanto, se complexifica quanto maior for a proximidade com os seus extremos, ramificando-se, deixando de ser linha, na medida em que os tantos marcadores sociais da diferença, ou melhor, da desigualdade, vão se atravessando e fundando privilégios e opressões sob infinitos pares binários – cis/trans, heteros/não-heteros, brancos/não-brancas(os), etc. Importante ressaltar, entretanto, que um olhar interseccional para esse contexto não presume a soma de fatores identitários tal qual uma lógica matemática. Isso porque a interseccionalidade nos expõe justamente que podemos estar em um lugar de opressão ao mesmo tempo que compactuamos com privilégios. Como explica Carla Akotirene, em referência a metodologia adotada por Collins:

Mulher + negra + nordestina + trabalhadora + travesti + gorda, segundo a metodologia de Patricia Hill Collins, trata-se de visão interseccional inválida ao projeto feminista negro. A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (...) O pensamento interseccional nos leva reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências. (AKOTIRENE, 2018, p. 27-28).

Diante do exposto, cabe retornarmos àqueles dados apresentados no segundo capítulo deste trabalho, referentes à incidência geográfica de riscos de pesquisa. E nos perguntarmos se é possível realizarmos uma análise a partir de teorias que denunciam os poderes coloniais em engrenagem na atualidade. Ou se não. Se, talvez, essa maior incidência de pesquisas ameaçadas nos países do sul tenha a ver com uma série de outros fatores que dificilmente poderiam ser lidos por essas lentes. Nos perguntamos se as histórias dos casos destas(es) universitárias(os) que experimentaram o risco têm relação com algum tema específico que ameaça as várias formas de colonialidade – do poder, do ser, do saber, do gênero, da natureza e da sexualidade. Ou se não. Se, talvez, não seja

²⁵ Abya Yala é o nome utilizado para se referir e, ao mesmo tempo, para se contrapor à “América Latina”. O termo é originário da língua do povo Kuna e significa “Terra Madura”, “Terra Viva” ou “Terra em Florescimento”. Seu uso tem sido cada vez mais frequente pelos povos originários deste continente, tendo como registro do seu primeiro uso político a II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala, realizada em Quito, no ano de 2004. (PORTO-GONÇALVES, 2009). A expressão é evocada por diversas autoras dos feminismos decoloniais, como Silvia Rivera Cusicanqui e Yuderky Espinosa-Miñoso.

possível agrupar esses casos em situações que permitam que uma(um) pesquisadora(r) esteja mais ou menos ameaçado.

Mas para além disso, nos perguntarmos, diante dos dados numéricos, por quê? Por que se pode constatar que, ao menos na Europa, os acadêmicos estejam mais “*Free to Think*” – livres para pensar? Para além disso, com tantas pessoas ameaçadas por diferentes razões nos cantos do mundo, por que interessa salvaguardar a(o) pesquisadora(r)? E, pensando a partir do Sistema-Mundo Moderno/Colonial, e pensando a partir dos lados solares e noturnos da democracia, poder-se-ia afirmar que a liberdade prevista em certos lugares é à custa do risco em outros? E mesmo nestes lugares, a liberdade é para todos e todas? E mesmo naqueles lugares, o risco é para todas e para todos? Essa situação, enfim, pode ser compreendida como um Estado de Xeque?

5. O Estado de Xeque

“ANDREA — Então por que o senhor abjurou?

GALILEU — Eu abjurei porque tive medo da dor física.

ANDREA — Não!

GALILEU— Eles me mostraram os instrumentos.” (BRECHT, 1991, p.222)

Estado de Xeque foi o nome que dei para uma situação. Ou, talvez, mais para uma sensação. Mas, para além disso, e especialmente, para um lugar. Uma situação-sensação-lugar específico que produz medo, que pode paralisar. Mas que, ao mesmo tempo, é difícil de delimitar. Diz de um impedimento sobre algo a partir de uma ameaça não especificada. Um movimento encurralador. Desde onde, ao olhar para volta, parece não restar outra saída, senão recuar. Utilizo a imagem do jogo de xadrez para traduzir esse lugar por não ter encontrado outras palavras ou conceitos para proferi-lo. Pude enlaçar esse momento ao compará-lo com a ameaça explícita do “xeque-mate” e perceber as sutilezas que os diferenciam. No jogo, o xeque-mate é a derradeira final, o último anúncio antes do fim. Disso, realmente, é impossível escapar e à(ao) jogadora(r) só resta derrubar seu rei em um gesto de renúncia.

Mas no “simples” xeque não. Ele é se não um ato de pura enunciação diante de certo arranjo das peças sobre o tabuleiro. Ocorre no momento de sua pronúncia, embora

seja verdade que, em via das regras, este anúncio não tem como obrigatória tal verbalização. Supõe-se que a(o) oponente deva perceber quando está em ameaça sobre esse movimento. Diante disso, escapar do xeque-mate é a única jogada possível, na medida em que é vedado à(ao) jogadora(r) se colocar em posição de sofrer um ataque. O estado de xeque só se sustenta mediante essa condição, já que, se eliminada a possibilidade de escape, não poderia ser considerado enquanto tal.

Nesse sentido, a situação faz remeter ao risco, já que, tal como o xeque, está sustentado em forças sempre potenciais. Mas fato é que o xeque é anterior à restrição do movimento, à palavra final, enfim, à morte. Encontro ele na narrativa de Brecht sobre a vida de Galileu onde não foi preciso torturar o cientista – bastou que se mostrassem os instrumentos de tortura. Na medida em que não havia uma proibição direta que impossibilitasse a continuidade de sua pesquisa, ao mesmo tempo em que se sabia que o que ela sustentava não podia ter lugar. Encontro o Estado de Xeque quando fui impedida de continuar com a minha pesquisa, embora não houvesse nada nas cláusulas da universidade que me impedissem de continuar com aquele tema. Ao mesmo tempo, nenhuma garantia de segurança sobre o que se seguiria caso eu prosseguisse. Encontro o Estado de Xeque no meu Termo de Ajuste de Conduta, que não censura o meu direito à livre manifestação, mas faz com que eu entenda que não posso me manifestar de certa maneira. Olhando para o mundo, conversando com as pessoas, encontro o Estado de Xeque em muitas situações, em diferentes corpos e variedades de intensidades sobre a forma em que esse ato incide.

Tal estado é colocado em questão na medida em que se configura como efeito de uma estratégia de governo da vida. Acredito que a experimentação deste lugar no tabuleiro é percorrida por diversos sujeitos, em situações que lhes impõe o cessar de um movimento que transcorria em determinada direção. Se poderia afirmar, ainda, que é possível viver constantemente nesse estado, desde onde a trajetória de peça-pessoa se configuraria em uma incessante fuga diante da captura. Mais do que isso: a vida que só existe na luta contra a subordinação à ameaça. Assim, o desafio aqui proposto poderia assumir a forma de capturar, mediante a escrita, este lugar que se forja na experiência do tabuleiro - o Estado de Xeque. Mas como delimitar algo que é, exatamente, aquilo que limita e, limitando, faz fechar? Como contornar com a própria caneta a linha que faz o contorno? Enfim, como tornar possível a contracaptura de um movimento capturador?

Pode ser que essa situação, essa sensação, esse lugar, esse estado não seja algo restrito a uma experiência pessoal. Que esteja presente tanto naquilo que o grupo

Modernidade/Colonialidade chama de Sistema-Mundo Moderno/Colonial, como nos corpos solares e noturnos da democracia de Mbembe. Se, de fato, as pesquisas que sofrem risco forem aquelas que ameaçam os tentáculos da colonialidade – pesquisas sobre raça, gênero, sexualidade, natureza, saber, poder, ser – e se, de fato, estas sofrem mais ameaças se produzidas fora do eixo norte-global, então significa que só se pode ser “livre para pensar” fora das amarras coloniais desde a metrópole? Embora institucionalmente não haja nada que determine que existam lugares no mundo mais ou menos seguros para se produzir determinados tipos de conhecimento, por que é justamente naqueles em que a colonialidade foi imposta que emerge o risco em relação ao combate de suas estruturas? Nesse sentido, estas(es) pesquisadoras(es) estariam sob Estado de Xequê?

6. Estratégia

Dito tudo isso, é hora de elaborar os primeiros movimentos dessa pesquisa-jogo. Trata-se de organizar as peças e elaborar a estratégia que julgo necessária para enfrentar o Estado de Xequê. É a busca por compreender o que significa uma pesquisa de risco ou que é considerado o risco de se fazer uma pesquisa, dentro do tabuleiro do Sistema-Mundo Moderno/Colonial.

Se o risco de se fazer uma pesquisa compartilha a sua história com a própria invenção da produção de conhecimento moderno é porque há uma lógica que parece querer se afirmar ao impossibilitar sua própria contestação. Se a Modernidade se sustenta como o duplo da Colonialidade, questionar os pilares coloniais parece significar colocar em xeque o regime de verdade que sustenta a produção de conhecimento pautada na lógica Moderna/Colonial. Esses pilares são formados por diversas colonialidades, entendidas como esferas ou dimensões de atuação (WALSH, 2007), que acabam por serem assim categorizadas pelo fato de ainda termos sérias dificuldades em escapar dos engavetamentos teóricos-conceituais.

Compreendo que todas essas categorias servem exclusivamente para organizar o pensamento, uma vez que, na prática, atuam de forma simultânea, com entrelaçamentos e atravessamentos diversos, e de maneira interseccional. Cada uma dessas vértices de poder desemboca na outra, de forma que é alegórico separarmos o que incide, por exemplo, na Colonialidade do Poder, em detrimento da Colonialidade do Ser.

Algumas(es) autoras(es) realizam o esforço de organizar esses movimentos, a fim de demonstrar tal articulação e, ao mesmo tempo, separar as dimensões específicas de operação. É o que Catherine Walsh parece buscar fazer, como pode ser observado a seguir:

Dentro da colonialidade podemos distinguir quatro esferas ou dimensões de operação (...) A primeira é o que Aníbal Quijano (1999) chamou de *colonialidade do poder*, (...) Essa colonialidade do poder instaurou na América Latina uma estratificação que coloca a o europeu branco no topo enquanto o índio e o negro ocupam os últimos degraus. Foi esse uso e a institucionalização da raça como sistema e estrutura de classificação que serviu como base para posicionar hierarquicamente certos grupos sobre outros nos campos do saber. Essa segunda dimensão é a da *colonialidade do saber* (...) Ou seja, a razão (pensamento e conhecimento) estava diretamente ligada ao status humano; É nessa ligação entre humanidade e razão que aponta para uma terceira dimensão de caráter ontológico, a *colonialidade do ser* (...) Nesse sentido, o que assinala a colonialidade do ser não é a violência ontológica em si, mas sim o caráter preferencial da violência que se explica claramente pela colonialidade do poder; ou seja, a questão do ser colonizado está enraizada na história e no espaço (...) Essa localização de seres e de seus conhecimentos não só desafia a noção de vazio e de não-lugar do conhecimento científico, como também nos leva à discussão sobre a quarta dimensão da colonialidade (...) o que refiro aqui como a *colonialidade da natureza*. (...) (WALSH, 2007, p. 104-106).²⁶

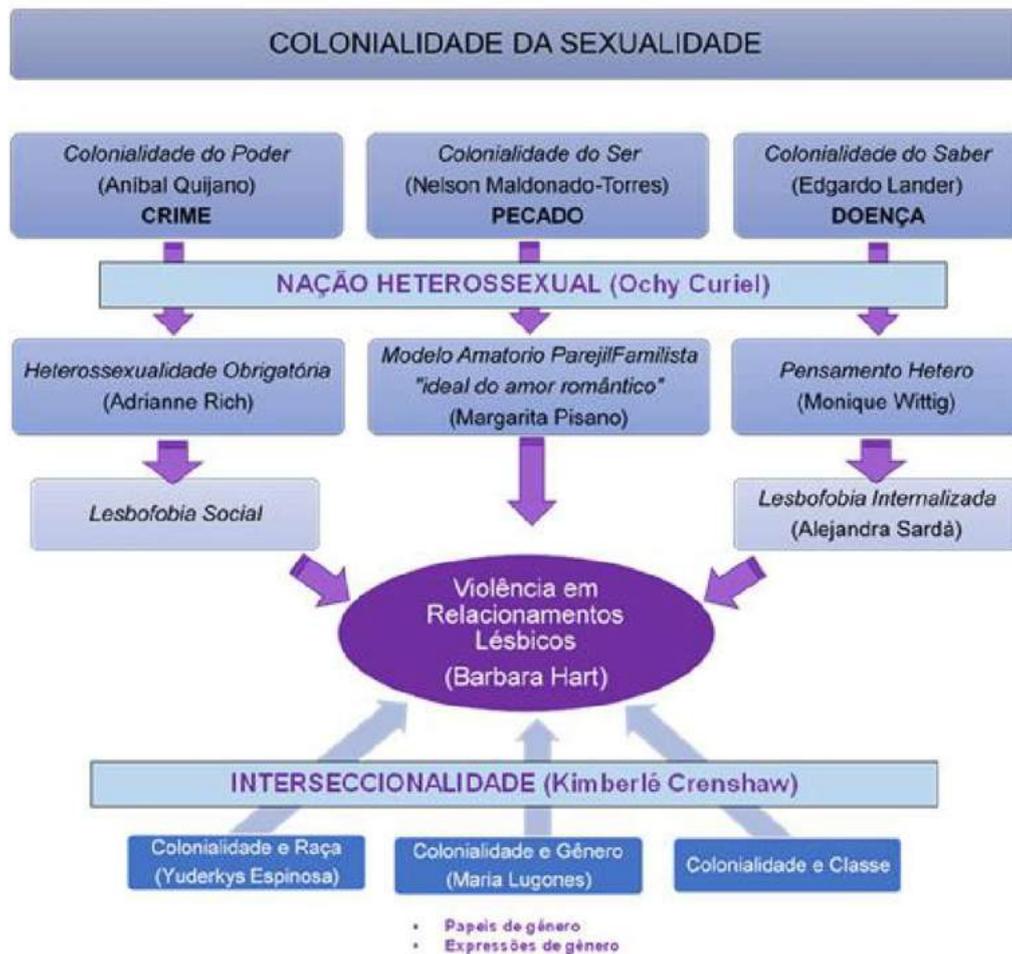
São diversas as formas de organização dessas categorias. Outras(os) autoras(es), por exemplo, parecem preferir optar por eleger uma entre as esferas de dominação, e buscar compreender como as demais atuam sobre a eleita. Em outras palavras, significa apontar que aspectos podem ser observados em cada uma das colonialidades que incidem sobre determinado eixo de opressão tomado como ponto de referência. Pelo menos é este exercício que observo ser realizado na pesquisa de Ana Cláudia Beserra Macedo (2020), que elege como ponto de referência a Colonialidade da Sexualidade. No seu trabalho, a autora analisa como a Colonialidade da Sexualidade se expressa, se forja e se funda nas dimensões da Colonialidade do Poder, do Saber e do Ser.

²⁶ Tradução livre. No original: “Dentro de la colonialidad podemos distinguir cuatro esferas o dimensiones de operación (...) La primera la constituye lo que Aníbal Quijano (1999) ha llamado la colonialidad del poder, (...) Esta colonialidad del poder instauró en América Latina una estratificación social que ubica al blanco europeo en la cima mientras el indio y el negro ocupan los últimos peldaños (...) Fue este uso e institucionalización de la raza como sistema y estructura de clasificación el que sirvió como base para posicionar jerárquicamente ciertos grupos sobre otros en los campos del saber. Esta segunda dimensión es la de la colonialidad del saber (...) Es decir, la razón (el pensamiento y el conocimiento) estaba directamente ligada al estatus humano; (...) Es en esta ligazón entre humanidad y razón la que apunta a una tercera dimensión de carácter ontológico, la colonialidad del ser (...) En este sentido, lo que señala la colonialidad del ser no es la violencia ontológica en sí, sino el carácter preferencial de la violencia que está claramente explicado por la colonialidad del poder; es decir, la cuestión del ser colonizado tiene un arraigamiento en la historia y el espacio (...) Esta localización de seres y de sus conocimientos no sólo desafia la noción del vacío y no-lugar del conocimiento científico, sino que también lleva a la discusión la cuarta dimensión de la colonialidad (...), la que refiero aquí como la colonialidad de la naturaleza.”

Assim, Macedo aponta que a Colonialidade da Sexualidade se formou pela Colonialidade do Poder “por meio do genocídio de pessoas com vivências não heterossexuais e/ou pela criminalização dessas vivências e consolidou-se por meio da imposição da heterossexualidade obrigatória” (MACEDO, 2020, p. 49); pela Colonialidade do Saber “ao patologizar corpos-mentes-espíritos não-heterossexuais como doença e se consolidou por meio do pensamento hetero, contribuindo para a interiorização da opressão mediante a lesbofobia internalizada” (MACEDO, 2020, p. 49); e pela Colonialidade do Ser “por meio da convenção de vivências não-heterossexuais como pecado e, promoveu-se por meio do modelo amatório parejilfamilista, baseado no ideal de amor romântico, monogâmico, heterossexual. (MACEDO, 2020, p.49)²⁷. Para fins de organização do seu pensamento, Macedo confeccionou um quadro²⁸ que ilustra seu raciocínio e demarca a relevância de tais dimensões no seu problema de pesquisa – a violência em relacionamentos lésbicos.

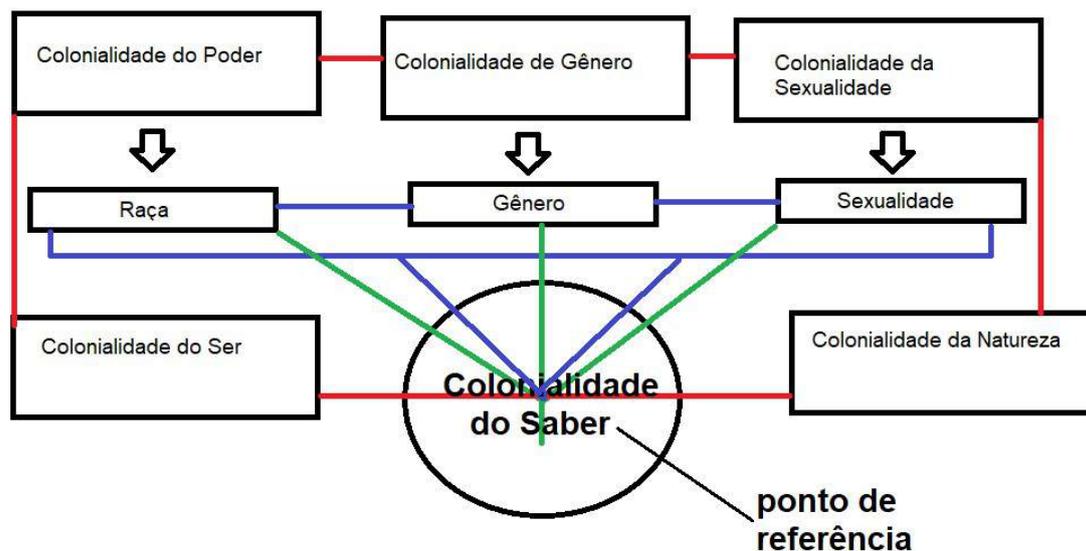
²⁷ Ao longo de todo o trabalho, a autora sustenta essa organização, como também pode ser observado na tabela que virá a seguir. Entretanto, na exposição da referida citação, parece haver uma confusão entre os termos “colonialidade do saber” e “colonialidade do ser”, pois a dimensão de sua atuação sustentada pela autora parece estar trocada. Para preservar a coerência do seu trabalho, me refiro a tais conceituações da maneira que acredito ser a intenção original. De toda forma, para preservar a fidedignidade de sua escrita, insiro aqui o trecho na íntegra (com a presença do que acredito ser um pequeno equívoco na exposição do argumento): “(...) formou-se também pela colonialidade do ser, ao patologizar corpos-mentes-espíritos não-heterossexuais como doença e se consolidou por meio do pensamento hetero, contribuindo para a interiorização da opressão mediante a lesbofobia internalizada. Ademais, formou-se pela colonialidade do saber por meio da convenção de vivências não-heterossexuais como pecado e, promoveu-se por meio do modelo amatório parejilfamilista, baseado no ideal de amor romântico, monogâmico, heterossexual.” (MACEDO, 2021, p. 49).

²⁸ Figura 3 (MACEDO, 2020, p. 50)



Da mesma forma que parece ser considerado por Walsh e por Macedo, acredito que não seja possível apreender um destes eixos de operação colonial sem considerar os atravessamentos dos demais. Ao mesmo tempo, abordar todas essas categorias de forma simultânea – tal como são – poderia dificultar as especificidades do recorte eleito para essa pesquisa: a produção de conhecimento. Nesse sentido, também com a intenção de organizar as categorias analíticas, optei por buscar um ponto de referência para que a incisão de cada operação possa ser observada desde ali. Afinal, se todo o conhecimento é localizado, por que não localizarmos o conhecimento?

Assim, inspirada na esquematização de Macedo, destaco a seguinte proposta de análise:



Partindo da ideia de que as esferas da colonialidade estão intrinsecamente relacionadas, tomo como ponto de referência a Colonialidade do Saber para pensar a produção de conhecimento e os atravessamentos de cada operacionalidade dentro deste eixo. É desde ali que as incidências serão percebidas e analisadas, partindo do problema do risco de se fazer uma pesquisa por meio da pesquisa sobre esse risco. As categorias de raça, gênero e sexualidade ganham destaque nessa análise por dois motivos. Primeiro, pela compreensão de que essas categorias fundam ao mesmo tempo em que são fundadas por estes eixos de operação da colonialidade. Embora, inicialmente possa soar estranha a derivação direta da categoria raça à colonialidade de poder, isso se justifica na medida em que, como já exposto, as questões raciais são consideradas como o centro da colonialidade do poder – e até mesmo, da colonialidade em si -, de forma a descartar, ao menos nas categorizações existentes até então, a necessidade do que seria uma “colonialidade particular”, como é o caso das operacionalizações de gênero e sexualidade.

O segundo motivo que justifica o protagonismo dessas categorias se deve ao fato, a suspeita e a possível fundamentação de que a articulação com esses temas pode ser um elemento relevante na compreensão das pesquisas de risco. Fato, por conta do meu Trabalho de Conclusão de Curso abordar tais questões e acabar produzindo um risco de perseguição. Suspeita, pela circulação de notícias que têm apontado para a perseguição de alguns cientistas que trabalham com esses temas. Fundamentação, no sentido de compreender essas categorias como eixos estruturantes e imprescindíveis das operacionalizações coloniais, de forma que, desacomodá-las pode vir a significar um afronte ao próprio Sistema/Mundo Moderno-Colonial.

Essas categorias, embora destacadas, atuam de forma interseccional e sem constituir uma hierarquia própria a cada uma das opressões que delas se derivam. Interessa investigar como a Colonialidade do Poder, do Ser, da Natureza, de Gênero e de Sexualidade têm incidido na produção da Colonialidade do Saber a partir da perseguição de determinadas produções de conhecimento no ambiente acadêmico.

É imprescindível afirmar, porém, que a Colonialidade do Saber não incide apenas nos espaços formais de produção de conhecimento, como o da universidade. Pelo contrário: incide inicialmente do lado de fora dos muros institucionais, deslegitimando, a priori, os saberes produzidos que não estejam inseridos nesses ambientes. Se existe um dentro é apenas porque existe um fora. Essas fronteiras precisam ser constantemente vigiadas e delimitadas, para que se preserve o lugar de diferença em relação ao Outro do conhecimento. A garantia de não ser expurgado é algo constantemente revisto e recalculado perante o risco que ameaça a manutenção da divisão hierárquica.

Entretanto, devido a diversas lutas travadas ao longo da história, o abalo desses muros ocorre de forma sistemática. Se existe um muro é porque existe um muro a ser derrubado. Se pensarmos em termos de Brasil, foram vários os movimentos recentes que vieram a resistir a essa divisão, o que veio também a modificar o ambiente universitário de forma radical. As forças estão em jogo. Enquanto existe uma luta contra a estrutura conservadora dos centros de produção de saber que são as universidades, um certo Ministro da Educação vocifera que “universidade não é para todos” e que elas “devem ficar reservadas para uma elite intelectual.” (CONGRESSO EM FOCO, 2019).

Eleger as pesquisas de acadêmicas(os) em risco como elemento a ser analisado dentro da esfera de operacionalidade da Colonialidade do Saber não pode significar limitar a atuação do eixo a este campo. Pessoas fora das universidades não só podem, como historicamente foram e continuam sendo colocadas em risco por ameaçarem os pilares que sustentam a Colonialidade do Saber. Este recorte em torno do ambiente acadêmico tem o intuito de se somar à derrubada desse muro e entende que, para isso, é necessário compreender o muro e compreender aquilo que está sendo expurgado de dentro para fora.

Assim, a análise dos casos presentes no documento do Free to Think 2019 buscará estar atenta a estes atravessamentos, dando ênfase às categorias de raça, gênero e sexualidade, e se situando, como ponto de referência, a partir da Colonialidade do Saber.

7. Free to Think 2019: Global

Como já dito anteriormente, a revista Free to Think (FONTE 1) compõe o Projeto de Monitoramento da Liberdade Acadêmica”, é produzida pela SAR desde 2012 e em sua última edição teve o Brasil estampado em sua capa. Os dados apresentados nessa publicação compreendem episódios de ataques reportados no âmbito do ensino superior e ocorridos no período entre 1 de setembro de 2018 até o dia 31 de agosto de 2019. São relatados 324 ataques, organizados nas seguintes categorias: Assassinatos, Violência, Desaparecimentos (97 casos); Prisões (87); Acusações (70); Perdas de Cargo (22); Restrições de Viagem (11); e Outros (37). Ao longo do documento existem caixas explicativas para cada uma dessas classificações. Em todas as categorias de ataques, são considerados aqueles que visam membros de comunidades de ensino superior, incluindo líderes, pesquisadoras(es), estudantes de graduação ou de pós-graduação e funcionárias(os) (acadêmicas(os) ou não).

A primeira categoria, Assassinatos, Violência, Desaparecimentos, segundo consta, inclui casos em retaliação por determinado conteúdo ou conduta acadêmica. Ainda, considera que “Desaparecimento” abrange prisões não informadas, detenções, sequestros ou outras privações de liberdade; realizadas por funcionários do governo, por grupos ou por indivíduos, agindo em nome, com apoio, com consentimento ou com conhecimento do governo. Já “Violência” considera agressões físicas que causem sérios danos, incluindo espancamentos, tiros, torturas e ferimentos com armas.

Nas categorias de “Prisões” e de “Acusações” estão agrupados casos considerados injustificáveis envolvendo motivos falsos ou ilícitos; acusações diretamente relacionadas ou em retaliação à expressão de opiniões acadêmicas ou outra atividade profissional ou estudantil; e retaliação pelo exercício de direitos humanos fundamentais, incluindo a liberdade de expressão e de associação. Em “Prisões” estão incluídos, além do ato de prender, os interrogatórios, as detenções e os processos judiciais. “Acusações” inclui processos administrativos, civis ou criminais;

“Perdas de Cargo” abrange demissão, rebaixamento, perda de promoção ou outra penalidade profissional por conta de trabalho acadêmico de professora(r) ou bolsista; e desligamento ou expulsão de alunas(os) de graduação ou pós-graduação; pelos motivos que incluem declarações feitas em sala de aula, escritos, pesquisa, associação profissional, atividade sindical, envolvimento com (e crítica de) liderança do ensino superior ou de política educacional.

“Restrições de viagem” se refere a restrições de viagens injustificáveis sejam elas legais ou não; inclui restrições administrativas ou físicas a viagens dentro de um estado, entre estados; restrições arbitrárias à capacidade de obter um visto ou outros documentos de entrada ou saída; negação de futuras permissões para viagens; e retaliação por tentar viajar ou após o retorno da viagem. Podem ser impostas por autoridades governamentais do estado de origem, autoridades governamentais do estado a ser visitado e/ou instituições de ensino superior, lideranças ou associações profissionais.

Por fim, a categoria “Outros” se refere a incidentes que não se encaixam perfeitamente em nenhum dos cinco tipos de conduta definidos, mas que, segundo consta no documento, são de tal importância, escala, escopo e/ou duração que possuem o potencial de prejudicar significativamente as funções do ensino superior, a liberdade acadêmica ou o exercício dos direitos humanos por membros das comunidades de ensino superior.

Quanto a organização de cada um dos tópicos abordados, o documento é dividido nos seguintes capítulos: Sumário executivo; Chamada para ação; Ataques Violentos a Comunidades de Ensino Superior; Prisão Injusta e Perseguição de Acadêmicos; Acadêmicos na Prisão; Tensões no Espaço de Ensino Superior da Índia; Ataques Contínuos aos Acadêmicos da Turquia; Pressões Globais sobre a Expressão de Alunos; Repressão do Sudão a Estudantes e Pesquisadores; Ameaças à Liberdade Acadêmica na China; Restrições de Viagem para Bolsistas e Estudantes; Ataques ao Espaço de Educação Superior do Brasil; Recomendações; Apêndice: Tabela de Incidentes; Apêndice: Metodologia.

É importante dizer que eu busquei analisar esse relatório justamente porque queria saber mais sobre experiências como a minha. Conhecer outros casos. Entender como isso acontece. E pesquisar se isso que eu chamei de Estado de Xequê poderia ser algo compartilhado. Mas, principalmente, para descobrir como pessoas ao redor do mundo inteiro estavam fazendo para escapar desse estado.

Ao traduzir, ler e analisar a revista *Free to Think* 2019, eu, de fato, encontrei muitos casos parecidos com o meu. Ou melhor: com os meus. Acredito que posso explicar isso melhor a partir da explanação de algumas dessas situações. Por exemplo, lendo o relatório encontrei situações em que pesquisadoras(es)/estudantes sofreram retaliações por conta do conteúdo de seus trabalhos acadêmicos – como aconteceu após a publicação do meu trabalho de conclusão de curso. Como os casos de:

ALERTA DE GATILHO

Resolvi fazer uma pausa aqui para avisar que muitos dos casos que comecei a citar não são de fácil leitura. No relatório estão presentes situações bem violentas, por vezes contadas em seus detalhes. Situações de morte, violência física e tortura são expostas. Embora seja importante que se denuncie a ocorrências dessas violências, a intenção aqui não é que tratemos estes casos com a frieza de um dado estatístico. E é por isso que essa pausa aqui parece ser importante. O que vem a seguir pode ser um gatilho acionador de traumas às leitoras e leitores deste trabalho. Infelizmente, parece ser impossível discutir as questões que me instigam a essa escrita sem passar por estes relatos.

De toda forma, espero que replicar as citações presentes no relatório possa ser compreendido como um ato de preservação da memória daquelas(es) que se foram e de fortalecimento da luta para aquelas(es) que ainda estão aqui resistindo contra o risco que acadêmicas(os) podem experimentar por conta de determinadas expressões. Ao menos essa parece ser a proposta do Scholars at Risk ao elaborar seus relatórios anuais. A exposição dos casos começará logo abaixo e será seguida de algumas reflexões. Após, outros casos serão citados, seguidos novamente de alguns questionamentos e assim sucessivamente.

Inicialmente, eu havia colocado aqui os nomes das pessoas perseguidas, bem como o de algumas organizações perseguidoras. Embora estes dados estejam disponíveis no relatório, mais uma vez, algo me ocorreu. É o medo de que essa identificação possa oferecer algum risco a mim – a pesquisadora em questão. Diante disso, resolvi modificar o texto e substituí os nomes por peças de um jogo de xadrez. Uma aposta que não se resume ao campo da estética, a menos que a estética em questão seja do Estado de Xequê. Em todo caso, foi a forma que encontrei de trazer essas situações de forma que eu me sentisse segura. Também optei por não afirmar a ocorrência de nenhum caso, por isso, utilizo a expressão “supostamente” sempre que a situação se mostrar potencialmente alvo de possíveis controvérsias judiciais ou demais tipos de questionamento. Percebi que o documento também adota essa mesma postura quando se pronuncia sobre determinados casos.

De qualquer forma, pra mim, pessoalmente, não foi fácil me deparar com estes relatos. Enfim, aqui vão eles.

- *Uma peã na casa C3*, estudante de jornalismo da Turquia que publicou um artigo intitulado “Jornalismo não é crime”, em que expressava preocupação com a liberdade de imprensa no país em resposta à detenção de repórteres. Ela supostamente foi detida e supostamente ficou presa por nove dias sob a acusação de “insultar o presidente” (insultar o *Rei*). (FONTE 1, 2019, p. 31).
- *Um peão na casa G6*, acadêmico curdo britânico (dupla cidadania), da Universidade de Kent (Reino Unido), supostamente foi preso pelo governo do Irã (*Rei*), após publicar livros e artigos sobre a mutilação da genitália feminina e o casamento infantil no país. (FONTE 1, 2019, p. 15).
- *Um peão na casa F6*, mestrando tibetano, supostamente foi detido pelo *bispo da casa D4* (autoridades chinesas) supostamente por escrever um ensaio em que fazia críticas ao declínio de oportunidades de tibetanos na China. Depois de ter publicado uma cópia de seu ensaio nas redes sociais, funcionários da universidade supostamente o tiraram da aula e o colocaram em custódia. Há indícios de que autoridades supostamente começaram a questionar os seus colegas de classe após sua detenção. Até agora, não há relatórios públicos sobre seu status. (FONTE 1, 2019, p. 43-44).
- *Uma peã na casa E6*, estudante de pós-graduação em estudos femininos na Iran Academia, foi detida supostamente por conta de um trabalho sobre promoção de igualdade de gênero. As autoridades (*bispo na casa C4*) supostamente revistaram sua casa e supostamente confiscaram vários itens, incluindo sua certidão de nascimento, laptop, passaporte e certificado de graduação da Universidade de Golestan. Depois de supostamente ser mantida em confinamento solitário e submetida a interrogatórios por 26 dias na prisão, ela foi libertada sob fiança. A graduanda também era militante dos direitos LGBTs e, meses depois após ter conquistado a liberdade, um tribunal a julgou sob a acusação de “reunião e conluio contra a segurança nacional, buscando normalizar as relações homossexuais.” As evidências usadas no julgamento incluem a pesquisa de sua dissertação e a participação em duas conferências sobre igualdade de gênero no exterior. (FONTE 1, 2019, p. 34).
- *Um peão na casa D6*, professor de economia da Universidade de Guizhou foi demitido supostamente em resposta às críticas ao Partido Comunista Chinês (*torre rival*) que realizou em escritos acadêmicos e publicações online. Ele publicou nas redes sociais a respeito da repressão letal dos militares chineses

contra estudantes e civis que lideraram protestos pró-democracia em Pequim de 1989. Na manhã seguinte, supostamente a polícia o localizou e supostamente o levou sob custódia sob acusação de “propagar brigas e criar problemas”. Os policiais supostamente o acorrentaram a uma cadeira, supostamente interrogaram-no por oito horas e supostamente tentaram forçá-lo a fornecer uma amostra de DNA. Mais tarde, quando as autoridades realizavam uma busca em sua casa na sua companhia, ele conseguiu escapar. Até o momento, seu paradeiro é desconhecido. (FONTE 1, 2019, p. 44).

- *Um peão na casa E4*, historiador da Academia de Ciências Sociais de Xinjiang, membro da Sociedade de Afiliação Intelectual Estrangeira Chinesa e da Associação de História de Xinjiang e que faz parte da comunidade étnica do Quirguistão (Kyrgyz) foi preso em sua casa supostamente após publicar vários artigos sobre a “era de ouro” do Quirguistão e as relações quirguizes-chinesas. (FONTE 1, 2019, p. 46).

Como se pode observar, de fato, nenhum destes casos relatados ocorreram em países do Norte-Global. Ao contrário, todos estes – que são casos de estudantes, professoras(es) e pesquisadoras(es) que sofreram retaliações por conta de alguma publicação acadêmica – ocorreram em países orientais. Entretanto, a relação traçada sob os aspectos da colonialidade no sentido de uma divisão entre países do Norte e do Sul Global que é estabelecida a partir da matriz de dominação colonial – inicialmente, dos países europeus a partir da invasão da América e do tráfico de pessoas negras do continente africano, posteriormente através dos processos de colonização destes mesmos países no continente africano e, mais tarde, da dominação estabelecida sob a égide do imperialismo estadunidense – se diferenciaria dos processos de dominação nos territórios asiáticos. Embora presente nas discussões pós-coloniais, a questão do Orientalismo apresenta suas especificidades e complexidades, que acabam por ter elementos que se diferem de outros processos de dominação. Lembrando, ainda, que este conceito, apresentado por Said (2007), refere-se especialmente à relação Ocidental com os países do Oriente Médio, o que excluiria, por exemplo, casos como os presentes na China.

Para além disso, algumas dessas situações são bastante emblemáticas, no sentido de que ocorrem diante de conflitos específicos que, para serem analisados, exigiram um exaustivo debruçamento histórico em torno das relações internacionais. Nesse sentido, seria, no mínimo, raso e equivocado tomarmos estas situações como resultados da

colonialidade tal como apresentei anteriormente. Uma alternativa, ainda que desonesta, poderia ser a de ignorar o fato das diferenças entre as invasões coloniais entre a América, a África, a Ásia e a questão do Orientalismo, e focar a análise a partir de alguns temas presentes dentro das publicações que acabaram por colocar suas autoras e autores em uma situação de risco, como as discussões sobre gênero/sexualidade e raça/etnia. Ou seja, dispensar a análise das diferenças presentes nos territórios e pensar apenas na(o) pesquisadora(r) e seus temas de pesquisa, independentemente de sua nacionalidade ou lugar de onde produz conhecimento.

Ainda assim, eu estaria incorrendo em três equívocos graves. O primeiro deles, um pouco mais óbvio, seria o de tomar essa(e) pesquisadora(r) quase como um sujeito universal, em que fosse possível deslocá-la(o), senão do tempo, ao menos do espaço, sem que isso causasse qualquer apagamento sobre suas singularidades, e como se fosse possível compartilhar entre todas(os) a mesma história colonial reivindicada pelas(os) pesquisadoras(es) do Sul em relação ao Norte. O segundo seria o de ignorar que o fato da perseguição não se restringe à ocorrência desses temas. Por exemplo, o caso do *peão da casa G6*, preso por pesquisar questões de gênero (a mutilação da genitália feminina), não pode ser analisado de forma rasa. Ao buscar saber mais sobre esta situação para além daquilo que se encontra no relatório, descobri que o pesquisador também estava trabalhando em dois outros estudos antes de ser preso. Um sobre comunidades LGBTs e outro sobre identidade e etnia no Irã.²⁹ Porém, descobri também que a perseguição a este *peão* ocorre no contexto da prisão de outros sujeitos de dupla nacionalidade, também acusados de espionagem³⁰. E que esta prática ocorre desde um episódio conhecido como “a crise de reféns do Irã”, que gira em torno de um impasse diplomático com os Estados Unidos que tem suas origens em um Golpe de Estado em 1953.

Situação similar ocorre com o caso do *peão da casa F6*, que poderíamos compreender supostamente como uma perseguição decorrente do fato de sua pesquisa se relacionar aos temas de raça/etnia. Entretanto, ao pesquisar mais sobre este caso, também encontrei particularidades muito específicas que delineiam o contexto de sua detenção. Este *peão* foi detido alguns meses após o presidente estadunidense [REDACTED] assinar a “Reciprocal Access to Tibet Act” (Lei de Acesso Recíproco ao Tibete) que trata sobre

²⁹ Ver em: <https://kameelahmady.com/biography/>

³⁰ Wikipedia contributors. (2021, March 1). List of foreign nationals detained in Iran. In Wikipedia, The Free Encyclopedia. Acesso em 6.jun. 2021. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=List_of_foreign_nationals_detained_in_Iran&oldid=1009717912>

as consequências impostas às autoridades chinesas que impedirem o acesso de estadunidenses ao Tibete. A lei foi promulgada sob a justificativa de garantia dos direitos humanos pelos Estados Unidos ao povo tibetano, supostamente violados pelo governo chinês. O congressista estadunidense Jim McGovern, um dos principais defensores do projeto, afirmou que:

Nossa política externa deve enviar a mensagem de que defendemos os direitos humanos. Que estejamos com aqueles cuja cultura e liberdade religiosa são oprimidas. E que nossos valores nos obrigam a falar quando vemos algo que está errado. (MCGOVERN apud SCOTT, 2020, s/p.)³¹

Neste contexto, o que está em jogo para o governo chinês quando se constata a presença de trabalhos que criticam as oportunidades tibetanas? Sinceramente, eu não teria elementos suficientes para responder.

Enfim, em ambos os casos, embora as(os) pesquisadoras(es) em risco sejam aquelas(es) que dissertaram sobre temas que consideramos como pilares da colonialidade (raça/etnia e gênero/sexualidade), também estão inseridas(os) em contextos ao qual este trabalho não tem a pretensão de analisar, na medida em que exigiria um intenso estudo sobre a especificidade de tais relações.

No meu TCC eu também trabalhava com discussões a partir destes marcadores. No relatório, além dos casos já citados (do *peão na casa G6* e da *peã na casa E6*), consegui encontrar outros em que acadêmicas(os) acabaram por enfrentar situações de risco por conta de abordarem estes temas em suas discussões. Nestes casos, entretanto, a perseguição ocorreu não por conta da publicação de algum trabalho, mas supostamente pelos seus posicionamentos em diversos espaços. Os casos em que acadêmicas(os) sofreram retaliações por conta de questões relacionadas aos temas de gênero e/ou sexualidade foram:

- *Um peão na casa H5*, professor demitido e preso na Coreia do Sul supostamente por insultar as chamadas "comfort women" da península coreana, China e outras regiões. As "comfort women" são mulheres que foram forçadas a escravidão sexual por militares japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. Mas, segundo acusações, o professor teria sugerido em uma palestra que algumas comfort women aderiram voluntariamente ao "sistema". Depois que comentários atribuídos ao professor circularam amplamente nas

³¹ Tradução livre. No original: "Our foreign policy ought to send the message that we stand for human rights. That we stand with those whose culture and religious freedom are oppressed. And that our values compel us to speak out when we see something that's wrong,"

redes sociais, a universidade o demitiu. Posteriormente, um grupo da sociedade civil apresentou queixa de difamação contra ele e o condenou a seis meses de prisão sob a acusação de difamação. O professor recorreu dizendo que “considerando o contexto geral da aula, não pretendia dizer que as vítimas participaram voluntariamente da escravidão sexual”, mas a sentença foi mantida. (FONTE 1, 2019, p. 13-14).

- *Um cavalo, localizado na casa F5*, formado por membros da Federação de Estudantes da Índia (SFI) - uma organização estudantil afiliada ao Partido Comunista da Índia – foi supostamente espancado *pelo cavalo rival da casa E3* - uma organização estudantil de direita. A federação comunista havia supostamente denunciado recentemente um líder da *cavalaria* por suposto assédio sexual. Quando alguns de seus membros estavam colocando cartazes nas ruas, supostamente foram surpreendidos por estudantes de direita, que exigiam que o grupo rival retirasse a denúncia e os cartazes que estavam colando. O grupo, intimidado, começou a descolar seus posters, mas mesmo assim foi supostamente espancado pelos membros da *cavalaria rival*. Três estudantes supostamente se feriram gravemente no ataque. (FONTE 1, 2019, p. 22).
- *Um peão na casa C6*, professor de inglês paquistanês que foi morto supostamente em retaliação por ter sido o organizador de um evento misto de boas-vindas para as(os) novas(os) alunas(os) do Government Sadiq Egerton College. Um estudante (*peão adversário da casa D7*) o havia pedido para que cancelasse o evento, pois considerava a mistura de alunas(os) do sexo masculino e feminino como "contrário aos ensinamentos do Islã". Diante do desacordo, o estudante supostamente assassinou o professor e, em seguida, foi preso. (FONTE 1, 2019, p. 11).
- *Um cavalo localizado na casa A3*, formado por estudantes da Universidade de Punjabi, na Índia, supostamente ficaram feridas(os) e/ou foram presas(os) supostamente por conta de um conflito durante uma manifestação liderada pela Democratic Students' Organization (DSO). O protesto era contra um toque de recolher que se aplicava apenas às residências femininas. As autoridades universitárias supostamente se recusaram a se reunir com o DSO e teriam solicitado aos pais das alunas a trazerem suas filhas para casa. Assim, os membros da organização se reuniram do lado de fora do escritório do vice-

reitor, mas foram supostamente recebidos por contramanifestantes de várias organizações estudantis. Supostamente segundo informações, pelo menos dez alunas(os) ficaram feridas(os) e a propriedade do campus foi destruída. A universidade fechou pelo resto da semana e as autoridades prenderam sete estudantes após a violência. (FONTE 1, 2019, p. 20).

- *Uma torre localizada na casa B3*, formado por um grupo de estudantes, supostamente foi alvo de um ataque com bombas de gás lacrimogêneo, e algumas(os) das alunas(os) supostamente chegaram a ser presas(os) ao realizarem uma Parada de Orgulho LGBT³² no campus da Middle East Technical University (METU), na Turquia. Dias antes do evento, supostamente o reitor da universidade anunciou que o desfile anual do Orgulho do campus não seria permitido. Apesar da proibição, as(os) estudantes realizaram a parada. A polícia supostamente chegou e informou que não havia permissão para que hasteassem a bandeira do arco-íris, que se sentassem no gramado ou ficassem embaixo de tendas. Os policiais supostamente impediram as(os) alunas(os) de lerem um depoimento preparado para o desfile, supostamente atiraram gás lacrimogêneo contra o grupo e, em seguida, supostamente prenderam vinte e quatro alunas (os) e uma(um) professora(r). (FONTE 1, 2019, p. 29).
- *Uma torre localizada na casa C5* e formada por cerca de 150 estudantes da Jamia Millia Islamia, na Índia, foi supostamente atacado por outro grupo de estudantes, após protestarem em frente ao escritório do chefe do Departamento de Artes Aplicadas, que havia sido acusado supostamente de assédio sexual, comentários discriminatórios e práticas de classificação. O grupo que apoiava o professor supostamente atacou estudantes mulheres as espancando e as assediando. A universidade suspendeu três estudantes suspeitos de participarem do ataque. (FONTE 1, 2019, p. 21).
- *Um cavalo na casa B5*, formado por estudantes da Universidade de Teerã foi supostamente confrontado por ativistas pró-governo durante um protesto supostamente pacífico no campus, com um(a) ativista supostamente agredindo uma(um) estudante. As alunas(os) se reuniram para protestar

³² Replico aqui a sigla usada no relatório em detrimento da que costumo usar (“LGBTQIA+”) para preservar o discurso presente no documento.

contra a exigência de que as mulheres usem *hijab* no campus e para exigir reformas mais amplas. Ativistas pró-governo supostamente gritaram slogans para as(os) estudantes, incluindo "estudantes podem morrer, mas não vamos tolerar indignidade". Os(as) ativistas pró-governo supostamente seguiram as(os) alunas(os) e um deles(as) deferiu um soco contra uma(um) aluna(o). A partir disso, supostamente, um confronto físico se estabeleceu. As(os) estudantes alegam que os (as) ativistas pró-governo são membros do [REDACTED], um grupo paramilitar associado à Guarda Revolucionária Islâmica, um braço das Forças Armadas Iranianas. (FONTE 1, 2019, p. 34).

- *Uma torre localizada na casa A6* e formada por uma equipe de estudantes de um jornal universitário da North Sumatra University (USU), na Indonésia, foi expulsa de tal projeto supostamente por publicar uma história fictícia sobre um casal homossexual. A história, sobre os desafios de uma jovem apaixonada por outra mulher, foi amplamente divulgada nas redes sociais. Pouco depois, o serviço de hospedagem na web do jornal supostamente informou as(aos) alunas(os) que retiraria o site do ar, porque a história popular supostamente continha "pornografia e elementos LGBT". As(os) alunas(os) rapidamente encontraram outro servidor para hospedar seu conteúdo. O presidente da USU convocou as(os) 18 estudantes membros do jornal e supostamente exigiu que removessem a história, supostamente alegando que "promovia a homossexualidade", continha "pornografia" e contradizia os valores da USU. As(os) alunas(os) se recusaram a retirar a história do ar e a universidade supostamente as(os) proibiu de continuar participando da construção do jornal. (FONTE 1, 2019, p. 36).

Estes, só para citar os especificados no relatório, pois há muitos momentos no documento em que retaliações advindas da relação de acadêmicas(os) com estes temas são citadas em um contexto geral, sem detalhamentos sobre as situações. Cabe ainda ressaltar que, neste momento, estou apresentando todos os casos que encontrei no documento e que se relacionem com as questões expostas, excetuando-se, entretanto, os incidentes brasileiros – que deixarei para comentar mais adiante.

Enfim, é possível notar que não são poucos os casos em que acadêmicas(os) que trabalhavam, pesquisavam e/ou se posicionavam em relação a temas que envolvem os marcadores de gênero e sexualidade foram ameaçadas(os) e/ou sofreram algum tipo de

retaliação. Novamente, com exceção dos casos brasileiros, todas estas situações relatadas no *Free to Think 2019* se localizam em países asiáticos – embora, geograficamente, a Turquia também se estenda no Leste Europeu.

E é aí que chegamos no segundo equívoco. Analisar as relações de gênero e sexualidade em países do Oriente poderia me colocar em outras ciladas, não só teóricas, como também éticas. Apesar de eu ser uma mulher que vem e escreve desde um país localizado no Sul Global, carrego comigo os atravessamentos da branquitude e de uma subjetividade ocidentalizada (perai, tem certeza que o Brasil é Ocidente?) Neste sentido, antes de qualquer análise sobre a situação da mulher nos países do Oriente, seria necessário um vasto estudo para que eu não incorresse em práticas como àquelas que a feminista indiana Uma Narayan (1997) critica sobre o olhar de feministas brancas e ocidentais às mulheres orientais.

Em ensaio intitulado “O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental”, a autora se propõe a “examinar alguns perigos em abordar teorizações feministas e valores epistemológicos de maneira não-contextual e não-pragmática” (NARAYAN, 1997, p. 278). Abordagem que, segundo Narayan, pode “converter percepções e teorias feministas importantes em novos dogmas epistemológicos” (NARAYAN, 1997, p. 278).

Para sustentar seu argumento, em um primeiro momento a autora realiza uma breve retomada do que ela considera ser a tese fundamental da epistemologia feminista: a identificação de que o lugar de mulher proporciona um olhar diferenciado aos aspectos das relações humanas e ambientais do mundo em contraponto às perspectivas masculinas. Nesse sentido, a denúncia da exclusão das mulheres nas áreas privilegiadas de produção do conhecimento e da maneira como somos representadas implica que as teorias dominantes sobre os empreendimentos humanos sejam entendidas como extremamente “unidimensionais e profundamente falhas” (NARAYAN, 1997, p. 278). Assim, para se produzir conhecimento de uma maneira séria e comprometida, não bastaria apenas incluir mulheres nas formas tradicionais de produção, mas, mais do que isso, é necessário que modifiquemos a própria natureza dessas atividades.

É a partir desta compreensão que Uma Narayan traçará um paralelo entre os esforços da epistemologia feminista e da luta de intelectuais terceiro-mundistas em escrever suas próprias histórias. Nas palavras da autora:

De maneira similar, a epistemologia feminista também lembra tentativas por parte de escritores e historiadores do Terceiro Mundo de documentar a

riqueza e a complexidade de estruturas sociais e económicas locais, que existiam antes do colonialismo. Tais esforços são úteis pela possibilidade de reconstituírem para os povos colonizados o significado da riqueza de sua própria história e cultura. Nas antigas colónias, eles também se contrapõem à tendência de intelectuais "ocidentalizados" por sua educação, para pensar que tudo o que é ocidental é necessariamente melhor e mais "progressista". (...) Esses esforços são análogos aos projetos da epistemologia feminista de restituir às mulheres a percepção da riqueza de sua história, de diminuir a tendência para considerar o estereotipicamente "masculino" como melhor ou mais progressista e de preservar para a posteridade a essência de áreas "femininas" do saber e de habilidades das mulheres (...) A epistemologia feminista, tal como esses outros esforços, deve tentar equilibrar a valorização de culturas ou experiências diferentes, evitando, ao mesmo tempo, o perigo de romantizá-las a ponto de não se perceber as limitações e opressões a que estão submetidos seus sujeitos. (NARAYAN, 1997, p. 277-278).

Aproximar essas duas preocupações parece ser uma tentativa didática e necessária que a autora realiza para que feministas brancas ocidentais compreendamos que, de maneira similar aos nossos esforços contra uma produção de conhecimento machista, as mulheres e feministas orientais, além de compartilharem desta luta, ainda têm a preocupação de impedir que suas vozes sejam silenciadas pela dominação colonial e a supremacia ocidental. A partir de então, Uma Narayan (1997) irá apontar uma série de questões problemáticas que podem ser observadas quando nós, feministas brancas ocidentais³³, tentamos realizar análises sobre questões de gênero no Oriente ou quando impomos nossas agendas e pautas, acreditando que estas obrigatoriamente devem ser seguidas por serem igualmente compartilhadas.

Uma delas se centraria no fato da epistemologia feminista ocidental ter escolhido o positivismo como um alvo central de ataque, e que, embora a crítica seja importante, este modelo de pensamento não é o único e nem sequer o principal inimigo das feministas não-ocidentais. Pelo contrário: em tradições como as da autora, em que os valores religiosos estão fortemente presentes, o que é preciso combater não são as estruturas que afirmam uma separação entre fato e valor, mas aquelas que carregam valores contra os quais as feministas não-ocidentais se opõem (NARAYAN, 1997).

Além disso, as feministas não-ocidentais acabam ocupando uma posição delicada nessa discussão, um lugar que se apresenta como uma cilada – um Estado de Xeque, talvez? Por um lado, há a necessidade de que se problematize sua cultura e as tradições

³³ Utilizo o pronome “nós” para marcar que me incluo nesse grupo, além de ressaltar uma posição ética de sempre lembrar que não escrevo desde um lugar neutro. Sei que a questão de considerar o Brasil como um país Ocidental é controversa, mas irei justificar essa posição mais adiante. De qualquer forma, gostaria de ressaltar que, de maneira alguma, gostaria que esse “nós” acabasse por pressupor “eu e você que está lendo”, pois não quero escrever apenas para pessoas que compartilham do mesmo lugar que o meu. Talvez surja a pergunta: “Mas, afinal, para quem você está escrevendo?” Então... ainda não sei.

que nela oprimem as mulheres. Por outro, há o desejo de afirmar os valores dessa mesma cultura e tradição, outrora colonizada. E no meio disso, o medo de que os primeiros argumentos possam ser usados de maneira imprópria para contrariar os segundos. É importante ouvirmos as palavras-desabafo da própria Uma sobre o assunto:

Como feminista indiana, atualmente vivendo nos Estados Unidos, encontro-me frequentemente dilacerada entre o desejo de informar honestamente sobre as misérias e opressões que em minha própria cultura penso que prejudicam as mulheres e o receio de que essa informação reforçará, embora inconscientemente, preconceitos ocidentais sobre a "superioridade" da cultura ocidental. Senti-me muitas vezes compelida a interromper minhas informações, ao falar sobre os problemas do sistema indiano de casamentos arranjados, para lembrar às minhas amigas ocidentais que as experiências das mulheres sob a crença no "amor romântico" não parecem mais desejáveis. Talvez devêssemos todas procurar cultivar o hábito metodológico de tentar compreender as complexidades envolvidas na opressão em diferentes situações culturais e históricas, enquanto evitamos, pelo menos por ora, a tentação de fazer comparações sobre essas situações, devido ao perigo de comparar o que pode bem ser incomensurável sob quaisquer aspectos razoáveis. (NARAYAN, 1997, p. 280).

É por querer seguir a orientação metodológica de Uma Narayan (1997) que considero problemático realizar a análise que antes eu havia me proposto. Não porque acredito que devemos silenciar perante assuntos dos quais não ocupamos um lugar de experiência. Mas porque falar sobre estes assuntos, desde meu lugar de fala, exigiria um estudo profundo sobre os aspectos de cada contexto apresentado pelos casos do relatório, na medida em que só assim eu poderia “compreender as complexidades envolvidas na opressão em diferentes situações culturais e históricas”. Realizar este estudo, a partir de cada situação analisada e levando em conta a minha ignorância sobre o tema seria, embora interessante, impraticável no espaço de tempo que um mestrado e uma dissertação oferecem. Assim, seria muito provável que eu acabasse, embora não intencionalmente, realizando comparações dessas situações com aquelas que me são familiares.

PARTE III SER OCIDENTAL

Por que eu estou me enquadrando como Ocidental? E quem seria afinal de contas, “os ocidentais”? Até aqui eu vinha escrevendo de forma a me enquadrar nessa categoria. Confesso que quando comecei a escrever não tive dúvidas sobre este lugar, mas, de repente, no meio de algum parágrafo, a pergunta de se o Brasil é considerado um país ocidental me atravessou. Em uma breve pesquisa – não em plataformas acadêmicas, mas no Google mesmo – compreendi que são muitas(os) as(os) brasileiras(os) que compartilham dessa sensação de que são ocidentais. Isso se justificaria pela assimilação dos nossos costumes aos da cultura europeia. Acontece que, para os “verdadeiros ocidentais” – europeus e estadunidenses – nós não somos considerados como pertencentes ao Ocidente. E, concordando ou não com essa percepção, cabe perguntar quais brasileiras e brasileiros compartilham uma cultura europeizada e em que medida. Pois essa assimilação se relaciona com diversos aspectos, como o da religião e dos valores (judaico-cristãos), do governo (“democracia?”), sistemas legais (direito romano), forma de se vestir, de se alimentar, etc. E sabemos que não são todas(os) as(os) brasileiras(os) que compartilham igualmente destes hábitos, ou que sequer compartilham de alguma destas formas de se relacionar com o mundo.

Mas por que eu sou essa brasileira que, quando teve que escrever sobre, logo se afirmou ocidental sem pensar? Acredito que essa questão se relacione muito com a da branquitude na América Latina. Aqui, ser branca(o) significa algo diferente de ser branca(o) nos Estados Unidos, por exemplo. É como diz Carla Akotirene:

Quando se fala branco se está falando para além da cor da pele, até devido a fluidez e contingência da experiência de “brancura” – a mesma pessoa é identificada de modo diferenciado em regiões diferentes, pois para a Europa, entretanto, só é branco o branco europeu. (...) Logicamente, para a Europa, branquitude é um sistema de poder muito além da brancura da pele, distinto do caso brasileiro, da mestiçagem, como quer a democracia racial defendida pelas elites brancas e trânsitos regionais com seus deslocamentos de privilégios. Daí interseccionalidade ser útil para perceber onde começa o racismo e termina a discriminação regional, a xenofobia e as opressões ressignificadas contextualmente. (AKOTIRENE, 2018, p. 28-29).

Mas é no Brasil que estou e, sendo assim, é essa posição branca que assumo ao viver neste país. E por estar aqui, em um país colonizado por Portugal, recebi a minha vida toda uma construção de valores que provém das lógicas que chamamos de ocidentais.

Contra as quais posso me rebelar e, ainda assim, me atravessarão. Eu posso não ser cristã hoje, mas não posso mudar o fato de que passei pela catequese na infância.

Por outro lado, Lélia Gonzalez (2019) nos convida a lançar um outro olhar para essa questão no continente nomeado de América e, mais especificamente, no contexto brasileiro. Sua reflexão sobre a formação histórico-cultural do Brasil propõe algo que “não vem a ser o que em geral se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana (...)”. (GONZALEZ, 2019, p. 341). E é a partir da constatação das marcas que evidenciam a presença negra e dos povos originários do continente americano que a autora irá propor a categoria de *Amefricanidade* e será categórica ao afirmar que “nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e “pardos” do IBGE) são *ladino-amefricanos*”. (GONZALEZ, 2019, p.341). Ao historicizar sua análise, Lélia nos lembra que:

Sabemos que o colonialismo europeu, nos termos com que o definimos, configura-se no decorrer do século XIX. Nesse mesmo período, o racismo se constituía como a “ciência” da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação que viria a ser não apenas o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental. (GONZALEZ, 2019, p. 343).

Sendo assim, cabe mais uma vez retornar à pergunta: por que eu sou essa brasileira que, quando teve que escrever sobre, logo se afirmou ocidental sem pensar? Arrisco dizer que Lélia provavelmente responderia que este seria um típico sintoma de denegação (da categoria psicanalítica freudiana) o qual é experimentado pelo indivíduo brasileiro como consequência da forma como o racismo foi se construindo no nosso país. Significa dizer que eu estaria negando à minha pertença a uma cultura que “é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa” (GONZALEZ, 2019, p. 344) em uma tentativa de me identificar com a “superioridade’ branco-ocidental”.

Então, talvez, me enquadrar na categoria de pessoa ocidental pode não ser uma denominação tão válida. Entretanto, se por um lado é verdade que eu viva em um país tal como Lélia descreve - ou seja, fortemente atravessado por valores ameríndios e africanos que, longe de se conservarem intactos, compõe uma “explosão criadora de algo desconhecido, nossa Amefricanidade” (GONZALEZ, 2019, p. 351) - por outro, apagar o meu privilégio de cor e a imersão pela qual fui exposta aos valores brancos, europeus e, sobretudo, ocidentais, também não parece ser uma posição precisa a se assumir neste debate.

Como saída – ao menos temporária – me parece que a posição mais fidedigna de ser assumida nesse momento seja a de afirmar que, independentemente de ser ou não considerada uma ocidental (seja na América Latina, seja para os “verdadeiros ocidentais” ou, ainda, para uma pessoa oriental), sou, inevitavelmente uma pessoa ocidentalizada. O que, ao mesmo tempo, não me impede de ser uma latina-americana. Nem uma ocidental de origem, nem uma não-ocidental inata, mas alguém que passou por um processo de ocidentalização e, hoje, é ocidentalizada. Ao menos por ora, é este lugar que assumo nesta escrita.

Afora as questões que envolviam gênero e sexualidade, no meu Trabalho de Conclusão de Curso eu também discutia acerca dos marcados de raça e etnia – com foco na questão da branquitude. Entretanto, não foram muitos os casos encontrados no relatório em que pesquisadoras(es) foram ameaçadas(os)/perseguidas(os) por estudarem, escreverem e/ou se posicionarem diante de questões que envolvem discussões sobre raça. Na verdade, situações desse tipo aparecem especificadas apenas no capítulo em que trata das ocorrências no Brasil. Em um outro único momento, aparece de maneira generalizada no *box* que explica o que abrange a categoria de “Outros Ataques”, da seguinte forma:

Durante este período, o SAR emitiu relatórios para trinta e sete “outros” incidentes. Isso inclui incidentes que não se enquadram perfeitamente em um ou mais dos cinco tipos de conduta definidos, mas são de tal importância, escala, escopo e/ou duração que já têm, ou têm o potencial, de prejudicar significativamente as funções de ensino superior, liberdade acadêmica, ou o exercício dos direitos humanos por membros de comunidades de ensino superior. Tais incidentes podem incluir ocupação ou fechamento de campi de ensino superior; destruição de instalações, materiais ou infraestruturas de ensino superior; assédio sistemático ou prolongado, ou ameaças contra membros de comunidades de ensino superior; limites sistemáticos de acesso ao ensino superior; e/ou *discriminação sistemática com base no sexo, raça ou outros motivos no acesso ao emprego ou outros elementos relacionados com o ensino superior*. (Free to Think 2019, p.37, grifos meus).³⁴

Entretanto, diferente das questões raciais, alguns casos com a presença de conflitos étnicos aparecem em evidência. O já citado caso do *peão na casa E4* (que publicou artigos sobre a “era de ouro” do Quirguistão e as relações quirguizes-chinesas) parece ser apenas um entre vários que envolvem comunidades de minorias étnicas no território da China. Embora seja o único especificado desses conflitos, o relatório chama a atenção para essa situação, como no seguinte trecho:

As autoridades estaduais na RPC continuam a detenção em massa de acadêmicos e estudantes das comunidades de minorias étnicas uigur, cazaque e quirguiz, aparentemente com base em sua identidade étnica e religiosa, atividade acadêmica ou pontos de vista e ideias.

As autoridades estão mantendo detidos nos chamados campos de “reeducação” em toda a Região Autônoma Uigur de Xinjiang (XUAR). Relatórios indicam que alguns detidos foram forçados a comer carne de

³⁴ Tradução livre. No original: “During this reporting period, SAR issued reports for thirty-seven “other” incidents. These include incidents that do not fit squarely within one or more of the five defined types of conduct, yet are of such importance, scale, scope, and/or duration that they have already, or have the potential, to significantly impair higher education functions, academic freedom, or the exercise of human rights by members of higher education communities. Such incidents may include occupation or closing of higher education campuses; destruction of higher education facilities, materials, or infrastructures; systematic or prolonged harassment, or threats against members of higher education communities; systematic limits on access to higher education; and/or systematic discrimination based on gender, race, or other grounds in access to, employment within, or other elements relating to higher education.”

porco e beber álcool, em contravenção às suas crenças muçulmanas, e a comparecer a sessões de doutrinação. (FONTE 1, 2019, p.46).³⁵

Ainda, para além do também já mencionado caso do *peão na casa F6* (o mestrando tibetano), aparece no documento o seguinte caso ocorrido na Índia:

Em 4 de outubro, violentos confrontos eclodiram durante uma manifestação na Sharda University (AFMI 749). No início daquela semana, as tensões étnicas no campus explodiram após uma briga em sala de aula entre um estudante indiano e um estudante afegão. A universidade suspendeu três estudantes que estariam envolvidos na luta. Centenas depois se reuniram no campus para exigir que a universidade tomasse medidas mais severas em resposta ao incidente. Os manifestantes supostamente arrastaram estudantes afegãos para fora de uma sala de aula e os atacaram. Alunos da Caxemira que estavam no campus também foram alvejados e espancados. Testemunhas de estudantes relataram que a violência foi incitada por membros de um grupo extremista de direita hindu de fora da universidade. Posteriormente, o campus foi fechado por três dias, e a polícia supostamente registrou queixas por tumultos contra trezentos e cinquenta indivíduos relacionados ao protesto. (FONTE 1, 2019, p. 20).³⁶

Embora em muitos dos casos apresentados a repressão tenha ocorrido por parte de agentes do Estado ou de autoridades públicas, não são poucas as histórias de perseguições por parte de cidadãos comuns que, ao discordarem de algum posicionamento, se viram no direito de cercear de maneira violenta sua expressão. Como nesta última situação apresentada, há diversos conflitos protagonizados por grupos extremistas, milícias, ou, até mesmo, por outros(as) universitários(as). E como também foi o caso das ameaças que recebi por conta do conteúdo do meu trabalho de conclusão de curso. Até aqui, com essa característica, encontramos as experiências do *cavalo na casa F5* (supostamente espancado por homens de uma organização estudantil de direita supostamente devido a uma denúncia de assédio sexual); do *peão na C6* (professor paquistanês morto por um estudante supostamente após organizar um evento de gênero misto); do *cavalo na F5* (supostamente agredidas(os) por contra-manifestantes em um

³⁵ Tradução livre. No original: “State authorities in the PRC continue the mass detention of scholars and students of the Uyghur, Kazakh, and Kyrgyz ethnic minority communities, apparently on the basis of their ethnic and religious identity, academic activity, or views and ideas. Authorities are reportedly holding detainees at so-called “re-education” camps throughout the Xinjiang Uyghur Autonomous Region (XUAR). Reports indicate that some detainees have been forced to eat pork and drink alcohol, in contravention of their Muslim beliefs, and to attend indoctrination sessions.”

³⁶ Tradução livre. No original: “On October 4, violent clashes broke out during a demonstration at Sharda University (AFMI 749). Earlier that week, ethnic tensions on campus flared following an in-class fight between an Indian student and an Afghan student. The university suspended three students who were allegedly involved in the fight. Hundreds later gathered on campus to demand that the university take more severe action in response to the incident. Protesters reportedly dragged Afghan students out of a classroom and attacked them. Kashmiri students on campus were also reportedly targeted and beaten. Student witnesses reported that the violence was incited by members of a rightwing Hindu extremist group from outside the university. The campus was later closed for three days, and police reportedly filed complaints for rioting against three hundred fifty individuals in connection with the protest.”

protesto contra o toque de recolher aplicado apenas às residências femininas); da *torre na C5* (supostamente espancadas(os) e supostamente assediadas(os) por outro grupo de estudantes, após protestarem contra o chefe do departamento acusado de assédio sexual, comentários discriminatórios e práticas de classificação); e do *cavalo na B5* (supostamente agredidas(os) por ativistas pró-governo durante um protesto contra o uso obrigatório do *hijab* no campus). Para além destes, há algumas dezenas de casos especificados com essa característica, considerando que algumas situações embarcam mais de um episódio ou cena, e descartando aqueles contabilizados sem mais detalhes ou informações. Muitos desses episódios ocorrem dentro do próprio espaço universitário e, diversas vezes, acontecem durante manifestações por grupos contrários a certas pautas.

Como já mencionado, o documento analisado conta com um número extenso de casos que expressam uma diversidade ampla de motivações para o cometimento de ameaças e violências contra universitárias(os). Apesar de estar organizado em tipos de ataques, o relatório não contabiliza os temas que parecem ser mais alvos de determinadas ações. Aqui, dei ênfase aos casos em que o motivo do ataque se relaciona às questões de gênero, sexualidade, raça e etnia – assuntos que, apesar de não aparecerem categorizados de acordo com tais marcadores, também recebem destaque no próprio documento. Entretanto, ainda há outros assuntos que aparecem com frequência em muitas circunstâncias e que incluem temas como a luta pela democracia, a defesa dos direitos humanos e melhores condições de educação (não restritas ao âmbito universitário).

PARTE IV SINCERICÍDIO E DESINTERESSE

*Jogando o tabuleiro no chão
uma pesquisa que desaba abaixo*

O que sustenta uma pesquisa? O que te faz fixar em objetivos? E se tudo cair por terra? Há métodos que permitam o desabamento? Em meio à complexidade do mundo: são milhões de problemas, são milhões de questões. E por que essas, as que elegi, são questões importantes?

Nada basta. Nada é o suficiente. Uma frustração advinda de uma impotência que se pretendia megalomaniaca? Não, ninguém salva o planeta sozinha. Mas, insisto: por que essas questões seguem sendo importantes? E se elas não se sustentarem mais? E se eu acabar por entender que esses objetivos não são o foco do problema – de pesquisa, meu, do mundo?! E se, simplesmente, eu acabar perdendo o interesse? Será que é possível uma pesquisa que tenha o desinteresse enquanto método?

Há algo que precisa ser esboçado. Eu vou tentar explicar...

A verdade é que não fui em quem escolhi este tema de pesquisa: foi ele quem me escolheu. Eu já contei pra vocês, não? Que meu objetivo inicial era estudar branquitude e masculinidades em um [REDACTED] de ódio” anônimo, o [REDACTED]... E que no meio do caminho eu fui atropelada. E que de repente o meio do caminho virou o caminho, e o objetivo, o acidente em si. Uma convocação. Que eu aceitei e pela qual me responsabilizo.

“Estado de Xeque” foi o nome que dei para uma situação. Não é uma expressão fria. Entenda: ela me perpassa nesse exato momento! Esse, na qual me deixa presa a mim. Sair do Estado de Xeque parece implicar em entrar a fundo nele. O que eu não sabia, era que esse caminho teria mais desvios...

Este trajeto se inicia pela perseguição de um problema que se desenhou partindo da questão (e já não aguento mais repetir as palavras “problema” e “questão”!) sobre o risco de se fazer uma pesquisa, desenrolando-se quase que instantaneamente para a pesquisa de um risco. Dessa forma, o foco se tornou a compreensão da situação das(dos)

pesquisadoras(es) em risco. O objeto: uma revista estadunidense publicada por uma organização que se debruça em mapear estes casos pelo mundo. A isso, somou-se o meu interesse com as teorias decoloniais, que me fizeram olhar para a especificidade dos lugares em que essa situação parecia estar mais presente segundo o relatório – os países do sul-global. Entre onde se localizavam e sobre o que falavam as(os) pesquisadoras(es) ameaçadas(os), houve uma confusão. Uma confusão minha em não conseguir delimitar o que, exatamente, ou melhor, por quê, isso poderia ser indício de alguma coisa.

Assim.... Embora continue sendo verdade que na edição de 2019 da *Free to Think* – publicação que me propus em analisar – haja uma predominância de incidências constatadas em países fora do eixo norte-global – o que eu demonstrei através daqueles gráficos lá no início –, seria muito desonesto da minha parte afirmar que estes eventos também não ocorram, e com frequência, nos países da Europa e da América do Norte. Nesse sentido, a pesquisa poderia ser direcionada para se pensar então o porquê determinada predominância poderia ser observada neste relatório específico. Provavelmente, essa pergunta nos faria tropeçar. Ou, talvez, eu tropeçasse sozinha mesmo. Fato é que o rumo da pesquisa correria o risco de ser remanejado, desviando sua atenção do problema em si, para olhar um objeto-problema. Mais do que pensar o risco de uma pesquisa/a pesquisa de um risco, o relatório em si deveria ser pensado. A constituição da instituição que o organiza, suas redes globais, seus métodos de análise, os pormenores de suas escolhas, aquilo que o faz silenciar ou gritar sobre algo.

E pode até ser que pra alguém isso seja interessante. Mas será que é isso que importa pra mim, agora? O mundo desabando e eu problematizando a composição de uma rede de organização global que se propõe a preservar a liberdade de expressão, com todos os problemas que isso acarreta.

É, talvez não seja por aí.

Por outro lado, eu poderia demonstrar – e talvez eu realmente o faça ou já tenha feito aqui – o porquê da minha primeira “hipótese” (podemos chamar assim?) ter se apresentado como insustentável. Essa, de que existem “mais” pesquisas de risco nos países do sul-global e sua conseqüente relação com os efeitos disso que chamamos de Modernidade/Colonialidade. Que, apesar do levantamento realizado pelo relatório, temos estes e aqueles casos ali e acolá. A partir disso, poderia tentar compreender o porquê desse acontecimento. Como? Como este mecanismo de censura foi sendo construído em diferentes partes do mundo? Aqui eu poderia – nossa, será que quando vocês estiverem

lendo isso, eu já vou ter feito? – traçar uma relação como aquela apresentada no livro de Silvia Federici do Calibã e a Bruxa, entre a caça às bruxas na Europa e a colonização nas Américas. Entende? Demonstrar como um acontecimento foi condição de possibilidade para o outro e apontar o inegável de suas relações que aparece tal como uma continuidade.

Após isso e, seguindo por esse caminho, eu estaria livre para me dedicar aos objetivos seguintes. Analisaria, então, o tema das pesquisas perseguidas a partir das informações do relatório. Vamos ser sinceros? Desde o início em que começamos a ler essa pesquisa e nos deparamos com essa questão, nós já imaginamos a resposta: “As pesquisas que sofrem mais ameaças são aquelas em que os temas trazem os assuntos de gênero, raça e sexualidade.” Eu escolheria no relatório alguns casos que exemplificariam a conclusão e todas(os) nós ficaríamos satisfeitas(os) por termos conseguido confirmar aquilo que já sabíamos.

Não me entendam mal, por favor. Eu não estou dizendo que isso não seria importante. Eu tenho certeza do quanto é fundamental que “a gente” - não preciso especificar a qual bolha fazemos parte, certo? - possa comprovar a partir de evidências a sustentação de nossos argumentos. Em um mundo que vomita *fake news*, vive o negacionismo, dúvida da ciência – cá entre nós, “a gente” também duvida de muitos tipos de ciência, né? – e trava lutas sobre o estatuto da verdade e da ética, trabalhos de sustentação são imprescindíveis. Esses que dão base para a produção de políticas e que visibilizam situações que precisam ser demonstradas. Só que, apesar de achar importante, sinto dizer a vocês, eu acho que não é nisso que eu estou interessada... Eu não gostaria de fazer um trabalho que viesse para comprovar aquilo que eu já imaginava, sabe?

Mas, mesmo assim, eu segui adiante. E me direcionei ao relatório. De fato, constatei sim a presença de pesquisas e pesquisadoras(es) que foram ameaçadas(os) por trabalharem com esses temas. Mas não só. Ai, o mundo todo é complexo demais! Pretensão ingênua minha achar que eu poderia me dedicar a análise de casos em um contexto global. A verdade é que há muitos outros motivos que levam uma(um) pesquisadora(r) a ser perseguida(o), para além da discussão sobre esses temas. Motivos que carregam, cada qual, a sua especificidade, dentro de um contexto geopolítico muito ímpar e extremamente profundo.

E, realmente, não me caberia analisar qualquer um desses contextos. Porque ou eu acabaria por eleger apenas um deles – e o meu trabalho se transformaria em uma discussão sobre a situação geopolítica de algum país específico que, poderia, inclusive,

ser o nosso – ou eu realizaria uma série de análises rasas que jamais dariam conta de compreender o risco em questão.

Vejam! Se neste relatório eu encontro os mais variados motivos para uma(um) pesquisadora(r) acabar sendo punida(o) por sua postura ou produção acadêmica, o que interessa não é a multiplicidade das razões, mas a produção desse risco. Desde quando se tornou arriscado falar o que se pensa? Por que tem pessoas que são punidas por conta disso? E por que outras não são? E que punição é essa? De onde ela vem? Como esse mecanismo de punir se constitui?

Os dados encontrados no relatório acabaram indo ao encontro da minha experiência pessoal que demonstra que a punição não é monopólio do Estado. Se por um lado eu respondo um processo, por outro, as ameaças que sofri vieram de um grupo organizado de indivíduos que se sentiram no direito de manifestarem os seus desejos em atentarem contra a minha vida. Isso, tal como uma punição pelo trabalho de conclusão de curso que eu havia escrito.

Foi por ser punida por estar em uma ocupação e foi por ser punida por escrever um trabalho que hoje eu me encontro em Estado de Xeque. E sei que são muitas pessoas que, como eu, experienciam também esse lugar. E que essas pessoas não são só as acadêmicas. Do mesmo modo, sei que o que eu chamo de Estado de Xeque não é aquilo que remete a consequência de qualquer punição. Mas aquilo que faz calar e por fazer calar impossibilita novos movimentos. Impossibilidade essa que, quero acreditar, não é permanente, mas que exige uma tomada de movimentos específicos para que se escape da emboscada ilustrada pelo jogo. E é sobre esse tipo de punição específica pela qual eu estou interessada. E talvez eu precise contar um pouco sobre como eu tenho me sentido nos últimos meses para que vocês possam entender melhor... Ou melhor, gostaria de contar tudo que aconteceu e o que me levou a chegar neste momento de agora. Esse, de jogar o tabuleiro no chão. E, para isso, antes de falar sobre os meus sentimentos, preciso fazer uma revelação:

PARTE V ESTAMOS ENCURREALADAS

Eu pretendia fazer um certo malabarismo teórico para constatar o Estado de Xeque na sua relação com o Sistema-Mundo Moderno/Colonial. Não tenho mais como esconder, vou colocar as peças na mesa! Minha ideia inicialmente era demonstrar que eram aquelas pesquisas que produziam algo que, desde a perspectiva do saber, contestasse os pilares das colonialidades (do poder, do ser, de gênero, da natureza e da sexualidade) as que sofriam risco. E de que o risco de se produzir essas pesquisas estava intrinsecamente conectado com as produções da modernidade colonial. Utilizando a história de Galileu como um mito fundador das ciências modernas, evidenciaria a relação do conhecimento científico com a produção da censura - raciocínio que eu já vinha começando a esboçar nas primeiras páginas. Em seguida, a partir dos dados coletados na análise dos casos presentes na revista, eu demonstraria o quanto esta relação continuava presente e, mais do que isso, era constituinte da própria produção de conhecimento científico. A diferença, agora, seria de apontar que a incidência destes casos era preponderante nos países do sul global, estes mesmo que foram alvos do processo de colonização.

Aí mesmo já encontraria certas inconsistências, como a dificuldade de explicar a intensa ocorrência destes episódios no contexto chinês, que tem na sua conjuntura diferenças fundamentais em relação àquelas construídas nas constituições históricas dos continentes da África e da América Latina. Ignorando essa grave inconsistência, eu continuaria assumindo esse discurso binário que opõe os eixos norte e sul global, como se tal relação servisse para explicar os acontecimentos de todo mundo. Com a insistência pela afirmação da disparidade nas incidências, eu apontaria para o fato de que haveria de ter algum motivo para os países alvos dos processos coloniais serem os mais perseguidos ao trabalharem com os temas que justamente afrontariam os pilares da colonização. Como a rede da SAR, para além do relatório, também compõe um programa de intercâmbio para que os pesquisadores ameaçados possam dar continuidade às suas pesquisas em universidades seguras – a maioria, se não todas, situadas na Europa e na América do Norte – eu concluiria que só se pode produzir trabalhos que questionassem os fundamentos da colonialidade, se dentro das metrópoles! Este então, seria um Estado Xeque.

Transpassado de um plano pessoal a um macropolítico. Uma vez que a justificativa de civilidade, hoje chamada de democracia, seria essa que ainda sustenta a superioridade europeia e estadunidense em relação às periferias do mundo, afirmar que esses são os lugares onde se pode questionar livremente as opressões de raça, gênero e

sexualidade, poderia ser entendida como a existência da colonialidade. Ou seja, aquilo do colonial que segue vivo após os processos de colonização e que ainda sustenta a lógica da modernidade. O Estado de Xeque, colocado neste âmbito, se apresentaria no sentido de uma trama que seguiria mais ou menos a cronologia destes eventos:

- Invasões coloniais/Invenção da modernidade;
- Produção das colonialidades do poder, ser, saber, de gênero, da sexualidade e da natureza;
- Advento do liberalismo e defesa da liberdade de expressão;
- Construção do Norte-Global sob o estatuto da democracia como imperativo de defesa destes valores;
- Repressão às produções acadêmicas que problematizem as bases coloniais em suas expressões relativas às opressões de gênero, raça e sexualidade;
- Criação de uma rede internacional de universidades que defende a liberdade do pensamento dentro do ambiente acadêmico (SAR);
- Denúncia das ocorrências de repressão sobre a produção destes conhecimentos nos países situados no Sul-global;
- Produção da verdade de que só é possível ser “Free to Think” nas democracias do Norte;
- Reatualização do discurso binário em que situa o Sul enquanto barbárie e o Norte enquanto civilização;

Conclusão: o Estado de Xeque se constitui enquanto lugar no sentido de que impõe aos pesquisadores do Sul-Global uma cilada. Quem produz conhecimento que questiona os valores coloniais corre o risco de ser perseguida(o) nas periferias globais, através das próprias estratégias da colonialidade; por outro lado, se há um deslocamento dessas(es) pesquisadoras(es) em direção aos países centrais, onde impera a chamada liberdade de pensamento, se corrobora com a atualização do discurso binário colonial. Um encurralamento da peça-pesquisadora(r), onde a saída apontaria para movimentos estratégicos de resistência.

Entretanto, será que é realmente dessa maneira que o risco de se fazer uma pesquisa tem se apresentado hoje? Ou, melhor, a quê ou a quem interessa esse tipo de constatação? Será, inclusive, que é possível compreender o que se chama de Sistema/Mundo Moderno-Colonial a partir destes riscos no mapa? Em um momento que a Modernidade já não é a Modernidade, em um momento em que a ideia de estado-nação

se encontra em crise, em um momento em que o risco de expressar certos pensamentos não recai apenas sobre o corpo da(do) pesquisadora(r)-universitária(o), em um momento em que várias pensadoras e pensadores apontam para as complexidades das relações de gênero/raça/sexualidade em contextos locais, em um momento em que as tecnologias criam outras formas de controle e repressão, em um momento em que o punitivismo é intensamente demandando, em um momento de extrema tensão política em nossa país, em um momento de pandemia e de produções escancaradas de necropolíticas... Nesse momento, aqui e agora: essa estratégia de pesquisa te parece interessante?

PARTE VI

MEDO DE FALAR, VONTADE DE GRITAR

*(Eu queria escrever sobre o que o subtítulo indica
Mas não consegui)*

Porque pra mim... não parece. Não assim. Não dessa maneira que eu tô fazendo. A verdade é que tem muitas coisas que precisam ser ditas. E mais do que isso, há uma demanda para que sejam ditas. Como dizer? Como dizer estando em Estado de Xequê? Como falar disso, silenciada por isso? Talvez menos um silenciamento, mais um medo. Mas que medo? Esse é o primeiro xequê. Onde se quer falar do risco de se falar, sabendo que falar deste risco já é correr o risco de que se quer falar. Eu vou tentar começar do começo...

Eu sempre tive uma relação intensa com a escrita. Acho que começou ali pela 4ª ou 5ª série. Eu amava quando o que se tinha que fazer na escola era escrever uma redação, inventar uma história. E eu nunca conseguia acabar. Parecia que sempre faltava algo a ser dito. Era eu e um colega meu, melhor amigo na época, que tínhamos esse hábito. Geralmente, a professora dava no máximo uma aula para escrever alguma história, mas aquilo parecia pouco tempo pra gente. Então, inicialmente, encantada com o nosso encantamento por escrever, ela nos suspendia das matérias do dia seguinte pra gente acabar nossa redação na biblioteca. Mas a gente não acabava. Então ela dava mais tempo. E a gente continuava escrevendo. Eu gostava muito de criar histórias sobre animais falantes, mundos fantásticos e crianças com superpoderes. Até que o encantamento virasse impaciência e ela nos obrigasse a entregar a uma história incompleta. Isso aconteceu muitas vezes.

Depois disso, na pré-adolescência, eu tinha aquele sonho de ter uma banda e compor músicas. Na verdade, eu sempre cantei muito mal. Tentei aprender a tocar violão, mas não deu muito certo. Mesmo assim, escrevia letras e letras de música incessantemente. Foi nesse processo que descobri que a escrita não servia só pra inventar histórias inspiradas em desenhos animados, mas, também, poderia servir para inventar sentimentos. Uma letra de música, pra mim, tinha que expressar fortes emoções! Mas eu não tinha vivido muitas ainda... Então precisava inventar! E inventava. Sabe, eu até já desconfiava que não gostava de meninos, mas ainda não sabia que podia gostar de meninas. Fato é que eu inventava algum sentimento pelo menino que eu ficava de selinho,

só pra poder ter letras de música pra escrever. A invenção não ficava no papel. Era produzida ali, mas transbordava. Hoje eu penso que nessas eu quase virei hetero...

Mas a sapatonice falou mais alto e graças às deusas com 13 anos eu fiquei pela primeira vez com uma menina. Pronto! Desde então comecei a colecionar inúmeros textos intensos, que passei a escrever sobre cada sentimento da vida de uma adolescente lésbica. E acabei virando uma leitora assídua de escritas assim também... O que eu mais lia era Caio F. e Fernanda Young. Lia, relia e me inspirava nas suas escritas pra escrever as minhas. Eu descobria, então, que a invenção dos sentimentos não era só um exercício de imaginação, mas também de vivência. Muitas vezes me coloquei em situações perigosas só pra poder escrever sobre elas. Minhas escritas saíram do limite da minha cabeça e foram pro meu corpo. Eu era... vamos dizer assim... bem empírica. Mas obviamente a vivência nunca era o suficiente e nem era relatada de forma descritiva. Ainda sobrava espaço pra inventar sentimentos – e muito! E uma coisa ia, meio que assim, produzindo a outra...

Foi assim. Até eu entrar na faculdade e descobrir a escrita acadêmica. Essa contra a qual muitas lutas eu travei, mas que, no momento, parece estar levando bastante vantagem nas últimas batalhas. Não foi sempre assim. Foram muitas as vezes em que questioneei e briguei com essa forma de produzir conhecimento. As estratégias iam desde me recusar à escrita em si, entregando trabalhos através de performances, vídeos e bólides, até de experimentar escrever de outras maneiras. Tinha

Épocas

Em que eu entregava

Trabalhos escritos

Meio assim... Com outras

Formatações

de

texto

Tinham professorxs que gostavam. Tinham professorxs que não. Mas acho que o que importava de fato é que não eram poucas as vezes em que eu entregava trabalhos tomada por essa mesma “intenção de intensidade” da adolescência. Tentando trazer neles experiências que eu tinha vivido e me utilizando deles pra produzir sentimentos em mim.

Isso, mesmo quando eu cedia à escrita acadêmica tal como ela é – tal como eu reproduzi até aqui, ou ao menos em grande parte dessa dissertação, até agora. E até aí a minha relação com a escrita ia muito bem. E com os trabalhos acadêmicos também.

Até o dia em que eu fui presa. Que foi um dia que durou muito tempo, embora a prisão mesma tenha sido bem rápida. Eu fui presa, fui pra casa e fui pra faculdade. E chegando lá a demanda para que eu falasse era grande. E pra que eu escrevesse também. Era final de semestre, ou seja, momento em que a maioria dxs professorxs reserva pra nos cobrar os trabalhos avaliativos. E eu dizia que não tinha cabeça pra escrever sobre os conteúdos das disciplinas naquele momento. A maioria das cadeiras que eu tava fazendo eram do departamento de psicologia social e a resposta foi quase unânime: “então escreve sobre o que tu passou!”. Sabe toda aquela vontade de adolescente branca privilegiada de querer viver intensamente pra poder escrever sobre? Então, pronto! Tinha acontecido, prato cheio, escreve aí!

Mas foi muito difícil. E ainda é. Por algum motivo é muito difícil pra mim escrever sobre esse dia. A pressão foi grande. Eu não vou dizer que não consegui escrever nada, porque seria mentira. Eu acabei cedendo à pressão sim e, pra não perder o semestre, contei um pouco do que tinha vivido em cada um dos trabalhos exigidos por cada uma das cadeiras. Com uma exceção. Em uma delas, tive a sorte de ter um grupo de colegas que fez o trabalho e assinou por mim, com o consenso da professora. Eu me senti bem acolhida. E entendo também que a intenção sobre a provocação de que eu escrevesse sobre era no sentido de me dar um espaço para que eu pudesse compartilhar essa história. Mas, é isso. Por algum motivo, foi e ainda é muito difícil pra mim. E eu acho que eu nunca consegui contar, em uma escrita, sobre como foi esse dia. Mas eu acho que, talvez, o momento de tentar seja esse.

E eu ia começar esse parágrafo contando do dia. Só que eu prefiro contar outra coisa. Eu gostaria de contar sobre o que aconteceu depois e de como a minha pesquisa tomou o rumo que tomou. Bom, eu já falei pra vocês que, a partir desse dia, eu passei a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta, certo? Então... na prática, não é nada demais. Basicamente é algo que me obriga a comparecer ao Foro de três em três meses, pelo período de dois anos e atualizar meu endereço. Fora isso, esse “acordo” impõe a condição de que se eu for pega praticando qualquer ato considerado ilegal, este termo é suspenso, e eu volto a responder de forma processual pelos crimes dos quais fui acusada. A orientação dxs advogadxs que nos atendem é de que, durante o período de assinatura, a gente não compareça a protestos e ocupações. Na prática, nós não estamos impedidxs

de fato de participar de manifestações políticas – que, por enquanto, não são, ao menos teoricamente, consideradas atos ilegais –, mas condicionados a assumir o risco de sermos condenados criminalmente.

Tendo isso em vista, eu optei por não correr tal risco durante a escrita do meu TCC. Ou seja, optei por não realizar um trabalho que implicasse em, por exemplo, visitar uma ocupação, ou compor com algum movimento social. Pode ser covardia minha. Às vezes eu acho que é. Mas foi a escolha que eu fiz. Ainda assim, eu não queria me isentar de me posicionar politicamente em relação ao contexto que o nosso país estava vivendo. Era o segundo semestre de 2018. Ano de disputa eleitoral em que a figura do nosso atual presidente estava crescendo. Percebia-se um fenômeno que, por muitas(os), foi chamado de “o avanço do conservadorismo” ou, ainda, “quando os fascistas saíram do armário”. Sem querer adentrar nas discussões sobre esses termos, acho que vocês sabem de que momento eu tô falando. Eu poderia falar mais sobre, mas quantas vezes vocês já não leram sobre isso? Enfim, agora, falar sobre isso não é o que me interessa.

Importa falar que a maneira que eu encontrei de produzir um trabalho posicionado, sem correr aquele risco, foi um pouco burra. Eu poderia falar outra coisa, mas a verdade é que eu acho que eu fui um pouco burra mesmo. A maneira como eu fiz, sabe?

[Parei a escrita aqui. Não lembro por quê. Agora, depois de dias é que retomo. Será que isso quer dizer alguma coisa? Só sei que preciso fazer com que essas palavras façam sentido.]

Desde então há algo que me sufoca. Mas eu sou interpelada: “por que tu não conta isso tudo na tua dissertação?” E eu respondo: é porque falar tem consequências. No meu TCC eu resolvi falar. Há formas de se falar. Eu, repito, falei da forma burra. Mas falei. Falei muito. Fale sobre tudo que eu tava encontrando naquele ambiente virtual. Traduzi termos, me debrucei sobre os argumentos. Eu realmente acreditava que era preciso entender como esses discursos vão sendo produzidos e no que eles se sustentam pra descobrir como combatê-los. E não era a primeira vez que eu me deparava com eles. Vocês sabem qual foi a outra? Essa parte da história eu omiti. Foram três vezes que a minha integridade física foi ameaçada pelo fato de eu ter expressado a minha opinião sobre alguma coisa. Na primeira, eu realmente não me importei. Pelo contrário: fiquei até orgulhosa. Do tipo: “se são essas pessoas que ficaram insatisfeitas, então eu tô no caminho certo”. Talvez pelo fato da ameaça não ter chegado na minha família, como nas outras

vezes. Foi quando eu fazia parte de um grupo de funk feminista, mas não vou entrar em mais detalhes pra além disso.

(Minha escrita é travada. Eu preciso descobrir até onde eu posso ir.)

O que é se expor? Por que a gente tem que se expor dessa maneira pra construir uma pesquisa? Será que a gente tem mesmo? Por outro lado, por que calar? Será que não é importante a gente contar sobre o que nos motiva a escrever e a pesquisar? Qual é o limite entre a intimidade e a objetividade? Será que questionamos tanto o lugar do pesquisador frio e distante de um suposto objeto de pesquisa que, nos tornamos, nós mesmos, o material que se autoexplora?

De qualquer forma, isso não é sobre as respostas pra essas perguntas. Eu quero falar. Falar não, eu quero gritar! E, ao mesmo tempo, eu quero ficar em silêncio. Essa pesquisa me angustia.

Mas pode se tornar um plano de resgate.

.....

Ao mesmo tempo eu não quero que isso aqui vire um espaço de lamentações. Não se trata disso. Tampouco de reduzir o problema à minha experiência. Pelo contrário. Eu busco essa pesquisa porque sei que, como eu, são muitas as pessoas que correm risco por expor certas ideias. Eu sei que, como eu, são muitas as pessoas que são alvo das mais diversas punições. Que, infelizmente, o que aconteceu comigo está longe de ser inédito. E que muitas vezes o meu medo me parece ridículo perto de tantas outras situações que transbordam os contornos das violências que o meu corpo experimentou.

E a pergunta talvez seja justamente essa: por que o que aconteceu comigo não foi uma exceção? Por que passar por isso não é algo inédito? Por que, por um lado, é angustiante falar sobre isso, e, por outro, me parece vergonhoso sentir essa angústia? Desde quando a proibição, a punição e as técnicas de silenciamento se tornaram tão naturalizadas? E por que continuam acontecendo? O que faz com que isso ainda não tenha acabado? Por que é tão normal apanhar da polícia? Por que é normal ser presa? Por que é normal receber ameaças de morte? Por que é normal ter medo de escrever sobre isso? E por que é normal achar esse medo ridículo? Por quê? É normal? Pra quem? Como?????

8. Free to Think 2019: Brasil

Quando eu jogo o tabuleiro no chão

...ele não cai.

Parecia já não fazer mais sentido, mas a todo momento em que eu começo a falar para alguém sobre o tema da minha pesquisa, a resposta que escuto é unânime: “eu também conheço uma pessoa que sofreu perseguição por conta do tema de pesquisa”. Se estou em alguma rede social, não é preciso rolar muito o *feed* para encontrar alguma notícia: “estudante é ameaçada por conta de trabalho sobre [insira aqui gênero/sexualidade/questões raciais]”. Embora esses temas pareçam ser grandes alvos de perseguição, há pesquisadoras(es) que estão sendo ameaçadas(os) por estudos de diversos campos, como sobre os efeitos do uso de agrotóxicos ou sobre a ineficácia de certos medicamentos no tratamento de moléstias decorridas da Covid-19. Como foram os casos de uma pesquisadora e professora de geografia da USP³⁷ que deixou o país rumo a Bélgica com seus filhos; e de um médico infectologista e especialista em saúde pública, que precisou ser escoltado após provar não só a ausência de eficácia, como também os malefícios que a cloroquina poderia ocasionar no tratamento de pacientes infectados pelo novo coronavírus³⁸. A pandemia atualiza as formas de perseguição. Desde que começou, temos testemunhado diversas invasões a eventos acadêmicos que aconteciam online, de forma remota. Desde cursos e apresentações de trabalhos em congressos até defesas e qualificações de mestrado e doutorado: sempre há algum caso de invasão.

Ao mesmo tempo, algumas manchetes me saltam aos olhos. Somente nesta semana, uma mulher foi detida, supostamente, por bater painéis em protesto à “motociata” a favor do governo de ██████████ (UOL, 2021)³⁹; um cozinheiro foi preso supostamente por reclamar em uma rede social que teria de cozinhar para o presidente ██████████ (IG ÚLTIMO SEGUNDO, 2021)⁴⁰; e um homem deu início a uma greve de fome pelo fato de estar preso desde março supostamente por erguer uma

³⁷Ver mais em < <https://istoe.com.br/pesquisadora-da-usp-saira-do-pais-apos-intimidacoes-por-estudos-sobre-agrotoxicos/> > e < <https://www.cut.org.br/noticias/sob-ameacas-de-morte-professora-da-usp-parte-para-o-exilio-por-pesquisar-agrotox-5abf> >.

³⁸ Ver mais em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51215>

³⁹ <https://bitly.com/BilUr> (link reduzido para não expor o título da matéria)

⁴⁰ <https://bitly.com/ko3T6> (link reduzido para não expor o título da matéria)

faixa com os dizeres “██████████ Genocida” (JC UOL, 2021)⁴¹. Não necessariamente conectadas à questão das universitárias(os) em risco, todas essas notícias parecem estar falando de algo em comum. Que tem a ver sobre uma força que opera para que se silencie determinados tipos de ideias. E tudo isso acontecendo aqui, neste instante, em nosso país.

Isso me faz lembrar, mais uma vez, da revista Free to Think 2019, que diante de diversos casos que ocorrem por todo mundo escolheu o contexto brasileiro para estampar a capa do relatório.



Há algo que me prende nesse problema. Há algo que eu ainda persigo. E eu sei que havia dito anteriormente que não estava interessada em pensar no contexto específico de algum país, fosse ele o Brasil ou qualquer outro. Mas a verdade é que parece que, por mais que eu desvie o olhar, ele retorna para cá.

E é por isso que eu deixei para apresentar por último os casos presentes no Free to Think 2019 acerca das ocorrências de perseguição no território brasileiro. Como já dito anteriormente, a organização Scholars At Risk organizou um capítulo exclusivo para o Brasil em seu relatório. É importante ressaltar que, no documento, este capítulo inicia

⁴¹ <https://bitly.com/hYK5m> (link reduzido para não expor o título da matéria)

com a consideração de que o ensino superior brasileiro vem sofrendo pressões que se intensificaram logo antes e logo após à eleição presidencial de 2018 (FONTE 1, 2019, p. 54). O documento aponta que as situações presentes neste contexto abrangem tanto coerções, incluindo coerções policiais, quanto propostas de políticas que podem ameaçar significativamente a autonomia universitária. Os subcapítulos são divididos em “Attacks on Brazilian Campuses”, “Campus Raids” e “Threats to Institutional Autonomy”⁴². Os dois primeiros capítulos iniciam contextualizando os períodos de ocorrência dos ataques em torno do segundo turno das eleições presidenciais. O último se situa no período em que as eleições já haviam terminado e o presidente ██████████ já havia assumido o cargo. Enfim os casos apresentados no primeiro subcapítulo são os seguintes:

- *Uma peã da casa F6*, referida na publicação como uma “aluna negra” estudante da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), começou a supostamente⁴³ sofrer um padrão de assédio. O documento não especifica o que exatamente seria este “padrão”, mas acrescenta que incluía o fato de que a aluna estaria sendo “informada” por *um peão da casa E5*, referido como um indivíduo não identificado, que a universidade não era lugar para negros e que ele e outras pessoas iriam “limpar a universidade” de “seu povo” assim que o presidente eleito ██████████ assumisse o cargo. Ainda, estaria recebendo ameaças via WhatsApp de diferentes números de telefone. Em 25 de outubro, ela foi estuprada perto do campus da UNIFOR. A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil comentou que o ataque parecia ter motivação política. (FONTE 1, 2019, p. 11 e p.54).
- *Um cavalo na casa C4*, formado por um grupo de quinze estudantes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi supostamente atacado pelo *cavalo rival da casa B6*, formado por seis indivíduos não

⁴² Que podem ser traduzidos, respectivamente, por: “Ataques em *campuses* brasileiros”, “Invasões aos *campus* (universitários)” e “Ameaças a Autonomia Institucional”.

⁴³ Acho importante, mais uma vez, retomar. Não quero dizer, com o uso deste termo, que duvido da circunstância apresentada. O que ocorre é que julgo necessário apresentar essa situação tal qual apresentada no relatório – fazendo a tradução do termo original em inglês “*reportedly*”. Acredito que a decisão tomada pelas(os) autoras(es) do documento em não empregar um termo afirmativo ao ato se deve pela necessidade de evitar uma possível complicação jurídica diante da afirmação de um fato que não pode ser comprovado (ao menos não pelas(os) autoras(es)). Da mesma forma, compactuo dessa postura, uma vez que tenho o mesmo receio. Sendo assim, sempre que palavras como essas que indicam um dado colocado enquanto hipótese foram apresentadas nos relatos dos casos, é porque se devem a estes motivos. Entretanto, essa nota de rodapé parece se fazer necessária tendo em vista a recorrência com que denúncias de assédio proferidas por mulheres no Brasil são colocadas em dúvida para além do âmbito judicial.

identificados. O suposto motivo seria pelo fato de que as(os) estudantes estavam distribuindo folhetos políticos em apoio a Fernando Haddad em uma praça pública fora da universidade. Os(as) agressores(as), que não foram identificados publicamente, supostamente gritaram ameaças de morte, supostamente socaram uma(o) das(os) alunas(os), supostamente atacaram outra(o) aluna(o) com uma barra de ferro e supostamente exigiram que elas(es) desocupassem o local. A polícia, que supostamente chegou mais tarde, supostamente teria aconselhado às(aos) alunas(os) atacadas(os) a não prestar queixa, indicando que, se o fizessem, se tornariam alvos de futuros ataques.

- Uma torre na casa H4, formada por representantes estudantis da Universidade Federal do Pará (UFPA) supostamente receberam ameaças anônimas por escrito que continham planos de “exterminar” estudantes LGBTQIA+, estudantes negros e ativistas estudantis. A carta supostamente identificava pelo nome e ameaçava diretamente duas(dois) das(os) representantes.
- Um *cavalo na casa G3*, formado por mais de 20 alunas(os) e professoras(es) da Universidade Federal de Pernambuco foram supostamente ameaçadas(os), nominalmente, através de uma carta anônima enviada à instituição. O documento supostamente alegava que essas pessoas seriam banidas da universidade assim que o então presidente eleito [REDACTED] chegasse ao poder. Entre as(os) ameaçados(os) estavam professoras(es) conhecida(os) por suas pesquisas em estudos LGBTQIA+ e estudos de gênero, bem como políticas públicas relacionadas ao policiamento e a legalização das drogas. No dia seguinte, supostamente foi encontrada uma carta, desta vez na Universidade Estadual de Pernambuco, que supostamente acusava certas disciplinas acadêmicas de “doutrinação” e supostamente ameaçava que a universidade fosse “expurgada de todos os comunistas”.

O segundo subcapítulo, “Campus Raids”, inicia com o seguinte parágrafo:

Também em torno do segundo turno das eleições, as autoridades estaduais supostamente invadiram várias universidades em todo o país, questionaram professores, confiscaram materiais e ordenaram que placas consideradas políticas fossem retiradas dos espaços públicos. As buscas surgiram de ordens judiciais emitidas sob uma lei brasileira que proíbe a propaganda política em espaços públicos. No entanto, vários dos materiais em questão não endossavam um candidato ou partido em particular. Em outros casos,

as ações das autoridades parecem ter sido conduzidas sem mandado ou com base em evidências pouco claras. (FONTE 1, 2019, p. 55).⁴⁴

Em seguida, alguns casos são apresentados. A maioria deles não se refere a ameaças direcionadas a uma pessoa ou um grupo específico, mas sim a ataques direcionados a práticas de instituições universitárias. Estes casos são os seguintes:

- Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFF), uma ordem judicial supostamente determinou que uma faixa estudantil em que estava escrito “Direito UFF-Antifascista” fosse retirada e que os folhetos “Manifesto em Defesa da Democracia e das Universidades Públicas” fossem confiscados.
- Na Universidade Federal de Campina Grande a polícia supostamente invadiu a sala de um sindicato de professores, supostamente confiscando folhetos do “Manifesto em Defesa da Democracia e das Universidades Públicas” e supostamente apreendendo um disco rígido da assessoria de imprensa do sindicato.
- Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, supostamente um mandado ordenou a retirada das faixas em homenagem a Marielle Franco.
- Na Universidade da Grande Dourados, um tribunal supostamente ordenou o cancelamento de uma palestra pública intitulada “Esmagando o fascismo” no dia em que ela seria realizada.
- Na Universidade Estadual da Paraíba, homens supostamente vestindo uniformes do Tribunal Regional Eleitoral - mas que supostamente não apresentaram identificação - supostamente entraram na sala de aula de uma professora alegando que haviam sido informados de que ela estava fazendo campanha para um candidato político. Eles saíram depois de saber que ela não estava envolvida em atividades partidárias em sala de aula.
- Na Universidade Estadual do Pará, as autoridades supostamente teriam feito uma batida em sala de aula semelhante à citada anteriormente, com base em alegações de que uma(um) professora(r) estava fazendo campanha em sala de aula.

⁴⁴ Tradução livre. No original: “Also surrounding the run-off election, state authorities reportedly raided several universities throughout the country, questioned professors, confiscated materials, and ordered signs deemed political to be taken down from public spaces. The raids arose out of court orders issued under a Brazilian law prohibiting political advertising in public spaces. However, several of the materials in question did not endorse a particular candidate or party. In other cases, the actions by authorities appear to have been conducted without warrants, or based on unclear evidence.

- A Universidade Federal de São João Del Rei supostamente recebeu uma ordem judicial para que retirasse de seu site uma declaração, assinada pela reitoria, promovendo os princípios democráticos e rejeitando a violência nas eleições.

Após a apresentação destes casos, o texto do documento aponta para o fato do Supremo Tribunal Federal (STF) ter concedido uma liminar cancelando futuras ordens de invasões policiais nos espaços universitários e de confisco de materiais. O relatório cita a fala de uma ministra do STF que afirmou que a instituição na qual atua, por ser guardiã da Constituição Federal, sempre “defendeu a autonomia e a independência das universidades brasileiras, bem como o livre exercício de pensamento, expressão e manifestação pacífica”.

Apesar da ponderação, o documento aponta que ações contra o ensino superior brasileiro seguiram acontecendo após as eleições presidenciais – os casos apresentados até então procediam a este período. Como exemplo, é referenciada a campanha liderada pela deputada estadual [REDACTED] que promovia filmagens de aulas das instituições de ensino (que não se restringem ao de nível superior) a fim de denunciar comportamentos político-partidários, ideológicos e considerados doutrinadores por conta de professores. O subcapítulo é finalizado da seguinte forma:

Apesar da defesa do Supremo Tribunal Federal, da autonomia universitária e da liberdade acadêmica, autoridades, incluindo o presidente [REDACTED]⁴⁵, continuaram incentivando os alunos a filmarem os professores durante as aulas se suspeitarem deles empurrando ideias esquerdistas. “Os professores precisam ensinar e não doutrinar”, postou [REDACTED] em maio de 2019. [REDACTED], filho de [REDACTED], também retuitou: “Filmar/gravar em escolas é um ato de defesa legítima contra predadores ideológicos disfarçados de professores.” (FONTE 1, 2019, p.56).⁴⁶

Já o subcapítulo seguinte, “Threats to Institutional Autonomy”, é o que finaliza o espaço dedicado a contextualizar o cenário brasileiro. É neste momento que o documento vai apontar a preocupação com uma série de declarações por parte de políticos nomeados

⁴⁵ O nome do presidente, bem como de seu filho, é citado no relatório. Opto por omiti-lo aqui, e nos demais momentos, propositalmente, mas ressalto que se trata daquele que tomou posse em 1º de janeiro de 2019 e que segue ocupando o cargo presidencial até o presente momento de escrita desta dissertação (2021).

⁴⁶ Tradução livre. No original: “Despite the Federal Supreme Court’s defense of university autonomy and academic freedom, officials, including [REDACTED], have continued encouraging students to film teachers during class if they suspect them of pushing leftist ideas. “Teachers need to teach and not indoctrinate,” [REDACTED] tweeted in May 2019 [REDACTED]’s son [REDACTED] also retweeted: ‘Filming/recording in schools is an act of legitimate defense against ideological predators who are disguised as teachers.’”

pelo governo federal. Entre elas, está a declaração do Ministro da Educação [REDACTED]⁴⁷, que supostamente acusou algumas universidades de promoverem “balbúrdia” e realizarem “eventos ridículos”, e ameaçou cortar verbas daquelas instituições que acreditava se enquadrar neste padrão. Ainda sobre as declarações deste ministro, o Free to Think 2019 explana as sugestões feitas publicamente para que se retirasse recursos direcionados a áreas específicas do conhecimento, como a filosofia e a sociologia, e se investisse apenas naquelas que “geram receitas”, como “enfermagem, veterinária, engenharia e medicina”. O relatório acrescenta o apoio público manifestado pelo atual presidente a tais considerações. Diante dessa declaração, o documento se posiciona no sentido de afirmar a gravidade que significa colocar esta sugestão em prática, e afirma que:

As reduções direcionadas no financiamento não foram relatadas até o momento (embora as medidas para cortar ou reduzir temporariamente o financiamento da universidade tenham sido impostas de forma generalizada). No entanto, a sugestão de que certas ideias, áreas temáticas ou universidades são desfavorecidas e o risco de perder financiamento pode impactar a autonomia universitária e esfriar a expressão acadêmica. (FONTE 1, 2019, p. 57).⁴⁸

Para além disso, o texto expressa ainda uma terceira preocupação: das consequências do que nomeiam ser o “Decreto do dia 14 de maio de 2019” (“*May 15, 2019, decree*”). Trata-se do Decreto nº 9.794 que foi promulgado pelo atual governo e que “Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração pública federal.” (BRASIL, 2019). Publicado no Diário Oficial da União, apresenta uma mudança fundamental na delegação das autoridades universitárias ao conceder para o poder executivo a permissão de vetar nomeações e, até mesmo, de nomear reitoras(es), vice-reitoras(es) e demais cargos nas universidades federais. A Free to Think 2019 explica que, até então, estes cargos eram eleitos através de consulta pública da comunidade acadêmica e alerta que os críticos do decreto:

⁴⁷ Durante a gestão do atual governo, houve, até o momento, três homens que ocuparam o cargo de Ministro da Educação. Este intenso revezamento pode ser justificado por conta das diversas controvérsias que acompanharam as gestões anteriores à atual, sendo que durante o período de 20 junho a 16 de julho o cargo permaneceu em vacância. No caso indicado no documento, trata-se das ações do segundo ocupante do cargo, o qual exerceu suas funções no período de 9 de abril de 2019 a 19 de junho de 2020.

⁴⁸ Tradução livre. No original: “Targeted reductions in funding have not been reported to date (although measures to cut or temporarily reduce university funding were imposed across-the-board). Nevertheless, the suggestion that certain ideas, subject areas, or universities are disfavored and risk losing funding can impact university autonomy and chill academic expression.”

(...) afirmam que ele não só prejudica a autonomia universitária, como permite a politização das nomeações universitárias, na medida em que estabelece um amplo quadro de investigação, com o auxílio da Agência Brasileira de Inteligência, o histórico de candidatos a cargos, incluindo reitores e diretores de universidades federais. (FONTE 1. 2019, p.57).⁴⁹

O relatório da Free to Think 2019, embora publicado após a promulgação do decreto, é anterior ao momento de disputas em torno dos cargos de reitoras(es) e vice-reitoras(es) nas universidades federais do nosso país sob a nova jurisdição. Entretanto, é importante ressaltar que no momento que escrevo essa dissertação este fato já aconteceu. As eleições para reitoras(es) e vice-reitoras(es) aconteceram e pudemos ver de perto como essa mudança afetou nossas realidades. Como previsto, ao menos na universidade em que sou pós-graduanda (UFRGS), o reitor eleito pela comunidade não pode assumir o cargo. Atualmente quem o ocupa é aquele indicado pelo poder executivo que, “ironicamente”, havia ficado em último lugar na consulta acadêmica.

Por fim, como em todos os capítulos que se dedicam a analisar o contexto de algum país específico, a Scholars At Risk reserva seu último parágrafo para endereçar alguns pedidos à determinadas instâncias locais, assim:

Os incidentes acima levantam preocupações significativas sobre um clima crescente de antipatia em relação ao ensino superior que surge tanto dentro do governo recém-eleito quanto entre os atores institucionais que apoiam o governo. A SAR apela às autoridades estaduais para apoiar os padrões de longa data de autonomia universitária e liberdade acadêmica. A SAR apela aos líderes universitários para que adotem políticas que promovam esses padrões em nível institucional, promovendo o debate livre, seguro e aberto no campus. O judiciário brasileiro e a sociedade brasileira em geral devem estar atentos a esses padrões. A SAR apela ainda aos líderes brasileiros de todas as afiliações políticas para reconhecer a importância crucial de um espaço universitário livre e independente e para se abster de retórica que marginalize ou ataque instituições individuais, disciplinas ou o ensino superior de maneira geral. (FONTE 1, 2019, p. 57)⁵⁰

Chama a atenção que os casos elegidos para serem apresentados no relatório não tratam, ao menos não especificamente, de pessoas supostamente perseguidas por conta da

⁴⁹ Tradução livre. No original: “[Critics of the decree charge] that it not only harms university autonomy, but allows for politicization of university appointments, insofar as it establishes a broad framework for investigating, with the assistance of the Brazilian Intelligence Agency, the background of candidates for office including federal university deans and directors.”

⁵⁰ Tradução livre. No original: “The above incidents raise significant concerns about a growing climate of antipathy toward higher education arising both within the recently-elected government, and among institutional actors supportive of the government. SAR calls on state authorities to support long-established standards of university autonomy and academic freedom. SAR calls on university leaders to adopt policies that advance these standards at an institutional level, promoting free, safe, and open debate on campus. Brazil’s judiciary, and Brazilian society generally should be mindful of these standards. SAR further calls on Brazilian leaders of all political affiliations to recognize the crucial importance of a free and independent university space, and to refrain from rhetoric that marginalizes or attacks individual institutions, disciplines, or higher education in general.”

publicação de determinada pesquisa ou trabalho acadêmico. Embora seja citada a existência de um grupo de professoras(es) perseguidas(os) que se dedicavam a estudar os temas que abordavam questões sobre identidades LGBTQIA+, estudos de gênero, políticas públicas relacionadas ao policiamento e a legalização das drogas, as ameaças parecem se direcionar mais para determinadas condutas, posicionamentos ou manifestações públicas.

Possivelmente, devido ao período de elaboração do relatório coincidir com as últimas eleições presidenciais do país e o início do mandato de [REDACTED], são consideráveis os casos de perseguições relacionadas a posicionamentos político-partidários opostos ao do presidente eleito. Ainda assim, e para além disso, é possível notar a presença de discursos de ódio direcionado a determinados grupos sociais, como os presentes no caso da *peã da casa F4*, aluna da UNIFOR, (nos dizeres de que se iria limpar a universidade de “seu povo”) e na carta dirigida à UFPA (em que se ameaçava exterminar estudantes LGBTQIA+ e estudantes negros). Cabe ressaltar que ao longo de todo o relatório da Free to Think 2019, o único momento em que se menciona a cor de uma(um) universitária(o) perseguida(o) é neste caso específico.

Também é importante ressaltar que, embora a Scholar At Risk se consagre como uma rede de proteção para acadêmicas(os) em risco e que propõe, entre suas ações, o acolhimento de pesquisadoras(es) em países teoricamente seguros para produção de suas pesquisas, não há, na revista Free to Think 2019, a menção de algum caso que tenha sido acolhido. É possível que a divulgação deste dado apresente algum risco e que a opção por não o incluir na publicação se dê sob a justificativa da proteção.

De toda forma, embora o exposto no documento nos dê algumas pistas sobre a situação das(os) acadêmicas(os) em risco no Brasil (e no mundo), parece não dar conta da complexidade que este contexto envolve. E provavelmente é justamente o fato de que o que está acontecendo aqui seja tão complexo, que levou uma rede internacional a acreditar ser necessário que o nosso país estampasse a capa de seu documento.

De lá para cá, os casos se intensificaram e foram ganhando outras formas. Isso fez com que pessoas daqui se mobilizassem para compreender e combater a situação. No momento em que iniciei esta pesquisa, eram poucos – ou, ao menos, tinham menor divulgação - os eventos ou organizações nacionais que encontrei debatendo este tema. Acredito que a sistemática ocorrência das ameaças não nos deixaram com outra opção, senão a de olhar para este problema de forma mais profunda.

Em 14 de junho de 2021 a Câmara dos Deputados organizou uma Audiência Pública Extraordinária dirigida pela Comissão de Ciência e Tecnologia e cujo título era “Denúncias de perseguições a pesquisadores no Brasil”. Participaram da discussão como convidados para discutir o assunto com os deputados: o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira; a coordenadora do Observatório de Pesquisa, Ciência e Liberdade da SBPC, Maria Filomena Gregori; o presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), Jacques de Novion; o presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea (Afípea-Sindical), José Celso Pereira Cardoso Júnior; o ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ricardo Galvão; e o diretor adjunto da Associação Nacional dos Servidores de Carreiras Especialistas em Meio Ambiente (ASCEMA Nacional), Wallace Lopes.

Neste evento, entre outras considerações, a antropóloga membra da SBPC, Maria Gregori (FONTE 2, 2021), traz para a discussão o fato de o Brasil ter aparecido no relatório de 2019 da Scholars At Risk. Mais do que isso, ela explica que a publicação deste documento foi seguida por um pedido, de outra instituição, a *Global Public Policy Institute (GPPi)*, para que se realizasse um estudo de caso em nosso país das limitações sofridas às liberdades acadêmicas. A partir de então o Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT) vem realizando uma série de estudos sobre o tema. Entre eles, o relatório de pesquisa *Academic Freedom in Brazil - A Case Study on Recent Developments*, publicado em setembro de 2020, e que apresenta um panorama das diferentes dimensões da liberdade acadêmica ameaçadas no país. Como consta no site da instituição, este é o “primeiro produto deste projeto (...) publicado no âmbito da iniciativa *Free Universities: Putting the Academic Freedom Index Into Action* desenvolvida pelo *Global Public Policy Institute (GPPi)* e pelo *V-Dem Institute*.” (LAUT, 2021, s/p).

Penso que, talvez, articular alguns questionamentos disparados a partir da análise do Free to Think 2019 com as questões suscitadas por estas novas iniciativas e, enfim, pelo debate recente realizado nesta audiência pública, pode fornecer mais pistas diante das que parecem, ainda, tão insuficientes... Porém, antes de acrescentar mais elementos para discussão, parece ser necessário que uma organização seja feita.

É hora de juntar as peças que caíram.

PARTE VII JUNTANDO AS PEÇAS

isso é o que temos por enquanto

Certo, vamos lá.

Inicialmente meu objetivo era realizar uma análise “mais global” em relação às pesquisas de risco e o risco de se fazer uma pesquisa. Chamo de “análise global” querendo dizer que minha intenção era pensar em um sistema de relações que atravessava o mundo, ou, em outras palavras: a partir do conceito de Sistema-Mundo Moderno/Colonial. Isso ocorreu porque havia me chamado atenção o fato de que no relatório de uma rede internacional de pesquisas, a maioria dos casos apresentados não estavam situados naquilo que chamamos de “Norte-Global”. Ao mesmo tempo, essa rede internacional (SAR) anunciava que oferecia abrigo para que acadêmicas(os) em risco pudessem seguir realizando suas atividades em algum local onde o contexto fosse considerado mais seguro - que, supondo ser em um país ocidental, se caracterizaria como um retorno ao “algoz”. E eu cheguei nesse relatório (Free to Think 2019) porque eu mesma havia passado por uma situação de perseguição por conta de uma produção acadêmica e, também, porque fui criminalizada por ter participado de uma manifestação a favor da educação pública de qualidade.

Em determinado momento, senti que estava em “Estado de Xeque”, sensação/estado que já tentei esboçar o que significava – embora ainda me falte descobrir se posso compreendê-la como algo para além de um estado/sensação. Assumi que seria uma boa aposta eleger como aporte teórico os estudos decoloniais e demais autores que dialogavam com essa corrente do pensamento. Isso porque parecia que o que estava em jogo na distribuição geográfica numericamente desigual de casos apresentados no documento era fruto da relação entre Modernidade e Colonialidade. Me dei conta que aquilo que entendemos por “ciência moderna” nascia dentro da modernidade enquanto paradigma e acontecimento histórico. Estando a modernidade intrinsecamente relacionada aos processos coloniais, compreendi que seria primeiro necessário pensar nessa relação. Suspeitei que o próprio fundamento da ciência moderna gestava em si o embrião da censura - o caso de Galileu - e que as pesquisas que pareciam ser ameaçadas, desde o princípio, seriam justamente aquelas que ameaçavam o estatuto do paradigma

Moderno. Mais do que isso: o próprio paradigma nascia desse conflito, pois as ideias do “pai da ciência moderna” só puderam ser aceitas quando um novo centro de mundo foi fundado. Se antes o paradigma ocidental em vigor era aquele presente na Idade Média e amparado por preceitos cristãos era porque a Terra era o centro do universo. Quando a Modernidade chega ao seu ápice este centro não é mais necessário. As periferias do universo são transcritas para as periferias do mundo. O sol, ou o modelo Heliocêntrico, a partir do Iluminismo, passa a iluminar a Europa. Esta, então, se consagra como o novo centro, fundando o eurocentrismo. Assim, a relação entre a ciência, a censura, a modernidade e a colonialidade se torna nítida. Só é possível assumir os pressupostos da ciência moderna depois que um novo centro é consagrado, pois assim a ordem pode ser restabelecida. Incluo a censura neste cálculo porque, ironicamente, o “nascimento” do “Novo Mundo” exigiu um parricídio (há algo mais eurocêntrico do que os fundamentos da psicanálise?): o cerceamento de Galileu. É verdade que ao invés dos olhos, lhe arrancaram a garganta, mas também é certo que sua boca só abria para falar do que enxergava ao olhar para o céu.

Se por “Colonialidade” entendermos aquilo que não só ainda resta, como segue sendo produtivo, das invasões coloniais no presente, não seria de se estranhar que até hoje as pesquisas perseguidas fossem aquelas que “desvelassem” os seus tentáculos. Ou seja, aquelas que colocassem em questão, desde o eixo do saber, as colonialidades do poder, do ser, de gênero, da natureza e da sexualidade. Foi assim que, após essas reflexões, me dirigi ao documento do Free to Think 2019. De fato, encontrei muitos casos em que pesquisadoras(es) foram ameaçadas(os) devido a pesquisas ou por manifestarem opiniões que mexiam com questões que abalam os pilares da colonialidade: relações de gênero, sexualidade, raça e etnia.

Entretanto, para além disso, também me deparei com uma série de outros problemas, o que me levou a questionar se eu não deveria pensar a punição em si ao invés dos motivos pelos quais uma(um) pesquisadora(r) é ameaçada de ser, ou é de fato, punido. Essas questões complexificaram a análise, me levando a pensar se era realmente possível fazer essa pesquisa, ou, mais do que isso, se, diante de tantos problemas, essa pesquisa ainda era relevante. Paralelo a isso, os casos de perseguição no Brasil pareciam estar assumindo uma outra forma e tomando uma outra dimensão. Quando chego no momento de analisar a maneira com que o documento da Scholar At Risk relata a situação do nosso país, ele já parece ser insuficiente. E pior: parece que as minhas próprias questões já se deslocaram e se tornaram outras!

Importante lembrar que no meio de tudo isso, fui contando um pouco da minha história. Na verdade, fui tentando contar, porque percebi o quanto essa exposição ainda parece ser um desafio para mim – e desconfio que isso seja efeito mesmo do Estado de Xequê. Ainda assim, há algo que insiste na produção dessa pesquisa. E que entende que realizar uma pesquisa sem se perder no meio do caminho também é problemático. Que não sabe direito se isso é bem uma dissertação de mestrado, mas que daí lembra que esse trabalho não tem a pretensão de assumir o mesmo estatuto da ciência que o paradigma do pensamento moderno impõe. Se o material que pretendia analisar se mostrou insuficiente, se as questões já se transformaram e se estou expondo tudo isso nessa escrita, é porque esse é mesmo o objetivo.

De toda forma, essa explicação me pareceu ser necessária para que voltássemos – eu e você que está lendo – a caminhar juntas(os) depois de termos nos desconstruído. Agora, é o momento de seguir a direção para onde o primeiro documento analisado aponta. Perseguir o problema que me persegue é o que pretendo nesta escrita.

PARTE VIII NOVAS PEÇAS

É nesse momento que um novo movimento parece se fazer necessário: o de abandonar uma análise global – ou, em outras palavras, a de um sistema-mundo – em prol de uma análise local, situada no contexto brasileiro. Esta mudança no percurso não ocorre de forma instantânea. Soma-se a incapacidade de analisar a complexidade das relações globais à emergência de observar minuciosamente os eventos que ocorrem neste momento no país. De toda forma, talvez a palavra “abandono” não seja a que melhor explique este movimento. Não se trata de deixar de lado tudo o que foi construído até aqui, mas de situar essas análises de ponto interno em direção a um externo (e não ao contrário).

Acredito que acatar o inevitável de se olhar para dentro, ou, ao menos, a partir de dentro, se relacione com aquilo que Silvia Rivera Cusicanqui já alertava sobre sua preferência conceitual pelas ideias de “colonialismo interno” e “economia política do conhecimento” em contraposição aos conceitos de “colonialidade” e “geopolítica do conhecimento”. O argumento se sustenta na afirmação da autora de que “é necessário sair da esfera das superestruturas e esmiuçar as estratégias econômicas e os mecanismos materiais que operam por detrás dos discursos” (CUSICANQUI, 2010, p. 65)¹ e na maneira como se posiciona em relação ao multiculturalismo adotado por Mignolo, ao que aponta que “Sem prestar atenção às dinâmicas internas dos subalternos, as cooptações deste tipo neutralizam” (CUSICANQUI, 2010, p. 68).² A partir disso, me inspiro em Cusicanqui para arriscar esse desvio na forma de olhar assumida até aqui. É importante atentar, entretanto, que não é porque a autora se preocupa com as relações internas de poder que se manifestam nos países do sul-global, que ela descarta a sua íntima relação com os contextos globais. É por isso que, junto a ideia de colonialismo interno, Cusicanqui adota o termo “colonialismo externo”, para pensar a relação entre estes dois polos de interlocução.

E é também por isso que, quando afirmo que não abandonarei tudo aquilo percorrido até aqui, significa que interessa fazer com que essa relação se mantenha presente na análise do contexto brasileiro. Nesse sentido, se:

¹ Tradução livre. No original: “es necesario salir de la esfera de las superestructuras y desmenuzar las estrategias económicas y los mecanismos materiales que operan detrás de los discursos”.

² Tradução livre. No original: “Sin prestar atención a las dinámicas internas de los subalternos, las cooptaciones de este tipo neutralizan”.

As ideias viajam, como rios, de sul a norte, e se convertem em afluentes de grandes correntes e pensamento. Mas, como no mercado mundial de bens materiais, as ideias também saem do país convertidas em matéria prima, que volta regurgitada e em grande mistura na forma de produto acabado. (CUSICANQUI, 2010, p. 68).³

O que está em jogo quando pesquisadoras(es) com grandes contribuições devem deixar seus países de origem de maneira compulsória e migrar para países do norte a fim de continuarem suas produções? Seja pelo autoexílio, como é o caso de Márcia Tiburi e Débora Diniz, seja através dos projetos de asilo a acadêmicas(os) do Scholars At Risk, o que se pode observar é um retorno ao algoz. Retorno este que não significa apenas uma mudança sobre do local de produção da pesquisa, mas que se insere no ciclo da economia política do conhecimento, uma vez que obriga que grandes teóricas(os) levem consigo suas matérias primas de saber aos centros de produção de conhecimento.

Essa ideia já fora anteriormente abordada neste trabalho, mas descartada, uma vez que abatida por uma série de obstáculos que se colocavam naquele momento. Entretanto, vem à tona mais uma vez, em um momento que observamos que esse movimento se multiplica em nosso país de forma que não pode ser ignorado. Mais do que isso, se retoma a hipótese de um Estado de Xeque, já que apresenta uma cilada diante de um risco: ou a(o) pesquisadora(r) se fixa no cenário hostil brasileiro e corre o risco de que as ameaças sejam efetivadas, ou se insere no ciclo de migração do Sul ao Norte, onde suas ideias poderão ser capturadas. Isso tudo, se a fuga for possível, o que parece não ser alcançável por grupos de pesquisadoras(es) que não detêm determinados privilégios sociais que permitam a visibilidade do risco que as(os) atingem. Os novos elementos que agora serão inseridos na análise poderão ajudar a compreender esta situação.

³ Tradução livre. No original: “Las ideas recorren, como ríos, de sur a norte, y se convierten en afluentes de grandes corrientes de pensamiento. Pero como en el mercado mundial de bienes materiales, las ideas también salen del país convertidas en materia prima, que vuelve regurgitada y en gran mescolanza bajo la forma de producto terminado.”

9. A Audiência Pública

Como já mencionado, diante do cenário alarmante de perseguição às(aos) pesquisadoras(es) do Brasil, foi realizada uma Audiência Pública para debater o tema. O presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, é o convidado para abrir a discussão. Em um primeiro momento sua fala busca traçar uma organização em relação às várias formas em que se manifesta o cerceamento das pesquisas científicas. Moreira (FONTE 2, 2021) identifica quatro formas de cerceamento:

1. Cerceamento Institucional: censura interna, punições coletivas, impedimentos, extinção, comunicação cerceada, interferência de interesses privados ou de governo;
2. Cerceamento a entidades científicas: extinção de representação em conselhos públicos, cortes de recursos para eventos e atividades;
3. Cerceamento Individual: ameaças e perseguições, punições, banimento, prisões, impedimento de participação em congressos, interferência de interesses privados ou de governo;
4. Negacionismos: campanha anticiência, desconsideração dos métodos científicos, *fakenews*, “terraplanismos” diversos (geográfico, médico, econômico...), primazia da opinião sobre a ciência.

A estas formas, soma-se a estratégia de redução de recursos, manifesta através do corte de verbas – em especial as ciências humanas e sociais -, da redução de bolsas de pesquisa e de cotas de importações, do fechamento de revistas científicas, entre outros. Este contexto contribuiria ao que Moreira (FONTE 2, 2021) nomeia como uma “fuga de cérebros”.

Ainda, o presidente da SBPC traz um apontamento que irá repercutir nas arguições de outras(os) debatedoras(es) e que parece ser importante de ser ressaltada: a perseguição ao conhecimento científico no Brasil não é um evento que se inicia hoje. Moreira (FONTE 2, 2021) relembra as perseguições ocorridas durante o período da Ditadura Militar e os nomes de Anísio Teixeira, Leite Lopes, Schenberg, Walter Oswaldo Cruz, Josué de Castro, Salmeron, Elisa Frota-Pessoa, Nise da Silveira e Darcy Ribeiro. Também coloca em evidência algumas instituições que foram cerceadas no mesmo

período como a extinta UDF, a UNB e a Fiocruz. Em relação a esta última, Moreira (FONTE 2, 2021) menciona o episódio conhecido como Massacre de Manguinhos.

O coordenador da Rede Irerê de Proteção à Ciência, Ricardo Neder, faz eco à fala de Ildeu Moreira ao afirmar que “o negacionismo atual é apenas um capítulo dessa sucessão bem mais antiga de formas autoritárias e de controle da produção do conhecimento científico” (NEDER, FONTE 2, 2021). Entretanto, aponta que essa situação não é algo restrito ao contexto brasileiro, estando presente na América Latina como um todo. Isso derivaria da “grande dificuldade de nos emanciparmos como pensamento e práticas tecno-científicas” (NEDER, FONTE 2, 2021), uma vez que hoje a ciência e a tecnologia seriam dominadas por grandes corporações e governos, incorporadas sob a forma de tecnociência corporativa. A fala de Neder faz com que nos deparemos, mais uma vez, com o encontro aos fluxos denunciados por Cusicanqui (2010) através da economia política do conhecimento, pois de acordo com o debatedor:

A luta pela produção científica latino-americana passa necessariamente por uma revisão histórica e periódica que nós devemos fazer para entender essas ondas de negacionismo. Na realidade não se trata de nenhum fenômeno extra científico: ele já existe dentro das estruturas cognitivas, institucionais e político-ideológicas que orientam as nossas instituições de pesquisa, ensino e extensão, nos países do norte tanto quanto no hemisfério sul. E o Brasil, como um centro capitalista de acumulação das grandes corporações e empresas transnacionais, sempre produziu a tecnologia que vem sobre a forma de pacotes tecnológicos. (...) Então, em qualquer um desses casos (...), vamos ver que tem o dedo de interesses da corporação, dos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento do centro capitalista hegemônico que vão influir de uma forma obviamente transmutada, seja pela diplomacia científica, seja pela guerra híbrida, em situações como essa em que vivemos do negacionismos. (NEDER, FONTE 2, 2021).

A fala de Jacques de Novion (FONTE 2, 2021), presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB) também vai ao encontro dessa análise, acrescentando que esse movimento pode ser considerado como um realocamento de práticas impostas na década de noventa, em que as universidades e os institutos federais deveriam ser reduzidos a centros de reprodução das tecnologias que vêm de fora. Nesse sentido, o sucateamento das universidades e institutos federais, tanto naquele período quanto agora, faria parte de um projeto de privatização dessas instituições. A estratégia se manifesta em alguns passos, que incluem: 1. atacar a imagem do conhecimento, da universidade e da educação pública; 2. para possibilitar uma ideia de sucateamento e de incapacidade de atuar da forma que se espera da universidade; 3. e, com isso, se levar adiante a proposta de privatização (NOVION, FONTE 2, 2021). Sendo assim:

Há um processo aberto de criminalização do conhecimento, da ciência, das universidades e dos institutos federais; o que significa que a educação é inimiga deste governo. Essa é a perspectiva que é mantida por este governo e nós temos que recordar, inclusive, que isso está expresso e manifesto na política chamada Future-se, que tenta novamente trazer o fantasma da década de 90 com a ideia de imposição de elitização, de mercantilização, financeirização, rentabilização, entres outros, dos espaços de conhecimento das universidades e institutos federais. (NOVION, FONTE 2, 2021).

A retomada dessa investida, de acordo com o palestrante, é anterior, mas vem se agravando desde 2016, quando a Universidade de Brasília passou por supostas “invasões de grupos fascistas armados com bombas e armas brancas (...)” (NOVION, FONTE 2, 2021), além de enfrentar supostos “chamamentos em redes sociais propondo, inclusive, supostamente, a invasão de centros acadêmicos considerados produtores de teorias revolucionárias e de ações doutrinárias.” (NOVION, FONTE 2, 2021). Novion ainda chama a atenção para a suposta emergência dos ataques virtuais, onde supostamente têm se presenciado uma série de ameaças a determinadas(os) pesquisadoras(es) através das redes sociais.

Já as contribuições trazidas nesta audiência por José Celso Pereira Cardoso Júnior, Ricardo Galvão e Wallace Lopes – respectivamente, o presidente da Afipea-Sindical, o ex-diretor do INPE e o diretor adjunto da ASCEMA Nacional – produziram um deslocamento importante nessa pesquisa. Os três apresentaram informações relevantes que revelam um grande alvo sob ataque: as instituições ambientais, bem como as pesquisadoras(es), professoras(es) e servidoras(es) envolvidas(os) nesta área.

Cardoso Junior (FONTE 2, 2021), para além de caracterizar essas práticas de ameaças e ataques como um assédio institucional que se constitui enquanto método de governo, apresenta também dados de um estudo realizado pela IPEA. A pesquisa consiste em um recorte de cerca de 810 notícias veiculadas na mídia a partir do ano de 2019 sobre o tema do assédio institucional no setor público. A ideia da realização desse recorte era a de delimitar algumas dimensões desses assédios, especificamente contra pesquisadoras(es), professoras(es) e profissionais dos órgãos públicos mais afetados. O IBAMA, então, apareceu disparadamente na frente do ranking como o órgão mais assediado. Segundo Cardoso Junior (FONTE 2, 2021), “é possível olharmos nos dados abertos constatar uma grande incidência do fenômeno do assédio sobre setores da área social e da área ambiental” (CARDOSO JUNIOR, FONTE 2, 2021). Da mesma forma que existem órgãos assediados, também foi analisado os órgãos assediadores, ou seja, de onde emanam de forma mais intensa os assédios. Nesta categoria, a FUNAI, o BNDES,

as Forças Armadas, o INSS e o Ministério da Saúde teriam se destacado como os órgãos onde se tem praticado assédio moral institucional.

Corroborando os dados produzidos pelo estudo, Ricardo Galvão (FONTE 2, 2021) denuncia em sua fala os constantes ataques que o INPE vem sofrendo nos últimos anos e os relaciona a um atentado ao meio ambiente, uma vez que:

O famoso resultado do INPE de monitoramento do desmatamento da Amazônia produz um gráfico sobre a taxa de desmatamento anual, feito pelo sistema desenvolvido pelo INPE desde 1988 com resultados até 2020. Ora, esses resultados sobre o desmatamento, essas taxas de desmatamento dadas pelo INPE eram o que sempre foi a pedra no sapato do governo [REDACTED]. Nós sabemos que, desde antes e após, ele sempre deu declarações de que sua política ambiental predatória ia seguir, inclusive acusando o aquecimento global de um complô marxista, o que é um absurdo. Esses dados são respeitados no mundo todo. Há duas citações da revista *Science* dizendo que o sistema de monitoramento do INPE era uma inveja para todo mundo. E a revista *Natural* disse que essa redução que teve o desmatamento da Amazônia de 2004 a 2012 foi devido ao uso dos dados do sistema do INPE e de ações contundentes dos nossos ministros do Meio Ambiente (...). Essa redução foi considerada a maior história de sucesso de controle ambiental em uma década. Então o Brasil tinha um enorme protagonismo na questão do ambiente e esse protagonismo era patrocinado pelo INPE. O que o governo se deu logo conta é de que essa reputação internacional do INPE tinha de ser destruída. (GALVÃO, FONTE 2, 2021).

Sendo assim, desde que o atual governo assumiu, a instituição passou a sofrer uma série de ataques. Iniciaram-se pelo Ministro do Meio Ambiente [REDACTED] que, em uma entrevista à Folha de São Paulo⁵⁴, teria afirmado, segundo Galvão, que “dados do INPE não eram suficientemente precisos para que houvesse ações do IBAMA para restringir esse desmatamento” (GALVÃO, FONTE 2, 2021). O Ministro também teria ameaçado substituir os sistemas de alerta do INPE pelo sistema de uma empresa estadunidense particular, a Planner. Ainda, o convênio firmado para que o INPE fornecesse dados para o IBAMA fora descontinuado pelo governo atual. Diante deste cenário, Galvão relata ter entrado em contato com o Presidente da Associação Brasileira de Ciências e com o professor Ildeu Moreira para que se escrevesse um ofício ao Ministério de Ciência e Tecnologia, chamando a atenção para esse problema. O documento foi enviado, mas não se obteve nenhuma resposta, pelo contrário:

Os ataques ao INPE continuaram durante todo o primeiro semestre de 2019, durante a minha gestão. Foram inúmeros ataques e todos eles eu respondi com ofícios ao Ministro de Ciência e Tecnologia, ao qual eu tinha que relatar, explicando como o sistema do INPE funcionava e oferecendo fornecer todos

⁵⁴<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/o-consenso-internacional-quer-vai-ficar-querendo-diz-ministro-do-ambiente.shtml>

os serviços que fossem necessários para atender a demanda do governo. Nunca houve uma resposta. (GALVÃO, FONTE 2, 2021)

Como se não bastasse, em 2 de junho de 2019, o general [REDACTED] afirmara, em entrevista à BBC, que os índices de desmatamento na Amazônia são manipulados⁵⁵, referindo-se aos dados produzidos pelo INPE. Mais uma vez, Galvão teria encaminhado um ofício ao Ministro da Ciência e da Tecnologia, alertando para a gravidade da afirmação. Novamente, “não obtive nenhuma resposta” (GALVÃO, FONTE 2, 2021). Por fim, Galvão ainda relata que no dia 9 de julho, durante uma coletiva internacional, o presidente [REDACTED] dissera, referente ao INPE, que tinha “a convicção que os dados são mentirosos” e afirmara que o diretor do órgão – à época, o próprio Galvão – “parece que ele está a serviço de alguma ONG”, possivelmente contrária às ações do governo.⁵⁶ Ricardo Galvão, exonerado do seu cargo em agosto de 2019⁵⁷, termina sua fala com a seguinte colocação:

O ataque ao INPE, eu considerei um ataque à ciência. À ciência brasileira. Porque os pesquisadores do INPE provêm, e ainda continuam provendo, esses dados que são respeitadíssimos no cenário internacional. Só no ano passado houve na ordem de 5 ou 6 trabalhos publicados nas revistas *Nature* e *Science* por esses cientistas. Então o professor José Celso Cardoso está absolutamente correto. Essa questão de assédio institucional é um plano elaborado pelo governo, bem pensando, de destruir instituições públicas, instituições do próprio governo, o que não tem fundamento. Isso está se coroando agora, como todos sabem, em um corte enorme ao orçamento do Inpe que vai levar o diretor do Inpe a parar os serviços do supercomputador que faz todo o cálculo de previsão numérica do tempo para todo o país. (...) Esse cenário que estamos enfrentando agora é tenebroso. (GALVÃO, FONTE 2, 2021).

Dando seguimento às denúncias, Wallace Lopes expõe o ocorrido com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, também conhecido como ICMBio. O palestrante ressalta que o ICMBio hoje é um órgão que gera 334 unidades de conservação em todo o país, o que representa quase 10% de todo o território nacional e mais de 20% das águas jurisdicionais. É responsável por 14 centros de pesquisa em conservação, que são distribuídos em 9 estados. Possui uma tradição de pesquisa e de parcerias com universidades e centros de estudos dentro e fora do país. De acordo com seu Plano Estratégico de Pesquisa, cerca de 1.100 pesquisadores já foram envolvidos no processo de avaliações de espécies de fauna e na construção de planos de manejo. O SISBio (Sistema de Autorização e Informações de Biodiversidade) registrou em 2007 mais de 16.000 relatórios de estudos, sendo que 6 mil destes eram em unidades de conservação.

⁵⁵ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48834802>

⁵⁶ <https://bitly.com/Yt3gb>

⁵⁷ <https://bitly.com/tTcB6>

É uma instituição que “cresceu e precisou se adequar para administrar o maior laboratório de diversidade do mundo, que é o nosso país (...) Então, o ICMBio é um órgão de extrema importância para a pesquisa nacional.” (LOPES, FONTE 2, 2021).

Como um primeiro episódio do que viria a ser uma série de ataques a instituição narrados por Lopes, estaria o ato do Ministro do Meio Ambiente de suspender todas as ações de licença capacitação e afastamento dentro de todos os órgãos vinculados ao seu ministério, resultando com que os servidores destes órgãos ficassem um ano sem produções acadêmicas – até novembro de 2020, quando fora publicado um novo edital. Já em fevereiro de 2020, Wallace relata que, com a alegação da necessidade de reavaliação frente às diretrizes políticas da nova gestão do governo federal, o Ministério do Meio Ambiente eliminara todos os cursos disponíveis no portal de ensino da ICMBio. Estes cursos atendiam tanto os servidores como também, e principalmente, o público externo, e eram voltados para grupos como os de comunidades tradicionais e de famílias de pequenas(os) agricultoras(es), abrangendo temas como os da educação ambiental ou da introdução ao geoprocessamento. Ou seja, como afirma Wallace Lopes (2021): “não tinha absolutamente nenhum caráter ideológico”, e esse era justamente o problema.

“Mas o pior ainda estava por vir” (LOPES, FONTE 2, 2021). Em 13 de maio 2020, as (os) servidoras(es) do ICMBio foram surpreendidas(os) com alterações em seu Código de Ética, em que passou a constar a seguinte vedação:

CAPÍTULO VI

DAS VEDAÇÕES

Art. 7º É vedado aos servidores ICMBio:

(...)

XIII. divulgar estudos, pareceres e pesquisas, ainda não tornados públicos, sem prévia autorização;

(BRASIL, 2020).

A mudança repentina gerou uma série de dúvidas e questionamentos às pesquisadoras(es) em relação ao que essa vedação realmente significaria. A situação permanecera “obscura” até o dia 10 de março de 2021 com a publicação da Portaria 151, quando “a coisa ficou totalmente escancarada e se iniciou uma instalação de um verdadeiro ambiente de censura no âmbito do ICMBio” (LOPES, FONTE 2, 2021). A portaria, em seu primeiro Artigo, resolve:

Art. 1º Delegar ao Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade a competência para autorizar previamente a publicação de manuscritos, textos e compilados científicos produzidos no âmbito e para este

Instituto em periódicos, edições especializadas, anais de eventos e afins. (BRASIL, 2021).

A partir de então, segundo Lopes, todas as pesquisas devem passar por uma análise que determinará a legitimidade de suas publicações. O diretor adjunto da ASCEMA demonstra sua indignação:

Senhores, a primeira pergunta que se faz é: publicação para este Instituto? A ciência é pra quem? (...) Não é para o ICMBio, é para a sociedade que financia com seus impostos essa pesquisa. Ao fazer esse tipo de submissão acaba desestimulando a produção científica nas unidades de conservação e colocando em descrédito tudo que foi produzido a partir de então, uma vez que esses resultados irão passar por uma espécie de censura capitaneada hoje por um tenente coronel da Polícia Militar que, com todo respeito, não tem as qualificações técnicas necessárias, para fazer qualquer juízo de valor sobre qualquer estudo e qualquer resultado de pesquisa científica que venha a ser realizado pelo ICMBio ou para o ICMBio. O ICMBio (...) evidentemente não pode criar uma norma que na prática cria um procedimento interno de controle prévio às manifestações de seus pesquisadores, sejam eles civis ou seus servidores propriamente dito. Trata-se, portanto, de uma aberração jurídica, com o qual os servidores, pesquisadores do Brasil e do mundo, que estejam interessados em pesquisar sobre a nossa biodiversidade vão ter de conviver. (...) O dever de lealdade às instituições não deve ser confundido com o dever de silêncio com o medo de uma censura prévia, como a que está sendo exposto agora o ICMBio. (LOPES, FONTE 2, 2021).

Ainda, Maria Filomena Gregori, coordenadora do Observatório de Pesquisa, Ciência e Liberdade da SBPC, antropóloga docente e pesquisadora da Unicamp, e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia traz considerações pertinentes à discussão. Em um primeiro momento, a pesquisadora anuncia que está representando uma comissão recém montada da SBPC, e que seria lançada no final do mês em que ocorre a audiência (junho de 2021) o Observatório Pesquisa Ciência e Liberdade. Essa comissão tem como objetivo “registrar, acompanhar, tornar público e encaminhar às autoridades competentes qualquer atentado à liberdade de expressão, à liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar, de divulgar a sociedade mais geral o pensamento científico entre nós.” (GREGORI, FONTE 2, 2021).

Após, a antropóloga relembra que os direitos à liberdade acadêmica e à autonomia de produção científica estão presentes em nossa Constituição e que, portanto, deveriam ser garantidos. Esses direitos, entretanto, se sustentam a partir da ética na produção de pesquisas acadêmicas, o que significa, para além das preocupações metodológicas que implicam o ato de se produzir conhecimento científico, a responsabilidade social em garantir o bem-estar da sociedade. Nesse sentido e a exemplo das questões relativas ao meio ambiente, a debatedora afirma que “as mudanças climáticas que, no caso do Brasil, estão tão fortemente implicadas no desmatamento, (...) estão no centro de muitos dos

problemas geopolíticos e diretamente ligados às injustiças e às desigualdades." (GREGORI, FONTE 2, 2021).

Dessa forma, Maria Filomena Gregori aponta que é importante observarmos que a atmosfera de desconfiança é hostil à produção do conhecimento no Brasil, e tem se intensificado antes mesmo da posse do atual governo através de movimentos como o Escola Sem Partido. Desde então, essa atmosfera ganha cada vez mais força e que “no foco desses ataques estão temáticas como gênero e raça, e certas disciplinas como as ciências humanas.” (GREGORI, FONTE 2, 2021).

Gregori (2021) então retoma alguns dos casos de perseguições que aqui já foram explicitados e alerta para o fato de que em 2019 o Brasil teria exigido, pela primeira vez, a atenção da rede Scholars At Risk. A pesquisadora relata que a este fato seguiu-se o pedido de uma outra instituição, a Global Public Policy Institute (Instituto Global de Políticas Públicas), para que se fizesse um relatório no formato de estudo de caso das limitações sofridas às liberdades acadêmicas no Brasil. Este documento então foi produzido e publicado em setembro de 2020, estando disponível para acesso ao público no site do LAUT⁵⁸. A pesquisadora adianta que neste relatório estão presentes os resultados de um *survey* preliminar, elaborado pelo Observatório de Pesquisa em Ciência e Liberdade, em parceria com o LAUT. A ideia é que essa pesquisa possa ser ampliada a um público de maior número e representatividade⁵⁹; entretanto, neste questionário preliminar já se constatara, segundo Gregori, que “30% dos docentes reportaram alguma forma de restrição, seja pela autocensura em temáticas como a de gênero (...), seja pela operação de conteúdos de aula em razão de ameaças de filmagens e gravações” (GREGORI, FONTE 2, 2021).

Por fim, Maria Filomena ressalta que é importante atentarmos para o fato de que, entre as formas de perseguição, os ataques cibernéticos têm recebido destaque. Tanto é que, segundo a pesquisadora, a Associação Nacional de Pós-graduação e Ensino elaborou uma cartilha que, além de divulgar as garantias no que tange a liberdade acadêmica e de expressão, alerta para a presença dos ataques ocorridos em ambientes virtuais que têm ocorrido em meio a pandemia em eventos online, bem como as ameaças que pesquisadoras(es) têm recebido através de suas redes sociais. A pesquisadora cita alguns

⁵⁸ <https://laut.org.br/en/academic-freedom-in-brazil/>

⁵⁹ No momento desta fala, esta pesquisa através de um questionário (*survey*) de maior alcance ainda não havia se materializado. Atualmente, encontra-se em curso, podendo ser acessada e respondida através do seguinte link: <https://pt.surveymonkey.com/r/CYCS3YB>

casos que ganham notoriedade, como o de Débora de Diniz “que não só sofreu no passado, como continua a sofrer uma série de ameaças por ser contrária ao que chamam de Ideologia de Gênero e por desenvolver pesquisas, entre as quais, sobre o aborto.” (GREGORI, FONTE 2, 2021). A debatedora finaliza sua fala com a seguinte colocação:

Essa atmosfera de ameaças que se utiliza de *trollagem* ou de cultura do ódio está sendo mais uma das razões para estarmos sofrendo de uma fuga de cérebros, como mencionado pelo Ildeu. Cérebros, que, no entanto, seriam valiosos para enfrentarmos a situação pela qual o país passa. (GREGORI, FONTE 2, 2021).

10. Academic Freedom in Brazil

Diante do colocado por Maria Filomena Gregori e como já explicitado anteriormente, o relatório elaborado pelo LAUT a pedido e em parceria com o GPPi parece interessante de ser analisado nesta pesquisa. O documento foi publicado em língua inglesa no mês de setembro de 2020 e pode ser acessado na íntegra no site do LAUT. Para fins de apresentação do relatório, aqui será dado destaque aos dados apresentados que parecem mais relevantes à essa pesquisa.

O relatório, intitulado *Academic Freedom in Brazil: A Case Study on Recent Developments* – Liberdade Acadêmica no Brasil: Um Estudo de Caso sobre Desenvolvimentos Recentes - é assinado por Conrado Hübner Mendes, Adriane Sanctis De Brito, Bruna Angotti, Fernando Romani Sales, Luciana Silva Reis e Natalia Pires De Vasconcelos. O documento possui 26 páginas distribuídas nos seguintes capítulos⁶⁰Resumo; Métodos, Fontes e Escopo do Estudo; Características do Setor de Ensino Superior; Estado Atual de Liberdade Acadêmica; e Recomendações Políticas.

O primeiro capítulo trata de contextualizar brevemente a situação da liberdade acadêmica no contexto brasileiro. É ressaltado que a autonomia universitária, bem como a liberdade de expressão, de pensamento, de ensinar e de aprender, são todos direitos garantidos pela Constituição Federal. Entretanto, e em meio a conjuntura política dos últimos anos, esses direitos parecem estar em risco. É nesse contexto que o documento é elaborado. Ainda, é ressaltado que esse estudo foi escrito com base nas novas diretrizes de pesquisa para estudos de casos de países sobre liberdade acadêmica. Essas diretrizes

⁶⁰ Tradução livre. No original: “Summary, Methods, Sources, and Scope of the Study; Characteristics of the Higher Education Sector; Current State of Academic Freedom; e Policy Recommendations.

fazem parte do projeto GPPi sobre avaliações de liberdade acadêmica em todo o mundo e, segundo consta neste capítulo:

As diretrizes servem para inspirar estudos qualitativos que descrevam o estado atual da liberdade acadêmica e os desenvolvimentos recentes de determinado país, e em breve estarão disponíveis para que qualquer pessoa possa usar como modelo. Os estudos de caso são complementados por um conjunto de dados de série temporal e global, com cinco indicadores de liberdade acadêmica e um Índice de Liberdade Acadêmica, desenvolvido pelo GPPi em parceria com o V-Dem Institute e a Scholars at Risk. (FONTE 3, 2020, p. 4).⁶¹⁶²

Já o segundo capítulo tem como objetivo demonstrar a maneira como este estudo foi elaborado, bem como o que será trabalhado em cada sessão. Enfatiza-se as dificuldades de realizar esse tipo de pesquisa, como o grande número de universidades existentes no país e a falta de dados centralizados sobre acontecimentos recentes. Devido a este último impasse, o estudo agrega informações coletadas na imprensa e de diversas iniciativas de pesquisa. Ainda assim, essas fontes apresentariam limitações, pois lhes falta os detalhes dos efeitos cotidianos destas pressões sobre a liberdade acadêmica. No intuito de enfrentar este problema, um levantamento preliminar foi realizado. Para além disso, aponta-se que os fatos históricos serão abordados de acordo com a divisão nos seguintes intervalos: o período do regime militar (1964-1985); o período da redemocratização até o impeachment da antiga presidenta (1988-2016); o período de “tumulto antiesquerdista” (2016-2018); e o período a partir da eleição do atual presidente até o presente momento (2019-2020).

Devido à complexidade do contexto, o terceiro capítulo tem como proposta descrever e explicar o funcionamento das universidades no Brasil. Assim, as diferenças entre as universidades públicas e privadas são explicitadas e alguns dados são trazidos à tona. Entretanto, o documento aponta para a importante consideração de que “as admissões ao ensino superior refletem padrões históricos de discriminação” (FONTE 3, 2020, tradução livre, p. 6). Constata-se que apesar da implementação de ações afirmativas desde o início do milênio e do notável avanço em relação a diversidade dos ambientes universitários, ainda permanece uma discrepância significativa entre quem acessa o ensino superior se em comparação com a composição da sociedade brasileira. Esses dados

⁶¹ Tradução livre. No original: “The guidelines serve to inspire qualitative studies describing the current state of academic freedom and recent developments in individual countries and will soon be available for anyone to use as a template. The case studies are complemented by a global time-series dataset with five indicators of academic freedom and an Academic Freedom Index, developed by GPPi in partnership with the V-Dem Institute and Scholars at Risk.”

⁶² Até o presente momento não encontrei as diretrizes disponíveis para a elaboração destes estudos.

não refletem apenas a situação das(os) alunas(os), como também das(os) professoras(es), ao passo que o documento afirma que “os dados sobre os perfis dos professores de ensino superior são escassos, mas os números disponíveis apontam para a maioria dos professores brancos e do sexo masculino.” (FONTE 3, 2020, p. 7).⁶³

Ainda nesse capítulo é realizada uma retomada histórica em que se aponta que “O Brasil tem uma história muito recente de ataques à liberdade acadêmica” (FONTE 3, 2020, p. 7)⁶⁴. O período da ditadura militar aparece em evidência como um momento em que diversas(os) acadêmicas(os) foram presas(os), demitida(os)s e até mesmo se tornaram vítimas de tortura, execução ou de desaparecimento. Cerca de 20 anos depois, as universidades criaram comissões para investigar as violações de direitos humanos, onde os abusos foram relatados e documentados. É dito que, atualmente, embora o país seja regido por uma constituição e se encontre em um regime onde seus representantes sejam eleitos democraticamente “eventos recentes ainda ressoam com algumas dessas ideias autoritárias da era da ditadura militar” (FONTE 3, 2020, p. 7)⁶⁵ e há em curso certas práticas que “colocam a liberdade acadêmica em risco.” (FONTE 3, 2020, p. 7).⁶⁶

O quarto capítulo – Estado Atual da Liberdade Acadêmica –, entretanto, é dividido em diversas sessões, que compreendem os subcapítulos: Proteção Legal da Liberdade Acadêmica; Liberdade para Pesquisar e Ensinar; Intercâmbio e Disseminação de Conteúdo Acadêmico; Autonomia Institucional e Governança; Integridade do Campus; Variação Subnacional e Disciplinar; e Esforços para promover a liberdade acadêmica.⁶⁷

Na primeira sessão, inicialmente, é apresentada a informação de que não só o Art. 5º da Constituição trata de proteger a liberdade de expressão e pensamento, como também há outros dois dispositivos na norma que se relacionam diretamente com a liberdade acadêmica (Art. 206 e Art. 207). São, então, narrados alguns casos em que predomina certa disputa em relação à legitimidade de determinadas ações, como a indicação de reitores pelo governo federal e os cortes de 2019 no orçamento das universidades federais. Há ainda a indicação de que:

⁶³ Tradução livre. No original: “Data on the profiles of higher education professors is scarce, but the available figures point to a majority of white, male professors.”

⁶⁴ Tradução livre. No original: “Brazil has a very recent history of attacks on academic freedom (...)”.

⁶⁵ Tradução livre. No original: “(...) recente events still resonate with some of these authoritarian ideas from the era of the military dictatorship.”

⁶⁶ Tradução livre. No original: “[measures taken under the veneer of legality] put academic freedom at risk.”

⁶⁷ Tradução livre. No original: “Legal Protection of Academic Freedom; Freedom to Research and Teach; Exchange and Dissemination of Academic Content; Institutional Autonomy and Governance; Campus Integrity; Subnational and Disciplinary Variation; e Efforts to Promote Academic Freedom.”

Outro caso refere-se a dezenas de medidas oficiais tomadas entre 2015 e 2019 para censurar professores com base nas proibições gerais da chamada "doutrinação", "ideologia de gênero" (...) semelhantes a outros processos atualmente pendentes no Supremo Tribunal Federal. Embora a maioria dessas referências diga respeito ao ensino fundamental, elas podem impactar diretamente a interpretação da proteção legal da liberdade acadêmica nas universidades. Recentemente, três decisões indicaram que o Supremo Tribunal Federal tende a ver as medidas oficiais contra a chamada "ideologia de gênero" como inconstitucionais. (FONTE 3, 2020, p. 8-9).⁶⁸

A segunda sessão faz menção, novamente, ao relatório produzido pela Scholars At Risk e menciona os casos já referidos nesta dissertação, como: a da *peã da casa F4* – que supostamente “recebeu ameaças de racismo e foi estuprada no contexto de ataques contra a comunidade LGBTQ + por apoiadores do [REDACTED] na época das eleições” (FONTE 3, 2020, p. 9)⁶⁹; do *cavalo da casa C4* - grupo de 15 estudantes supostamente agredidos por apoiarem o candidato do partido que disputava com o eleito; da *torre da casa H4* - representantes estudantis da Universidade Federal do Pará que supostamente “receberam ameaças anônimas por pertencerem à comunidade LGBTQ + e/ou por serem ativistas e/ou negros” (FONTE 3, 2020, p. 9)⁷⁰ ; e do *cavalo da casa G3* - grupo de alunas(os) e professoras(es) da Universidade Federal de Pernambuco que supostamente “trabalharam com comunidades LGBTQ +, em questões de gênero, ou na legalização das drogas” (FONTE 3, 2020, p. 9)⁷¹ e receberam cartas anônimas com a suposta mensagem de que seriam banidos após a eleição de [REDACTED] e que a universidade seria “expurgada de todos os comunistas” (FONTE 3, 2020, p. 9)⁷². O documento brasileiro aponta que até o ano de 2007 a SAR havia recebido apenas um pedido de auxílio acadêmico no Brasil e que de 2018 até o início de 2019, a organização registrou um total de 18 solicitações de assistência acadêmica, sendo a maioria delas com pedidos de exílio por tempo indeterminado. Tendo isso em vista, é ressaltado que:

⁶⁸ Tradução livre. No original: “Another case relates to dozens of official measures taken between 2015 and 2019 to censor teachers based on general prohibitions of so-called ‘indoctrination,’ ‘gender ideology’(...) similar to other suits currently pending before the Supreme Court.²¹ Although most of these references relate to primary education, they could directly impact the interpretation of the legal protection of academic freedom at universities. Recently, three decisions²² indicated that the Supreme Court tends to see official measures against the so-called “gender ideology” as unconstitutional.”

⁶⁹ Tradução livre. No original: “[The report points to cases such as that of a student from the University of Fortaleza (UNIFOR)] who received racist threats and was raped in the context of attacks against the LGBTQ+ community by [REDACTED] supporters around the time of the elections.”

⁷⁰ Tradução livre. No original: “[Student representatives at the Federal University of Pará] received anonymous threats for belonging to the LGBTQ+ community or for being activists or people of color.”

⁷¹ Tradução livre. Ver original abaixo,

⁷² Tradução livre. No original: “Anonymous letters were also sent to students and faculty members at the University of Pernambuco who worked with LGBTQ+ communities, on gender issues, or on drug legalization, with the message that they would be banned after [REDACTED] was elected, and that the university would be ‘purged of all communists.’”

Esses casos aconteceram na época das eleições presidenciais brasileiras em 2018. Pelo menos 18 instituições de ensino superior receberam ameaças de ataques que ocorreriam em 2019 - alguns expressando ódio às mulheres, negros ou à comunidade LGBTQ. (...) Nos casos relatados por Scholars at Risk, atos de violência contra mulheres, discriminação contra pessoas de cor ou contra a comunidade LGBTQ+ e oposição vocal à legalização das drogas tornaram-se atos de apoio a [REDACTED]. (...) [REDACTED] afirmou que a maioria dos manifestantes eram “ativistas” que nem conheciam a “fórmula [química] da água”; que eles eram “idiotas úteis [...] sendo usados como uma manobra por uma minoria inteligente que constitui o núcleo das universidades federais no Brasil”. (...) Em consonância com o amplo esforço contra a “doutrinação esquerdista”, o movimento “Escola sem Partido”, fundado em 2004, concentra-se na educação básica e levanta preocupações sobre a influência política de professores sobre seus alunos. [REDACTED] endossou a agenda do movimento encorajando os alunos a registrarem e denunciarem professores que seriam “predadores ideológicos”. (FONTE 3,2020p. 9-10).⁷³

Dito isso, os dados do “*survey* preliminar” começam a ser apresentados. O questionário, segundo consta, foi disponibilizado on-line na plataforma *SurveyMonkey* e enviado privadamente por e-mail para 58 acadêmicos no período que compreendeu os dias 16 a 30 de janeiro de 2020. Esses 58 acadêmicos são professores universitários de dez diferentes estados, das áreas de Direito, Ciências Humanas e Ciências Sociais, e foram escolhidos com base em suas áreas de pesquisa e em sua disponibilidade em testar e contribuir com o instrumento de investigação. As perguntas foram combinação de questões abertas e de múltipla escolha. Ainda, as(os) autoras(es) do documento se preocupam em afirmar que: “Omitimos todos os detalhes que poderiam ser usados para identificar esses acadêmicos” (FONTE 3, 2020p. 13).⁷⁴ O relatório indica que os dados apresentados não são estatisticamente representativos da academia brasileira, mas apontam para áreas com contribuições importantes a uma compreensão mais ampla das condições de liberdade acadêmica no Brasil. (FONTE 3, 2020). Os resultados podem ser conferidos nos gráficos abaixo⁷⁵:

⁷³ Tradução livre. No original: These cases happened around the time of the Brazilian presidential elections in 2018. At least 18 higher education institutions received threats of attacks that would take place in 2019 – some expressing hatred of women, blacks, or the LGBTQ+ community. (...) In the cases reported by Scholars at Risk, acts of violence against women, discrimination against people of color or against the LGBTQ+ community, and vocal opposition to drug legalization became acts of support for [REDACTED]. (...) [REDACTED] stated that most of the protesters were ‘activists’ who did not even know the ‘[chemical] formula for water’; that they were ‘useful idiots [...] being used as a maneuver by a smart minority that makes up the core of federal universities in Brazil.’ (...) In line with the broad effort against the ‘leftist indoctrination’, the movement ‘Schools without Party,’ founded in 2004, focuses on primary education and raised concerns about political influence by professors over their students. [REDACTED] has endorsed the movement’s agenda by encouraging students to record and denounce teachers who are ‘ideological predators.’”

⁷⁴ Tradução livre. No original: “We have omitted any details that could be used to identify these scholars.”

⁷⁵ Estes gráficos foram extraídos da FONTE 3 (2020, p. 13), mas traduzidos e reformatados livremente para essa dissertação.

Experiências de Retaliações/Ameaças

"Em sua experiência, você já sofreu alguma forma de retaliação ou ameaça causada pelo conteúdo de suas pesquisas ou aulas?"

Pesquisa



#1 Postagens em Redes Sociais (7 menções)
 #2 Atores do corpo discente (3 menções)
 #3 Organismos externos de financiamento de pesquisa, mídia, partidos políticos, administração pública (1 menção cada)

■ Sim
 ■ Não
 ■ Sem resposta

Ensino



#1 Atores do corpo discente (6 menções)
 #2 Redes Sociais (5 menções)
 #3 Administração Pública (2 menções)
 #4 Sistema judicial, mídia (1 menção cada)

Autocensura por medo de Retaliações/Ameaças

"Em sua experiência, você já limitou o conteúdo de suas pesquisas ou aulas por medo de retaliação de qualquer tipo?"

Pesquisa



#1 Organismos de financiamento externo, Administração Pública (3 menções cada)
 #2 Minha instituição de ensino superior, Atores do corpo discente, Sistema Judicial (1 menção cada)

■ Sim
 ■ Não
 ■ Sem resposta

Ensino



#1 Atores do corpo discente (4 menções)
 #2 Sistema judiciário, administração pública (2 menções cada)
 #3 Organismos de financiamento externos

O relatório aponta, ao que tange a interpretação dos dados, que “mais de 30% dos entrevistados listaram alguma forma de restrição”, que “17% dos entrevistados disseram ter restringido o conteúdo de suas pesquisas por medo de retaliação” e que “20% dos entrevistados mencionaram restringir o conteúdo de suas aulas por medo de retaliação” (FONTE 3, 2020, p. 13)⁷⁶. Acrescenta também que “um dos entrevistados afirmou que não sofrera ‘nenhuma retaliação ou intimidação’, mas que ‘as pressões difusas de fontes acadêmicas e externas (redes institucionais e sociais) são frequentes, frustrando a independência da pesquisa” e outro “disse que muda o vocabulário de suas aulas para que não se desencadeie nenhuma conexão entre o conteúdo e qualquer partido ou visão

⁷⁶ Tradução livre. No original: “17% of the respondents said they had restricted the content of their research for fear of retaliation,” e “20% of the respondents mentioned restricting the content of their classes for fear of retaliation,

política”. (FONTE 3 2020, p. 13-14)⁷⁷. Nas respostas do questionário, alguns relatos sobre situações vivenciadas também foram descritos:

Um entrevistado descreveu como fora filmado durante a aula e transmitido ao vivo para um grupo de extrema direita no Facebook. Outro acadêmico indicou ter recebido ameaças de estudantes vinculados a um partido político de direita. Ainda outro mencionou reclamações de avaliações de alunos sobre "posições políticas em sala de aula" e acrescentou: "dou aulas de ciências políticas, seria impossível não abordar questões políticas." Um entrevistado disse que eles tinham “atualmente [sido colocados] em licença sem vencimento da universidade [...] devido a uma onda intimidadora de e-mails e mensagens em redes sociais contendo ameaças de morte, difamação e ferimentos dirigidos a mim com base no meu trabalho." Para ministrar um determinado curso, um acadêmico e seus colegas foram “expostos nas redes sociais, em sites [e] sofreram comentários racistas e homofóbicos ligados à ideologia de extrema direita”. (FONTE 3, 2020, p. 14).⁷⁸

Já o subcapítulo intitulado “Variação Subnacional e Disciplinar” tem como proposta identificar os conteúdos e disciplinas que aparecem mais frequentemente como alvos destes ataques. Em relação ao conteúdo, o relatório afirma que:

[os temas] incluem mulheres e direitos LGBTQ+, sexo e gênero, ou mesmo direitos reprodutivos - a chamada “ideologia de gênero”. A alegação de que a “ideologia de gênero” deve ser excluída dos currículos tem sido um tema de disputa, especialmente no ensino primário educação. Não obstante, os casos de autocensura e autoexílio podem estar ligados ao nível geral da atenção pública sobre este tópico - incluindo atenção especial por parte dos conservadores dispostos a tomar medidas não democráticas e ilegais. Esta hipótese é apoiada por algumas das respostas às nossas perguntas de pesquisa (...) bem como pelos ataques relatados e ameaças a estudantes da comunidade LGBTQ+ e pesquisadores em estudos de gênero, ou acadêmicos cujos trabalhos são geralmente dedicados a questões de pesquisa que podem ser entendidas como "ideologia de gênero". (FONTE 3, 2020, p. 20).⁷⁹

⁷⁷ Tradução livre. No original: “One of the respondents affirmed that they suffered ‘no retaliation or intimidation,’ but that “diffuse pressures from both academic and external (institutional and social media) sources are frequent, frustrating the independence of research.” e “[One respondent] said that they change the vocabulary of their classes so as not to trigger any connections between the content and any party or political view.”

⁷⁸ Tradução livre. No original: “One respondent described how they were filmed during class and broadcasted live to an extreme right-wing group on Facebook. Another scholar indicated having received threats from students linked to a right-wing political party. Yet another mentioned complaints from student evaluations for ‘political positions in class,’ and added: ‘[s]ince I teach political science classes, it would be impossible not to address political issues.’ One respondent said they had ‘currently [been placed] on unpaid leave by the university [...] due to an intimidating wave of emails and social media messages containing threats of death, defamation, and injury directed at me on the basis of my work.’ For teaching a particular course, one scholar and their colleagues were ‘exposed on social media, on websites, [and] suffered racist, homophobic comments linked to extreme right [-wing] ideology.’”

⁷⁹ Tradução livre. No original: “[Some of these] include women and LGBTQ+ rights, sex and gender, or even reproductive rights – the so-called ‘gender ideology.’ The claim that ‘gender ideology’ should be excluded from curricula has been a topic of dispute, especially regarding primary education. Nevertheless, cases of self-censorship and self-exile may be connected to the overall level of public attention on this topic – including particular attention on the part of conservatives willing to take undemocratic, illegal action. This hypothesis is supported by some of the answers to our survey questions (...) as well as by the reported attacks on and threats to students from the LGBTQ+ community and scholars in gender studies, or

Por fim, ainda interessa dizer que o capítulo “Esforços para Promover a Liberdade Acadêmica” demonstra que uma série de ações resistentes a estes ataques estão sendo construídas por diversos coletivos que se propõem a defender a liberdade acadêmica e de pesquisa no país. São exemplos dessas iniciativas a fundação do Observatório do Conhecimento e a Comissão Nacional de Combate à Criminalização e Perseguição Política de Professores.

scholars whose work is more generally dedicated to research questions that might be perceived as ‘gender ideology’.”

PARTE IX

ENTÃO O QUE ESTÁ EM JOGO?

A apresentação de todos estes materiais, desde os casos relatados na Free to Think 2019, passando pelas falas da Audiência Pública e até os dados apresentados pelo Academic Freedom in Brazil, fornecem pistas ao mesmo tempo que suscitam uma série de questões. Diante de tudo isso é que pergunto: afinal, o que está em jogo? Parece que é hora de reunirmos as pistas que essas peças nos fornecem.

11. Colonialidade do Saber

É verdade que o conceito de Colonialidade de Saber é diretamente associado à imposição do padrão de conhecimento do Norte e imediatamente conectado à denúncia do eurocentrismo e das práticas de epistemicídio. A produção de conhecimento acadêmico e as universidades, de maneira geral, aparecem como o grande centro desta esfera de poder colonial. Representante por excelência da produção científica, a academia seria um dos lugares em que o mais legítimo conhecimento é consagrado, subestimando as diversas formas de produções de saberes derivadas de outras cosmologias. Entre os espaços de educação formal, ela parece representar aquele que mais perpetua as desigualdades em sua composição que, como indica o relatório da Academic Freedom in Brazil (2020), é composta majoritariamente, ao menos no campo da docência, de homens cis brancos. Sendo assim, considerar as ameaças a determinadas produções científicas como efeito da colonialidade do saber pode parecer contraditório à primeira vista.

É verdade também que este não é o único espaço cuja produção do saber vem sofrendo ameaças e violências. Dentro do setor educacional, as escolas, e em especial as escolas públicas, vem sofrendo uma série de ataques. As(os) professoras(es) têm se deparado com diversas imposições relativas à execução de seus trabalhos, como também é demonstrado nos gráficos produzidos pelo relatório brasileiro. Uma grande expressão destes ataques é o movimento Escola sem Partido, cujo um dos pilares tem sido o combate à Ideologia de Gênero nas escolas.

Mas para além da educação, outros setores vêm se destacando como alvos em potencial. É o caso da arte e da cultura que, por razões muito semelhantes, também têm sido atacadas por forças muito similares às que encontramos nos casos universitários. Como exemplo de um caso que ganhou notoriedade, poderíamos pensar no ocorrido na exposição *Queermuseu — Cartografias da diferença na arte brasileira*⁸⁰, que recebeu uma série de críticas por conta de abordar questões de gênero e sexualidade. O evento foi acusado de promover a pedofilia, a zoofilia e o vilipêndio religioso. Entretanto, não foi só o conteúdo da exposição o alvo de ataques: o curador da exposição relata já ter recebido mais de cem ameaças de morte⁸¹.

⁸⁰ Exposição artística brasileira apresentada no Santander Cultural, na cidade de Porto Alegre, no ano de 2017.

⁸¹<https://exame.com/casual/recebi-mais-de-cem-ameacas-de-morte-diz-curador-da-exposicao-queermuseu/>

Ainda, se considerarmos espaços não institucionalizados e não formais de produção de conhecimento, não seria novidade constatarmos perseguições aos saberes dos povos originários, das periferias urbanas, de comunidades ribeirinhas, quilombolas e dos movimentos de pequenas(os) trabalhadoras(es) rurais. Estes grupos vêm resistindo historicamente à dizimação de seus conhecimentos, travando uma guerra constante contra o epistemicídio que vem sendo imposto desde 1500 em nossas terras.

Assim, é possível que nos perguntemos por que interessa pensar as(os) acadêmicas(os) em risco, este grupo tão privilegiado na esfera social se comparado com tantos outros. Mais do que isso: se colocar em defesa dessa forma de produção de conhecimento não seria, ao mesmo tempo, legitimar justamente aquilo que nos interessaria combater? Não seria mais interessante pensarmos, então, nessas outras formas de conhecimento que já há muito tempo têm sofrido os mais violentos e sangrentos ataques?

Todas essas questões me parecem válidas e importantes de serem abertas. Não foram poucas as vezes que, durante a escrita dessa dissertação, elas me invadiram, fazendo com que eu me questionasse o quão relevante poderia ser essa pesquisa. Por outro lado, sem descartá-las, talvez também fosse interessante que torcêssemos essas questões. Se este lugar é tão privilegiado, não deveria ele ser imune aos ataques? Se esta instituição de produção de conhecimento é tão legitimada, não bastaria que suas produções fossem reconhecidas sem conflitos? Se é ela, a universidade, a expressão máxima da colonialidade de saber e se são as(os) acadêmicas(os) as(os) mais privilegiadas(os) nas possíveis posições de saber, não seria lógico que estivessem salvaguardadas(os)?

E, sendo assim, não seria precisamente este lugar da contradição que parece ser potente para nos fornecer pistas sobre a própria Colonialidade do Saber? Eu acredito que sim. Afinal, a produção de conhecimento, como diria Débora Diniz (2021)⁸², não está em risco, mas em *disputa*. E é justamente para que as universidades e os conhecimentos nelas produzidos sigam sendo um dos centros de produção e reprodução da Colonialidade do Saber é que ela precisa, constantemente, ter de si expurgado tudo aquilo que siga essa linha de força. Nesse sentido, o conhecimento acadêmico não poderia, em qualquer hipótese, estar alinhado em um combate contra a forma de saber que forjou a si mesmo.

⁸² Dito no evento online “Lançamento da pesquisa nacional “A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?”, promovido pelo Observatório do Conhecimento, no ano de 2021 (Ver em <https://www.youtube.com/watch?v=kaPIBPnlkEA>)

Visualizando algumas jogadas mais a frente, é possível que aprofundemos o conceito de Colonialidade do Saber para além do lugar óbvio da legitimação do conhecimento científico. Considerar que o epistemicídio é justamente a morte das formas de produção de saberes que de alguma forma não compactuam com os regimes de hierarquia em suas relações de gênero e sexualidade, raça e etnia, humano e natureza. Se o saber é sempre localizado, há de se apontar o lugar do universal que se materializa na figura do homem, cis, branco, europeu, cristão, heterossexual e de classe média ou alta. O verdadeiro reizinho desse jogo de xadrez que, apesar de não ter sido o criador⁸³, o tomou para si – como é de seu costume. Qualquer conhecimento que indague este rei poderá ser alvo dos ataques de seu batalhão. Se este conhecimento se atrever a habitar justamente o tabuleiro deste território, não será por uma boa política de vizinhança que haverá de ser salvo.

Não acreditemos, porém, que esse sintoma – a perseguição de determinadas(os) acadêmicas(os) que afirmam determinadas posições – seja uma exceção neste jogo. Esta prática é, ao contrário, seu próprio fundamento, pois é sempre necessário que exista um fora, para legitimar um dentro. Constitui a própria pesquisa, da mesma forma que constitui a própria Modernidade. Se a Modernidade é o duplo da Colonialidade, o risco é o duplo da pesquisa. Seja no caso de Galileu, que com suas pesquisas questionava os fundamentos geocêntricos, seja no caso das pesquisas de gênero, raça, etnia, sexualidade e natureza, que ameaçam os pilares da colonialidade. O expurgo do pesquisador é condição de possibilidade para a própria existência da produção de conhecimento acadêmico e pode ser tomado como o seu fundamento. Para que uma pesquisa seja tida como legítima, é preciso que outras se tornem deslegitimadas, nem que, para isso, a iminência do risco, e da própria consagração da violência, sejam necessários. É este movimento periódico de revisão do que pode ser considerado conhecimento científico, e, portanto, verdadeiro, a base para sua consagração e continuidade.

Significa afirmar que a constatação de que determinadas ideias, vindas de dentro da academia, colocam em risco suas(eus) enunciadoras(es), não diz respeito apenas a estas(es) enunciadoras(es) específicas(os). Tampouco se restringe a falar sobre a própria universidade em si. Antes de mais nada, reflete um projeto de mundo que está em disputa.

⁸³ Embora existam diversos mitos relativos à criação do xadrez, considera-se que o jogo tem origem na Índia do século VI. Já o que se chama de “xadrez moderno” remonta a uma apropriação do jogo pela Europa que se inicia no século XVI e se estende até o século XIX. Essa apropriação compreende uma série de modificações imputadas ao jogo e que corresponde à cosmologia europeia.

Essa disputa acontece em um tabuleiro onde o peso das regras não é equivalente para os adversários.

No artigo “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídio do longo século XVI”, Ramón Grosfoguel aponta a relação da estrutura epistêmica do mundo moderno com quatro genocídios/epistemicídios que ocorreram ao longo do século XVI (1450-165). A partir de leituras de Boaventura Sousa Santos, o autor assinala para o fato de que “o cânone do pensamento em todas as disciplinas das ciências sociais e humanidades nas universidades ocidentalizadas” se baseia “no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos)” (GROSFOGUEL, 2016, p. 26). Segundo o autor, esse provincianismo, que se disfarça de universalismo, consagra e se torna possível a partir do mecanismo de racismo/sexismo epistêmico que define os polos de quem terá privilégios e de quem será inferiorizado no processo de produção do conhecimento. E sendo assim:

O conhecimento produzido a partir das experiências sócio-históricas e concepções de mundo do Sul global – também conhecido como mundo “não ocidental” – é considerado inferior e é segregado na forma de “apartheid epistêmico” (Rabaka, 2010) do cânone de pensamento das disciplinas das universidades ocidentalizadas. Mais ainda: o conhecimento produzido por mulheres (ocidentais ou não ocidentais) é também visto como inferior e fora do elenco do cânone do pensamento. As estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo. (GROSFOGUEL, 2016, p. 28).

É diante dessa constatação que Grosfoguel se pergunta quais teriam sido os processos históricos que produziram essa estrutura do conhecimento fundado no racismo/sexismo epistêmico. Para responder essa questão, o autor se volta inicialmente aos fundamentos da filosofia cartesiana, os quais estão apresentados no início deste trabalho. Como já dito, o cartesianismo teria como sua expressão máxima o “penso, logo existo” que de acordo com Dussel (2005) inaugura o “ego cogito” (penso, logo existo), o qual encontraria no seu antecessor, o “ego conquiro” (conquisto, logo existo), a sua condição de possibilidade de existência. Processo esse que visualizo na passagem da Terra como centro do universo para a Europa como centro do mundo. Desde então:

A divisão de “sujeito-objeto”, a “objetividade” – entendida como “neutralidade” –, o mito de um “Ego” que produz conhecimento “imparcial”, não condicionados por seu corpo ou localização no espaço, a ideia de conhecimento como produto de um monólogo interior, sem laços sociais com outros seres humanos e a universalidade entendida como algo além de qualquer particularidade continuam sendo os critérios utilizados para a validação do conhecimento das disciplinas nas universidades ocidentalizadas. Qualquer conhecimento que pretenda partir do corpo político do conhecimento

(Anzaldúa, 1987; Fanon, 2010) e chegar à geopolítica do conhecimento (Dussel, 1977), em oposição ao mito do conhecimento da egopolítica cartesiana, é visto como tendencioso, inválido, irrelevante, sem seriedade, parcial, isto é, como conhecimento inferior. (GROSFOGUEL, 2016, p. 30).

Mas, para Grosfoguel, entre o “ego conquiro” e o “ego cogito” haveria um elo perdido, uma vez que não parece haver condições para que do “eu conquisto” derive imediatamente o universalismo idólatra e o racismo/sexismo epistêmico do “eu penso”. No “entre” de tais paradigmas, o autor propõe que como movimento fundamental para a transição estaria situado o “ego extermio” (extermino, logo existo). Este último se manifestaria através de prática de genocídio e epistemicídio consagrada nos quatro seguintes eventos históricos:

1. contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da “pureza do sangue”;
2. contra os povos indígenas do continente americano, primeiro, e, depois, contra os aborígenes na Ásia;
3. contra africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano; e
4. contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de serem bruxas. (GROSFOGUEL, 2016, p.31).

O autor examina com precisão cada um destes momentos e traça relevantes conexões entre eles. Estes eventos históricos demonstram a relação entre a criação do poder racial e patriarcal e as estruturas epistêmicas em escala mundial e explicam o porquê de Descartes não estar se referindo a um “Eu” africano, indígena, mulçumano, judeu ou mulher em sua famosa formulação. Na esfera deste “ego” se situava o único ser considerado capaz de uma episteme superior: o homem cis branco ocidental e heterossexual. Como consequência de tais episódios, as universidades ocidentalizadas internalizaram, desde sua criação, essa estrutura racista/sexista, de modo que neste espaço as “pessoas ‘sem racionalidade’ foram epistemologicamente excluídas das estruturas de conhecimento” (GROSFOGUEL, 2016, p. 43) e que “Considera-se normal haver homens ocidentais de cinco países que produzem o cânone de todas as disciplinas daquela universidade” (GROSFOGUEL, 2016, p. 43). Estes elementos constituem aspectos fundamentais da Colonialidade do Saber.

Soma-se a isso o conceito de epistemicídio, formulado por Boaventura Sousa Santos que, em poucas palavras, diz respeito às grandes matanças do conhecimento e das formas de produzir o conhecimento que foram praticadas durante a história – e, em especial, na história colonial. O autor afirma:

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais). (SANTOS, 1995, p. 328).

Diante disso, não parece estranho que sejam justamente os conteúdos forjados nas disciplinas de gênero, sexualidade e relações étnicas-raciais aqueles que têm oferecido um grande risco para suas(eus) pesquisadoras(es). De toda forma, talvez possa ser importante compreendermos como cada um destes analisadores – entendidos aqui como de potencial risco por ameaçarem determinados padrões de poder – estão posicionados nesse jogo.

12. Colonialidade do Saber: Gênero e Sexualidade

Em todos os materiais analisados foi possível a percepção de que as questões de gênero aparecem, de fato, como grandes alvos em potencial. Seja na produção de pesquisas que abordam este conteúdo, seja em manifestações de acadêmicas(os) que levantam determinados debates ou, até mesmo, através da própria presença dentro do ambiente universitário de identidades de gênero subalternizadas – mulheres e pessoas não cisgêneras de maneira geral. No Free to Think 2019, casos como estes apareceram tanto em países como a Coreia do Sul, a Índia, o Paquistão e o Irã, como também se mostram abundantes nos relatos do contexto brasileiro. Em todos os materiais, as questões de gênero no Brasil recebem destaque.

Os casos incluem a perseguição de pesquisadoras(es) que abordaram temas como o de direitos sexuais e reprodutivos, a prática de assédio a mulheres, retaliações diante de denúncias de assédio, investidas contra manifestações em prol da igualdade de direitos de gênero, e a ameaça, de forma geral, a qualquer conteúdo produzido, seja em sua forma verbal ou escrita, que se enquadre dentro do compreendido como “Ideologia de Gênero”.

O mesmo parece ocorrer com as perseguições relativas às questões de sexualidade uma vez que também são enquadradas dentro deste guarda-chuva da chamada “Ideologia de Gênero”. No relatório da Free to Think 2019 ameaças contra determinados

posicionamentos em relação a comunidade LGBTQIA+ são encontradas na Turquia, na Indonésia, no Irã e no Brasil. Outras situações também estão presentes no *Academic Freedom in Brazil*. De maneira geral, os ataques são direcionados a produções escritas que tratam da defesa de direitos LGBTQIA+, narrativas com personagens homossexuais, manifestações de orgulho LGBTQIA+ ou, até mesmo, a ameaça direta a pessoas que simplesmente pertencem à comunidade LGBTQIA+.

É interessante notar que as categorias se confundem, sendo difícil distinguir o que seriam as ameaças relativas aos saberes de gênero e em relação aos de sexualidade. Os ataques parecem tanto questionar direitos reprodutivos, quanto também se inserir em críticas relativas ao âmbito da expressão, afirmação e performatividade de gênero, além da legitimidade de sexualidades compreendidas como desviantes.

Um caso icônico, mas não mencionado em nenhum dos documentos, é o dos protestos “Fora Butler”⁸⁴ ocorridos em 2017 na cidade de São Paulo. Na ocasião, Judith Butler havia viajado para o Brasil com a finalidade de realizar uma fala sobre os desafios da democracia na contemporaneidade em seminário intitulado “Os Fins da Democracia”, organizado pelo SESC Pompeia. Porém, para os manifestantes, o que os incomodava eram as ideias sobre questões de gênero expostas no livro “Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade” de 1990 e o temor de que tais perspectivas fossem ensinadas nas escolas. A figura da pesquisadora aparecia, então, como um símbolo da Ideologia de Gênero tal como afirmou uma das manifestantes: “Ela é personificação da ideologia de gênero, uma falsa acadêmica que defende uma falsa ideologia”⁸⁵. A manifestação, que ocorria em frente ao local do evento, era acompanhada de uma contramanifestação onde, na mesma calçada, ativistas contrárias(os) ao primeiro grupo defendiam as ideias da autora, bem como os ideais de liberdade e democracia. Segundo reportagens, ambos os grupos somavam juntos cerca de uma centena de pessoas, embora a petição rejeitando a presença da acadêmica contasse com 320.000 assinaturas. O cenário descrito é o seguinte:

Do lado de fora do Sesc, relacionavam Butler à pedofilia e à zoofilia. Munidos de cruzes, terços, Bíblias e bandeiras do Brasil, pregavam o projeto *Escola Sem Partido* e rejeitavam a “ideologia de gênero” nas escolas. O *gran finale* foi quando queimaram uma boneca de uma bruxa que representava a filósofa — algo que fez seus oponentes lembrarem da inquisição da Idade Média, quando

⁸⁴https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html
<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2017/11/filosofa-judith-butler-e-recebida-no-brasil-sob-gritos-de-bruxa-pro.html>

⁸⁵<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2017/11/filosofa-judith-butler-e-recebida-no-brasil-sob-gritos-de-bruxa-pro.html>

queimava-se mulheres acusadas de serem bruxas — ao som da oração do Pai Nosso. "Queimem a bruxa!", gritavam. "O Brasil é um país conservador, contra a ideologia de gênero. Fora Butler!", discursavam. "Homem é homem, mulher é mulher, e aqui no Brasil você não faz o que quer!", cantavam. "Você não foi aceita nem no seu país e quer ser aceita no Brasil? Fora Butler!", bradavam. (EL PAÍS, 2017, s/p).

Não parece ser coincidência que os manifestantes tenham invocado o evento histórico da “queima das bruxas” no seu protesto. Como já apontara Grosfoguel (2016) este evento seria um dos quatro fundantes da estrutura moderna/colonial de produção de conhecimento nas universidades atuais. Silvia Federici (2017) no livro “Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva” se debruça intensamente neste trágico acontecimento histórico. A autora relaciona a escravização dos africanos e dos povos originários de Abya Yala com a caça às bruxas na Europa e demonstra de que maneira ambos os eventos serviram como forma de acumulação primitiva no processo de expansão capitalista. Ela afirma:

As figuras correspondentes à típica bruxa europeia não foram, portanto, os magos do Renascimento, mas os nativos americanos colonizados e os africanos escravizados que, nas *plantations* do Novo Mundo, tiveram um destino similar ao das mulheres na Europa, fornecendo ao capital a aparentemente inesgotável provisão de trabalho necessário para a acumulação. Os destinos das mulheres na Europa e dos ameríndios e africanos nas colônias estavam tão conectados que suas influências foram recíprocas. (FEDERICI, 2017, p. 357).

A caça às bruxas na Europa significou, entre outras questões, a expropriação de um patrimônio empírico de saber e um grande capítulo na história da sexualidade. Em relação ao primeiro aspecto, Silvia Federici argumenta que historicamente a bruxa era a adivinha, a feiticeira, a parteira ou a médica e que, com a perseguição à curandeirismo popular, “as mulheres foram expropriadas de um patrimônio de saber empírico, relativo a ervas e remédios curandeiros, que haviam acumulado e transmitido de geração a geração” (FEDERICI, 2017, p. 364). Este acontecimento levanta, porém, a questão sobre a relação da caça às bruxas e o surgimento da ciência moderna. A autora entende que há dois pontos de vista sobre essa questão. O primeiro seria a teoria de que a racionalidade científica teria justamente imposto o fim à perseguição a essas mulheres. Federici (2017) discorda ao argumentar que não há qualquer prova de que aqueles que promoveram a nova ciência teriam falado em defesa das mulheres. Ao contrário, muitos filósofos mecanicistas apoiavam fortemente a caça às bruxas, enquanto outros, como Descartes, declararam-se agnósticos sobre o assunto. O segundo ponto sustentaria, de forma oposta, que o surgimento do método científico moderno seria um dos fatos que legitimaram a caça às bruxas. Este argumento é defendido por Carolyn Merchant, e para Silvia:

As considerações de Merchant têm o grande mérito de desafiar a suposição de que o racionalismo científico foi um veículo de progresso, centrando nossa atenção sobre a profunda alienação que a ciência moderna instituiu entre os seres humanos e a natureza. Também associa a caça às bruxas à destruição do meio ambiente e relaciona a exploração capitalista do mundo natural à exploração das mulheres. (FEDERICI, 2017, p. 366).

Entretanto, a autora discorda que o racionalismo científico teria sido a causa imediata das perseguições. Para ela, haveria aí uma mistura de elementos do “mundo fantástico do cristianismo medieval”, aliados a argumentos racionalistas e procedimentos burocráticos modernos das cortes europeias. Federici (2017) acredita que o grande motivo das perseguições seria a preservação do poder político e econômico das elites europeias que precisavam eliminar certo modo de existência que as ameaçava.

A respeito da questão da sexualidade, Silvia Federici faz uma crítica precisa aos estudos de Michel Foucault que, ao ignorar este evento, precarizou suas análises. Ela afirma que a caça às bruxas teria sido o prelúdio de certa moralidade que transformaria a atividade sexual feminina em um trabalho a serviço da procriação e dos homens. O mito da bruxa velha evidenciaria a repulsa às atividades sexuais não reprodutivas que começava a ganhar força na época e a figura da besta ou do demônio estaria intimamente identificada com a sexualidade feminina. Este evento também fora o veículo que levaria a cabo uma reestruturação da vida sexual ajustada à nova disciplina capitalista do trabalho. Sendo assim, “criminalizava qualquer atividade sexual que ameaçasse a procriação e a transmissão da propriedade dentro da família ou que diminuísse o tempo e a energia disponíveis para o trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 349-350).

Não só a sexualidade das mulheres é que estava em jogo, uma vez que a condenação recaía sob qualquer ato sexual não produtivo, o que inclui, invariavelmente, a homossexualidade. Até então, segundo consta em sua obra, as práticas homossexuais não eram condenáveis em diversos países da Europa e teriam começado a receber este julgamento a partir da época das caças às bruxas. Como um dos exemplos apresentados sobre a ressonância deste evento na atualidade, Federici (2017) afirma que a ofensa estadunidense utilizada para desqualificar pessoas LGBTQIA+ é “Faggot”, um termo que remete ao fato de que os homossexuais, eventualmente, eram utilizados para acender a fogueira onde as bruxas seriam queimadas.

Para além da condição de que a prática sexual servisse a fins de reprodução, a autora enfatiza que é neste período que os direitos reprodutivos das mulheres europeias passam a ser alvo de ataques. Diante de uma crise demográfica que ocorrera nos séculos XVI e XVII, tanto na Europa quanto na América, o Estado teria começado a se preocupar

com a questão do regulamento da natalidade na população. Mais uma vez contrariando Foucault – que centralizou a partir do aspecto da fome europeia – para Federici é nesse momento que emerge o regime do biopoder:

Em menos de um século, contando a partir da chegada de Colombo ao continente americano, o sonho dos colonizadores de uma oferta infinita de trabalho (...) foi frustrado. Os europeus haviam trazido a morte à América. (...) Esta é também a estimativa de Andre Gunder Frank, que escreve que, “em menos de um século, a população indígena caiu cerca de 90% (...) O clero explicou esse “holocausto” como sendo um castigo de Deus pelo comportamento “bestial” dos índios (...) Além disso, na década de 1580, a população começou a diminuir também na Europa Ocidental e continuou assim até o início do século XVII, (...) Com exceção da Peste Negra (1345–1348), essa foi uma crise populacional sem precedentes. As estatísticas, realmente atrozes, contam apenas uma parte da história. A morte recaiu sobre “os pobres”. (...) O ápice da crise demográfica e econômica foram as décadas de 1620 e 1630. (...) É nesse contexto que o problema da relação entre trabalho, população e acumulação de riquezas passou ao primeiro plano do debate e das estratégias políticas com a finalidade de produzir os primeiros elementos de uma política populacional e um regime de “biopoder”. (FEDERICI, 2017, p. 366).

Segundo Federici, até a Idade Média, as mulheres cis europeias podiam usar métodos contraceptivos, além de terem o total controle sobre o parto. Mas é a partir do século XVI que os seus úteros passam a ser controlados pelos homens e pelo Estado, sendo colocados a serviço da acumulação capitalista. Estão catalogados e eram extensos os conhecimentos dessas mulheres em relação às técnicas contraceptivas que lhes conferiam autonomia em relação ao nascimento de seus filhos. Federici explica que, com a criminalização, alguns destes saberes foram expropriados de tais mulheres.

A partir desse momento, os crimes reprodutivos ocuparam um lugar de destaque nos julgamentos. No século XVII, as bruxas foram acusadas de conspirar para destruir a potência geradora de humanos e animais, de praticar abortos e de pertencer a uma seita infanticida dedicada a assassinar crianças ou ofertá-las ao demônio (FEDERICI, 2017, p. 324).

Mesmo assim, a autora aponta que muitos destes conhecimentos resistiram ao epistemicídio e foram conservados, transmitidos e praticados na clandestinidade. O argumento de que estas mulheres cometiam infanticídio era intensamente presente nas acusações e era utilizado com fins de demonizar os métodos contraceptivos e a prática do aborto. Nos séculos XVI e XVII mais mulheres foram condenadas e executadas por bruxaria e infanticídio do que por qualquer outro crime (FEDERICI, 2017).

De fato, para os manifestantes “Fora Butler”, o que estava em jogo diante da presença da pesquisadora era uma ameaça aos valores do que consideram ser uma família tradicional e uma afronta à inocência das crianças. Este discurso parece estar presente nas diversas investidas contra pesquisas e pesquisadoras(es) que abordam os temas de gênero

e sexualidade. Parece ser o caso do que também ocorreu com a acadêmica brasileira Tatiana Lionço, que após realizar uma fala no “IX Seminário LGBT: Respeito à diversidade se aprende na infância” da Câmara dos Deputados em 2012 vem sofrendo uma série de ataques.

Tatiana Lionço (2018) se descreve como uma mulher cis, branca, mãe de duas crianças, heterossexual, apartidária, pesquisadora em gênero e sexualidade, ativista feminista, em direitos sexuais e no enfrentamento da homofobia. Para além disso, também é doutora em psicologia e professora do Departamento de Comunicação Organizacional da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. A fala que realizara para o referido evento em 2012 tinha a finalidade de discutir a sexualidade na infância e na adolescência em sua relação com a homofobia. Seu discurso, porém, parece ter horrorizado alguns políticos presentes e supostamente, em especial, o até então deputado federal – e agora atual presidente – ██████████. Este deputado supostamente publicara um vídeo de conteúdo difamatório contra acadêmicas(os) e ativistas comprometidos com o enfrentamento da homofobia a partir da edição de filmagens do seminário, supostamente descontextualizando argumentos e supostamente atribuindo legendas interpretativas que distorciam o sentido das arguições (LIONÇO, 2018).

Foi assim que a pesquisadora começou a enfrentar o que descreve como um processo de difamação crescente na Internet, que inclui diversas menções associando a sua figura como “potencializadora da infração moral, da pedofilia, do abuso (...)” (LIONÇO, 2018, p.78) e que é acompanhado de uma série de ataques e ameaças a sua pessoa. Estes acontecimentos e a maneira como Lionço resiste e se posiciona diante deles é o tema do livro escrito por ela mesma, intitulado “Contra a Má-Fé: Conjurações de uma acadêmica de Ação Direta”. Como ela explica logo na apresentação, sua obra é um protesto, em vários sentidos:

Este livro é um protesto contra a ascensão conservadora que recai sobre o cenário político brasileiro contemporâneo. É um protesto contra o discurso de ódio e contra as difamações que configuram tendências atuais do debate público na lógica do vexame na era da Internet. É um protesto contra a apatia de parcela significativa da academia brasileira diante da gravidade da ofensiva antidemocrática que assola o Brasil. É um protesto contra a entrega da intelectualidade brasileira para a meritocracia do produtivismo acadêmico quantificável protocolarmente. É um manifesto pela implicação na luta política em defesa da democracia, custe o que custar à reputação da elite intelectual diante da sociedade da moral e dos bons costumes. (...) É um manifesto pelo respeito a um modo de entender a universidade e a atividade acadêmica em conexão com as demandas urgentes da sociedade. (...) Este livro é registro de ações diretas de uma acadêmica feminista. É obra de uma acadêmica de ação direta. (LIONÇO, 2018, p. 9).

É, enfim, um grito de Tatiane que resiste ao silenciamento que tentaram e seguem tentando lhe impor. Para além dos relatos, a pesquisadora realiza algumas análises sobre o que sustenta os próprios ataques que tem vivido. Mais uma vez, o ataque a uma suposta ideologia de gênero recebe destaque. Entre aqueles que assumem essa posição como protagonistas estaria determinado grupo de fundamentalistas cristãos pentecostais e católicos. Lionço explica que:

Enquanto para os primeiros [neopentecostais] a ocupação de cargos públicos é uma estratégia prioritárias, para os segundos [católicos] o mais relevante seria formar opinião de suas próprias comunidades de base, embora também tenham mobilizado o repúdio à discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas e feito explícitos alertas de risco associados ao Plano Nacional de Educação, efetivando, por meio da aliança com a bancada fundamentalista no Congresso Nacional, a retirada do eixo estratégico gênero por meio da alegação da inaceitabilidade da recém denominada “ideologia de gênero”. (LIONÇO, 2018, p 132).

A pesquisadora aponta que é um livro acadêmico escrito pelo argentino Jorge Scala, cujo título traduzido ao português é “Ideologia de Gênero – neototalitarismo e a morte da família”, a leitura de referência dos católicos contra os direitos sexuais e reprodutivos e antifeministas. Segundo Leandro Colling (2018) – autor de um dos prefácios da obra de Lionço (2018) e pesquisador que tanto estava presente no dia da fala na Câmara dos Deputados, como também recebera ataques por conta de suas produções acadêmicas nos estudos queer – este livro encontra em outro o seu “casamento perfeito”. Trata-se da obra intitulada “A estratégia – o plano dos homossexuais para transformar a sociedade” de autoria do reverendo estadunidense Louis P. Sheldon, publicado no Brasil em 2012 – mesmo ano do seminário em que Tatiana palestrara. À época, Colling fazia parte do Conselho Nacional LGBT e na condição de conselheiro fora escolhido para realizar um parecer sobre este livro. O parecer desaprovava o conteúdo da publicação e fora encaminhado à justiça brasileira junto a solicitação de proibir sua circulação – o que não ocorreu. O argumento de Colling seria de que “O livro tem servido para fomentar o ódio (...) para com qualquer pessoa que não viva dentro de um conjunto bem rígido de normas ligadas com gênero e sexualidade.” (COLLING, 2018, p. 26). Segundo o prefaciador, este livro ajuda a revelar o porquê de hoje estarmos vendo no Brasil uma grande articulação de certos fundamentalistas no intuito de barrar o avanço de direitos para a população LGBT e de pautas feministas. Esta publicação que é fruto de tal articulação seria um episódio possível de ser pensado como um prenúncio do que

aconteceu e do que ainda aconteceria em relação às disputas sobre essa temática. Ele explica que:

Na obra, o reverendo Sheldon tem o explícito objetivo de convocar todos os religiosos do mundo para lutar contra os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ou qualquer outra pessoa que não viva dentro de um modelo muito restrito de heterossexualidade, que pressupõe, por exemplo, o sexo apenas depois do casamento. (...) Tudo isso é feito para atingir o seu grande objetivo: “(...) não são apenas os terroristas estrangeiros que devemos temer hoje. Os radicais mais perigosos que ameaçam nosso estilo de vida são aqueles que vivem entre nós (...) e você pode ter certeza de que eles nos destruirão se não tomarmos medidas para derrotar o movimento radical deles agora” (Sheldon, 2021, p.6) (COLLING, 2018, p. 27).

O pesquisador brasileiro relata que o reverendo defende que a homossexualidade volte a ser considerada uma doença e que o próprio já realizara, em sua igreja nos Estados Unidos, as chamadas “terapias recuperadoras”. Esse combate giraria em torno do risco que nós, LGBTQIA+, oferecemos para a sociedade, uma vez que Sheldon afirma que desejamos “destruir a família” através da disseminação de uma “cultura de morte”. Diante disso, na mesma obra, o reverendo:

(...) ataca toda e qualquer ação nas escolas e universidades que vise o respeito à diversidade sexual e de gênero. É exatamente isso que os fundamentalistas estão fazendo ao atacar Tatiana e outras pessoas pesquisadoras no Brasil. Sheldon diz que essas ações teriam o objetivo de ensinar os estudantes a serem homossexuais e de promover a homossexualidade. (...) também ataca e conclama as pessoas a se unir contra o Estado Laico. (...) Além de atacar todas as pessoas que vivem e famílias diferentes da nuclear burguesa, vincula a decadência da sociedade com a conquista das mulheres (p.39), ataca os adeptos do “amor livre” (p.69) e (...) diz que as jovens usam roupas muito curtas e estimulam os homens (p.190). Por fim, ainda critica durante os negros “de esquerda” que defendem os direitos de pessoas LGBT. (COLLING, 2018, p. 28).

Para Ochy Curiel (2013), a família nuclear “tradicional” constitui um pilar central do regime heterossexual e é um dos tentáculos de sustentação da ideia e da unidade de nação. A ciência ocidental e a Igreja Católica, por sua vez, seriam grandes instituições responsáveis por sustentar este ideal de família - que é heterossexual, classe média, branca e monogâmica. A Igreja justificaria que essa família é a origem da vida e a célula fundamental da sociedade, atribuindo a ela o estatuto de sagrada. A imposição do matrimônio heterossexual, como estabelece o Conselho de Trento, teria o fim de “civilizar” a sociedade. Desde o século XVI essa instituição teria se dedicado em promover a construção da família patriarcal e monogâmica.

Já a ciência ocidental, explica Curiel, também teria se ocupado de sustentar o discurso sobre esse ideal de família a partir do momento em que a definira com base na

filiação ou na descendência, organizada em torno da consanguinidade, e pela aliança que se institui pelo matrimônio ou pela afinidade. A autora ainda afirma que a mesma lógica do regime heterossexual é a que rege o paradigma moderno, onde há a necessidade da imposição de um “um universal” em contraponto “às(aos) outras(os)”:

O paradigma moderno se concebeu como algo único, desde UM-centro-Europa, o UM-homem, o UM e o outro, a outra só foi possível apenas e sempre em função desse UM (...) Ao mesmo tempo, esse “um” precisa dos outros, e as outras os criam incessantemente, ainda que os explorem e os discriminem, precisamente para que se fiquem centro. Esse mecanismo é, precisamente, uma das bases ontológicas da modernidade. Aqueles que foram considerados os outros, as outras, se converteram em "sua necessidade", pois, desde esses "outros e outras", considerados não aptos para o projeto, essa modernidade foi possível. Essa é a sua base ontológica. Essa é a mesma lógica em que se baseia o regime heterossexual, como afirmamos anteriormente: para sua sustentabilidade ele precisa do diferente e o torna outra, econômica, linguística, política e simbolicamente. (CURIEL, 2013, p. 122).⁸⁶

O ideal de família nuclear, patriarcal e heterossexual se conecta com o ideal de nação à medida em que a primeira se constitui como um elemento pré-contratual da segunda, de forma que ambas compartilham dos mesmos princípios morais. Referenciando Butler, Curiel recorre às suas reflexões em relação à relutância em se aprovar as uniões homoafetivas e a adoção de crianças por esses pares. Para Butler (2007 *apud* Curiel, 2013) o reconhecimento dessas uniões significaria uma desvalorização do matrimônio heterossexual que, por sua vez, sustenta a ideia de família do projeto nacional. Ochy Curiel concorda com Butler na sua afirmação de que a prole ocupa o lugar de quem transfere e reproduz a cultura de uma nação que implica na conservação de normas implícitas de dominação e pureza racial. Acrescenta, entretanto, que nos contextos latino-americanos e caribenhos, somam-se ainda as ideologias morais e religiosas, além do fato de que a negativa da adoção também implicaria em questões de propriedade historicamente transmitidas através do núcleo familiar “tradicional”.

A questão da pureza racial também é colocada pela autora a partir da leitura de Breny Mendoza (2001) em seu ensaio sobre a mestiçagem em Honduras. Embora suas análises sejam focadas no contexto hondurenho, Curiel (2013) acredita que suas

⁸⁶ Tradução livre. No original: “El paradigma moderno se concibió como algo único, desde UN-centro-Europa, el UNO-hombre, lo UNO el otro, la otra ha sido posible solo y en función siempre de ese UNO (...) A la vez, este “uno” necesita de los otros, y las otras les crean incesantemente, aunque les explote y discrimine, precisamente para ubicarse en el centro. Este mecanismo es, precisamente, una de las bases ontológicas de la modernidad. Quienes han sido considerados los otros, las otras, se convirtieron en “su necesidad” pues desde esos “otros y otras”, considerados no aptos para el proyecto, esa modernidad ha sido posible. Ésta es su base ontológica. Ésta es la misma lógica en la que se basa el régimen heterossexual, como hemos planteado anteriormente: para su sostenibilidad necesita de lo diferente, y le hace otra, económica, lingüística, política y simbólicamente.”

considerações também podem ser observadas em outras realidades do Caribe e de Abya Yala. Entendendo mestiçagem como um dispositivo de poder, Mendoza (2001) aponta a vinculação entre conquista, racista e sexualidade a partir da consideração de que a(o) mestiça(o) gerada(o) a partir do estupro dos espanhóis às mulheres indígenas é o que fundaria o sistema de castas baseado na pureza de sangue e a estratificação da colônia. Ressalta também o caráter heterossexual e o “fator reprodutivo” da família patriarcal e do sistema de castas na empresa colonial. A autora ainda reflete sobre a relação entre a mestiçagem e a identidade de gênero dos homens mestiços na atualidade. Diante disso, conclui que:

(...) o conceito de mestiçagem tem sido construído como uma categoria heterossexual, dado que leva consigo implicitamente uma política que se concentra no produto híbrido da relação entre o espanhol e a indígena. Nesse sentido, as relações homossexuais, que também foram parte da conquista, são silenciadas e podem ser inclusive consideradas irrelevantes à noção de mestiçagem, porque não são “realmente ameaçadoras” à pirâmide social que se trata de instalar na colônia já que não produzem o mestiço. Significa dizer que as relações homossexuais – apesar de serem tão ilícitas como as interracialis – por serem “infrutíferas”, não conformariam e nem determinariam o sentido de mestiçagem, embora seja importante dizer que, historicamente sua proibição fora indispensável para estabelecer a família patriarcal e monogâmica como pilar principal da sociedade colonial. (MENDOZA, 2001, p. 272-273).⁸⁷

Embora concorde com grande parte das reflexões de Mendoza, Curiel pondera, contrariando este silenciamento, que muitas fontes apontam que a suposta homossexualidade das(os) nativas(os) teria sido denunciada com horror pela Igreja e pela Santa Inquisição como forma de rotular os povos colonizados e escravizados como “imorais, pecadores e, portanto, merecedores de sua sorte” (CURIEL, 2013, p. 146)⁸⁸.

De toda forma, é a partir de reflexões como as apresentadas que Ochy Curiel (2013) aponta para a existência de uma “Nação Heterossexual” – título da sua obra. E para Macedo (2020) a consolidação dessa comunidade imaginada se torna possível a

⁸⁷ Tradução livre. No original: “(...) el concepto de mestizaje ha sido construido como una categoría heterossexual, dado a que lleva consigo implícitamente una política que se concentra en el producto híbrido de la relación entre el español y la india. En este sentido, las relaciones homosexuales, que también fueron parte de la conquista, son silenciadas y pueden ser incluso consideradas irrelevantes en la noción de mestizaje porque no son “realmente amenazantes” a la pirámide social que se trata de instaurar en la colonia ya que no engendran al mestizo.³⁴ Es decir, que las relaciones homosexuales —pese a ser tan ilícitas como las interracialis—, al ser “infructuosas”, no conformarían ni determinarían el sentido del mestizaje, aunque vale decir que, históricamente, su prohibición fue indispensable para establecer la familia patriarcal y monogâmica como pilar principal de la sociedad colonial.”

⁸⁸ Tradução livre. No original: “[Por otro lado, varias fuentes subrayan, al contrario, que la supuesta homossexualidad (y lujuria em general) de las y los nativos fue denunciada con horror, en otros por la Iglesia y la Santa Inquisición, como una manera de presentar los pueblos colonizados y esclavizados] como inmorales, pecadores y, por tanto, merecedores de su suerte.”

partir da instalação e perpetuação da colonialidade da sexualidade que estabelece o padrão mundial da heterossexualidade moldando de forma hierárquica e desigual a vivência de pessoas heterossexuais e não-heterossexuais.

Mas, retornando ao livro do reverendo Sheldon, apesar da obra ser estrutural para o que se constituiu no Brasil como uma cruzada contra a “ideologia de gênero”, não é nesta publicação que a expressão aparece pela primeira vez. Para traçar essa história, Colling (2018) recorre aos proeminentes e profundos estudos de Rogério Diniz Junqueira, pós-doutor e pesquisador do INEP, que vem produzindo uma série de trabalhos sobre a gênese da categoria política “ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2016, 2017a, 2017b, 2017c, 2018).

Diante de tal trajetória é que Junqueira expõe em uma entrevista alguns dados de sua pesquisa (JUNQUEIRA, 2017b). Explica que a primeira vez que o termo aparece é em um documento eclesiástico católico de 1998 como uma nota da Conferência Episcopal do Peru redigida pelo monsenhor Oscar Azamora Revoredo (Bispo Auxiliar de Lima) e intitulada “La ideologia de género: sus peligros y alcances”. A nota, por sua vez, é baseada nos argumentos de uma obra de 1997 chamada “The Gender Agenda” e de autoria de O’Leary, representante da “National Association for Research & Terapy of Homosexuality” (Associação Nacional para Pesquisa e Terapia da Homossexualidade) e do lobby católico “Family Research Council” (Conselho de Pesquisa da Família), além de ser ligada à Opus Dei. Segundo afirma Junqueira, este livro foi traduzido em várias línguas e “tornou-se uma das bíblias do movimento antigênero” (JUNQUEIRA, 2017b). Dessa forma é que Junqueira define a expressão:

“Ideologia de gênero” é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000. Trata-se de um sintagma urdido no âmbito da formulação de uma retórica reacionária antifeminista, sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyla. (JUNQUEIRA, 2017b, s/p).

Karol Wojtyla é o Papa João Paulo II. Na entrevista Junqueira explica que o pontificado ficara marcado pela radicalização do discurso da Santa Sé sobre moralidade sexual e, em especial, em relação ao aborto, a contracepção e a homossexualidade.

(...) Em poucas palavras: Wojtyla, ao fazer da heterossexualidade e da família heterossexual o centro de sua “antropologia” e de sua doutrina, acabou por produzir uma teologia cujos postulados situam a heterossexualidade na origem da sociedade e definem a complementaridade heterossexual no casamento como fundamento da harmonia social. (...) (JUNQUEIRA, 2017b, s/p).

O’Leary, como mencionado, representa uma associação que, da mesma forma que prega o reverendo Sheldon, propõe práticas de cura para a homossexualidade. Embora a noção de doença atribuída às sexualidades não-cis-heterossexuais tenha sido concebida dessa maneira séculos após o período considerado como o de início da Modernidade/Colonialidade (final do século XV), ela só teria sido possível mediante uma ideia anteriormente elaborada. É o que explica Macedo (2020) ao afirmar que haveria uma transição discursiva europeia que indicaria uma passagem do paradigma do pecado para o de doença – sem que o primeiro, entretanto, fosse dissolvido. Fazendo referência ao trabalho de Saunders (2017 *apud* Macedo, 2020), a pesquisadora aponta que foi na tentativa de diferenciar os brancos cristãos privilegiados de todos os “outros” que se produzira um grupo generificado, sexualizado e racializado que seria inscrito fora do “mundo humano”.

Nessa transição de projeção discursiva europeia, da religiosa para a científica (sem acabar totalmente com a primeira), a não-heterossexualidade passou a ser vista como doença, a ser classificada, estudada e regulada por diferentes campos científicos. E por meio da “missão civilizadora/normalizadora” e da colonialidade do saber, impôs-se, a partir do processo de colonização das Américas, como o padrão mundial de sexualidade. (MACEDO, 2020, p. 66).

Macedo explica que este processo implicou na imposição vigilante de uma binaridade de gênero. E, para além disso, também resulta em uma série de consequências como, por exemplo, as implicações nas vivências lésbicas diante da imposição de uma associação indiscriminada entre os papéis e as expressões de gênero. Esta imposição é historicamente datada e, para Macedo, “as raízes dessa percepção se encontram no processo de colonialidade do saber que, por meio do ‘saber científico’, patologizou lesbianidades de acordo com essa categorização binárias” (MACEDO, 2020, p. 85). A pesquisadora, que entrevistou mulheres lésbicas brasileiras, percebeu em suas falas que existia uma relação direta entre a maneira de se vestir, se maquiar ou não, os modos de andar e se sentar, entre outras expressões de gênero, com a imposição de uma correspondência sobre o respetivo papel de gênero (cuidar/prover, ser agressiva/dócil, expansiva/introspectiva etc.).

A falta dessa correspondência pode gerar sofrimento para as mulheres lésbicas, uma vez que se espera de nós que assumamos um comportamento enquadrado dentro dessa norma de binaridade. A autora também faz referência em sua tese a uma pesquisa que realizara em 2017 junto com Raíla Alves onde uma das mulheres lésbicas brancas entrevistada falara sobre o incômodo que sentia ao perceber que o modo como se vestia

criava uma expectativa de que ela deveria também agir de forma masculinizada. Para Macedo:

É possível identificar uma correlação entre o que narra a entrevistada e as origens da colonialidade do saber, que estabeleceu a não-heterossexualidade enquanto crime, que distinguia as mulheres não-heterossexuais entre aquelas consideradas mais femininas (por contágio) e as mais masculinas (congenitas), sendo que estas últimas eram de maior interesse desde uma construção do discurso “científico”. (MACEDO, 2020, p. 86).

Essa imposição, porém, incide de maneira diferente sobre os corpos de mulheres lésbicas brancas, negras ou indígenas. Ainda em sua pesquisa, Ana Cláudia Macedo explica o quanto a perspectiva de gênero das lesbianidades está necessariamente interseccionada com os aspectos raciais. Uma das entrevistadas, que era uma mulher lésbica negra, relatou sobre seu incomodo ao ter de responder à pergunta no formulário referente a autoidentificação da expressão de gênero. Explicou então, que por mais que se identifique como uma sapatão que performa a feminilidade, as mulheres negras sempre foram negadas do que se espera ser uma mulheridade⁸⁹. Do ponto de vista hegemônico branco, relata, ela não tem lugar em uma expressão de gênero dita feminina. Não à toa, conta já ter sido confundida com um homem em mais de uma ocasião e, por isso, respondeu na referida questão que para ela a pergunta “não se aplica”. (MACEDO, 2020).

Essa constatação vai ao encontro do que foi apontado por Lugones (2014; 2019): para os colonizadores, as mulheres negras e indígenas eram consideradas apenas “fêmeas”, por não serem sequer consideradas como humanas. Yuderkys Espinosa concorda com Lugones (2014; 2019) e acrescenta que a partir das dicotomias cultura/natureza, humano/não humano, civilização/barbárie, produzidas a partir da colonialidade do saber, as(os) nativas(os) de África e Abya Yala estavam localizadas(os) muito mais próximas(os) das bestas do que do “humano”. Realizando uma crítica ao feminismo hegemônico ocidental que buscava uma origem comum de opressão às mulheres, propõe um olhar sobre o estudo da opressão de gênero que não se desvincule do estudo do racismo para apontar que “não se trata de intersecções ou entrecruzamentos, mas sim de uma mesma matriz, a matriz moderno-colonial racista de gênero” (ESPINOSA, 2016, p. 154)⁹⁰. Nesse sentido a opressão de gênero e/ou de sexualidade não há como ser separada da opressão de raça, uma vez que derivam de uma mesma matriz de poder que é o moderno-colonial. E é por conto disso que para a autora não há

⁸⁹ Performance do papel de gênero feminino.

⁹⁰ Tradução livre. No original: “no se trata ya de intersecciones o entre cruzamientos sino de una misma matriz, la matriz moderno-colonial racista de género.”

como falar em “mulheres” de uma maneira universal, tendo em vista que isso implicaria em simplesmente ignorar “as prerrogativas de classe, raça/etnia e hegemonia heterossexual que dividem as ‘mulheres’ do Sul (assim como as do Norte)” (ESPINOSA, 2016, p. 154).⁹¹

Na esteira do pensamento de que as dicotomias hierárquicas de gênero foram impostas em África e Abya Yala a partir dos processos coloniais estão as já referidas teóricas Maria Lugones (2014;2019) e Oyéronké Oyewùmi. (2004). Rita Segato (2014) e Julieta Paredes (2008), no entanto, afirmaram a existência de hierarquias pautadas na diferença sexual que seriam anteriores às invasões, mas que não por isso os processos coloniais teriam deixado de impactar as relações pautadas nessas diferenças. Segato (2014), por exemplo, considera que, apesar de ser possível identificar uma organização patriarcal nas sociedades indígenas e afro-americanas, essas seriam de baixa intensidade se em comparação com a da matriz moderna/colonial.

Independente de quando ou onde estas estruturas hierárquicas de gênero e sexualidade começaram a ser impostas – o que, na verdade, é impossível de responder de forma generalizada, pois é específico em cada localidade – é fato que as tentativas de submissão e aniquilação direcionadas às mulheres e pessoas LGBTQIA+ no Sul Global possuem uma longa história e ainda seguem ocorrendo. Todo esse esforço, ontem e hoje, não foi o suficiente para que nos impedissem de continuarmos resistindo. Os conhecimentos que dizem de nosso potencial rebelde e insubmisso sofrem constantes investidas de silenciamento e apagamento como efeito da Colonialidade do Saber. O feminismo ocidental branco, infelizmente, acaba muitas vezes contribuindo com esse processo. É o que denuncia Chandra Mohanty (2008) em seu artigo “Bajo los ojos de occidente”. Para a teórica, essas investidas coloniais não são exclusivas das mulheres dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, sendo também perpetuadas por feministas brancas acadêmicas da classe média urbana africanas, asiáticas e latino-americanas (como eu). Ao falarmos sobre a “Mulher do Terceiro Mundo” como um sujeito monolítico e assumindo nossas próprias vivências privilegiadas como norma já estaríamos reproduzindo aquilo que denomina como colonialidade discursiva. (MOHANTY, 2008). Mais do que isso, ao analisar uma série de trabalhos publicados com esse viés, Mohanty demonstra o quanto as mulheres terceiro-mundistas são constantemente fixadas em um lugar da vitimização:

⁹¹ Tradução livre. No original: “a las prerrogativas de clase, raza/etnia y hegemonía heterossexual que dividen a las “mujeres” del Sur (así como a las del Norte).”

(...) como resultado das duas formas, ou mais concretamente, dos dois marcos de análise descritos antes, se assume uma noção homogênea da opressão das mulheres como grupo, que por sua vez produz a imagem de uma “mulher média do terceiro mundo”. Essa mulher média do terceiro mundo leva uma vida essencialmente truncada devido ao seu gênero feminismo (leia-se sexualmente constrangida) e seu pertencimento ao terceiro mundo (leia-se pobre, sem educação, limitada pelas tradições, doméstica, restringida à família, vítima etc.). Isso, sugiro, contrasta com a autorrepresentação (implícita) da mulher ocidental como educada, moderna, no controle de seu corpo e de sua sexualidade e com liberdade de tomar suas próprias decisões. (MOHANTY, 2008, p. 6-7).⁹²

Embora a autora afirme que, obviamente, existe um potencial de violência masculina que oprime as mulheres de maneira geral e define sua posição social até certo ponto, defini-las como “vítimas arquetípicas” recai sobre uma divisão binária da sociedade onde existiria somente aqueles que detém o poder e aquelas que dele carecem. Quando o que realmente importa “é a gama complexa e histórica de diferenças de poder, de elementos comuns e de resistências existentes entre as mulheres africanas, gama que constrói as mulheres africanas como ‘sujeitos’ de sua própria política”. (MOHANTY, 2008, p.7).^{93 94}

Nesse sentido, é importante lembrar que os movimentos de resistência às normas de gênero, sexualidade, raça e etnia impostos pelo Sistema/Mundo Moderno-Colonial não são de hoje. Macedo (2020), em uma crítica às teorias dos movimentos sociais – a saber: a Teoria de Mobilização de Recursos, a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais –, ressalta que taxar os movimentos “identitários” como um algo exclusivo da contemporaneidade e considerá-los como menos relevantes é reproduzir a lógica da colonialidade.

É adotar um discurso, uma premissa, segregar e ignorar a perspectiva da “imbricação das opressões” ou a própria conformação do sistema colonial-moderno (...) calcado em raça, gênero e sexualidade como construções inerentes às estratégias para dominação de territórios, corpos e espíritos (...) É ignorar, ou não creditar devida importância, que a própria constituição do

⁹² Tradução livre. No original: “(...) como resultado de las dos formas, o más concretamente, los dos marcos de análisis descritos antes, se asume una noción homogénea de la opresión de las mujeres como grupo, que a su vez produce la imagen de una “mujer promedio del tercer mundo”. Esta mujer promedio del tercer mundo lleva una vida esencialmente truncada debido a su género femenino (léase sexualmente constreñida) y su pertenencia al tercer mundo (léase ignorante, pobre, sin educación, limitada por las tradiciones, doméstica, restringida a la familia, víctima, etc.). Esto, sugiero, contrasta con la autorepresentación (implícita) de la mujer occidental como educada, moderna, en control de su cuerpo y su sexualidad y con la libertad de tomar sus propias decisiones.”

⁹³ Tradução livre. No original: “Lo que importa es el rango complejo e histórico de diferencias de poder, de elementos comunes y de resistencias existentes entre las mujeres africanas, rango que construye a las mujeres africanas como “sujetos” de su propia política.”

⁹⁴ Nesta citação específica, a autora se refere às mulheres africanas. Ao longo do texto, porém, é possível compreender que este enunciado tem validade também em relação às mulheres latino-americanas e asiáticas que são reduzidas ao lugar de “mulheres do terceiro mundo”.

sistema capitalista baseia-se em discursos científico e/ou religioso que interferiam diretamente no “mundo da vida”, a exemplo do racismo científico e da condenação da sodomia pelo Santo Ofício. Caracterizá-los como novos é ignorar históricas mobilizações e resistências às dominações desde os períodos coloniais. (...) Reconhecê-los como saberes situados é também uma possibilidade de compreensão de porquê classificam movimentos como o feminista, negro, LGBT, indígena, quilombola como movimentos meramente “identitários” em contraposição a movimentos reivindicatórios. (MACEDO, 2020, p. 37).

Assim, podemos considerar que as tentativas de silenciar os conhecimentos produzidos em prol dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ seguem ocorrendo simplesmente pelo fato de tais tentativas estarem falhando miseravelmente durante os pelos menos cinco séculos de suas empreitadas. Embora as perdas sejam consideráveis, os gritos e vozes seguem ressoando e atravessam a história por mais que os projetos contra a “ideologia de gênero” sigam sendo renovados e atualizados. A própria existência documentada dos corpos insubmissos é, por si só, um ato de resistência. Como nos lembra Cheryl Clarke, que também é referenciada por Macedo (2020):

Ser lésbica em uma cultura tão supremacista – machista, capitalista, misógina, racista, homofóbica e imperialista como a dos Estados Unidos - é um ato de resistência – uma resistência que deve ser acolhida através do mundo por todas as forças progressistas. (...) Ela tem se rebelado contra sua prostituição ao amo escravista, isto corresponde à fêmea heterossexual que depende do homem. Essa rebelião é um negócio perigoso no patriarcado. (...) A lésbica tem conseguido resistir ao imperialismo do amo nesta esfera de sua vida. A lésbica tem descolonizado seu corpo. Ela tem rechaçado uma vida de servitude que é implícita nas relações heterossexistas/heterossexuais ocidentais e tem aceitado o potencial de mutualidade de uma relação lésbica – não obstante os papéis. (CLARKE, 2012, p.1).⁹⁵

De toda forma, os argumentos aqui apresentados sobre os fundamentos do combate à chamada “ideologia de gênero” também parecem ser o ponto central daquilo que o movimento Escola sem Partido diz querer enfrentar. Como uma de suas principais frentes, o movimento buscaria a retirada dos termos referentes à identidade de gênero e orientação sexual dos planos de ensino nas escolas. Em um estudo sobre o assunto, Sevilla e Seffner (2017) afirmam que nos sites de divulgação do projeto, bem como nas diversas reportagens midiáticas disponíveis sobre o tema, as justificativas “giram em torno dos

⁹⁵ Tradução livre. No original: “Ser lesbiana en una cultura tan supremacista— machista, capitalista, misógina, racista, homofóbica e imperialista como la de los Estados Unidos, es un acto de resistencia— una resistencia que debe ser acogida a través del mundo por todas las fuerzas progresistas. (...) Ella se ha rebelado contra su prostitución al amo esclavista, ésta corresponde a la hembra heterosexual que depende del hombre. Esta rebelión es un negocio peligroso en el patriarcado. (...) La lesbiana (...) ha logrado resistir el imperialismo del amo en esa esfera de su vida. La lesbiana ha descolonizado su cuerpo. Ella ha rechazado una vida de servidumbre que es implícita en las relaciones heterossexistas/heterossexuales Occidentales y ha aceptado el potencial de la mutualidad en una relación lésbica— no obstante los papeles.”

seguintes argumentos: defesa da família, restrição do poder do Estado, e da confusão gerada pela discussão do que eles chamam de ‘ideologia de gênero’” (SEVILLA E SEFFNER, 2017, p. 5).

Lionço (2018), a partir de um profundo estudo e de pesquisas sobre tema, resume aquilo que entendera por “ideologia de gênero” como: “uma imposição totalitária, ditatorial, visando uma sociedade marxista, revolucionária, ateia, nefasta, perversa e iníqua por meio de concepções falsas, artificiais, antinaturais e esdrúxulas, que tornam a vida doente, aberrante e imoral” (LIONÇO, 2018, p. 133). Mas, diferente de Butler, Tatiana Lionço diz não ter sido chamada de bruxa ao lhe acusarem de praticar e propagar essa “ideologia”: “Bruxas? Isso é coisa datada historicamente, hoje estão a caçar demônios e satanás e essas bestas estão supostamente personificadas em pessoas como eu (...)” (LIONÇO, 2018, p. 102).

Acusar uma mulher de “demônio”, entretanto, também é um fato datado historicamente, especialmente se tratando de mulheres em países colonizados. Apesar das mulheres europeias, no período da Inquisição, serem constantemente acusadas de pactos e sacrifícios com/para o diabo, foi na invasão de Abya Yala que a demonização dos povos que aqui já habitavam toma imensas proporções. Se as bruxas foram acusadas por seus pactos e adorações ao demônio antes das invasões coloniais, esses discursos foram exportados ao “Novo Mundo” de forma a se considerar por parte dos homens europeus que os povos dos continentes da América e da África seriam, enfim, seres propriamente demoníacos. Federici (2017) explica que quando os europeus chegaram no continente americano houve, durante determinado período, uma certa disputa discursiva sobre o lugar das(os) indígenas em suas visões de mundo. Até certo momento, essas narrativas teriam coexistido.

Por um lado, existiria a visão de que seriam seres pacífico, idílicos e fáceis de converter e subjugar. Para a autora, “essa caracterização pode ter sido uma contrapartida retórica da imagem do “selvagem”, expressando assim a incapacidade dos europeus em considerar as pessoas com as quais se encontravam como verdadeiros seres humanos.” (FEDERICI, 2017, p. 384). Essa ideia sustentava a missão dos europeus enquanto salvadores das almas perdidas, caracterizado por massivos batismos e pela tentativa de “convencer os “índios” a mudarem seus nomes e a abandonarem seus deuses e costumes sexuais, especialmente a poligamia e a homossexualidade” (FEDERICI, 2017, p.385). Por outro, havia a narrativa de que as(os) indígenas(os) eram criaturas possuídas pelo demônio e que cometiam todo o tipo de pecado – o que justificaria, enfim, os horrores

praticados contra elas. À medida que os processos de conquista se intensificavam, essa visão se tornou predominante.

(...) colocou- -se em marcha uma máquina ideológica que, complementando a máquina militar, retratava os colonizados como seres “imundos” e demoníacos, praticantes de todo tipo de abominações, enquanto os mesmos crimes que antes haviam sido atribuídos a falta de educação religiosa — sodomia, canibalismo, incesto, “travestismo” — eram agora considerados provas de que os “índios” se encontravam sob o domínio do diabo e que, portanto, poderiam ser justificadamente privados de suas terras e de suas vidas (FEDERICI, 2017, p. 385-386).

As altas taxas de mortalidade, seja na forma dos assassinatos ou das pandemias, passam a ser explicadas pelos europeus de forma “racional”, uma vez que, sendo criaturas diabólicas, as atrocidades não passariam de castigos divinos. O “Novo Mundo” passa a ser descrito pelos missionários como “a terra do demônio”, o que também teria servido para justificar uma massificação da caça às bruxas no “Velho Mundo”. (FEDERICI, 2017).

Sendo assim, não parece coincidência que os defensores da Ideologia de Gênero acusem Judith Butler de bruxa ao passo que Tatiana Lionço relata em diversas partes de sua obra ter sido acusada de ser uma personificação do demônio. No mesmo período em que ocorriam massacres coloniais em Abya Yala, as bruxas eram queimadas na Europa. Em ambas as tragédias, os genocídios foram acompanhados de epistemicídios pautados em questões de gênero e/ou sexualidade e interseccionadas com os marcadores de raça e etnia. Mesmo aqui, onde os horrores foram praticados contra homens e mulheres – embora não fossem consideradas(os) como tais, mas como machos e fêmeas – existiam questões que diferenciavam tais práticas de opressão. Carla Akotirene é precisa ao afirmar que:

O cisheteropatriarcado refaz, do mesmo modo, o confessionário das misoginias contra as mulheres lésbicas, reestruturando as sistemáticas do colonialismo moderno. Para o pensador decolonial Grosfoguel, genocídio e epistemicídio são estruturas modernas inseparáveis, tais quais sexismo e racismo. Logo, a partir da sua concepção, se as africanas e africanos nas Américas foram impedidos de pensar, orar ou praticar seus fundamentos, submetidos aos racismos epistêmicos religiosos e depois ao racismo de cor, o sexismo fez as mulheres serem queimadas como bruxas na inquisição, destruídas sob a forma de bibliotecas de oralidade, na Europa. Os indígenas, por serem seguidores da espiritualidade não-cristã do sistema do mundo moderno colonial, sofreram a matança que permanece aos não-brancos, implicações políticas esboçadas pelas intersecções coloniais dinamizadas por fluxos identitários. (AKOTIRENE, 2018, p. 24-25).

Beatriz Nascimento (2006) aponta que a sociedade brasileira na época colonial era tão hierarquizada que poderia ser considerada como um sistema de castas, onde

variados grupos sociais desempenhavam papéis rigidamente diferentes. Em um dos polos dessa hierarquia estaria o senhor de terras e, no outro, as pessoas escravizadas. Permeando esse sistema, a sociedade colonial estaria revestida de um caráter patriarcal e paternalista que incide de forma extrema sobre as mulheres. Assim, à mulher branca foi atribuído o papel de esposa do homem branco e mãe de seus filhos, enquanto à mulher negra foi destinado o lugar de fornecedora de mão-de-obra em potencial. A autora explica:

Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra, pode ser considerada como uma mulher essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, como tendo um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher, e, portanto, mãe em potencial de novos escravos, dava-lhe a função de reprodutora de nova mercadoria, para o mercado de mão-de-obra interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão-de-obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro. (NASCIMENTO, 2006, p. 103).

Por conta disso, não há como pensar a categoria de gênero de forma desracializada, uma vez que essa omissão é mais uma das engrenagens que constitui, sustenta, atualiza e permanece ativa na colonialidade:

Diga-se de passagem, iniquidades de gênero nunca atingiram mulheres em intensidades e frequências análogas. Gênero inscreve o corpo racializado. Entretanto, enfoques socialistas encurtados à cantilena de classe negaram humanidades africanas, além do fato de negras serem mulheres e estupros coloniais terem nas transformado em produtoras e reprodutoras de vidas expropriadas no trabalho de parto, e seus filhos em mercadorias as quais, elas, em tese, mães, não tinham o direito à propriedade. É fetiche epistemicida omitirmos clivagens racistas, sexistas e cisheteronormativas estruturadas pelo Ocidente cristão. (AKOTIRENE, 2018, p.19).

E a todo momento eu fico pensando quando o capítulo de gênero e sexualidade deve encerrar para dar início ao de raça e etnia, se o que pretendo fazer é uma análise interseccional. Sendo assim, vou simplesmente continuar o texto no capítulo seguinte.

13. Colonialidade do Saber: Raça e Etnia

É interessante notar que em todos os materiais apresentados – Free to Think 2019 (FONTE 1), Audiência Pública (FONTE 2) e Academic Freedom in Brazil (FONTE 3) – a situação da perseguição a pesquisas e pesquisadoras(es) por conta de questões relativas às relações étnicas-raciais aparece em evidência. No primeiro documento é ressaltado que, durante o período que compreende a pesquisa, a discriminação

sistemática com base no sexo e na raça no ambiente do ensino superior aparece presente entre os 37 relatórios que não se enquadram perfeitamente nas cinco categorias padronizadas. Na Audiência Pública, Maria Filomena Gregori (FONTE 2) afirma que no foco dos ataques à produção do conhecimento estariam as temáticas de gênero e raça. No relatório sobre a liberdade acadêmica no Brasil atual é dito que “Pelo menos 18 instituições de ensino superior receberam ameaças de ataques que ocorreram em 2019 - alguns expressando ódio às mulheres, negros ou à comunidade LGBTQ+” (FONTE 3, 2020, p. 9)⁹⁶ e, fazendo menção ao primeiro documento, afirma que nos casos relatados pela Scholars at Risk, “atos de violência contra mulheres, discriminação contra pessoas negras ou contra a comunidade LGBTQ+ e oposição verbal à legalização das drogas tornaram-se atos de apoio a [REDACTED]” (FONTE 3, 2020, p. 10)⁹⁷.

No Free to Think 2019, questões relativas à etnia aparecem presentes majoritariamente em conflitos dentro de países asiáticos. Como já dito anteriormente, este trabalho não pretende dar conta de tais questões. Sendo assim, os problemas relativos às chamadas questões “étnicas-raciais” serão restritos às discussões que envolvem pessoas negras, brancas e indígenas, independentemente de suas etnias, embora no último caso possa ser necessário especificar este dado.

Apesar das questões étnicas-raciais estarem presentes em todos os materiais, são poucas as ocasiões em que a cor das vítimas é nomeada. Em todo relatório do Free to Think 2019 isso acontece em apenas uma ocasião. Trata-se da denúncia ocorrida com a *peã da casa F4*, nomeada como “uma aluna negra da UNIFOR”⁹⁸ que passou a sofrer um padrão de assédio em que, entre outras coisas, recebera mensagens afirmando que a universidade não era um lugar para pessoas negras. A cor do(s) agressor(es) não é informada. Mais um caso que envolve questões de racismo é citado no relatório: da Torre na casa H4, formada por um grupo de 15 estudantes da Universidade Federal do Pará, que receberam cartas com ameaças a LGBTs, negros e ativistas estudantis.

⁹⁶ Tradução livre. No original: “At least 18 higher education institutions received threats of attacks that would take place in 2019 – some expressing hatred of women, blacks, or the LGBTQ+ community”

⁹⁷ Tradução livre. No original: [In the cases reported by Scholars at Risk,] acts of violence against women, discrimination against people of color or against the LGBTQ+ community, and vocal opposition to drug legalization became acts of support for [REDACTED].”

⁹⁸ Tradução livre. No original: “a black female student from the University of Fortaleza (UNIFOR) reportedly began to suffer a pattern of harassment, including being told by an unidentified individual on campus that the university was no place for black people and that he and others would “cleanse the university” (...) (Free to Think 2019, p. 54)

Na Audiência Pública são diversos os casos citados de pesquisadoras(es) perseguidas(es), tanto no passado quanto no presente. Nenhuma(m) das(os) citadas(os) é uma pessoa preta ou pertencente a alguma etnia indígena⁹⁹. Todas(os) as(os) palestrantes, inclusive as(os) deputadas(os) presentes, eram brancas(os).

Já o Academic Freedom in Brazil traz os dois mesmos casos relativos a agressões racistas expostos no Free to Think 2019, fazendo referência ao documento. No primeiro caso, é dito que a “estudante da UNIFOR” recebera “ameaças racistas” e no segundo que “os representantes estudantis (...) receberam ameaças anônimas por pertencerem à comunidade LGBTQ + ou por serem ativistas ou negros” (FONTE 3 2020, p. 9).¹⁰⁰ Um terceiro e último caso diz respeito a uma(um) das(os) entrevistadas(os) durante a pesquisa, que afirma que por conta de um curso que iria ministrar, um(a) acadêmica(os) e suas(eus) colegas foram “expostos nas redes sociais, em sites [e] sofreram comentários racistas e homofóbicos”¹⁰¹ (FONTE 3, 2020, p. 14).

Embora haja relatos de casos de acadêmicas(os) atacadas(os) por conta de questões raciais, nas ocasiões citadas foi levado em consideração apenas o fato de ser ou não ser de determinada cor e não o conteúdo de trabalhos, cursos ou pesquisas desenvolvidas dentro dessa temática. Da mesma forma, os casos de perseguições a acadêmicas(os) brasileira(os) que ganharam visibilidade e que, por isso, foram citados na Audiência Pública, não são de pessoas negras ou indígenas e tampouco de pessoas que se ocupam da temática das relações étnicas-raciais em suas produções. A uma primeira vista, este dado parece contradizer aquilo que foi afirmado por Maria Filomena (FONTE 2, 2020) em relação a este tema ser um alvo das perseguições no âmbito do conhecimento acadêmico. Isso significa que apenas aquilo produzido por acadêmicas(os) brancas(os) é alvo de ataques no Brasil? E que os temas das relações étnico-raciais não são alvos de perseguições?

Sabemos que não. Historicamente os saberes das populações negras e indígenas foram alvo de uma série de tentativas de epistemicídios acompanhados de práticas genocidas. Na África, Carla Akotirene denuncia que “os povos colonizados herdaram traumas psíquicos, perderam significados espirituais, linguísticos e cosmológicos como

⁹⁹ Embora não seja possível afirmar que todas sejam brancas, uma vez que há os casos de Chico Mendes e Josué de Castro, os quais não me sinto autorizada para afirmar sobre suas identidades raciais.

¹⁰⁰ Tradução livre. No original, respectivamente: “student from the University of Fortaleza (UNIFOR) who received racist threats” e “Student representatives at the Federal University of Pará received anonymous threats for belonging to the LGBTQ+ community or for being activists or people of color.”

¹⁰¹ Tradução livre. No original: “exposed on social media, on websites, [and] suffered racist, homophobic comments linked to extreme right [-wing] ideology.”

parte da subjugação da Europa ao conhecimento de africanas e africanos” (AKOTIRENE, 2018, p. 47). O mesmo podemos dizer que ocorreu em Abya Yala, com as(os) africanas(os) trazidas(os) à força para cá. Aquelas(es) que originalmente já estavam aqui também sofreram similares atentados.

Em artigo intitulado “A pluralidade étnico-indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?”, Edson Kayapó e Tamires Brito (2014) discutem sobre o silenciamento e o preconceito em relação ao estudo e a cultura indígena que foi praticado pelo Estado, pela sociedade e pela escola no território brasileiro. Embora o enfoque do trabalho seja o ambiente escolar, muitas das reflexões traçadas também podem ser pensadas a partir do ambiente universitário. De toda forma, o artigo inicia afirmando aquilo que ainda precisa ser lembrando: desde a chegada dos portugueses em 1500 (e até atualidade), os povos originários passaram a sofrer uma sucessiva política de desestruturação em suas organizações, “o que significou a imposição de novas regras para o funcionamento da vida comunitária e o extermínio de centenas de povos, línguas e conhecimentos em nome da religião, da civilização e da unidade nacional” (KAYAPÓ e BRITO, 2014, p. 38-39). A denúncia é de que as escolas seguiram, sutilmente, acompanhando essa lógica, a partir das práticas de silenciamento, folclorização e da condenação dos povos indígenas a um passado longínquo. Para as(os) autoras(es), houve um epistemicídio contra os povos indígenas, exemplificado por diversas políticas:

Lembrando Boaventura Santos (2006), o Estado brasileiro utilizou da violência sem limites contra os povos indígenas, provocando o que o autor identifica como epistemicídio, que é o extermínio da cultura local por uma ciência exterior, alienígena. (...) Tanto as ações instituídas pelos jesuítas, que pretendiam catequizar para dominar, produzir excedente e transformar os indígenas em mão de obra disponível para as missões/colonizações, quanto as ações do Diretório dos Índios (1757), do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, criado em 1910; e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, são exemplos de políticas epistemicidas. (KAYAPÓ e BRITO, 2014, p. 63).

Apesar da ampla documentação histórica, estes eventos, praticados tanto contra a população negra quanto a indígena, parecem ser pouco levados em consideração. E há um porquê. Ao conceito de epistemicídio, elaborado por Boaventura Sousa Santos (1995), Sueli Carneiro (2005) acrescenta a dimensão daquilo que chama de dispositivo de racialidade em composição com o biopoder. O dispositivo de racialidade é um conceito profundo e complexo elaborado pela autora, mas que, de maneira geral, sintetiza os procedimentos disciplinares que sujeitam as identidades raciais e os processos de vida e morte em que estão inseridas. Carneiro explica a relação deste conceito com o de epistemicídio da seguinte forma:

Sendo, pois, um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio nas suas vinculações com as racialidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quanto do biopoder, a saber, disciplinar/ normalizar e matar ou anular. É um elo de ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

O epistemicídio, para além de designar a deslegitimação e a inferiorização das formas de conhecer dos povos e grupos subjugados, também significa as estratégias de negação do acesso à educação e a produção de inferiorização intelectual. Além disso, para Sueli Carneiro (2005), a inferiorização do conhecimento está diretamente vinculada a inferiorização do ser a partir da sua desumanização, o que poderíamos apontar como a relação indissociável da Colonialidade do Saber e a Colonialidade do Ser.

A partir de uma leitura crítica das obras de Kant e Hegel, junto com estudos das análises propostas por Charles Mills, a teórica conclui que o primeiro terreno onde o epistemicídio se ampara são nas normas de cognição sancionadas pelos racialmente hegemônicos. Essas normas, impostas aos signatários do Contrato Racial, produzem uma inversão epistemológica onde o “equivoco” da raça consagrado pelos brancos estaria longe de ser algo accidental pois, ao contrário, seria justamente aquilo que foi necessário para o acontecimento da conquista, da colonização e da escravidão. Foi assim que o “(...) colonialismo/racismo se constituíram num aparato global de destruição de corpos, mentes e espíritos. De vinculação e subordinação da sobrevivência cognitiva do dominado aos parâmetros da epistemologia ocidental.” (CARNEIRO, 2005, p. 102-103). Nesse sentido, importa não informar sobre essa história, uma vez que tal ignorância é condição de possibilidade para a perpetuação das relações desiguais de poder.

O epistemicídio articulado ao dispositivo de racialidade foi posto em prática tanto no continente africano como no americano. No caso específico do Brasil este processo se inicia a partir da invasão colonial e segue em vigor nos dias atuais. Sueli Carneiro o historiciza:

(...) o epistemicídio terá sua primeira expressão, enquanto tentativa de supressão do conhecimento nos processos de controle, censura e condenação da disseminação de idéias empreendido pela Igreja Católica durante o vasto período da história do Brasil com desdobramentos específicos sobre a população negra. Com a abolição da escravidão e emergência da República, influxos do racismo científico serão percebidos em pensadores nacionais, aportando novas características aos processos epistemicidas sobre as populações negras. Entram em cena os procedimentos de contenção, exclusão, assimilação na relação dos negros com os processos educacionais

frente à sua nova condição de liberto indesejável como cidadão. (CARNEIRO, 2005, p. 102).

É por isso que, para a autora, “a história do epistemicídio em relação aos afrodescendentes é a história do epistemicídio do Brasil” (CARNEIRO, 2005, p. 104). Estes eventos vão costurando os lugares de quem pode falar, de quem tem seu conhecimento legitimado, quem é tido como relevante quando fala e, sobretudo, de quem é escutado. Essa discussão é apresentada no importante escrito de Spivak (2018), “Pode o Subalterno Falar?”. Nele, a autora aponta para a dificuldade imposta aos sujeitos subalternos de proferirem os discursos sobre suas verdades, ao ponto de questionar se é, de fato, realmente possível que se possa falar em um contexto colonial, racista e patriarcal. Essa discussão será aprofundada por diversas autoras. No Brasil, Djamila Ribeiro (2017) a desenvolve para discutir o que é lugar de fala. Em sua análise, a autora brasileira denuncia as origens deste “lugar” que, diferente da apropriação usual que a expressão tem tomado, diz mais respeito a deslegitimação da fala dos grupos minoritários, do que de um argumento de autoridade tomado para silenciar aqueles que não pertencem a estes grupos.

Em outras palavras, significa dizer que o lugar de fala vem sendo imposto desde o período colonial, onde os únicos que teriam um lugar autorizado para se expressar seriam os homens cis brancos europeus heterossexuais (etc. etc.). As demais opiniões emitidas seriam definidas de acordo com valores identitários, tendo em vista seus lugares de fala, com o intuito de desvalorizar os saberes de mulheres, pessoas negras, indígenas etc. Nesse sentido, quando [“nós”] “os ativistas do lugar de fala” utilizam(os) tal expressão para situar de onde vem determinado discurso, o que se está fazendo é “em última instância, desautorizando a matriz de autoridade que construiu o mundo como evento epistemicida; e estão também desautorizando a ficção segundo a qual partimos todas de uma posição comum de acesso à fala e à escuta” (MOMBAÇA, 2017, s/p). É a partir de tais reflexões, que Djamila Ribeiro questiona:

Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar? O medo imposto por aqueles que construíram as máscaras serve para impor limites aos que foram silenciados? Falar, muitas vezes, implica em receber castigos e represálias, justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? (RIBEIRO, 2017, p. 43-44).

A máscara a que a autora se refere é aquela citada na publicação de Grada Kilomba (2016b) como o símbolo das políticas de silenciamento do colonialismo. Trata-se de um instrumento de fazer-calar utilizado no período colonial e que era imposto a

escravizadas(os) negras(os) por senhores brancos cuja finalidade “oficial” era a de impedir que elas(es) comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam. Mas, de fato, sua função principal era a de impor medo e mudez.

O que não faltam são histórias de tentativas de silenciamento praticadas por pessoas brancas contra pessoas negras, como forma de calar suas vozes e impedir, assim, que seus saberes sejam comunicados. Quando, para além das consequências do racismo, somam-se as discriminações de gênero, essas investidas ganham ainda outros contornos, em especial contra o corpo de mulheres negras. Em “Intelectuais Negras”, bell hooks (1995) se debruça sobre este tema. Para a autora, há um conceito ocidental pautado no racismo e no sexismo que define quem é e o que é um intelectual. Esta lógica estaria atuando com os fins de eliminar a possibilidade de as mulheres negras serem consideradas representativas de uma vocação intelectual. Para a autora:

Entre os grupos de mulheres assassinadas como bruxas na sociedade colonial americana as negras têm sido historicamente vistas como encarnação de uma perigosa natureza feminina que deve ser governada. Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade as negras têm sido consideradas só corpo sem mente. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres desregradas deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente. (hooks, 1995, p. 469).

A afirmação de bell hooks de que “as negras têm sido consideradas só corpo sem mente” parece ser a explicação do que ocorre quando se fala do assassinato de Marielle e da violência sofrida pela peã da casa F6 (“aluna negra da UNIFOR”) sem considerar a importância de suas produções intelectuais. Neste segundo caso, nem o relatório da Free to Think 2019 e tampouco o documento brasileiro da Academic Freedom in Brazil se preocupam em expor a relevância do seu ativismo acadêmico, mas apenas o fato de ser uma estudante negra. Isso não é o que ocorre nos casos em que as(os) ameaçadas(os) são pessoas desracializadas, ou seja, nos quais suas identidades raciais sequer foram mencionadas, deixando espaço para que se fala do porquê de suas pesquisas, ativismos e discussões teóricas virarem alvos de ataques. O exemplo do ocorrido com a pesquisadora branca Débora Diniz compõe essa cena, onde as ameaças que sofrera sempre são recordadas em consonância com sua produção acadêmica referente aos estudos de gênero. Ainda, para bell hooks:

A subordinação sexista na vida intelectual negra continua a obscurecer e desvalorizar a obra das intelectuais negras. (...) As intelectuais negras que não são escritoras famosas (e nem todos os escritores são intelectuais) continuam praticamente invisíveis nessa sociedade. Essa invisibilidade é ao mesmo tempo em função do racismo, do sexismo e da exploração de classe institucionalizados, é um reflexo da realidade de que grande número de negras não escolhem o trabalho intelectual como sua vocação. (hooks, 1995, p.467).

Diante disso, busquei descobrir mais informações sobre o ocorrido com a *peã da casa F6*. Foi no blog da pesquisadora branca que também já sofreu uma série de ameaças, Dolores Aronovich (Lola), onde descobri que o ativismo da *peã da casa F6* também pode ter sido um fator relevante para que ela passasse a ser alvo de violências – embora isso não possa ser afirmado com convicção. Em seu blog, Aronovich (2018) relata que a estudante da UNIFOR era aluna do curso de psicologia e era ativista. (ARONOVICH, 2018). Diferente, por exemplo, do caso de Débora Diniz, em que seus atos e produções acadêmicas considerados de cunho “militante” são sempre recordados, o ativismo da aluna e sua produção intelectual enquanto universitária não é algo mencionado em nenhum dos documentos¹⁰². Também diferente do ocorrido com a aluna, Diniz, em meio a diversas ameaças, pôde felizmente escapar da concretização de possíveis atos em seu corpo.

É o conceito ocidental sexista/racista de quem é e o quê é um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atua para negar as mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente torna o domínio intelectual um lugar interdito Como nossas ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros Desde a escravidão até hoje o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural orgânica mais próxima da natureza animalística e primitiva. (hooks, 1995, p. 468).

Mas também é de se questionar por que em apenas uma ocasião a cor de uma pessoa é referida no documento Free to Think 2019, se nele próprio está se afirmando que essa é uma questão relevante. Mais do que isso, cabe questionar por que apenas a cor da vítima de racismo é mencionada e não a do(s) praticante(s) de qualquer uma das ameaças e agressões citadas no relatório. Parece que é isso que está em jogo quando Maria Aparecida Bento denuncia que “A falta de reflexão sobre o papel do branco nas

¹⁰² A única menção que se aproxima de tal contexto e está explícita exclusivamente na Free to Think 2019 é o apontamento de que a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil comentou que o ataque aparentava ter motivação política, sem citar demais detalhes (FONTE 1, 2019).

desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro” (BENTO, 2002, p.2). É como uma máxima que flutua no social de que o problema do racismo não é um problema do branco.

Para a autora, este modo da branquitude operar deriva de um pacto inconsciente que nós, brancos, acordamos tacitamente de que não reconhecamos a nossa responsabilidade em relação ao racismo e às desigualdades raciais. Pode até ser que consigamos reconhecer a existência das disparidades sociais, mas nos colocamos como isentos de qualquer envolvimento sobre elas. Não discutir sobre o branco, ou sobre a branquitude, é uma maneira de também omitirmos sobre nossos privilégios de cor. Na própria discussão sobre o legado da escravidão, só levamos em contas os prejuízos herdados pelas pessoas negras e não a herança positiva, simbólica e concreta, que nos acompanha. O silêncio e a omissão são acompanhados então de um forte componente narcísico, que reproduz do período colonial a necessidade de se seguir afirmando uma superioridade (BENTO, 2002).

Maria Aparecido Bento (2002) também elabora reflexões a partir das leituras de Edward Said (2007) e de Célia Marinho de Azevedo em sua obra “Onda negra, medo branco”. Diante disso é que ela afirma que, ao se colocar como sujeito universal, o homem europeu produziu um olhar aos diferentes de si como um “Outro” ameaçador. A construção desse Outro diz muito mais a respeito ao branco europeu do que a esse outro de fato. Neste movimento há em curso dois processos: o de tomar a si mesmo como ideal (narcisismo) e o de projetar no outro as mazelas que é incapaz de assumir (projeção). É desses mecanismos que derivariam a legitimação da superioridade, a criação das desigualdades e a manutenção dos privilégios. Na gênese desses processos estaria o medo, aquilo que faz nascer o ideal de branqueamento (BENTO, 2002).

Ainda, em diálogo com Franz Fanon e Jean Delumeau, a autora se debruça para compreender este medo. Explica, então, que Fanon ressaltou que o medo do europeu diante das(os) africanas(os) era um medo da sexualidade que vinha como consequência da rígida repressão de suas igrejas às práticas sexuais, o que se conecta com o que foi discutido no capítulo anterior. Essa repressão projetou-se na(no) negra(o), ocasionando as tragédias históricas (FANON, 1980 *apud* BENTO, 2002). Sobre as contribuições de Delumeau, Bento (2002) destaca as questões que o autor traz à tona: se a civilização europeia seria mais temerosa do que as outras e se suas experiências com as mortes causadas por grandes epidemias estariam relacionadas com seus temores, uma vez que a

acusação era de que os estrangeiros seriam os responsáveis por trazer as pestes. A conclusão é de que as inibições, repressões e fracassos vivenciados pelo grupo lhe geraram cargas de medo e rancor culminando na violência (DELUMEAU 1989 apud BENTO, 2002).

Nesse sentido, a Igreja e o Estado na Europa teriam ocupado um importante papel em fomentar a violência entre os grupos para despejar a angústia coletiva resultante de estresses acumulados. É a partir deste raciocínio que a autora constata:

As mulheres eram satanizadas, e a caça às bruxas é um exemplo acabado desse processo; os negros, os judeus, os mendigos, todos eram mensageiros de Satã e podiam ser violentados, queimados etc. Há uma coincidência cronológica entre a grande caça às feiticeiras que ensanguentou o Velho Mundo, a batalha contra a peste e a luta sem trégua conduzida além do Atlântico contra negros e índios considerados como pagãos. De um lado e de outro, perseguia-se o mesmo inimigo - Satã - e usando a mesma linguagem e as mesmas condenações. (BENTO, 2020, p. 9).

Assim, não seria de se estranhar que um povo que reprima tanto a si mesmo desenvolvesse temores intensos e um impulso em descontar suas angústias sobre o diferente que tanto lhe causa medo. Este medo é o medo do desconhecido que habita o Outro e do material interno que habita a si mesmo contra o qual as pessoas brancas resistem em acessar. O medo tenta impor medo. O temor não é apenas diante da presença do Outro, como também recai sobre o receio de escutá-lo. Grada Kilomba (2016b) localiza esse medo branco também personificado na imposição da máscara:

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito Negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calado(a)? O que poderia o sujeito Negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca selada? E o que o sujeito branco teria que ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o(a) colonizado(a) falar, o(a) colonizador(a) terá que ouvir e seria forçado(a) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do 'Outro'. Verdades que têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas, como segredos. Eu realmente gosto desta frase "quieto como é mantido". Esta é uma expressão oriunda da diáspora africana que anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (KILOMBA, 2016b, p. 176-177).

Para Kilomba (2016b), o medo branco pode ser articulado com a noção freudiana de repressão, pois é uma força que atua no sentido de afastar da consciência um material que se julga danoso. É este mecanismo psíquico que, para a teórica, impediria os sujeitos brancos de reconhecer o conhecimento do Outro. A censura é exercida através da repressão contra uma verdade desagradável, uma "história muito suja" que nós, brancos, costumamos nos negar a conhecer. Desde uma perspectiva dialética sobre o diálogo, no qual a possibilidade de falar de um depende da disponibilidade do outro em escutar, a

máscara estaria como um objeto de silenciamento que impede as(os) colonizadas(os) de serem ouvidas(os) devido à recusa do(a) colonizador(a) em escutar (KILOMBA 2016b).

Diante dessas reflexões, o fato de apenas os trabalhos acadêmicos das pessoas brancas serem considerados nos materiais analisados parece ir ao encontro destes mecanismos repressivos que compartilhamos enquanto branquitude. Mecanismos esses que estão no cerne das violências que historicamente temos propagado contra aquelas(es) a que atribuímos uma diferença racial. Também a constatação de que na situação relatada de racismo, apenas a cor de quem sofreu o ataque é nomeada, diz de nossa negação que faz com que nos vejamos à parte deste problema. Ainda, se relaciona diretamente com o fato de nos tomarmos como referências universais – não como brancos, mas como invisíveis ou transparentes. Na trilha da neutralidade científica, nos colocamos como seres desracializados, já que “[A] branquitude não precisa se afirmar, porque a afirmação a partir do lugar do privilégio equivaleria à ruptura com o pacto de silenciamento em relação às hegemonias raciais produzidas pela brancura.” (CARNEIRO, 2005, p. 132).

É importante, porém, que se faça uma diferenciação entre os próprios parâmetros da branquitude. Em seu estudo sobre o tema, Lourenço Cardoso (2010) afirma que é necessário, para que se aprofunde as reflexões sobre as pessoas e grupos brancos, realizar uma diferenciação entre duas categorias: a branquitude crítica e a acrítica. A semelhança entre os dois grupos é que ambos ocupam um lugar de privilégio racial. Entretanto, há diferenças entre eles. Enquanto a primeira se refere justamente a um segmento que não afirma a sua identidade racial, a branquitude acrítica realiza um movimento contrário. Este segmento faz questão de afirmar seu lugar de branco, pois acredita na superioridade e na pureza de sua raça. De fato, sem essa diferenciação, parece contraditório que os colonizadores tenham afirmado uma superioridade racial branca e, ao mesmo tempo, se autoconsiderassem seres desracializados. O autor aponta para a heterogeneidade da branquitude e a importância de que se considere demais atravessamentos. Tendo isso em vista, o documento analisado, ao denunciar o racismo ao mesmo tempo que não menciona a identidade racial do praticante do ataque (apenas de quem o sofreu), se enquadraria nas características de uma formulação de branquitude crítica (CARDOSO, 2010).

Entretanto, apesar de todas as tentativas da branquitude, seja ela crítica ou acrítica, desde o processo colonial até o que ainda perdura na colonialidade, apesar de todos os esforços em fazer calar, nada foi suficiente para impedir que as pessoas negras e indígenas seguissem entoando suas vozes e mantendo vivos seus saberes. Embora epistemicídios

tenham ocorrido, e sigam em curso, as resistências também permanecem. Aliás, elas sempre estiveram presentes diante das violências coloniais, conseguindo barrar o curso do epistemicídio imposto. É o que conclui Suely Carneiro (2005) em sua tese sobre o dispositivo da racialidade:

Acreditamos, assim, ter demonstrado ser possível assumir uma perspectiva teórica que concebe a existência de um dispositivo de racialidade/biopoder operando na sociedade brasileira para produzir e reproduzir um sistema de supremacia e subordinação racial, suportado por saberes e práticas educativas (epistemicídio), bem como uma dinâmica de reprodução e aniquilamento dos grupos raciais e que esses processos apenas não se realizam cabalmente, porque há, em relação a eles, resistências. (CARNEIRO, 2005, p. 325)

Wagner Vinhas (2019), em artigo intitulado “Colonialidade e Política do Esquecimento”, reflete sobre o silenciamento da intelectualidade negra no Brasil e sobre a política do esquecimento que busca apagar da memória as contribuições teóricas de autoras(es) negras(os). Neste estudo, o autor busca também relembrar produções importantes de grandes teóricos brasileiros. Resgata, então, a discussão travada por diversos destes autores sobre o fato de que “o sistema social alternativo dos negros teria sido a primeira tentativa de estabelecer o Estado-Nação no Brasil e de forjar uma nacionalidade brasileira” (VINHAS, 2019, p. 219). Um dos autores que se posicionou a favor de tal hipótese é Abdias do Nascimento que, em seus argumentos, ressalta as lutas de resistência travada historicamente pela população negra no período colonial:

O exemplo mais formidável dessa realidade histórica é o da República de Palmares, um estado africano que resistiu de 1596 a 1696: um século inteiro de luta armada contra as campanhas portuguesas, holandesas e brasileiras de extermínio. [...] Esses africanos, fora da existência convencional da sociedade colonial, praticaram a verdadeira abolição da escravidão, junto com seus irmãos e irmãs que se uniram em todas as maneiras concebíveis de resistência, revolta e luta. (NASCIMENTO, 1982a, p. 26-27 APUD VINHAS, 2019, p. 219)

Apesar de uma política do esquecimento, há algo que resiste em não ser lembrado. Lélia Gonzalez (1984) elucida “isso”, propondo uma diferenciação conceitual entre consciência e memória. Para a teórica, consciência seria o lugar “do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber.”, por onde o discurso ideológico se faz presente. Memória, por sua vez, seria “o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção”. A consciência é a que se expressa como discurso dominante, a partir de sua imposição como verdade. A consciência diz do conhecimento verdadeiro tomado como único, que exclui outras

formas de saber para além das oficializadas dentro dos mecanismos de poder, uma vez que determina quais versões de uma história serão acessíveis. Entretanto, há um porém:

(...) a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala. (GONZALEZ, 1984, p. 227)

Já Beatriz Nascimento, que é outra grande teórica retomada pelo autor, enfatiza em sua obra os movimentos de resistência de negras e negros na história do Brasil. Também como Abdias do Nascimento, ela considera que o quilombo ocupa um lugar central nessas narrativas. Em seu artigo “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra”, a autora ressalta:

Numerosas foram as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo, Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil. (NASCIMENTO, 2006, p. 117)

As mulheres negras sempre estiveram nessas lutas. Para preservar suas vidas e seus conhecimentos tiveram que lidar, para além da estrutura racista, com as discriminações de gênero. Pontuar que as mulheres negras se mostraram insubmissas a todas essas violências praticadas pela branquitude é algo imprescindível de ser feito quando abordamos a discussão da Colonialidade do Saber em sua articulação com a produção da “raça”. Ignorar essa luta seria compactuar com as mesmas políticas de silenciamento que estão sendo aqui denunciadas. Para Djamila Ribeiro:

(...) mulheres negras vêm historicamente produzindo saberes e insurgências. Colocá-las num lugar de quem nunca rompe o silêncio, mesmo com todos os limites impostos estruturalmente, seria confiná-las na mesma lógica que vem se combatendo. Seria confiná-las num beco sem saída, sem qualquer possibilidade de transcendência. Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias. (RIBEIRO, 2017, p. 42-43)

A resistência se dá tanto na forma da inserção de seus corpos em organizações sociais de combate a tais estruturas, como em uma produção intelectual ativa na direção deste mesmo combate. As elaborações de mulheres negras contribuíram tanto na luta contra o racismo como na luta contra o sexismo. O próprio conceito de interseccionalidade é produto do feminismo negro. Ao contrário do que historicamente

foi praticado por feministas brancas, que se colocaram como sujeitos universais da categoria “mulher” ignorando as pautas que não lhe eram subjacentes, as intelectuais negras produziram análises complexas em relação ao patriarcado e aos sistemas de opressão de gênero. É como Carla Akotirene explica:

Notemos que mulheres negras, na condição de Outro, propuseram ação, pensamento e sensibilidade interpretativa contra a ordem patriarcal racista, capitalista, sem nenhuma conivência subjetiva com a dominação masculina. As mulheres negras escolheram lutar pelo sufrágio e pela abolição, defenderam os homens negros e as companheiras brancas, reconhecendo que, quer seja descrito, quer seja analítico, isolado de outras categorias de análise, o marcador gênero explica as violências sofridas por mulheres brancas, bem como a categoria raça explica o racismo imposto aos homens negros. (AKOTIRENE, 2018, p. 20)

A Colonialidade do Saber na sua articulação com a raça e com o gênero expõe tanto as tentativas coloniais de destruição dos saberes ancestrais trazidos desde África e dos que já habitavam Abya Yala antes de 1500, quanto à permanência dessas práticas na atualidade. Nos dias atuais, é reatualizado pelos pactos da branquitude, em sua forma crítica e acrítica. Mas, diferente da visão ocidental que considerava que sua própria e única concepção de progresso seria inevitavelmente vitoriosa, a história mostra que ainda há outras histórias a serem contadas:

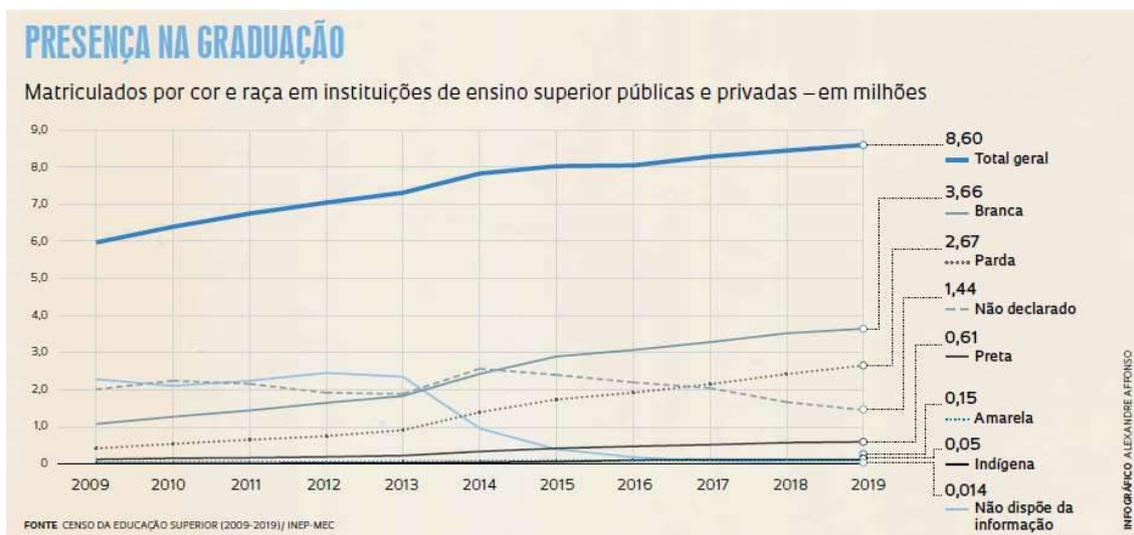
Ao contrário do raciocínio ocidental, as mulheres negras evidenciaram destreza corpórea, insubmissão política em defesa do abolicionismo e sufrágio, preocupadas em superar toda e qualquer opressão, sem que, para isto, credenciais acadêmicas validassem este conhecimento. (AKOTIRENE, 2018, p. 19-20)

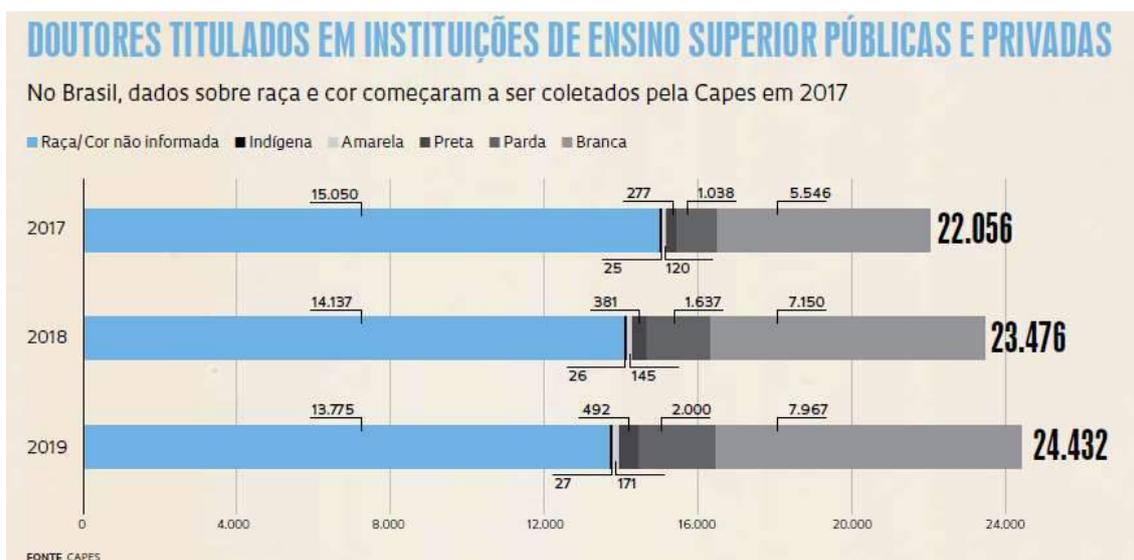
A questão de que, muitas vezes, os conhecimentos produzidos por mulheres negras não são validados por credenciais acadêmicas nos leva a outra discussão. O conhecimento das pessoas que sofrem as consequências das discriminações raciais, e em especial as mulheres, não se restringe ao ambiente acadêmico. Embora seja importante ressaltar a presença das mulheres negras e indígenas nos espaços universitários, e, para além disso, ressaltar mais ainda suas relevantes produções teóricas, é imprescindível que se reconheça a intelectualidade de pessoas que não acessam essa instituição formal de produção do conhecimento.

Leonardo Régis de Paula (2021) discute essa questão em sua dissertação de mestrado (no prelo). A partir do questionamento do que é um intelectual, o autor narra a história que dá origem a essa palavra, e que remonta a um julgamento francês do final do século XIX. A conclusão é de que o termo se origina em referência a uma elite da época

com oportunidades de estudo. Embora Paula (2021) afirme que, hoje em dia, a ideia de intelectualidade ainda permaneça na sombra dessa história, já que conectada a um lugar de saber e poder universitário de acesso restrito, também há outras ressonâncias deste conceito. Uma delas é teorizada por Patrícia Hill Collins (2019) que defende que a intelectualidade não precisa estar vinculada a um título ou uma formação acadêmica. (PAULA, 2021, no prelo). É também a questão que bell hooks traz à tona: “Como muitas negras se veriam como intelectuais? Como ganhamos a vida? Estamos todas no mundo acadêmico?” (bell hooks, 1995, p. 467). Questões que se poderia replicar também em relação aos povos indígenas que guardam consigo conhecimentos milenares e pouco reconhecidos pelas instituições “oficiais” de produção de saber.

Embora este trabalho se proponha a discutir as ameaças sofridas por acadêmicas(os), a própria escassez de relatos que consideram o risco de desafiar a Colonialidade a partir da denúncia do racismo, por si só, já pode indicar dados sobre quem habita o espaço universitário e/ou quem ganha destaque neste local. Em um estudo publicado recentemente por Christina Queiroz (2021) as informações sobre quem está ocupando a universidade são reunidas. A partir dos dados fornecidos pelo Censo de Educação Superior (2009-2019) do INEP/MEC e pelas CAPES, são apresentados, respectivamente, os seguintes infográficos:





Não é difícil percebermos a disparidade entre o número de pessoas brancas e não brancas que ocupam um lugar no ensino superior. A falta de acesso à educação, como bem pontua Suely Carneiro (2005) também é uma das artimanhas do epistemicídio vinculado ao dispositivo de racialidade e, dessa forma, à Colonialidade do Saber. Além disso, mesmo quando acessam a universidade, o percurso de uma intelectualidade acadêmica para pessoas alvos do racismo pode encontrar determinados obstáculos. Mais uma vez, isso está presente nas considerações de bell hooks. Ela relata sua experiência:

Quando publiquei minha primeira coletânea de ensaios Talking Back (Retrucando) surpreendi-me com as muitas cartas que recebi de negras discutindo o ensaio sobre as dificuldades que enfrentei como estudante universitária. Jorravam histórias de perseguição de professores, pares e colegas profissionais. A norma geral eram relatos sobre negras sendo interrogadas pelos que procuravam determinar se ela era capaz de concluir o trabalho, pensar logicamente, escrever coerentemente. Essas formas de importunação muitas vezes solapam a capacidade das negras de transmitir a certeza de talento e domínio intelectual. (...) No todo, essas cartas confirmam que a opção de seguir uma carreira acadêmica e/ou intelectual da maneira socialmente legítima continua a ser uma árdua tarefa para negras. (bell hooks, 1995, p. 472)

Entretanto, também não é difícil de notar um considerável crescimento da ocupação do espaço universitário por pessoas autodeclaradas pardas, pretas e indígenas. A luta por esse espaço é mais um símbolo de resistência contra a imposição da Colonialidade do Saber em sua articulação com o dispositivo de racialidade. Contudo, chama atenção o pouco número de intelectuais indígenas nas universidades. De fato, em nenhum dos documentos, aspectos referentes aos povos originários são relatados.

Diante disso tudo, algumas pistas foram traçadas no sentido de compreender o porquê de os documentos apresentados neste trabalho constatarem a presença de perseguições a acadêmicas(os) com motivações racistas, o porquê de haver poucos relatos destes casos e, ainda, a maneira como tais situações são relatadas. Nesse sentido, parece que estes ataques derivam dos processos coloniais de epistemicídio que começaram a ser implantados desde as invasões dos europeus e que foram se reformulando e reatualizando para se consagrarem nas formas com que hoje se apresentam. A omissão sobre os casos pode se relacionar com uma política de silenciamento que insiste em não reconhecer determinadas produções acadêmicas. Por outro lado, a escassez de relatos também pode dizer respeito aos poucos espaços que as(os) intelectuais negras(os) têm ocupado dentro do circuito universitário, o que se intensifica no caso das(os) intelectuais indígenas. Isso não significa que não há pesquisas que abordem estes temas sendo produzidas dentro do ambiente acadêmico – o que será discutido nos capítulos seguintes. E de maneira alguma significa que pessoas não brancas não estejam produzindo conhecimento, mas sim que há muito conhecimento produzido que não está dentro das universidades.

Mas, também, o que os materiais indicam pode significar que casos de perseguição contra acadêmicas(os) negras(os) ou indígenas não estejam ganhando visibilidade. Ou, ainda – e por que não? – que possa haver algumas estratégias utilizadas por estas acadêmicas(os) e por acadêmicas(os) destas temáticas para evitar e se proteger de perseguições. Essas últimas possibilidades não passam de hipóteses que precisariam de outros estudos para serem discutidas. Fato é que historicamente o conhecimento de pessoas não-brancas tem sido perseguido por pela branquitude colonial em nosso país. Que essa perseguição é invisibilizada pelo mesmo aparato de poder. E que, historicamente, seja dentro ou fora das universidades, estes conhecimentos têm resistido e seguem existindo.

14. Colonialidade do Saber: Natureza

Há algo de novo que o último material apresentado – a Audiência Pública – acaba colocando em jogo. Diante de tantas denúncias, não parece coincidência que questões relativas a certas estratégias e tecnologias referentes aos usos da natureza ganhem destaque neste cenário de perseguições às pesquisas e pesquisadoras(es) no Brasil. Se no cerne dos ataques com os quais temos nos deparado pode ser encontrada a presença de dimensões de atuação da colonialidade a partir da maneira como o saber foi se

constituindo às vias do paradigma Moderno/Colonial, as últimas falas nos permitem traçar novas conexões relativas a este jogo.

Afinal, se há uma racionalidade primordial que sustentaria as demais dicotomias forjadas pela lógica moderna, essa só pode ser a cisão essencial entre humano e não humano. É o que possibilitará, em uma primeira ordem, a hierarquia utilitarista entre o Homem e a natureza, onde é estabelecida uma relação de dominação. Essa divisão não é algo natural – e é interessante, inclusive, que nos atentemos aos sentidos que damos aos termos “natural” ou “naturalização” –, mas localizada em determinados períodos históricos e espaços geográficos. Em Abya Yala, essa ideia se difunde a partir das invasões coloniais, sendo a lógica que a justifica. Para Ailton Krenak (2019), essa é uma história com a qual fomos embalados para que nos alienássemos de algo sobre o qual não nos separamos. Para ele é impossível se pensar como alguém que não seja “isso que se chama de natureza” ou sequer como algo no mundo que não esteja incluído nesse conceito, uma vez que “tudo é natureza” (KRENAK, 2019, p. 10; KRENAK, 2020, p. 83).

Entretanto, as consequências deste fundamento vão para além do próprio ato, construindo uma série de relações que fundam e seguem sustentando a gestão, local e global, de tudo aquilo que atravessa uma vida. É o que já nomeamos aqui de Colonialidade da Natureza. É essa dimensão da colonialidade que irá adicionar, como explica Catherine Walsh (2007; 2009), um elemento fundamental aos padrões de poder: o domínio sobre as ditas “racionalidades culturais”, através de um processo de folclorização das mesmas. Essa estratégia impactará diretamente as dimensões do ser e do saber, uma vez que institui uma única forma legitimada de compreender e se relacionar com tudo aquilo que está para além do humano.

Dessa forma, as estratégias de devastação e modificação da natureza não são simples usos que buscam prover aquilo de que a humanidade precisa para tirar o seu sustento. Historicamente, e desde a colonização, tais intervenções foram sistematizadas de forma que colaboraram com os processos de subordinação, não só do território, como também dos povos originários de Abya Yala e dos povos de África que foram arrancados de seus territórios. Historicamente essa intervenção fora calculada de acordo com os objetivos coloniais para que se extraíssem os recursos ambientais necessários aos interesses dos invasores, se utilizando, assim, dos recursos considerados sub-humanos para a tarefa da extração, manufatura e produção de excedentes. A apropriação de espécies nativo-americanas foi o que salvara a Europa da ameaça da fome; a extração de

ouro e prata do continente outorgou lugar especial às economias portuguesas e espanholas; a destruição da biodiversidade é o que o tornou viável a produção de monocultivos de espécies exóticas para exportação, a exemplo do Nordeste brasileiro que teve suas terras arrasadas para a produção de cana de açúcar; e para que estes recursos fossem extraídos da maneira mais lucrativa possível foi necessário que se dizimasse, subjugassem, escravizassem e movessem de um lugar ao outro determinadas populações, além de assolar os locais que forneciam condições ambientais necessárias àquelas que neles permaneciam (ALIMONDA, 2011).

A partir do momento em que desfiguramos essa cisão, é possível que percebamos que os impactos de tais ações não se limitam às dimensões superiores à humanidade, como explica Alimonda:

A importância demográfica de exemplares humanos de ascendência extra-americana só pode ser explicada pelo processo radical de despovoamento dos habitantes originais, que chegou a 90% no primeiro século da conquista, e que criou a necessidade da escravidão negra; e no qual os agentes patogênicos das doenças transportadas pelos europeus desempenharam um papel preponderante. Assim, elementos da natureza, conduzidos involuntariamente pelos humanos, em uma companhia de conquista e subjugação, atuaram sobre as sociedades originárias e provocaram sua destruição ou seu quase aniquilamento. Portanto, não se trata apenas de uma interação sociedade/natureza, mas de relações complexas entre humanos, que incluem violência e poder, mediadas por elementos naturais. (ALIMONDA, 2011, p. 31)¹⁰³

A Colonialidade da Natureza, se manifesta então, de acordo com Alimonda, fundando e permanecendo em vigência na atualidade a partir de seis aspectos: 1. O antropocentrismo presente nas narrativas sobre e da Modernidade e a colocação da natureza em um local de inferioridade possibilitando sua exploração. Esse mecanismo desconsidera o papel fundamental da natureza tropical e forja uma autossuficiência europeia na aquisição de excedentes que só foram possíveis com a exploração de recursos das colônias; 2. A relação entre a colonização da natureza e de humanos, uma vez que determinados grupos humanos faziam parte da natureza e, portanto, poderiam ser explorados. Refere-se a dizimação direta destes povos, através de práticas de matar, bem

¹⁰³ Tradução livre. No original: “La significación demográfica de ejemplares humanos de ascendencia extra-americana sólo se explica por el radical proceso de despoblación de los habitantes originales, que llegó al 90% en el primer siglo de la conquista, y creó la necesidad de la esclavitud negra; y en el cual tuvieron un papel protagónico los agentes patógenos de enfermedades transportados por los europeos. Así, elementos de la naturaleza, conducidos inintencionalmente por humanos, en una empresa de conquista y sometimiento, actuaron sobre las sociedades originales y provocaron su destrucción o su casi aniquilamiento. Por lo tanto, no se trata apenas de una interacción sociedad/naturaleza, sino de relaciones complejas entre humanos, que incluyen la violencia y el poder, mediadas por elementos naturales.”

como a indireta, através de fatores de ordem natural tais quais as epidemias; 3. A relação entre monocultura, destruição de ecossistemas nativos e colonialidade, podendo ser observada pelo fato de que na Abya Yala atual são os territórios indígenas que detêm as maiores reservas de biodiversidade restantes do continente; 4. A ocupação destrutiva do espaço que extrai recursos sem a preocupação de restituição, a exemplo da exploração de minérios e da produção de monoculturas; 5. A destruição do sistema de recursos e a degradação do potencial produtivo dos países do Terceiro Mundo, que tem como efeito o subdesenvolvimento, a partir “da introdução de padrões tecnológicos inapropriados, da indução de ritmos de extração e da difusão de modelos sociais de consumo que geram um processo de degradação dos ecossistemas, de erosão dos solos e esgotamento de recursos” (LEFF, 1986: 155-159 apud ALIMONDA, 2011, p. 51)¹⁰⁴; e 6. Os processos de categorização de humanos através de uma classificação ética/racial que possibilitou uma reorganização seletiva de conhecimentos, que eu chamaria aqui de epistemicídios. Para que todos estes processos fossem possíveis, foi necessário que se intervisse sobre as formas de conhecimentos dos povos colonizados, determinando de que maneira deveriam se relacionar com a natureza, o que poderiam cultivar, de que forma etc. (ALIMONDA, 2011).

Sobre esse último ponto, conclui-se que nenhuma dessas intervenções aconteceram, ou seria possível de acontecer, sem que houvesse, junto a essas práticas de subjugação de ambientes naturais e populações humanas, a destruição e a produção de determinados conhecimentos. Neste cenário, ganham prioridade os saberes da monocultura e extração de minérios que permanecem como práticas atuais e se desenvolvem em outros a partir da produção de alimentos transgênicos, do uso de agrotóxicos ou da extração de petróleo, pois como indica Alimonda:

No início do século XXI, passados quinhentos anos, a intensidade renovada pela apropriação e pela exploração dos recursos minerais se expressa na multiplicação de megaprojetos extrativistas em todo o continente. Mas, diferentemente de épocas passadas, as condições tecnológicas agora permitem dispensar grandes contingentes da força de trabalho. As populações locais, então, tornam-se vítimas de processos de esvaziamento territorial que as excluem de seus lugares de pertencimento, ao mesmo tempo em que destroem os ecossistemas com os quais convivem, às vezes, desde tempos imemoriais. (ALIMONDA, 2011, p. 12)¹⁰⁵

¹⁰⁴ Tradução Livre. No original: “por la introducción de patrones tecnológicos inapropiados, por la inducción de ritmos de extracción y por la difusión de modelos sociales de consumo que generan un proceso de degradación de sus ecosistemas, de erosión de sus suelos y agotamiento de sus recursos.”

¹⁰⁵ Tradução Livre. No original: “A comienzos del siglo XXI, pasados quinhentos años, la intensidad renovada por la apropiación y explotación de los recursos minerales se expresa en la multiplicación de

Nesse sentido, as denúncias apresentadas na Audiência Pública em relação às perseguições de determinados saberes em torno de práticas de preservação ambiental, se relacionam com as questões da Colonialidade da Natureza e denunciam sua relação com a Colonialidade do Saber. Embora seja verdade que o INPE e o ICMBio são instituições muito mais voltadas às produções de conhecimento congruentes com os pressupostos da lógica da ciência moderna, a partir do momento que certas discussões ganham espaço, essas instituições e os conhecimentos que produzem também viram alvos a serem silenciados. Não à toa é que se concretiza a denúncia de extinção dos cursos voltados às comunidades tradicionais e de famílias de pequenos agricultores. E não é à toa também o da FUNAI ter aparecido no topo da lista apresentada por José Celso Cardoso Jr. Como um dos órgãos de onde emanam mais atos de assédio moral institucional.

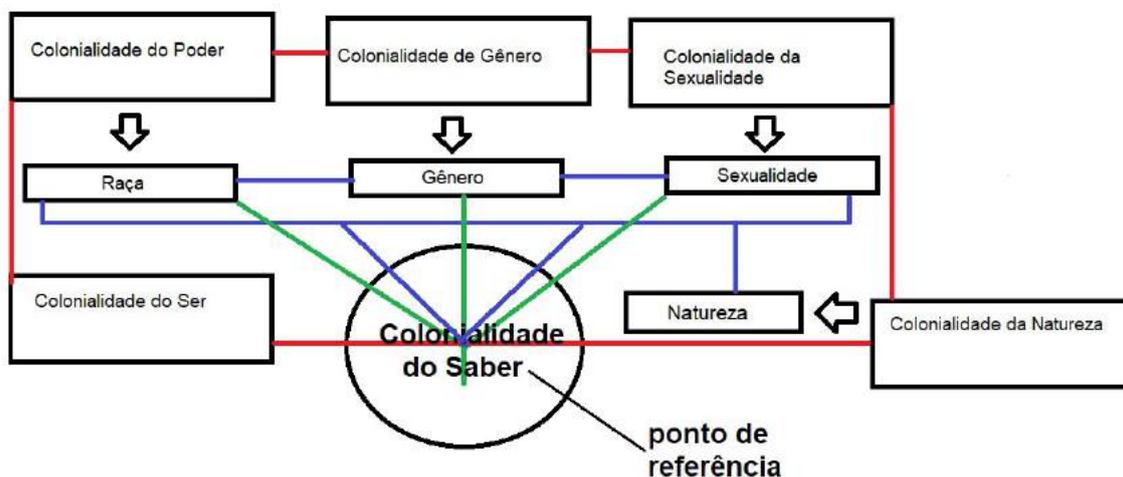
Soma-se a essas denúncias, o suposto recente caso de perseguição, também mencionado durante a audiência, de *uma peã na casa G4*, que realizava pesquisas sobre o uso de agrotóxicos na Universidade de São Paulo (USP). As ameaças e intimidações supostamente atingiram tamanhas proporções que a peã teve de sair do país rumo à Bélgica, levando consigo seus dois filhos. Os supostos ataques, supostamente, tiveram início após a publicação da versão em inglês do Atlas intitulado “Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia”. As intimidações e ameaças teriam supostamente se intensificado após a reação de boicote aos produtos brasileiros da maior rede escandinava de produção orgânica, o que supostamente afetara os interesses do agronegócio brasileiro. Desde então, a pesquisadora passou a supostamente receber uma série de ofensas, e alguns meses depois sua casa fora supostamente assaltada. A pesquisadora afirma não saber se o assalto estaria ou não relacionado com a publicação do seu trabalho.

No mesmo ano a *peã da casa G4* ainda teria publicado um artigo intitulado “Correspondência Espacial entre Suinocultura e Covid-19”, o qual supostamente teria desagradado o *cavalo da casa H6*, uma associação vinculada a indústria agropecuária. A associação teria supostamente enviado duas cartas à pesquisadora, com cópia para a coordenação do programa de pós-graduação e do seu departamento refutando as hipóteses do artigo. Um outro *cavalo, localizado na casa H2*, e vinculado ao Ministério da

mega proyectos de extracción en todo el continente. Pero, a diferencia de épocas pasadas, las condiciones tecnológicas permiten ahora prescindir de grandes contingentes de fuerza de trabajo. Las poblaciones locales, entonces, se transforman en víctimas de procesos de vaciamiento territorial que las excluyen de sus lugares de pertenencia, al mismo tiempo en que destruyen a los ecosistemas con los cuales han convivido, a veces, desde tiempo inmemorial.”

Agricultura, supostamente também emitira uma nota de caráter semelhante. A pesquisadora, em entrevista, afirmou que sempre tomara muito cuidado no sentido de afirmar que o estudo era apenas uma hipótese, mas que, supostamente “eles disseram ‘a professora não pode levantar esse tipo de hipótese’” e que estas cartas seriam “uma tentativa de me intimidar, de limitar minha pesquisa, de limitar o livre pensar”. O relato da pesquisadora, embora extenso, merece ser ouvido, mas ele é muito grande para caber em uma citação. Se quiserem, vocês podem ler ele aqui¹⁰⁶.

A destruição dos ecossistemas continua sendo uma prática colonial que segue interferindo na vida das populações humanas. Qualquer produção de conhecimento que venha a colocar em xeque a sua consagração pode acabar por adentrar em uma zona de risco. Diante dessa análise, as informações apresentadas na Audiência Pública parecem implicar em um deslocamento no quadro esquemático apresentado anteriormente. Se junto às questões étnico-raciais, de gênero e de sexualidade, as pesquisas que se debruçam em temáticas relacionados a Colonialidade da Natureza também aparecem como potencialmente arriscadas. Sendo assim, a temática da “natureza” passa a ser uma categoria própria à análise. Dessa maneira, o quadro passa a se apresentar da seguinte forma:



¹⁰⁶<https://ojoioeotrigo.com.br/2021/07/e-uma-tentativa-de-me-intimidat-limtar-minha-pesquisa-e-o-livre-pensar-diz-professora-da-usp-que-saiu-do-brasil-apos-ameacas/>

15. Partidas

15.1. Sobre as partidas anteriores

Na primeira fala da audiência, Ildeu de Castro Moreira argumenta que a perseguição de pesquisadoras(es) não é um fato inédito no Brasil. Para exemplificar sua análise, o debatedor traz à tona o episódio conhecido como o “Massacre de Maguinhos”. Embora o palestrante não se detenha neste episódio, parece ser interessante que o retomemos. Trata-se de uma ação da censura que culminou com a aposentadoria compulsória de dez renomados cientistas do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) – hoje, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – considerados “subversivos” pelo Regime Militar. (SANTOS, 2016). Dentre estes, oito tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos através das determinações que promulgava o Ato Institucional nº 5 (AI-5). (SANTOS, 2016). Sobre todos eles também pesaram as determinações do Ato Complementar nº 75, que dispunha sobre a proibição de:

“lecionar em estabelecimentos de ensino do governo ou subvencionados pelo governo todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público incorreram ou venham a incorrer em faltas que resultaram ou venham a resultar em sanções com fundamento em Atos Institucionais (...) bem como em instituições de ensino pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional.” (ATO, 1969).

Para além dos efeitos individuais sentidos por cada um dos pesquisadores, esta perseguição também resultou em prejuízos institucionais tais quais a escassez de recursos para as pesquisas e o fechamento de diversos laboratório, provocando, por fim, uma drástica redução do quadro de pesquisadoras(es). Frente a isso, D’Avila (2019) também ressalta as consequências mais amplas do controle estatal sobre as atividades de produção científica do IOC, como:

O cerceamento da liberdade de expressão e ideias, o patrulhamento, a restrição a verbas de subvenções de instituições particulares nacionais ou estrangeiras tornaram o ambiente institucional sombrio. Diversos professores e mesmo estudantes, futuros cientistas, tiveram suas vidas acadêmicas interrompidas por inquéritos policiais, prisões e exílios. (D’AVILA, 2019, s/p).

O historiador Daniel Guimarães Elian Dos Santos, autor de dissertação de mestrado que aborda o tema, explicita que este evento não foi um fato isolado, pois faz parte de acontecimentos similares ocasionados pelas condições do regime ditatorial. Entretanto, os primeiros capítulos do Massacre de Manguinhos se iniciam muito antes do golpe e remontam ao ano de 1946 quando os cientistas assinaram uma carta de felicitações

a Luiz Carlos Prestes por conta de suas posições. Para Santos (2016), este período anterior ao ápice dos acontecimentos e à própria promulgação dos Atos Institucionais também merece atenção, uma vez que demonstram o quanto “os órgãos de repressão do Estado permaneceram vigilantes sobre as atividades dos cientistas mesmo durante o período democrático de 1946 a 1964” (SANTOS, 2016, p. 4). Ao mesmo tempo não seria prudente desconsiderar a intensidade que as perseguições tomaram durante a ditadura, pois como também explica o autor:

Nos primeiros anos do novo regime, os militares, a fim de conterem o projeto revolucionário das esquerdas, intervieram nas universidades e instituições de pesquisa efetuando prisões, demissões, inquéritos e sindicâncias. Promovida pelo Ato Institucional nº 1, a —Operação Limpezal, assim chamada pelos militares, cassou mandatos e suspendeu os direitos políticos de indivíduos considerados —subversivos, com —ideias de esquerda. Entre abril e junho de 1964, o novo regime realizou as primeiras cassações e instaurou os primeiros IPMs visando extirpar a corrupção e a subversão dos órgãos públicos e das instituições de ensino e pesquisa. No ano seguinte, o país testemunhou a demissão em massa de professores da UnB em protesto contra a demissão de docentes acusados de serem responsáveis pela invasão ao campus da universidade. Entre os anos de 1968 e 1973, o AI-5 puniu 168 professores, pesquisadores e intelectuais, entre eles os dez cientistas do Instituto. (Santos, 2016, p. 105).

O motivo para a perseguição dos pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, porém, não se resumia a este apoio em particular a Prestes ou a possíveis desavenças pessoais, como também envolvia conflitos sobre os rumos da produção científica no instituto. De um lado estavam aquelas(es) que defendiam que o IOC deveria se dedicar às questões relativas à saúde pública e, do outro, as(os) cientistas que acreditavam na atividade científica como um instrumento que não deveria estar limitado a esta demanda e que seria de grande valor para o desenvolvimento da nação. Para além disso, ainda pesava fortemente a campanha anticomunista em voga no período. (SANTOS, 2016). O autor da dissertação, ao analisar o relatório sobre o caso elaborado pelo general Aluizio Falcão, afirma que ele verificou a presença, em praticamente todos os depoimentos colhidos para a confecção do documento, discursos em que os depoentes “afirmam ter conhecimento da presença de elementos comunistas ou simpatizantes comunistas, sem, no entanto, terem presenciado ou sabido da prática de qualquer ato de proselitismo político dentro do Instituto” (SANTOS, 2016, p. 44). Seriam elementos como estes que sustentariam que os investigados fossem julgados, segundo o general, como “comunistas intelectuais, aptos a desenvolver atos de doutrinação de caráter comunista desde que se apresente um clima propício ao mesmo”. (SANTOS, 2016, p. 48). Em artigo sobre o

mesmo tema, Cristiane D'Avila (2019) destaca um trecho relevante presente na dissertação de Santos, onde o historiador argumenta que:

Seria simplista de nossa parte acreditarmos que o conflito de relacionamento entre os cientistas fosse a principal razão da cassação dos pesquisadores do IOC. (...) os atritos pessoais entre os cientistas decorreram sobretudo de concepções distintas acerca de um projeto de ciência para o Instituto Oswaldo Cruz e mesmo para o país. Acrescido a isso, a ideologia do anticomunismo, presente como política governamental e como organizadora da prática policial a partir da década de 1930, fortaleceu os argumentos para a atuação efetiva dos órgãos de repressão do Estado no controle sobre as atividades praticadas pelos cientistas dentro e fora da instituição. (SANTOS, 2016, p. 9-10).

Diante do acontecido no Massacre de Mangueiras, que acaba por contextualizar alguns elementos presentes na perseguição de pesquisadoras(es) no período ditatorial, é possível observar que os temas considerados de risco em uma pesquisa não se assemelham com aqueles que estávamos apontando nos casos analisados até então. Ao menos neste episódio, não se verifica a discussão acerca de aspectos relacionados aos estudos de gênero, raça ou sexualidade, por exemplo. O que parece sustentar que essas perseguições se relacionam muito mais com o combate a uma suposta ameaça comunista. Dito isso, caberia nos perguntarmos se a perseguição a estes temas é um acontecimento restrito ao presente e, se sim, como ele passa a ser construído na atualidade.

O projeto de doutorado da historiadora Anne Alves da Silveira (2021) intitulado *Democracia e Liberdade em Pauta: Moralidade e Bons Costumes nas Universidades Brasileiras (1972-1986)*, cuja tese ainda está em elaboração, parece fornecer algumas pistas para a compreensão deste problema. A pesquisadora aponta que em sua dissertação de mestrado, em que se debruçava sobre a Assessoria de Segurança e Informação na Universidade Federal da Bahia, pode observar que “na década de 1970 os temas relacionados a feminismo, racismo, homofobia, e liberdade sexual não se encontravam nas pautas principais dos movimentos estudantis (ME)” (SILVEIRA, 2021, p. 1). O que, obviamente, não significa que estes debates não aconteciam, pelo contrário: é justamente no período abordado pela pesquisa de Silveira (2021) que vão se destacar importantes movimentos e expoentes intelectuais destes temas. Apenas para citar alguns, podemos mencionar: Oliveira Ferreira da Silveira e Eduardo de Oliveira e Oliveira, preocupados com a temática racial; Lélia Gonzales e Neusa Santos, preocupadas com as temáticas raciais e de gênero; e o surgimento dos jornais *Lampião da Esquina* e *Chanacomchana*, que são, respectivamente, a primeira publicação de temática LGBTQIA+ de ampla

circulação no Brasil e a primeira publicação ativista lésbica brasileira (OLIVEIRA, 2017).

Mas a recusa, por parte de muitos segmentos da esquerda da época, em considerar tais discussões como relevantes, se dá, segundo Silveira (2021), devido a prioridade que o movimento estudantil atribuía às pautas preocupadas com a derrubada do estado ditatorial, e acabava por rechaçar os demais temas que não se ocupavam disso, a exemplo das críticas ao movimento feminista, “acusado de ser apolítico e de em nada contribuir na luta contra a ditadura” (PEREIRA, 2018, p. 355 apud SILVEIRA, 2021, p.1). Entretanto, o que inicialmente parece ser contraditório é o fato de que questões como racismo, diversidade de gênero e sexualidade apareciam de forma recorrente nos documentos da repressão. (SILVEIRA, 2021, p. 2). Em relação às questões referentes às discussões étnicas-raciais, por exemplo,

(...) os serviços de inteligência monitoravam as entidades e os movimentos – culturais, sociais e/ou acadêmicos – e seus membros que discutissem temas relacionado ao povo negro. Tais monitoramentos ocorriam independente do povo negro possuir vínculo com a esquerda, por acreditar que ele estaria a serviço do Movimento Comunista Internacional (MCI), com intuito de corromper a ordem política e moral.” (KÖSSLING, 2007 apud SILVEIRA, 2021, p.3).

O mesmo pode ser observado em relação às questões de diversidade sexual e de gênero. A doutorando relata, em seu projeto, um episódio que demonstra a ocorrência. O acontecimento ocorreu no ano de 1971, em Brasília, a partir de uma investigação da Polícia Federal sobre o uso de entorpecentes em uma residência estudantil da UnB. Entretanto, para além do suposto consumo de drogas, outros comportamentos teriam chamado a atenção dos agentes federais: “indícios de subversão, corrupção dos costumes, depravação – relações homoafetivas e liberdade sexual entre as mulheres” (SILVEIRA, 2021, p.4). A situação se mostrou tão alarmante que o processo passou a ser coordenado pelo Centro de Operações e Defesa Interna (CODI/CMP-11 RM). Segundo o CODI, os jovens viviam “num ambiente de acentuada promiscuidade, onde tóxico e sexo são misturados com impregnação ideológica de esquerda”¹⁰⁷. A partir da análise de casos como estes, a doutorando aponta que não só aquelas(es) que possuíam alguma ligação direta com as ideologias comunistas eram perseguidas(os), como também havia uma preocupação por parte do regime autoritário em preservar aquilo que considerava ser parte

¹⁰⁷ Relatório Especial de Informação, Arquivo Nacional, Banco de Dados do Memória Revelada. RG. BRAN, BSB. AA1. ROS 33, p. 23 APUD SILVEIRA, 2021, p.4.

da moral e dos bons costumes. Sendo assim, apesar do fato de que muitas organizações de esquerda desconsiderassem o aspecto revolucionário que as discussões de raça, gênero e sexualidade apresentavam, os mecanismos de repressão do governo militar pareciam não ter dúvidas de suas conexões com os ideais de esquerda, tomando aquelas(es) que se identificavam com tais pautas como alvos sujeitos à repressão.

Sendo assim, apesar de muitas vezes invisibilizados, é possível notar que as perseguições em ambientes universitários ocorridas durante o período da ditadura militar também eram atravessadas por esses temas. Ao mesmo tempo, é importante que consideremos a especificidade destas ameaças no contexto atual.

15.2. Sobre as partidas atuais

Nos últimos tempos, devido às reivindicações dos movimentos sociais, surgiram leis que modificaram os ambientes escolares e acadêmicos. Tanto a Lei 10.639 de 2003 – que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas – como a Lei 12.711 de 2012 – que institui a reserva de vagas em cursos de graduação para pessoas autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência – e demais decretos e orientações nacionais, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2007 – que estabelece, em diversas oportunidades o fomento de ações educativas em torno da “defesa de direitos de grupos sociais discriminados, como mulheres, povos indígenas, gays, lésbicas, transgêneros, transexuais e bissexuais (GLTTB), negros(as) (...)” (PNEDH, 2007, p. 51) – são exemplos de iniciativas que trouxeram mudanças nas grades e currículos das escolas e das universidades. Sendo que no espaço acadêmico, vieram também para modificar os perfis de quem ocupa as cadeiras das salas de aula e de pesquisa, que até então eram majoritariamente reservadas a uma elite branca e historicamente beneficiada pelos processos coloniais que ainda hoje ressoam em nossas vidas.

Estas iniciativas não surgem do nada, mas são frutos de muita luta e organização dos movimentos negro, feminista, LGBTQIA+ e de suas mais diversas articulações que consideram a interseccionalidade dessas pautas, como o movimento feminista negro ou o movimento feminista lésbico. Não cabe aqui realizar uma retrospectiva da densa história, marcada de tensões e rupturas, dessas lutas no território brasileiro. Entretanto, cabe ressaltar que a partir dos anos 70 muitos projetos amadurecem e ganham forma de organizações sociais, como o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1971.

Também é nesta década, mais especificamente no ano de 1975 que Céli Pinto (2003) aponta como o momento inaugural do feminismo brasileiro (visto que até então ele parecia estar restrito a grupos muito fechados e intelectualizados) e no qual é criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Ainda, é necessário acrescentar que no ano de 1978 é fundado o primeiro grupo em defesa dos direitos homossexuais no Brasil, o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual.

No século XXI veria se estabelecer aquilo que tem sido por algumas pessoas chamado de um “boom” dos movimentos identitários, ou seja, uma nova onda de popularização de pautas em torno de identidades sociais. (MOURA, 2021). Independente de concordarmos com essa afirmativa ou com a própria nomeação, é inegável que a mudança recente dos cenários educacionais em torno dessas discussões apresenta efeitos que podem ser facilmente observados.

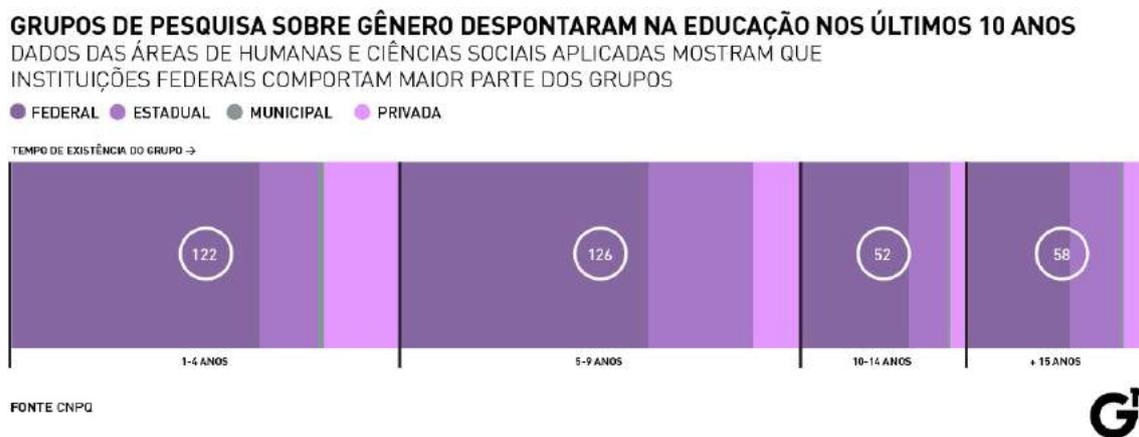
Em 2014, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) publicou uma notícia em seu site cujo título *Temas raciais ganham fôlego nas universidades brasileiras*. A matéria conta com o depoimento do professor e membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade de Brasília (UNB), Nelson Inocência, apresentado como alguém que está “engajado nas causas raciais desde 1978 e estuda o tema desde os anos 1980” (SECON-UNILAB, 2014, s/p) O professor afirma que:

Temos registros de pesquisas acadêmicas focadas nas relações entre negros e brancos, ou sobre a história da população negra, de 60 anos atrás. A pesquisa sobre o assunto não é inédita, mas no passado não era um dos assuntos prioritários. (...) A diferença entre pesquisas dos anos 60 e as realizadas hoje é o fato do tema racial passar a ser pautado no debate nacional, pela mídia (...). Além disso, as políticas públicas de ações afirmativas (como as cotas) causam grande impacto na pesquisa acadêmica. Nunca se viu tantos artigos sobre o tema. (SECON-UNILAB, 2014, s/p.).

De forma similar, a “Gênero e Número”, que em seu site¹⁰⁸ se descreve como “uma empresa social que produz e distribui jornalismo orientado por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade”, publicou em 2019 uma matéria intitulada *No Brasil, pesquisas sobre gênero ganham força nos últimos 10 anos, mas professores já falam sobre “caça às bruxas”*, escrita por Lola Ferreira. O texto traz dados significativos sobre o aumento dos estudos de gênero e sexualidade nas universidades brasileiras. De acordo com a instituição, no ano de 2019 havia 358 grupos de pesquisa que levam “gênero” no nome, são certificados pelo CNPq

¹⁰⁸ Disponível em: <https://www.generonumero.media/institucional/>

e que estão nas áreas de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas. Destes, 122 tinham no máximo quatro anos de existência, 126 de cinco a nove anos, 52 entre dez e quatorze e 58 com mais de quinze anos (FERREIRA, 2021, s/p). Para visualizarmos estes dados, o grupo produziu o seguinte gráfico¹⁰⁹:



A partir da análise dos dados, a Gênero e Número chama atenção para o fato de que a “quantidade de grupos que discorrem sobre o tema aumenta mais que o dobro quando analisados os que têm de cinco a nove anos de existência” (FERREIRA, 2021, s/p). O que pode indicar um aumento da produção de pesquisas que envolvem os estudos sobre gênero. A percepção é endossada pela análise do crescimento dos grupos de pesquisa nas instituições em que eles mais se encontram presentes: UFRJ, UFF e UFPA. Segundo a autora, a UFF, por exemplo, “chama a atenção por cerca de 60% dos seus grupos terem no máximo quatro anos de existência, indicando que houve uma ampliação do interesse pelas linhas de pesquisa nesse tema.” (FERREIRA, 2021, s/p.).

Mas, para além da apuração destes dados, a reportagem relata a história de um grupo de alunas(os) da UFRJ que se propuseram a discutir os temas de gênero e sexualidade em uma escola pública às vésperas das eleições gerais de 2018. Com o aval da diretora do colégio estadual e com o apoio da professora da instituição, elas(es) começaram a ação distribuindo panfletos para a comunidade escolar até que foram surpreendidas com a reação contrária de muitos(as) alunos(as), professores(as) e pais. A direção escolar sofreu tamanha pressão que o projeto foi abolido. Após a contextualização do caso, o texto da matéria continua da seguinte forma:

O episódio acima foi relatado pela estudante Dalai Torres, do curso de Ciências Sociais da UFRJ, à Gênero e Número. A desistência teve um motivo crucial: “nossa segurança”, ela conta. O temor de Torres também é sentido pelo

¹⁰⁹ Disponível em: <https://www.generonumero.media/grupos-genero-caca-bruxas/>

professor Donizete Batista, da UFV (Universidade Federal de Viçosa), em Minas Gerais. Um dos coordenadores do grupo “NÃO RECOMENDADXS – Grupo de Pesquisa em Sexualidade, gênero e interseccionalidades”, ele afirma que no último ano já sente um aumento da repressão e cerceamento da discussão sobre gênero. (...) “Um termômetro do início desse processo foi a agressão que a Judith Butler sofreu ao visitar o Brasil. Acredito que a partir de 2019 vai haver maior perseguição a essas pesquisas. A gente teme muita coisa: o [corte no] direcionamento de verbas para os grupos, a participação em congressos e eventos sobre o tema. É um momento bastante conturbado nesse sentido”, revela. (FERREIRA, 2021, s/p).

O fato de o atual governo estar travando uma batalha contra aquilo que chama de “Ideologia de Gênero” aparece como um dos fatores fundamentais para constituição do cenário de risco em se produzir pesquisas sobre gênero. Marlise Matos, coordenadora do NEPEM/UFMG (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais), afirma à jornalista que “[há] um consenso do conservadorismo em entender o tema como algo ameaçador. O que estamos vivendo é uma caça às bruxas, e é um retrocesso.” (FERREIRA, 2021, s/p).

Ao final da matéria o caso de Débora Diniz é retomado e as ameaças de mortes que a acadêmica recebeu em 2018 via e-mail, telefone e em grupos da internet são lembradas. Acrescenta-se que, à época da reportagem, Diniz teria concedido uma entrevista para jornal El País em que informara que continuava desenvolvendo pesquisas relacionadas a descriminalização do aborto – tema pelo qual foi perseguida – mas, agora, em segurança, pois havia entrado no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do governo federal, e saiu do Brasil. (FERREIRA, 2021).

15.3. Entre as velhas e as novas partidas

Diante do exposto, é possível compreendermos que as perseguições a pesquisadoras(es) não são uma novidade no contexto brasileiro. Podem ser encontradas, principalmente, nos momentos de fechamentos políticos e de ascensão de formas autoritárias de governo. Embora o contexto atual apresente mudanças drásticas de conjuntura em relação ao regime ditatorial, há alguns temas e posturas que eram e continuam sendo alvos de perseguição. Entre estes, estão posicionamentos a favor ou condutas apoiadas pelos movimentos negro, feminista e LGBTQIA+, além de pesquisas e produções acadêmicas sobre os temas de raça, gênero e sexualidade. Estes temas como alvos, porém, apresentam mais destaque no cenário contemporâneo se comparado ao período anterior. Diante do analisado, podemos supor que isso se deve tanto ao fato de que alguns movimentos de esquerda, majoritariamente, não considerassem esses temas

como relevantes em suas pautas, quanto à evidência de que, por uma série de fatores, hoje se tem uma maior produção acadêmica de estudos que abordam essas temáticas. Segue em vigor, por parte de quem persegue, o discurso de proteção à moral e aos bons costumes, seja ele com a roupagem da luta contra uma suposta “ameaça comunista”, seja no combate ao que acreditam ser a “ideologia de gênero”, a “ditadura gay” ou um projeto de “divisão racial” e “vitimismo”.

PARTE X
SOBRE SAIR DO ESTADO DE XEQUE

Eu preciso acabar essa dissertação.

[A minha respiração está ofegante]

Eu preciso acabar essa dissertação e há algo que ainda falta.

Isso que é falta é justamente o que eu não consigo escrever.

Até ontem.

Até agora.

Acabar essa dissertação significa entregar essa escrita. Apresentar esse trabalho. Tornar este texto público.

Significa, enfim, enfrentar o Estado de Xeque.

Eu escrevi esse trabalho não porque eu queria, mas porque eu precisava. Porque enlaçar esse movimento parecia ser a única forma de escapar dele.

Se essa dissertação é repleta de tarjas de censura, dividida em páginas com cores diferentes, fragmentada, recortada, confusa e caótica - é porque o que escrevo é da ordem do traumático.

O meu desinteresse nunca foi em relação a fazer esse enfrentamento, mas sim em jogar esse jogo.

O Xadrez tal como conhecemos, embora seja derivado de jogos de origem persa e indiana, tem um sobrenome que o diferencia de suas origens – chama-se “Xadrez Ocidental”. A forma atual do jogo, que remete a uma racionalidade bélica e cristã, curiosamente, data da segunda metade do século XV.

E esse é o jogo que todos nós jogamos. É o tabuleiro da Modernidade/Colonialidade que impõe as regras sobre a vida que não escolhemos.

O desinteresse foi também, para mim, tal qual um mecanismo de defesa, forjado para fugir daquilo que ameaça. Que é difícil de encarar.

Mas é, sobretudo, um desinteresse interessado em criar um novo jogo, hackear os movimentos, burlar as regras.

– Mas, afinal, quem é tu nesse jogo? – me perguntaram

– É quem movimenta as peças? É o rei? A rainha?

Não. Nada disso.

Eu sou apenas mais uma entre tantas peãs. Que, um dia, se viu em Estado de Xeque e não soube como seguir se movimentando. E que, por isso, quis entender o jogo. E mais do que entender o jogo, quis descobrir o que as outras peãs e os outros peões faziam quando também se encontravam nessa ameaça anterior ao “Mate!”.

No lado de cá do tabuleiro, não há reis e nem rainhas. Não há bispos, cavalos e também nenhuma torre.

Ao longo desse trabalho foi que descobri que essa condição, no entanto, não é sinônimo de fraqueza. Pelo contrário: é de subversão. Porque quando as peãs e os peões buscam agir juntas(os) para defender suas próprias condições, não há cabeça de rei que possa impor qualquer tipo de movimento pré-estabelecido.

Se o Estado de Xeque existe é porque somos nós que estamos colocando em Xeque esse jogo primeiro.

Observar o movimento de cada pesquisadora(r) que experimentou esse estado me fez perceber por que o Estado de Xeque - esse que paralisa, que intimida, que ameaça, que produz um risco – não cessa de existir.

E é porque seguimos nos movimentando.

A censura é a irmã gêmea da pesquisa científica.

A acompanha desde seu nascimento, tal como o duplo da Modernidade é a Colonialidade. Desde Galileu na Europa até os conhecimentos dos povos originários de Abya Yala; Das bruxas aos demônios; Da pesquisa na universidade ao conhecimento ancestral: a Colonialidade do Saber se manifesta na imposição de um silenciamento.

É triste pensar que no meio do caminho desse jogo há aquelas(es) que não escapam do Xeque. Negar isso seria romantizar a dor e a violência que ainda prospera pelas feridas coloniais. O Estado de Xeque incide de maneira diferente em cada peça-pessoa. As

marcas das partidas anteriores não ficam para trás. Tudo depende de que casa do tabuleiro se inicia o novo embate.

Por conta disso, há aquelas peças que possuem o movimento de se exilar no exterior. Outras não. Algumas têm a opção de cessar a voz. Outras não. Algumas conseguem passar despercebidas. Outras, não.

Mas a resistência é a irmã gêmea do poder.

E mesmo com a fogueira, com a invasão, com a colônia, com a metrópole, com a inquisição, com a prisão, com a tortura, com o medo, com a ameaça, com a morte, com o risco, com a máscara, com as armas, com os instrumentos, com as torres, com os cavalos, com os bispos, com reis e com as rainhas: há algo que não cessa em ser dito.

Escrever essa dissertação, olhar para a situação, enfrentar esse medo, é seguir em movimento.

E seguir em movimento é escapar do Xeque.

Esse movimento não pode ser solitário.

Como em uma rebelião, como em uma manada: a força que me impulsiona a seguir é a força de saber que ao meu lado também há quem siga. Se a necessidade de fazer calar que é imposta historicamente segue existindo é porque as palavras seguem sendo ditas.

E seguem incomodando.

Em alguma nota de rodapé dessa dissertação eu me perguntei para quem eu estava escrevendo tudo isso. Quem eu gostaria que lesse esse trabalho? Afinal, qual o sentido?

Para que serve?

Acho que agora eu descobri: dedico esse trabalho para todas aquelas(es) que por algum motivo foram ameaçadas(os) por ousarem não se calar diante da violência colonial. Que experimentaram isso que chamei de Estado de Xeque – embora possam dar o nome que quiserem.

Para que saibam que apesar de tudo

seguimos em movimento.

E seguimos escrevendo

E seguimos falando.

Nós não seremos facilmente silenciado/as, pois a cada recusa, a cada negação, a cada abolição simbólica, nós retornamos como chaga aberta. Esses traumas serão reeditados, ainda muitas vezes, até que o Brasil elabore sua história, até que o Brasil assuma como sua a Carta Magna que regada a sangue foi erguida neste país pela força da insistência na denúncia das violações e pelo sonho de uma nação livre e justa.
(LIONÇO, 2018, p. 81)

Uma vez fiz isso em silêncio, com medo do peso. Meu medo da raiva não me ensinou nada. O seu medo dessa raiva também não vai te ensinar nada. (LORDE, 1995, p. 47)

Escrever, pensar, refletir, nos tempos atuais, são ações que envolvem grande risco, são altamente desestimuladas, combatidas pelo governo. Daí ser importante praticá-las como forma de resistir. Praticá-las, de preferência, incansavelmente. (SOARES, 2020, p. 4)

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o/a oprimido/a, o colonizado/a, o explorado/a, e para aqueles/as que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (hooks, 2019a, p. 38-39)

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também (ANZALDÚA, 2000, p. 235)

16. Fontes

Free to think 2019: report of scholars at risk academic freedom monitoring project. School at Risk (SAR). 2019. Disponível em: <https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2020/01/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2019.pdf> . Acesso em: 26/05/2020. (FONTE 1)

AUDIÊNCIA pública sobre a perseguição a professores, pesquisadores e cientistas no Brasil. **Canal do Deputado Nilto Tatto**. Youtube, 2021, 2h32min08seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rSetqa2C86g&t=5s> . Acesso em: 14/12/2021. (FONTE 2)

Academic Freedom in Brazil: a Case Study on Recent Developments. Global Public Policy Institute (GPPi); Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT), 2020. (FONTE 3)

17. Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALIMONDA, Hector. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, Hector. **La naturaleza colonizada**: ecología política y minería en la América Latina. Buenos Aires: CLACSO/Ediciones CICCUS, 2011, pp. 21-60. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/alimonda.pdf> . Acesso em 29/11/2021.

ALVES, José Cláudio. A prisão dos supostos assassinos de Marielle é só um ‘cala a boca’ para a sociedade. [Entrevista concedida a] Joana Oliveira. Sociólogo especialista em milícias. **EL PAÍS, BRASIL**. São Paulo. Publicado em: 15. mar. 2019. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/12/politica/1552415616_204238.html&sa=D&source=docs&ust=1638230533729000&usg=AOvVaw3q4VcbL02TDhSH7kgRi5bm . Acesso em: 25/05/2021.

AMARAL, Ana Carolina. “O consenso internacional quer? Vai ficar querendo” diz Ministro do Ambiente. **Folha de São Paulo**. Publicado em 15 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/o-consenso-internacional-quer-vai-ficar-querendo-diz-ministro-do-ambiente.shtml> . Acesso em: 09/12/2021.

ANDRETTA, Filipe. BATIPSTA, Sara. Mulher que batia panela é presa durante motociclista; PM alega desobediência. **UOL**, publicado em 10 de julho de 2021. Disponível em: <https://bityli.com/BilUr> . Acesso em: 09/12/2021.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em Línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, 2000. pp. 229-236. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106> . Acesso em: 14/12/2021.

ATO complementar, n 75, 20 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.ibrade.org/wp-content/uploads/2018/06/Ato-Complementar-73-de-15-de-outubro-de-1969.compressed.pdf> . Acesso em: 14/12/2021.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. Terra e Paz, Rio de Janeiro, 1987.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, 2013, pp. 89-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 29/11/2021.

BARIFOUSE, Rafael. O que são e como agem as milícias acusadas de matar Marielle Franco. **Por BBC, Bbc News Brasil**. São Paulo. Publicado em 15 dez. 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46559926> . Acesso em 25/05/2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Orgs) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, pp. 25-58. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf> . Acesso em: 29/11/2021.

BETIM, Felipe. As vozes da pequena grande batalha do Sesc Pompeia. **El País**, São Paulo, publicado em 07 de novembro de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html . Acesso em: 09/12/2021.

BRAGA, Cíntia Guedes. **Nada (é) Razoável**. 2019. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (Tecnologias da Comunicação e Estéticas) da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Comunicação e Cultura. Orientador: Professor Dr. Giuseppe Mario Cocco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFRJ, 2019.

BRASIL. Comitê Nacional em Direitos Humanos. **Plano Nacional em direitos humanos: 2007**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 76 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 29/11/2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **PORTARIA Nº 411, DE 13 DE MAIO DE 2020**. Publicado em:

15/05/2020 | Edição: 92 | Seção: 1 | Página: 40. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-411-de-13-de-maio-de-2020-257034076>. Acesso em: 29/11/2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **PORTARIA Nº 151, DE 10 DE MARÇO DE 2021**. Publicado em: 12/03/2021. Edição: 48 | Seção: 2 | Página: 35. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-151-de-10-de-marco-de-2021-308088448>. Acesso em: 14/12/2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 9.794, DE 14 DE MAIO DE 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9794.htm. Acesso em: 14/12/2021.

BRECHT, Bertolt. **A Vida de Galileu**. Tradução publicada com a licença de Roberto Schwartz. São Paulo: Teatro Vivo – Abril S.A. Cultural e Industrial, 1977.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores; Universidad Central de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 79-93. Disponível em: <https://www.ramwan.net/restrepo/decolonial/14-castro-descolonizar%20la%20universidad.pdf>. Acesso em: 29/11/2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial eo branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1. pp. 607-630, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>. Acesso em: 29/11/2021.

CARMO, Marcia. Índices de desmatamento na Amazônia são manipulados, diz Ministro Augusto Heleno. **BBC News Brasil**. Publicado 03 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48834802>. Acesso em 09/12/2021.

CLARKE, Cheryl. El Lesbianismo: Un acto de Resistencia. In: **Esta Puente, mi espalda** – Voces de las tercermundistas en los Estados Unidos (Originalmente “This Bridge Called my Back”: Writings by Radical Women of Color), editado e traduzido por Cherríe

Moraga e Ana Castillo, ISM Press, São Francisco-USA, 1988. pp. 99-107. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/168533/este%20puente%20mi%20espalda.pdf> . Acesso em: 29/11/2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Boitempo Editorial, São Paulo, 2019.

COZINHEIRO é preso após reclamar em rede social de ter que servir [REDACTED]. **Último Segundo**. Publicado em 10 de julho de 2021. Disponível em: <https://bityli.com/hYK5m> . Acesso em: 09/12/2021.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. 2002. **Cruzamento**: raça e gênero. UNIFEM, 2004.

CURIEL, Ochy. **La Nación heterosexual**: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Brecha Lésbica. Colombia. 2013.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. 1a ed. Tinta Limón, Buenos Aires, 2010.

D'AVILA, Cristiane. O “Massacre de Manguinhos”: a repressão da ditadura contra cientistas do Instituto Oswaldo Cruz (Artigo). **Café História- história feita com cliques**. Publicado em 22 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/ditadura-o-massacre-de-manguinhos/> . Acesso em 29/11/2021.

DINIZ, Débora. Acadêmicos brasileiros se exilam por ameaças de morte. **Correio Braziliense**, 13 mar. 2020. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2020/03/13/interna-ensinosuperior-2019,834162/academicos-brasileiros-se-exilam-por-ameacas-de-morte.shtml . Acesso em: 25/05/2020.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 24-33. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5_Dussel.pdf . Acesso em: 29/11/2021.

ESPINOSA, Yuderkys Miñoso. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. **Solar**, Lima. Año 12, Volumen 12, Número 1, pp. 147-171, dez.

2016. Disponível em: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/9-De-por-qu%C3%A9-es-necesario-un-feminismo-descolonial...Yuderkys-Espinosa-Mi%C3%B1oso.pdf> . Acesso em: 29/11/2021.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva. **Editora Elefante**, 2017.

FERREIRA, Lola. **Gênero e número**, 2019. No Brasil, pesquisas sobre gênero ganham força nos últimos 10 anos, mas professores já falam sobre “caça às bruxas”. Disponível em: <https://www.generonumero.media/grupos-genero-caca-bruxas/> . Acesso em: 29/11/2021.

FILÓSOFA Judith Butler é recebida no Brasil sob gritos de “bruxa”, protestos e bonecos queimados. **Diário de Pernambuco**, publicado em 07 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2017/11/filosofa-judith-butler-e-recebida-no-brasil-sob-gritos-de-bruxa-pro.html> . Acesso em: 09/12/2021.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce qu'un auteur? Littoral. Paris, n. 9, p. 3-32, 1983. _____. Qu'est-ce qu'un auteur? In: _____. **Dits et écrits I** (1954-1969). Paris: Gallimard, 1994.

FRANCO, Marielle. **UPP: A redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, 2014.

GILROY, Paul. **Entre Campos**: nações, cultura e o fascínio da raça. Annablume, 2007.

GÓES, Juliana. Ciência sucessora e a (s) epistemologia (s): saberes localizados. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, 2019. pp. 1-11. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n148373/38948> . Acesso em: 29/11/2021.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria político-cultural da Amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 341-352.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira, In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, 2016, v. 31, p. 25-49.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Revista Z Cultural**, v. 8, n. 2, 2013. s/p. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/> . Acesso em: 29/11/2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, 2009. p. 7-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828> . Acesso em: 29/11/2021.

HENNIGEN, Inês. Subjetivação como produção cultural: fazendo uma outra psicologia. **Psicologia & sociedade**. São Paulo. Vol. 18, n. 2, 2006, p. 47-53. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/vskfX4z97Wr7r9XhcRG3gfq/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 29/11/2021.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

HOOKS, bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. **Elefante Editora**, São Paulo, 2019.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, n 2. pp. 464-478. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035> . Acesso em: 09/12/2021.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: uma categoria de mobilização política. In: Márcia Alves da Silva (org.). **Gênero e diversidade: debatendo identidades**. São Paulo: Perse, 2016. pp. 229-245. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/observatorio/files/2016/09/e-book-PALESTRANTES.pdf> . Acesso em: 29/11/2021.

_____. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: Paula R. Costa Ribeiro, Joanalira C. Magalhães (orgs.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017a. pp. 25-48. Disponível em: http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1 . Acesso em: 29/11/2021.

_____. A gênese de uma categoria. [Entrevista concedida a] Laura Lowenkron e Claudia Mora. **Centro latino-americano em sexualidade e direitos humanos- CLAM**, 2017b. Disponível em: <http://clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704> . Acesso em: 29/11/2021.

_____. “Ideologia de gênero”: a invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: Marcelo M. Ramos; Pedro A. G. Nicoli; Gabriela C. Alkmin (orgs.). **Gênero, sexualidade e direitos humanos: perspectivas multidisciplinares**. Belo Horizonte: Initia Via, 2017c. pp. 221-236. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/itvo17nghmscdzs/GeneroSexualidadeDireitosHumanos_v07.pdf?dl=0 . Acesso em: 29/11/2021.

_____. “Ideologia de gênero”: um dispositivo retórico de uma ofensiva antifeminista. In: Alfrâncio F. Dias; Elza F. Santos; Maria Helena S. Cruz (orgs.). **Gênero e sexualidades: entre invenções e desarticulações**. Aracaju: Editora IFS, 2017d. pp. 45-58. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/EDIFS/ebooks/2018/E-book_-_G%C3%AAnero_e_sexualidades_entre_inven%C3%A7%C3%B5es_e_desarticula%C3%A7%C3%B5es.pdf . Acesso em: 29/11/2021.

_____. “Ideologia de gênero”: uma invenção vaticana para uma retórica reacionária. **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, número especial, 2018.

KAYAPÓ, Edson. BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Caicó**, v. 15, n. 35, 2014, p. 38-68. Dossiê Histórias Indígenas. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrr.br/mneme/article/view/7445/5817> . Acesso em: 29/11/2021.

KILOMBA, Grada. Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba. **Centro Cultural de São Paulo**, 2016a. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf> . Acesso em: 14/12/2021.

KILOMBA, Grada. A máscara. In: **Memórias da Plantação**. Episódios de racismo cotidiano. 1 Ed, 2008. Tradução de Jessica Oliveira de Jesus, Cadernos de Literatura em Tradução, 2016b. Disponível em: file:///C:/Users/haria/Downloads/115286-Texto%20do%20artigo-210398-1-10-20160510.pdf . Acesso em: 09/12/2021.

LIONÇO, Tatiana. **Contra a má-fé: conjurações de uma acadêmica de ação-direta**. Salvador, Bahia: Editora Devires, 2018.

LOLA. **Escreve Lola escreve**, 2018. Sororidade à estudante da UNIFOR estuprada por bolsonaristas. Disponível em: <https://escrevalolaescreva.blogspot.com/2018/10/sororidade-estudante-da-unifor.html> . Acesso em: 29/11/2021.

LORDE, Audrey. Não existe hierarquia de opressão. Heloísa Buarque de Holanda (org) **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 341-352.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **TEJIENDO DE OTRO MODO: FEMINISMO, EPISTEMOLOGÍA Y APUESTAS DESCOLONIALES EN ABYA YALA**. MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (Org). Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, Pp. 57-73. Disponível em: [https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/498EDAE050587536052580040076985F/\\$FILE/Tejiendo.pdf](https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/498EDAE050587536052580040076985F/$FILE/Tejiendo.pdf) . Acesso em: 29/11/2021.

LUGONES, MARIA. Rumo a um feminismo Decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.357-377.

LAUT, Projeto. Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo. 2021 Disponível em: <https://laut.org.br/projetos/projeto-liberdade-academica-laut/> . Acesso em 14/12/2021.

MACEDO, Ana Cláudia Beserra. **Colonialidade da sexualidade: uma análise comparada e colaborativa sobre violência em relações lésbicas em Bogotá, Brasília e Cidade do México**. Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-167. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf> . Acesso em: 29/11/2021.

MARCUS Lacerda: Cientista precisou de escolta por provar que cloroquina não funciona. **ENSP/FIOCRUZ**. Publicado em 15 de abril de 2021. Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51215> . Acesso em: 09/12/2021.

MBEMBE, Achille. **Políticas de Inimizade**. Lisboa: Antígona. 2019.

MENDOZA, Breny. La desmitologización del mestizaje en honduras: evaluando nuevos aportes. **MESOAMÉRICA**, v. 42, dez. 2001, p. 256–278. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2397547> . Acesso em: 29/11/2021.

MIGNOLO, Walter D. **Historias locais/desenhos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Ediciones Akal, Madrid-España, 2003.

MILICIANOS mataram Marielle por causa de grilagem, afirma general. Política. **VEJA**, Abril. Por Da Redação. Publicado em 14 dez. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/marielle-morreu-por-causa-grilagem-de-milicianos-afirma-general/> . Acesso em: 25/05/2020.

MP afirma ter certeza de que morte de Marielle está relacionada a milícias. **IG - Último Segundo**. iG São Paulo. Brasil. Publicado em: 14 jan. 2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-01-14/marielle-franco-milicias.html> . Acesso em 2/05/2021.

MOHANTY, Chandra. Bajo los ojos de occidente. Academia feminista y discursos coloniales. In: Suárez, L y Hernández, A. (Org.). **Descolonizando el Feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid: Cátedra. Primera edición en inglés Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. ([1984] 2008), pp.112-161. Disponível em: https://www.feministas.org/IMG/pdf/articulo_libro_descolonizando_el_feminismo.pdf . Acesso em: 29/11/2021.

MOMBAÇA, Jota. Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito lugar de fala. **Buala**. Publicado em 19 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala> . Acesso em: 09/12/2021.

MOURA, Carla de. **Rumo a um Ensino de História Situado e Decolonial?** Raça, Etnia, Gênero e Sexualidade na trajetória recente do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória. 2021. 32f. Projeto de tese. (Doutorado em História) – Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. [não publicado]

MORAES, Katarina. Veja quem é Rodrigo Pilha, militante preso em ato contra ██████████ que iniciou greve de fome. **UOL**, publicado em 10 de julho de 2021. Disponível em: <https://bitly.com/hYK5m> . Acesso em: 09/12/2021.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida, n. 3º**, 2004, p. 1-17. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001413002> . Acesso em: 29/11/2021.

NARAYAN, Uma. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 276-290. Disponível em: <http://www.marcoareliosoc.com.br/jaggar-bordo.pdf> . Acesso em: 29/11/2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado**. Editora Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro. 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTI, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, pp. 117- 125

NUNES, Hariagi Borba. “**AQUI NA ESCOLA É BOM PORQUE TEM GENTE DE TUDO QUE É TIPO: AS SAPATA, OS VIADO, AS BIXA!**”: Narrativas ficcionais sobre existir e resistir no espaço-tempo recreio a partir de uma perspectiva feminista decolonial dos saberes. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Sexualidade e Relações de Gênero. Orientador: Dr. Fernando Seffner. Porto Alegre, 2019.

NUNES, Mônica. Diretor do Inep é exonerado após ataques sistemáticos de ██████████ e ██████████ à veracidade dos dados de monitoramento da Amazônia. **Conexão Planeta**, publicado em 02 de agosto de 2021. Disponível em: <https://bityli.com/tTcB6> . Acesso em: 09/12/2021.

OLIVEIRA, ERIKA. A docência como uma performance feminista. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 15(3), São João del-Rei, pp. 1-13, julho-setembro de 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n3/07.pdf> . Acesso em: 07/12/2021.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 06-19, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21694> . Acesso em: 29/11/2021.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Considerações sobre o preconceito racial no Brasil. **Afro-Asia**, (Publicação Semestral do Centro de Estudos Afro-Orientais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, nº 8-9 (junho a dezembro), p. 12, 1969. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20742/13348> . Acesso em: 29/11/2021.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms**. CODESRIA Gender Series, v. 1, p. 1-8, 2004. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero_os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf . Acesso em: 07/12/2021.

PARA diretor do INEP, críticas de [REDACTED] a dados são inaceitáveis. **Exame**, publicado em 21 de julho de 2019. Disponível em: <https://bityli.com/Yt3gb> . Acesso em: 09/12/2021.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino (Desde el feminismo comunitario)**. La Paz: CEDEC, 2008.

PAULA, Leonardo Régis de. **Histórias Ficcionalis e Interseccionais no Acolhimento Emergencial de Crianças e Adolescente a partir dos Pensamentos Negro Decolonial e Feminista Negro**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, 2021.

PEREIRA, Ana Luiza Guimarães. **Medalha para quem metralhou você: Necropolítica e o corpo que não entra em exceção**. Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Filosofia. Orientador: Wanderson Flor do Nascimento. Instituto de Ciências Humanas, UNB. Brasília, 2019.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A construção do conhecimento na modernidade e na pós-modernidade: implicações para a universidade. **Revista Ensino Superior**. UNICAMP, n. 14, julho-setembro, 2014. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-construcao-do-conhecimento-na-modernidade-e-na-pos-modernidade-implicacoes-para-a-universidade> . Acesso em: 28/06/2020.

PESQUISADORA da USP sairá do país após intimidações por estudos sobre agrotóxicos. ISTOÉ. Publicado em 24 de março de 2021. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://istoe.com.br/pesquisadora-da-usp-saira-do-pais-apos-intimidacoes-por-estudos-sobre-agrotoxicos/&sa=D&source=docs&ust=1639078137964000&usg=AOvVaw0DDttLX6tk3qJwzSprrhnl> . Acesso em: 09/12/2021.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala—tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009.

QUEIROZ, Christina. A fórmula da equidade. **Revista Fapesp**. Publicado em outubro de 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-formula-da-equidade/> . Acesso em: 09/12/2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, 1992, p. 11-20. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf> . Acesso em: 29/11/2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009, p. 73-119. Disponível em: <https://www.iciet.fiocruz.br/sites/www.iciet.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 29/11/2021.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 78, 2007, p. 3-46. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29/11/2021.

SANTOS, Daniel Guimarães Elian dos. **Ciência, política e segurança nacional: o “Massacre de Manguinhos” (1964-1970)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016. 111 f.

SAR, Scholars at Risk. **BYLAWS OF SCHOLARS AT RISK, INC.: A Delaware Charitable Nonstock Corporation**. pp. 14, 2017. Disponível em: <https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2017/09/SAR-BYLAWS.pdf>. Acesso em: 26/05/2020.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio. In BRECHT, Bertolt. **A Vida de Galileu**. São Paulo: Teatro Vivo – Abril S.A. Cultural e Industrial, 1977.

SCOTT, Morgan. [REDACTED] signs Reciprocal Access to Tibet Act of 2018: The act supports access to Tibet by U.S. citizens, punishes Chinese officials for restricting travel. **Taiwan News**, Staff Writer. Taiwan, 20. Dez. 2018. Disponível em: <https://www.taiwannews.com.tw/en/news/3600980>. Acesso em: 06/06/2021.

SECOM. **UNILAB**, 2014. Temas raciais ganham fôlego nas universidades brasileiras. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2014/05/14/temas-raciais-ganham-folego-nas-universidades-brasileiras/>. Acesso em: 29/11/2021.

SEGATO, Rita. Colonialidad y Patriarcado Moderno: expansion del frente estatal, modernizacion, y la vida de las mujeres. In: **Tejiendo de outro modo: Feminismo, epistemologia y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayan: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

SEIXAS, Raul. Cowboy fora da lei. [1987]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tT1pLyVxAAQ> . Acesso em: 14/12/2021.

SEVILLA, Gabriella. SEFFNER, Fernando. A Guinada conservadora na educação: Reflexões sobre o novo contexto político e suas reverberações para a abordagem de gênero e sexualidade na escola. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), pp. 14, Florianópolis, 2017. Disponível em:

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499465018_ARQUIVO_textocompletofazendogeneroversaofinalgabrielasevillaefernandoseffner.pdf . Acesso em: 29/11/2021.

SILVEIRA, Anne Alves da. **Democracia e Liberdade Em Pauta: Moralidade e Bons Costumes nas Universidades Brasileiras (1972-1986)**. 2021. 19f. Projeto de tese. (Doutorado em História) – Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. [não publicado]

SIMÕES, Mariana. Recebi mais de cem ameaças de morte, diz curador da exposição Queermuseu. **Exame**, publicado em 28 de agosto de 2018. Disponível em: <https://exame.com/casual/recebi-mais-de-cem-ameacas-de-morte-diz-curador-da-exposicao-queermuseu/> . Acesso em: 09/12/2021.

SOB ameaça de morte, professora da USP parte para o exílio por pesquisar agrotóxicos. **CUT**, publicado em 19 de março de 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/sob-ameacas-de-morte-professora-da-usp-parte-para-o-exilio-por-pesquisar-agrotox-5abf> . Acesso em: 09/12/2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TRUTH, Sojourner. ¿Acaso no soy una mujer? **Feminismos Negros: una antología**. JABARDO, Mercedes (org). **Convención de los Derechos de la Mujer** (1851), p. 59-69. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. Disponível em: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf> . Acesso em 29/11/2021.

UNIVERSIDADE “não é para todos”, mas “somente para algumas pessoas”, diz ministro da Educação. **Congresso em Foco**. Brasília-BR. Publicado em 30 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/universidade-nao->

[e-para-todos-mas-somente-para-algumas-pessoas-diz-ministro-da-educacao/](#) . Acesso em: 07/12/2021.

VINHAS, Wagner. Colonialidade e política do esquecimento. **Revista Teoria da História**. Vol. 22, n. 2, p. 204-226, Universidade de Goiás, Dez/ 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/64768/35163> . Acesso em: 29/11/2021.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nomadas**, Colombia, n. 26, p. 102-113, 2007. Disponível em: http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_26/26_10W_Sonposiblesunascienciassociales.pdf . Acesso em 29/11/2021.

WALSH, Catherine: Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e reviver. In. CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 12-43, 2009. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/walsh-catherine-interculturalidade-critica-e-pedagogia-decolonial-pdf-free.html> . Acesso em: 29/11/2021.

WERNECK, Jurema. Algumas considerações sobre racismo, sexismo e a tecno-eugenia. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/EmanuelleAduniGoes/artigo-racismo-sexismo-e-eugenia> . Acesso em: 29/11/2021.